

Maria Helenice Araújo Costa

Acessibilidade de referentes:
um convite à reflexão

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito final para a obtenção do título

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante

Fortaleza

Outubro de 2007

Dedico

in memoriam, ao MEU AMOR, cuja ausência transformou-se em presença que me encorajou nos momentos de desânimo.

À mãezinha Áurea e às manas S'tela e Ivonete, que sempre estiveram dispostas a me socorrer nas dificuldades que enfrentei na caminhada até aqui.

Agradeço:

à professora Dra. Mônica Magalhães Cavalcante, que me orientou neste trabalho, pelas discussões produtivas e desafiadoras e, especialmente, pela paciência com que acompanhou minhas mudanças de rota.

às professoras Dra. Ingedore Vilaça Koch, Dra. Maria Elias Soares e Dra. Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin, assim como ao professor Dr. Eudênio Bezerra da Silva, os quais compuseram a banca que avaliou este trabalho, pelos questionamentos pertinentes e as sugestões valiosas.

às amigas Margarete e Silvana, pelas mensagens de encorajamento no momento em que o desânimo era a tônica;

À FUNCAP, pelo apoio financeiro a esta pesquisa.

Agradeço, em especial,

ao amigo filósofo Vanderley, que, muito solícitamente, leu o primeiro capítulo do trabalho e discutiu comigo algumas incursões que fiz pela Filosofia;

à amiga Alena, que me ajudou com algumas traduções e com quem discuti as questões da referência, trocando *e-mails* em tempo real, nas madrugadas da vida.

Agradeço, de forma especialíssima,

à minha amiga e “irmã” Ednilza, que me apoiou e me “empurrou” para ir em frente e que, inclusive, colaborou com a revisão do texto;

e ao meu filho, Alexandre, meu incentivador maior, meu “tradutor de plantão” e, em muitos momentos, também um interlocutor na discussão de questões teóricas mais gerais.

[...] é também nossa experiência, e creio que cotidiana, estarmos frente à linguagem em um paradoxo permanente. (Raúl Zurita)

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO10

CAPÍTULO 1

Linguagem e referência17

1.1 Da relação língua *versus* mundo18

1.1.1 A noção de referência: uma viagem conceitual22

1.1.1.1 O estruturalismo e a exclusão da referência23

1.1.1.2 A referência como representação lógica do real26

1.1.1.3 A referência como uso da linguagem31

A enunciação: uma tentativa de resgate da referência32

Os consensos de formas de vida nos jogos de linguagem36

Os atos de fala – uma tentativa de “dar conta” da referência40

1.1.4 A perspectiva pragmático-discursiva da referência: do centro para a periferia,
da verdade proposicional para a fluidez do discurso47

CAPÍTULO 2

Cognição, discurso e referenciação52

2.1 A realidade discursiva: planejamento ou emergência?53

2.1.1 Do representacionismo à cognição situada54

2.1.1.1 A cognição situada/incorporada segundo a visão atuacionista56

2.2 A referenciação – uma noção discursiva63

2.2.1 localizando o referente64

2.2.2 A referenciação e a construção do mundo do discurso68

2.2.3 A instabilidade constitutiva70

2.2.4 Os processos de estabilização: o outro lado da moeda72

CAPÍTULO 3

A estabilidade relativa das formas referenciais e os modelos explicativos	76
3.1 Clark e os tipos de conhecimento	79
3.2 Chafe e os estados de ativação mental	84
3.3 Prince e os graus de familiaridade assumida	90
3.4 Gundel et al. e a hierarquia de <i>givenness</i>	97
3.5 Givón e sua abordagem funcionalista	104
3.6 Ariel e a teoria da acessibilidade	113
3.6.1 Críticas correntes à proposta de Ariel	129
3.6.2 Considerações sobre as críticas	131

CAPÍTULO 4

A acessibilidade discursiva e os usos referenciais na CVL	137
4.1 Os dados	138
4.1.1 Coletando e organizando dados da CVL	138
4.1.2 Conhecendo o funcionamento da CVL	141
4.2 O encontro entre a teoria e os dados: a teoria da acessibilidade e o encapsulamento anafórico na CVL	151
4.3.1 O que nos diz o confronto entre teoria e dados	166

CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	182
--------------------------	------------

APÊNDICE.....	193
----------------------	------------

RESUMO

O conceito de referência tem passado por inúmeras reformulações através dos tempos, de acordo com as viradas epistemológica, lingüística e pragmática (GHIRALDELLI, 2005). De acordo com as concepções de linguagem mais atuais, essa noção passou a ser vista como um processo que se desenvolve na pragmática do discurso e que, por isso, envolve aspectos da interação-cognição. Essa nova maneira de ver o fenômeno exige ferramentas capazes de dar conta de sua complexidade. Nesta tese, discutimos seis das atuais propostas de abordagem dos fenômenos referenciais e elegemos a Teoria da Acessibilidade, de Ariel (1996, 2001), como a mais avançada, quando se trata de agregar aos aspectos puramente lingüísticos os elementos pragmáticos. Embora ainda tome por base o cognitivismo clássico, um dos paradigmas criticados pelos teóricos da visão pragmático-discursiva, essa teoria propõe uma interação complexa entre fatores, nos diversos níveis do universo do texto/discurso. Ao lado de uma ampla pesquisa bibliográfica, montamos um *corpus* composto por 223 mensagens, trocadas entre membros da Comunidade Virtual da Linguagem (CVL), de onde retiramos exemplos que apoiaram nossas reflexões teóricas. Embora não tenha sido aplicado ao *corpus* nenhum tratamento estatístico, percebemos que um fenômeno importante, que está presente no início de um grande número de mensagens, é o processo de encapsulamento anafórico, resumindo quase sempre o conteúdo proposicional de outra(s) mensagem(ns). Percebemos que a imprecisão dos limites da materialidade textual, que se verifica nesse tipo de comunicação híbrida, parece ser responsável pelo apelo ao recurso da sumarização. Vimos, então, na Teoria da Acessibilidade, que não separa o que é textual do que é extratextual, uma ferramenta importante para tratar dessas questões, que, apesar de, ao que parece, serem comuns a qualquer tipo de discurso, são tão salientes no ambiente da lista de discussão.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade – Fenômenos referenciais –Cognição

ABSTRACT

The concept of reference has experienced a number of transformations through times, consistent with epistemological, linguistic and pragmatic changes (GHIRALDELLI, 2005). According to the more recent standpoints on language, that notion is now seen as a process which develops from the discourse pragmatics and which, because of that, involves aspects of the interaction-cognition. Such new viewpoint on the phenomenon requires new tools in order to account for its complexity. In this dissertation, we discuss six of the current models of the reference phenomena and we elected the Accessibility Theory, by Ariel (1996, 2001) as the most advanced, when it comes to link the pragmatic elements to the purely linguistic aspects. Although it is still based on the classical cognitivism, one of the paradigms criticized by theoreticians of the pragmatic-discursive view, that theory proposes a complex interaction among factors on the several levels of the text/discourse universe. Besides an extensive bibliographical research, a corpus of 223 messages exchanged between members of the Virtual Community for Language was arranged, from which we got examples that supported our theoretical considerations. Although no statistical treatment was applied to the corpus, we noted that an important phenomenon, present in the beginning of several messages, is the process of anaphoric encapsulating, almost always summarizing the propositional content of other message(s). We observed that the uncertainty of textual limits, which is present in such type of hybrid communication, seems to be responsible for demanding the summarization and found that the Accessibility Theory, that does not separate what is textual from what is extratextual, is an important tool to treat those questions, which, although present in any type of discourse, are so evident in the discussion list environment.

KEY- WORDS: *Accessibility Theory – Reference phenomena – Cognition.*

INTRODUÇÃO

O dialogismo, um postulado bakhtiniano que está na base das correntes mais atuais dos estudos lingüísticos, gera implicações que merecem ser discutidas na investigação de fenômenos específicos do uso da linguagem. No âmbito da Lingüística Textual, que, consoante declaram Koch, Bentes e Cavalcante (2007), está entre as correntes que reconhecem o caráter dialógico da linguagem, tem-se o objeto de estudo radicalmente modificado quando se considera a alteridade uma característica constitutiva do discurso. Admitir que o discurso é dialógico é também entender que, seja na enunciação oral, seja na escrita, aquele que compreende também produz discurso, isto é, está sempre em co-autoria com quem fala ou escreve.

Nessa perspectiva, o texto, antes visto como um conjunto de informações codificadas por um emissor para serem apreendidas por um receptor, extrapola os limites da materialidade física e envolve também os processos sociocognitivos que se estabelecem entre os interlocutores (falantes/escritores e ouvintes/leitores), durante a construção de sentido. A superfície textual (sonora ou gráfica) constitui apenas a ponta de um grande *iceberg*, submerso no “mar” das interações sociais. Estudar esse *iceberg* é investigar, a partir do que está à mostra, a porção submersa, ou seja, as negociações de onde emerge o sentido. É entender as “ações conjuntas” (*joint actions*) (CLARK, 1992; 1996) que, em determinadas circunstâncias, originaram os usos lingüísticos que vieram à tona.

Concordando com Marcuschi (2002) sobre a importância do papel desempenhado pelos atos de referenciação na construção do mundo de nossas experiências, objetivamos, nesta pesquisa, refletir sobre as relações entre as formas referenciais e os processos cognitivo-discursivos associados ao uso dessas formas. Entendemos, com Salomão (1999), que as palavras não funcionam como portadoras de sentido, mas como “guias” para que se (re)construa esse sentido. Não se trata, portanto, de estabelecer simplesmente uma correspondência entre as formas lingüísticas e as entidades do discurso. Bem mais que isso, trata-se de tentar “percorrer os caminhos” que resultaram no uso de determinadas expressões

lingüísticas (em vez de outras) para designar ou sugerir os referentes nas situações específicas de interação. Buscamos, assim, inferir de que maneira a “base comum”¹, considerada pelos autores dos textos, possivelmente atuou em suas decisões quanto à forma de designar (ou criar) os objetos de discurso.

O percurso que desenvolvemos neste trabalho tem uma história que, a nosso ver, deve ser contada, embora de forma breve, porque ela demonstra nossa atitude de curiosidade em relação os fenômenos da referência.

Nosso interesse por essas questões vem desde a época do Mestrado e surgiu do contato com os problemas de aquisição da escrita. Naquele momento, tentamos demonstrar que as crianças, em função de sua dificuldade natural de abstração e de sua experiência incipiente com os gêneros da modalidade escrita, empregariam formas referenciais não-convencionais para introduzir referentes no texto.

Realizamos uma experiência de retextualização com crianças de 2^a, 3^a e 4^a séries, que transformaram uma história em quadrinhos em narrativas sem gravuras. O resultado dessa experiência nos mostrou, de fato, usos curiosos, mas, principalmente, idéias interessantes acerca desses usos. Vimos, por exemplo, que algumas que entrevistamos tinham uma “teoria” para justificar a primeira menção de um referente no texto por meio de um sintagma definido. As explicações para o uso de formas como “a praça”, “o parque” eram do tipo “toda cidade tem uma praça”, “todo mundo conhece o parque da cidade” etc ².

Esse nosso mesmo interesse pelos fenômenos ligados à referência continuou quando nos voltamos, mais tarde, para a análise dos dêiticos em *e-mails*. Nossa atenção esteve, inicialmente, voltada para os *e-mails* pessoais, especialmente para os aspectos cognitivos que entram em jogo quando se instaura a comunicação por meio desse gênero híbrido. A partir de nossa observação sobre o comportamento dos dêiticos nos *e-mails*, passamos depois a observar, enquanto membro da Comunidade Virtual da Linguagem (CVL), o funcionamento dos atos referenciais nas mensagens que circulavam nesse ambiente.

¹ Conjunto de conhecimentos, crenças e suposições considerados do domínio comum de uma comunidade (cf. Clark, 1992; 1996).

² Ver Costa (2000).

Nosso propósito não foi, porém, em nenhum momento, descrever qualquer um desses gêneros. O que sempre pretendemos, tomando como objetos de observação essas formas híbridas de comunicação (tanto a história em quadrinhos como o *e-mail* pessoal, como, ainda, as mensagens da lista de discussão são textos que transitam entre a fala e a escrita), foi compreender os fenômenos cognitivo-discursivos que parecem ser inerentes à comunicação em geral, mas que nos são mostrados, de forma mais evidente, nesses contextos específicos.

Olhando para os dados, percebemos que as características peculiares do gênero poderiam interferir nas negociações de sentido e, assim, favorecer algumas escolhas lingüísticas. Como é sabido, apesar de se verificar, nas listas de discussão, o distanciamento espacial e temporal (próprio da escrita) entre escritores e leitores, a redução drástica da distância temporal no funcionamento dos *e-mails*³ e a possibilidade de vários “debatedores” abrirem, em um determinado momento, uma mesma mensagem parecem criar nos participantes a “ilusão” de um espaço físico comum, onde as trocas se dariam em tempo real. Uma das conseqüências disso seria a presença de alguns usos que podem ser considerados insólitos, como o encapsulamento anafórico, não sumarizando proposições advindas do cotexto, como é conhecido na literatura corrente, mas apontando para o conteúdo veiculado fora da mensagem atual. Pelo que se conhecia até então, na literatura sobre os processos referenciais, os encapsulamentos parafraseariam trechos do cotexto.

Enquanto coletávamos dados na CVL e tentávamos seguir as “pegadas” dos autores das mensagens, buscávamos uma teoria que nos servisse de base à compreensão dos fenômenos, sempre considerando as críticas que se fazem à visão tradicional, quer no âmbito dos estudos dos processos referenciais (MONDADA, DUBOIS, 2003; APOTHÉLOZ, PEKAREK-DOEHLER, 2003; KOCH, 2002, 2004ab; MARCUSCHI, 2001b, 2002, 2004b; CAVALCANTE, 2000, 2003, 2004), quer no campo das ciências da cognição (MATURANA, 2001; VARELA, 1998ab; VARELA, THOMPSON, ROSCH, 1999/2003; MAGRO, 1996ab, 1999).

³ Cf. Violi (2000) e Costa (2001).

Nessa busca por uma teoria de base, percebemos, pela leitura dos trabalhos de Cardoso (2003), Araújo (2004) e, principalmente, de Martins (2002, 2003), que nos faltava uma compreensão mais clara das diversas viradas por que passara (ou vem passando) o pensamento filosófico e, em função disso, a noção de referência. Vimos que compreender, por exemplo, o que significa passar da noção de referência para a de referenciação, como propõem Mondada e Dubois (2003), demandava entender, também, a oposição entre as concepções essencialista e pragmático-discursiva da linguagem, como sugere Martins (2002, 2004).

Partindo da hipótese de que abordagens mais rígidas, do ponto de vista da correspondência forma-função, estariam mais próximas da concepção essencialista; e que, em contrapartida, abordagens menos rígidas, quanto a esse aspecto, estariam mais próximas do ponto de vista pragmático-discursivo, estabelecemos como objetivo da tese buscar, entre alguns dos modelos conhecidos, aquele que se revelasse mais flexível, isto é, aquele que mais contribuísse para o “não-engessamento” dos atos referenciais. Em outras palavras, tentamos encontrar uma proposta de análise capaz de dar conta da multiplicidade de usos das formas lingüísticas, tendo em vista a instabilidade constitutiva da linguagem.

Ao analisarmos as propostas de Clark (1992, 1996); Chafe (1978); Prince (1982, 1992); Gundel et al. (1996) e Ariel (1996, 2001), optamos por esta última. Vimos que a abordagem de Ariel, cujos princípios constituem a Teoria da Acessibilidade, supõe uma interação complexa de fatores textuais/discursivos como responsáveis pelas escolhas lingüísticas. Pareceu-nos, assim, ser esta a abordagem que criaria a possibilidade de pensarmos na relação forma-função de modo menos determinista. Isso a aproximaria mais de uma ferramenta que nos permitiria ver os fenômenos referenciais segundo a concepção pragmático-discursiva, postulada por Mondada e Dubois (2003).

A partir daí, voltamos nossos esforços para analisar os processos referenciais à luz dos princípios de acessibilidade, tomando como exemplário para nossas reflexões o *corpus* que coletamos, no ambiente da CVL, enquanto participávamos (mais como leitora) das discussões que se desenrolavam em torno de temas polêmicos. Esse *corpus* é composto por 223 mensagens.

Organizamos esta tese, que constitui o resultado do processo abduutivo de “transitar” entre a teoria e os dados, em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo, traçamos o percurso do conceito de referência em termos mais filosóficos. Orientamos nossa argumentação em torno da questão essencialismo *versus* relativismo, uma dicotomia que Martins (2002, 2004) considera estar na origem de todas as tendências atuais dos estudos da linguagem. Tomando por base os trabalhos de Cardoso (2003) e Araújo (2004), mostramos como as diversas viradas do pensamento filosófico influenciaram, ao longo do tempo, as concepções de referência. No que chamamos de uma viagem conceitual, mostramos que essa noção é praticamente excluída dos estudos lingüísticos pelos estruturalistas, vira representação lógica do real, volta à enunciação e, finalmente, chega ao discurso.

No segundo capítulo, vemos o fenômeno da referência a partir de um ponto de vista mais ligado à cognição. Tentamos estabelecer, no início, um “diálogo” entre a dicotomia essencialismo *versus* pragmatismo, do âmbito dos estudos filosóficos, e outra dicotomia, associada às ciências da cognição, cognitivismo *versus* cognição situada. Ainda na primeira parte do capítulo, construímos, com Mondada (2003), o conceito de discurso como emergência, em oposição a planejamento. Na segunda parte, situamos a referenciação como um conceito discursivo. Concluímos, mostrando que o referente é instável, porque é construído e reconstruído continuamente; que ele apresenta, por outro lado, algum nível de estabilidade, porque, ao ser criado pela linguagem, submete-se às convenções da língua, a qual é construída ao longo do tempo, nas interações sociais. Contribuem fundamentalmente para essa discussão as idéias de Blikstein (1983) e de Mondada e Dubois (2003).

No terceiro capítulo, passamos a discutir a possibilidade de encontrar um modelo teórico compatível com a abordagem do fenômeno complexo da referenciação. A partir de uma discussão sobre os paradigmas da cognição, revisamos os modelos de Clark (1992; 1996), Chafe (1987), Prince, Gundel; Hedberg; Zacharski (1996), Givón (1993; 2002) e Ariel (1990; 1996; 2001), mostrando uma série de lacunas, ligadas a uma visão de língua/discurso que consideramos um tanto rígida, e avaliando o nível de contribuição desses modelos para

descrever os fenômenos referenciais. Detemo-nos mais, ao final do capítulo, na caracterização da Teoria da Acessibilidade, de Ariel, visto ter sido este o modelo considerado por nós mais flexível e, portanto, mais apropriado à análise da realidade dinâmica dos fenômenos referenciais. Apresentamos as críticas correntes ao modelo, fazemos algumas ponderações a essas críticas e decidimos, por fim, adotá-lo na discussão das mensagens da CVL.

No quarto capítulo, finalmente, promovemos o encontro entre a teoria e os dados. Na primeira parte, descrevemos alguns procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e explicamos, já ilustrando com algumas mensagens, o funcionamento das listas de discussão e, em particular, da CVL. Na segunda parte, analisamos exemplos de encapsulamento anafórico em mensagens da CVL, tomando por base os princípios da Teoria da Acessibilidade. Fechamos o capítulo com algumas reflexões sobre o que nos mostra o encontro entre os dados da CVL e a Teoria da Acessibilidade. Discutimos, em primeiro lugar, a relação que nos pareceu haver entre o modo de funcionamento da lista de discussão CVL e o uso de expressões encapsuladoras no início das mensagens. Em seguida, pomos em questão, com base nos princípios de acessibilidade, uma das dicotomias conhecidas na classificação dos processos referenciais, a que separa anáfora indireta de introdução pura de referentes. Admitindo o pressuposto de que a recuperação ou construção dos objetos de discurso se faz, como acontece no primeiro caso, por meio de processos inferenciais, questionamos o fato de não adotarmos o mesmo critério no segundo.

Nas considerações finais, retomamos a discussão em torno da Teoria da Acessibilidade. Discutimos, em linhas mais gerais, alguns dos resultados mais curiosos da análise dos dados sob a ótica dessa teoria e sugerimos alguns caminhos para novas pesquisas. Uma dessas sugestões aponta para a possibilidade de se aprofundarem as investigações sobre o encapsulamento anafórico, na interface com os estudos da intertextualidade, tomando por base os princípios da acessibilidade. Outra proposta indica a necessidade de revisão dos critérios que orientam as classificações dos processos referenciais, com atenção especial para a distinção entre as categorias anáfora indireta e introdução referencial.

Após as referências, acrescentamos ainda um apêndice, constituído por um dos blocos temáticos de mensagens. Com essa amostra, pretendemos tornar mais claro o modo de

funcionamento da CVL, o qual descrevemos de forma sucinta no início do capítulo 4. Tentamos ainda tornar mais explícita a forma de organização que demos a todo o *corpus*.

CAPÍTULO 1

Linguagem e referência

Como uma área de estudos que alcançou o *status* de ciência sob a égide do estruturalismo, a lingüística, durante algum tempo, não dispensou muita atenção ao problema da referência. Essa seria uma questão do interesse da filosofia, que, ao investigar o modo como a linguagem nomeia as coisas do mundo, estaria aprimorando o conhecimento sobre a realidade.

Os lingüistas pós-saussurianos vêm elasticando mais e mais seu campo de estudos, em função do reconhecimento de que voltar-se apenas para o “núcleo duro” da língua é uma atitude que não favorece a compreensão verdadeira dos fenômenos da linguagem. Os aspectos pragmáticos da interação humana levam a uma lingüística cada vez mais interdisciplinar ou, tomando de empréstimo o título da obra organizada por Moita Lopes (2006), “indisciplinar”, na medida em que tais aspectos, a cada situação de interação, ultrapassam novas fronteiras.

Nesse contexto, a questão da referência, que antes era um problema mais da Filosofia, passa a constituir também um objeto de estudo importante para a Lingüística. Em que pese a mudança de foco que se verifica hoje nos estudos lingüísticos da referência (enfocam-se os processos discursivos – a referenciação), mudança que levamos em conta no desenvolvimento desta tese, é importante conhecer como, no seio da Filosofia da Linguagem, evoluiu a noção de referência, até mesmo para compreender melhor o que significa chegar ao patamar da referenciação. A chegada a esse nível acontece após um percurso marcado por sucessivas mudanças de foco nos estudos filosóficos, na busca pelo real.

Neste primeiro capítulo, contamos, de forma breve, essa história do conceito de referência, adotando como principal fio condutor a questão **essencialismo** *versus* **antiessencialismo** – que Martins (2004, p.472) aponta como a raiz dos muitos e variados “caminhos que se oferecem hoje na lingüística” – e inspirando-nos na trilha aberta por Cardoso (2003) e Araújo (2004).

1.1 Da relação língua *versus* mundo

A pergunta “O que é referência” é respondida de modo muito simples por Cardoso (2003). Para a autora, “A relação entre a linguagem (um dizer) e uma exterioridade (um não dizer), relação necessária para que a linguagem tenha o seu valor e não se encerre em si própria, é o que se chama de *referência*” (p. 1). Por essa definição, tem-se a clareza de que entre as características da linguagem está o “voltar-se para fora”, isto é, o tratar de algo que não esteja circunscrito ao sistema lingüístico em si mesmo.

Essa, porém, é uma idéia que está longe de poder ser considerada consensual. A polêmica em torno de como (ou se) a linguagem se relaciona com o mundo e/ou com a mente tem ocupado, ao longo da história, lingüistas, filósofos e lógicos. Remonta à Grécia Antiga, quando se confrontam as teses relativista e realista, postuladas, respectivamente, pelos filósofos sofistas e socráticos.

Como bem lembra Weedwood (1995), já no século V a.C., Platão discutia a origem das palavras e a natureza das relações entre estas e a realidade. Já Aristóteles, a partir da tese de Platão sobre a existência de uma relação indireta entre as palavras e as coisas, tentava descrever esse processo, propondo a existência de uma dupla representação: os signos escritos representariam os signos falados e estes, “as impressões na alma” (WEEDWOOD, 1995, p. 27). Araújo (2004), reportando-se a essa matéria, faz referências à célebre questão levantada por Searle no início de *Speech Acts*⁴ e reconhece que, desde Platão até Davidson, o problema da existência de “uma relação entre palavras e coisas significadas, nomeadas, designadas” (p. 11) vem, de fato, perturbando os estudiosos da linguagem.

A verdade é que, conforme afirma Martins (2004), “As muitas maneiras com que hoje pensamos a linguagem e a questão do sentido correspondem a modos diferentes de reclamar – ou de tentar recusar – a herança mais ou menos compulsória que nos foi deixada pelos gregos” (p. 445).

⁴A questão a que a autora se refere é ‘Como se relacionam as palavras com o mundo?’ (cf. SEARLE, 1984, p. 9).

A busca da verdade, uma decorrência natural da passagem do pensamento mítico para o racional⁵, segundo mostra a Martins, impulsionou as investigações que determinaram o pensamento ocidental em termos mais gerais e, especificamente, no que se refere à concepção de linguagem. Como ela observa, as indagações em torno do real se desenvolveram em duas direções, que delinearam as duas grandes vertentes antagônicas do pensamento ocidental: o relativismo e o essencialismo. A tomada de posição frente a esse debate maior teria levado aos “três modos básicos de ver a linguagem ‘inaugurados’” nesse período (MARTINS, 2004, p. 499).

O relativismo nasce com os sofistas, para quem “O homem é a medida das coisas” (PROTÁGORAS, *apud* MARTINS, 2004, p. 450) ou, ainda, para quem “Nada existe que possa ser conhecido; se pudesse ser conhecido não poderia ser comunicado; se pudesse ser comunicado não poderia ser compreendido” (GÓRGIAS, *apud* MARTINS, 2004, p. 450). Sendo o homem a única medida das coisas, não pode este apreender a realidade tal qual ela é, porque o que se lhe apresenta como real é o que assim lhe parece ser. Mas, se não existe de fato uma realidade objetiva, o que se tem é, primeiro, a ilusão da existência da realidade e, depois, sobrepondo-se a esta, outra ilusão: a de se poder acessar o real.

Estabelece-se, nesse contexto, o papel da linguagem: manifestar “as opiniões ou impressões dos homens”, em torno das quais se formam consensos. São esses consensos que, por sua vez, respondem pela “estabilidade da linguagem” (MARTINS, 2004, p. 451). Como as contradições são inerentes a essas opiniões ou impressões, impõe-se à linguagem um nível de plasticidade capaz de acomodar tais inconsistências. Estariam, assim, sendo lançadas as bases para a visão pragmática da linguagem: o sentido não seria algo fixo, ligado às expressões lingüísticas. Conforme a autora esclarece,

Enfatizando a volatilidade dos consensos sobre a fixidez da verdade, e apontando o lugar central que, sob essa ótica, a linguagem ocupa nos assuntos humanos, os sofistas abrem caminho para pensarmos que as expressões *significam* não porque representam algo por si sós, mas antes porque, jamais dissociando-se dos assuntos humanos de que tomam parte, inscrevem-se circunstanciadamente no fluxo dessas práticas, com efeitos

⁵ Buscar a verdade significava opor-se à crença no imaginário, na mentira; significava tentar explicar o mundo por meio da reflexão lógica, não mais através de adivinhações.

possíveis muito variados, efeitos que podem talvez ser *estimados*, mas nunca garantidos de *antemão* (MARTINS, 2004, p. 453, grifos da autora).

Ao relativismo dos sofistas opõem-se frontalmente as idéias de Platão e Aristóteles, as quais, conforme explica Martins (2004), divergem entre si em alguns aspectos e se complementam em alguns outros. Segundo a autora, é a visão essencialista de mundo que faz essas duas teorias se oporem, em bloco, ao pensamento sofístico. Tanto Platão quanto Aristóteles crêem que os seres têm uma essência, que geralmente difere da aparência. Buscar o conhecimento da realidade é, então, procurar descobrir essa essência e, indiretamente, descobrir como funciona a linguagem, uma vez que o acesso a essa realidade é sempre mediado pelo discurso. Sob esse ponto de vista, a linguagem funcionará tanto melhor quanto mais fielmente representar a essência das coisas.

Para Platão, conforme nota Martins (2004), o real a ser representado pelas palavras é constituído por “entidades extralingüísticas universais, autônomas e transcendentais” (p. 461), dissociadas dos sujeitos, o “*eidos*”, no dizer de Neves (2002, p. 26)⁶. Já para Aristóteles, a essência reside no pensamento. Segundo essa concepção empirista, o homem, a partir de suas experiências no mundo, capta em seu intelecto a essência das coisas, que é impressa em sua mente, e a transforma em palavras, os “símbolos das disposições da alma” (Da Interpretação D).

Pode-se considerar, então, que a teoria platônica é realista, na medida em que estabelece uma relação diádica entre a linguagem e a realidade. Já a visão aristotélica, que propõe a tríade - objetos do mundo, representações mentais, palavras - pode ser tida como mentalista: entre a realidade e a linguagem haveria a “interferência” da mente. Nessa perspectiva, esclarece a autora, “as línguas humanas, refletindo em última instância as categorias do real, são no entanto, *antes de tudo*, uma manifestação do *logos*, da faculdade mental distintiva que faz do homem um animal racional” (MARTINS, 2002, p. 89, grifos da autora).

⁶Segundo Neves, (2002, p.26), “o que governa toda a investigação platônica da linguagem [...] é o *eidetismo*, isto é, a conformidade com a idéia (*eîdos*) das coisas” (grifo da autora).

Há quem perceba traços de mentalismo em Platão, por este considerar o real constituído de entidades abstratas, virtuais. Há também, por outro lado, quem considere realista a visão aristotélica, em função do empirismo que a caracteriza. Martins reconhece a existência de um “curioso magnetismo que parece atrair as visões realista e mentalista já nesse momento fundador” (2004, p. 461).

No que diz respeito ao foco de nossa reflexão, que são as relações entre linguagem e realidade, o importante a ser compreendido é que as duas teorias são baseadas na crença de que as coisas têm essências universais e imutáveis (estejam essas essências onde estiverem) e que podem ser acessadas pela linguagem. Se à linguagem cabe o papel de representar o mais fielmente possível a realidade, há que se fugir da imprecisão e da ambigüidade das palavras; há que se fixarem de forma lógica as relações entre os nomes e os seres. Diferente da perspectiva sofística, o ponto de vista platônico-aristotélico não poderia admitir a plasticidade como uma característica da linguagem⁷.

As bases milenares do pensamento de Platão e Aristóteles, no entender de Martins, são responsáveis pelo predomínio da tese essencialista, que sob “variações refinadas reincide no pensamento moderno e contemporâneo⁸” (2004, p. 470). Nos estudos da linguagem, as distinções epistemológicas entre “o lingüístico e o enciclopédico, o literal e o figurativo, o declarativo e o performativo, o semântico e o pragmático”, questões que estão sempre permeando as análises que se fazem, mesmo sob óticas mais avançadas, sobre os fenômenos lingüísticos, ocorreriam em função da crença de que “há nas línguas humanas um fundo essencial” (p. 471). Tais questões representariam a tentativa de desvelar, a partir da superfície heterogênea das línguas, esse fundamento último. Frente à resistência do “essencial” a se deixar desvelar, explica Martins, “o projeto metafísico que domina a história do pensamento

⁷ A esse respeito, vale lembrar a observação de Santoro (2007), a qual corrobora a mesma tese: falando da influência do formalismo aristotélico sobre nosso modo de raciocinar, o autor sustenta que, ao criar a Lógica Formal, Aristóteles inaugurou um modo de estruturação do discurso científico que é característico do pensamento ocidental. Os “outros discursos de conhecimento” se apoiariam normalmente “em narrativas e vivências – nunca em rigorosas demonstrações silogísticas” como acontece com o nosso.

⁸ Entre os nomes importantes, responsáveis por essas novas “versões” do essencialismo, a autora cita Descartes, Locke, Arnauld e Lancelot, Frege e Russell. (MARTINS, 2004, p. 470).

no ocidente pode [...] ser compreendido como um esforço continuado” para ultrapassar tal obstáculo (2004, p.471).

Uma atitude diferente, perante a dificuldade de explicar o essencial, é o que Martins (2004) aponta como responsável por tornar mais “audíveis” vozes que se afastam do ponto de vista platônico-aristotélico e se aproximam do caminho aberto pelos sofistas. Alguns filósofos contemporâneos⁹, em lugar de aderirem ao esforço para desvelar os fundamentos essenciais, passaram a ver essa questão apenas como um fator a ser considerado em suas investigações. Por esse caminho, chegaram à “crítica antiessencialista”, que tem como foco principal a concepção realista de linguagem.

Tem-se, assim, a volta da “tensão” entre dois projetos opostos, embora sob novas formas de manifestação. As diversas “versões, puras e híbridas, de realismo, de mentalismo e de pragmatismo” que se verificam atualmente nos estudos lingüísticos retomam, de forma voluntária ou involuntária, as “questões maiores”, cujas raízes estão na Filosofia, e as “disputas que se instituíram em torno delas” (MARTINS, 2004, p. 472).

1.1.1 A noção de referência: uma viagem conceitual

Um olhar sobre o modo como as relações entre linguagem e realidade são concebidas na contemporaneidade demonstra que Martins (2004) tem razão quando se refere à volta da tensão entre o essencialismo e o relativismo. Cardoso (2003) e Araújo (2004), ao traçarem o panorama dos estudos sobre referência¹⁰, mostram que, a partir do final do século XIX, com a chamada “virada lingüística”¹¹, inicia-se uma mudança de foco nos estudos da linguagem que

⁹ Entre esses pensadores estariam Wittgenstein, Heidegger, Derrida, Foucault e Rorty.

¹⁰ As duas autoras perfazem, com algumas diferenças de ponto de vista, o mesmo percurso histórico, embora a visão da primeira esteja mais ligada à perspectiva da lingüística e a da segunda, ao ponto de vista da filosofia.

¹¹ Conforme esclarece Ghiraldelli (2005), costumam-se reconhecer, na história dos estudos filosóficos, três mudanças de foco. A primeira seria a “virada epistemológica”, momento em que se abandonam as preocupações cosmológicas e ontológicas e se passa a perguntar sobre o conhecimento humano acerca do real. A segunda, chamada “virada lingüística”, marcaria o momento em que as preocupações se voltam para a linguagem, como um novo *locus* para essa busca. Haveria finalmente uma terceira mudança, no interior da segunda, a que se

vai, aos poucos, apontando para soluções menos restritivas, mais relativistas, rumo ao que se convencionou chamar de “virada pragmática”.

Uma série de “deslocamentos” (CARDOSO, 2003) em termos de abrangência do objeto de estudo coincide, até certo ponto¹², com o abandono da concepção de linguagem como meio para se chegar aos fundamentos da verdade e com a adoção de uma compreensão do fenômeno lingüístico como uma realidade menos apriorística, mais dependente das circunstâncias de uso e, portanto, mais dinâmica e menos previsível. Araújo (2004) distribui essa seqüência de deslocamentos em quatro patamares que coincidem, de certa forma, com o grau de abrangência das unidades de análise: signo, proposição, ato de fala e discurso.

Considerando a tese de Martins (2004) sobre a volta da “tensão” entre essencialismo e antiessencialismo e tomando por base os trabalhos de Cardoso (2003) e de Araújo (2004), tecemos nos próximos segmentos deste capítulo, algumas breves considerações sobre esse percurso conceitual dos estudos da linguagem e, mais precisamente, da questão da referência. Com esses comentários, pretendemos apenas refletir sobre como essa tensão a que se refere Martins tem contribuído para que se construa uma nova visão acerca dos fenômenos referenciais.

1.1.1.1 O estruturalismo e a exclusão da referência

O percurso que as autoras propõem se inicia com a visão estruturalista do signo de Saussure. Como é sabido, o chamado “pai da lingüística moderna” (FARACO, 2004, p. 27) circunscreve o objeto de estudo ao sistema. Diferentemente de outras ciências, explica Saussure, o campo de estudos da linguagem não conta com objetos dados previamente; é o ponto de vista que cria o objeto. Diante da multiplicidade de possíveis objetos, proporcionada

chamaria “virada pragmática”, quando se passa a pensar que a realidade é algo dinâmico que emerge com nossas práticas sociais, entre as quais estão os diversos usos da linguagem.

¹² Dizemos que essa coincidência se dá “até certo ponto” porque, para nós, não está claro, por exemplo, em que medida o nível dos estudos proposicionais pode ser considerado mais avançado que o dos estudos estruturalistas, em termos de concepção de linguagem.

pela complexidade dos fenômenos lingüísticos, ele propõe que a Lingüística se ocupe apenas da *langue* e deixe de lado a *parole*, o que significa eliminar da língua “tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao sistema, numa palavra: tudo quanto se designa pelo termo ‘Lingüística externa’” (SAUSSURE, 1995, p. 29).

Com esse recorte, Saussure opta por eximir os estudos lingüísticos da responsabilidade de tratar da referência. Como observa Araújo (2004), as únicas relações a serem consideradas são as “intra-sígnicas” (p. 2). A autora entende que essa solução gerou conseqüências positivas e negativas. Uma vantagem, segundo ela explica, é que essa visão de língua vai contra a idéia milenar de uma correspondência obrigatória entre a linguagem e o real. Afinal, como ela argumenta, “falar é relacionar signos entre si e não signos com a realidade” (ARAÚJO, 2004, p. 2)¹³.

Opinião semelhante tem Cardoso (2003), quando reconhece que Saussure rompeu com a concepção de representação como análise do pensamento, postulada pelos clássicos. Diferentemente destes, que tentavam desenvolver uma teoria da linguagem fundada na correspondência entre palavras e entidades mentais, Saussure buscava construir “uma lingüística *autônoma* com relação a outras ciências e disciplinas, até mesmo com relação à filosofia e à lógica” (CARDOSO, 2003, p.18, grifo da autora).

O lado negativo da questão, para Araújo (2004), reside no motivo alegado pelo autor para excluir a referência do campo de estudo da lingüística: a dependência de questões extralingüísticas (como o valor-verdade das sentenças). De fato, tal motivação parece indicar que a concepção de referência de Saussure é ainda a de uma relação direta, transparente, das palavras com os objetos do mundo. A idéia de um referente que não se confunde com a substância, mas também que se diferencia do significado; que é em parte constituído culturalmente, mas em parte fabricado pelo discurso, parece não ser admitida por Saussure. Daí o radicalismo de sua solução, que é criticado por Cardoso (2003). Para a autora, extraditar o referente do signo lingüístico significa negar, de uma vez por todas, os aspectos simbólicos

¹³ Considerando esse aspecto, deveríamos concordar com Martins (2004, p. 72), que, ao reconhecer a volta da “tensão entre essencialismo e relativismo”, considera Saussure uma das vozes ‘desestabilizadoras’ da “hegemonia metafísica”.

da linguagem. Já para Araújo (2004, p. 7), tal atitude significa “excluir toda uma série de fatores e fenômenos nada secundários, não só a coisa referida (*conotatum*) como também a fala, a intenção, o uso, as interações verbais”, justamente os elementos que demonstrariam a dimensão discursiva da referência.

A teoria de Saussure, conforme tem sido amplamente demonstrado na história dos estudos da linguagem¹⁴, influencia, com maior ou menor força¹⁵, as chamadas correntes estruturalistas. Por um “consenso antigo”, observa Ilari, reconhecem-se como “lingüísticas saussurianas” a linha de investigação desenvolvida pela Escola de Praga, a glossemática de Hjelmslev, o funcionalismo de Martinet e a produção lingüística de Jakobson. Comum a essas correntes estaria o “ideário saussuriano”, resumido nos seguintes princípios: “prioridade da análise do sistema, concepção da língua como forma, descarte da substância, preferência pela sincronia” (ILARI, 2004, p. 68).

No que tange à referência (ou à negação do problema), é a glossemática que segue mais fielmente a idéia de descartar “qualquer resquício de substância lingüística”, quer no plano do significado (‘plano do conteúdo’), quer no plano do significante (‘plano da expressão’) (CARDOSO, 2003, p. 37). Tal solução afasta dos estudos da língua o trato com o referente, uma vez que tudo se resume às relações entre formas. Embora essa exacerbação tenha cabido à glossemática, pode-se dizer, justamente em função desses princípios comuns citados por Ilari, que o problema da referência não estava no centro das preocupações dos estruturalistas em geral.

¹⁴ Cf., por exemplo, Ilari (2004); Faraco (2004), além de Cardoso (2003), obra à qual já nos vimos referindo ao longo do presente tópico.

¹⁵ Cardoso (2003) previne que os lingüistas da Escola de Praga, por exemplo, “não se mantiveram fiéis a todas as teses de Saussure” (p.27), mesmo porque sofreram também outras influências, entre as quais a de Baldouin de Courtenay.

1.1.1.2 A referência como representação lógica do real

O segundo patamar reconhecido por Araújo (2004)¹⁶ é o da proposição. Por razões diferentes das de Saussure e demais autores da lingüística estruturalista, os filósofos voltaram também sua atenção para o interior da linguagem, lugar onde se encerraria a busca do real. Diferente da linguagem natural, essa linguagem deveria estar livre de imprecisões e ambigüidades, como explica Ghiraldelli Jr. (2005):

Essa linguagem ideal espelharia o mundo exatamente como um mapa espelha o mundo por meio de símbolos. A identidade de estruturas entre os pontos do mapa e os pontos da Terra nos daria o mapa perfeito, tal como seria uma linguagem ideal. Assim, para todo nome próprio haveria uma propriedade correspondente. Quando corretamente usada, tal linguagem figuraria os fatos tais como eles são. Uma teoria da verdade derivada de tal concepção seria a teoria da verdade como correspondência.

O efeito mapeador da linguagem seria conseguido por meio da análise lógica das proposições. A determinação do valor-verdade das sentenças (nos níveis intensional e extensional) criaria condições para que se formalizassem as línguas naturais. Por meio dessa formalização, seriam afastados ‘erros’, “ambigüidades” e “conotações”, o que tornaria a linguagem adequada à “construção da ciência” (ARAÚJO, 2004, p. 59). Esse movimento, por meio da lógica, em direção à linguagem como um novo âmbito para onde se direcionar a busca do real, significou também uma fuga ao “psicologismo” que o estudo da consciência teria imposto à filosofia moderna¹⁷.

¹⁶ Convém esclarecer que o termo “patamar” é usado por Araújo (2004). Cardoso (2003) refere-se aos momentos que indicam mudança de perspectiva no estudo da referência como “deslocamentos”. Para ela, este “segundo patamar”, que é voltado para a lógica, faz parte, na verdade, ainda do primeiro deslocamento, que é caracterizado pela migração para o interior da língua.

¹⁷ Ghiraldelli Jr (2005) observa que, na história da filosofia, reconhecem-se pelo menos três momentos ou viradas. A “virada epistemológica” marcaria a passagem da filosofia antiga, que tinha “preocupações cosmológicas e ontológicas, para a moderna, quando se começa a indagar sobre o conhecimento. Tenta-se saber sobre o mundo, perguntando como se adquire consciência a respeito dele. E, tendo em vista que “a consciência produz reflexões, crenças, desejos, intenções e juízos”, explica o autor, “ela [a consciência] é também tomada (...) como sujeito”, uma entidade consciente e responsável por seus atos. Essa noção de sujeito provocou críticas dos pragmatistas, que viram nela a volta do essencialismo aristotélico. Surgiu daí a filosofia analítica, reconhecida depois como a “virada lingüística”, expressão que, segundo Rorty (apud GHIARALDELI Jr, 2005), significa a visão de que se podem resolver (ou dissolver) os problemas filosóficos, reformando-se ou compreendendo melhor a linguagem.

Entre os representantes dessa linha de pensamento, Frege aparece como um dos nomes mais importantes, principalmente quando se trata da questão da referência. Como é sabido, Frege recorreu a operações lógicas para estabelecer a diferença entre sentido e referência. A partir da observação de que as igualdades $a=a$ e $a=b$ constituem sentenças cognitivamente distintas (as relações do primeiro tipo se sustentam *a priori*; as do segundo tipo, nem sempre), chega à conclusão de que

A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a idéia que dele temos é inteiramente subjetiva; entre um e outro está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto a idéia, mas que também não é o próprio objeto (FREGE, 1972, p. 105).

Empenhado em ressaltar o caráter logicista que atribui à linguagem, Frege previne que sua intenção, ao falar de idéia, é apenas garantir a distinção: “A referência e o sentido [...] devem ser distinguidos da idéia”, uma vez que esta é subjetiva e, por isso, está “freqüentemente saturada de emoções” (p. 104), o que a tornaria passível de variação. Dentro do espírito de combate ao mentalismo, ele defende, com essa contraposição, “a objetividade e a universalidade do sentido (convencional, lógico, pertencente a um dado sistema)”, isentando a semântica de qualquer subjetivismo¹⁸. (CARDOSO 2003, p.51).

A importância da contribuição de Frege para a compreensão do fenômeno da referência é ressaltada por Araújo (2004, p. 68), que se apóia na opinião de Quine. Segundo a autora, a visão fregiana que distingue sentido de referência resolve o “problema ontológico”, de modo a que não se apele mais “para entidades na cabeça dos homens” ou para “mundos possíveis”. Compreender essa distinção significa admitir a possibilidade de se falar de entidades que não têm existência na realidade objetiva. Marcuschi (2007, p. 42), considera a “objeção” de Frege à idéia “de que ‘referência’ e ‘sentido’ seriam a mesma coisa [...] uma noção teórica essencial nos estudos semânticos” atuais.

¹⁸ Sobre o anti-subjetivismo de Frege, vale, aliás, lembrar Soares (2001, p. 6), que, citando Sluga, resume o que seria o projeto fregiano da construção de uma linguagem “conceptográfica”: haveria “nas proposições com sentido um conteúdo conceptual” que estaria sendo inadequadamente representado pela linguagem corrente. Diante disso, Frege vislumbrava a possibilidade de construir um “sistema notacional” capaz de expressar de forma adequada esse conteúdo conceptual.

Uma das lacunas que Araújo aponta na teoria de Frege é o fato de deixar “em aberto o problema pragmático” (2004, p. 69). A esse respeito, vale conferir a crítica de Cardoso (2003). Para esta autora, o princípio de que *o sentido determina a referência* aproxima Frege de Saussure quanto ao desprezo pela função referencial da linguagem. Para ela, esse princípio pode ser interpretado como a afirmação de que ‘um sistema lógico-semântico perfeito dispensa o nosso olhar sobre o mundo’ (p. 62). É importante lembrar também as observações de Soares a respeito do tipo de interesse que a linguagem despertava nos lógicos. A análise das proposições servia apenas ao propósito maior de apreender o pensamento verdadeiro, uma vez que “os pensamentos só são acessíveis aos seres humanos, quando se exprimem através de uma linguagem ou de um simbolismo. Faz parte da essência do pensamento ser exprimível lingüisticamente” (SOARES, 2000, p. 4). “Captar um pensamento” corresponderia a “apreender o sentido de uma frase”. (p. 11).

A visão de Russell sobre a referência, conforme admite Cardoso (2003), coincide em grande parte com a de Frege. Ao questionar a noção fregiana de “nome próprio”, porém, Russell teria assumido uma compreensão diferente acerca do que significa nomear e referir. Cardoso (2003) argumenta que, ao estabelecer estatutos diferentes para “nomes próprios” e o que chamou “descrições definidas”¹⁹, Russell estaria confundindo “*referência com significado*”.

A respeito do pensamento de Russell, Araújo (2004) considera ser esta uma teoria “realista”, uma vez que propõe que “o significado de um nome” seja “identificado ao objeto que ele denota”. Para a autora, tal noção constituiria “um retrocesso com relação à distinção sentido/referência de Frege” (p. 70).

¹⁹ Os nomes próprios (José, Maria, Pelé, Brasil, por exemplo) seriam capazes de designar seres, independentemente da situação de uso; já as descrições definidas (como O rei do futebol, O país do carnaval, O atual rei da França) seriam “símbolos incompletos”, que dependeriam do contexto e que, embora contribuindo para o sentido da frase, não exerceriam, por si mesmos, a função de referir ou denotar. Tal função seria desempenhada pela frase em que uma dessas expressões estivesse inserida. Proposições como “O atual rei da França é careca” (que para Frege seriam desprovidas de referência) teriam sentido e também referência, de acordo com a concepção de Russell. Seriam consideradas falsas, segundo sua análise, por ferirem os princípios da existência e da unicidade.

Entre as muitas críticas à teoria russelliana, Cardoso destaca as observações de Strawson, acerca dessa “confusão”. Russell não teria percebido que, enquanto

o significado das sentenças é função da expressão lingüística como tal, (...) seu valor de verdade (referência) é função do seu uso nesta ou naquela ocasião particular, o que equivale a dizer que são os usuários da língua e não a língua através de suas expressões que fazem a referência (CARDOSO, 2003, p. 61).

A crítica da autora, que na verdade exprime o pensamento de Strawson, embora seja pertinente quanto à observação de que a referência é realizada pelo falante, não pelas expressões lingüísticas, parece-nos ainda incompleta²⁰. A idéia de que “o significado (...) é função da expressão lingüística como tal” nos parece muito restritiva, na medida em que separa, de forma drástica, o semântico do pragmático²¹. Essa separação dicotômica revela uma concepção que os estudos que tomam por base uma linha de orientação mais pragmático-discursiva vêm tentando superar²². Uma compreensão não dicotômica acerca do funcionamento da linguagem foge aos limites da análise lógica das sentenças, sendo talvez esta a razão por que a autora não tenha aprofundado sua crítica. A verdade é que o interesse em logicizar a linguagem para torná-la precisa, livre de ambigüidades e “imperfeições”, afasta a preocupação com os aspectos pragmático-discursivos.

Além de Frege e Russell, Wittgenstein, em seu famoso *Tractatus lógico-philosophicus*²³, esteve também empenhado na tarefa de formalizar a linguagem. Atribuindo ao uso inadequado da linguagem os problemas filosóficos, o autor desenvolveu sua ‘teoria

²⁰ Essa incompletude, segundo nosso modo de entender, poderia ser atribuída ao fato de a autora não tentar impor sua visão, mas procurar manter-se fiel à própria visão de Strawson, por ela citado.

²¹ Em relação à (im)possibilidade de haver significado puramente lexical, vale a pena conferir Ariel (2002a), que prefere a expressão “significado mínimo” a “significado literal”. O significado mínimo, para a autora, seria de três tipos: determinado por fatores lingüísticos, por fatores psicolingüísticos ou por fatores interacionais. Ver também Ariel (2002b), que demonstra a interferência da interpretação interacional privilegiada” na determinação do chamado significado literal ou “mínimo”. Ver ainda Marcuschi (2007), que discute alguns posicionamentos a esse respeito, entre eles o de Ariel (2002a).

²² Vale lembrar que essa divisão faz parte da lista de oposições (lingüístico *versus* enciclopédico, literal *versus* figurativo, declarativo *versus* performativo, semântico *versus* pragmático) aqui já comentadas. De acordo com Martins (2004), essas distinções, que teimam em aparecer até mesmo em análises sob óticas mais avançadas, revelam ainda uma concepção essencialista da linguagem.

²³ Como é sabido, costuma-se falar da filosofia wittgensteiniana, dividindo-a em duas fases

figurativa do significado’ (SCRUTON, 1982, p. 273), “um modo deveras peculiar de abordar a referência e a significação”, conforme afirma, com razão, Araújo (2004, p. 74).

O objetivo da obra seria “traçar os limites para a expressão do pensamento, tanto no que se refere ao que pode ser pensado quanto ao que pode ser dito” (MUGURUZA, 2006, p. 50), o que somente poderia ser feito por meio da linguagem. Para atingir tal propósito, o filósofo estabelece um paralelismo entre o mundo (a “totalidade dos fatos”) e a linguagem (o conjunto das sentenças passíveis de serem proferidas com sentido). Esse paralelismo é assim explicado por Muguruza:

Wittgenstein [...] decompõe analiticamente esse aspecto da realidade: o mundo, em *estado de coisas* que, por sua vez, se decompõem em elementos mais simples, fatos moleculares e estes em fatos atômicos. Simetricamente, o pensamento, - o mesmo que a linguagem - é constituído de proposições atômicas, que ligam entre si signos simples dos objetos: mundo → ou acontecer → totalidade dos fatos → existência de estados de coisas → ligação de coisas simples ou objetos → espaço lógico²⁴ (2006, p. 52, grifo da autora).

Na perspectiva desse paralelismo entre linguagem e realidade, segundo entende Araújo, “a relação de referência é assegurada sempre que for o caso de haver um modo possível de afiguração” (2004, p. 81). Wittgenstein I analisaria uma frase como “O rei da França é careca.”, considerando-a provida de sentido, uma vez que esta configura fatos; por outro lado, em função de o “estado de coisa” aí projetado não encontrar “correspondente na realidade” (2004, p. 80), ele consideraria falsa tal proposição²⁵. Com essa rigidez da “relação entre significado ou sentido [...] e referência ou significado”, argumenta a autora, Wittgenstein “pretende mostrar os limites do pensável, que são os limites rígidos das formas lógicas das proposições” (2004, p. 80).

²⁴ *Wittgenstein descompone analiticamente esse aspecto de la realidad: el mundo, em estado de cosas que a sua vez, se descomponen em elementos atômicos. Simetricamente, el pensamiento - lo mismo que el lenguaje - es constituído de proposiciones atômicas, que ligam entre si signos simples de los objetos: mundo → o acontecer → totalidad de los hechos → existência de estados de cosas → ligación de cosas simples u objetos → espacio lógico.*

²⁵ Essa visão parece coincidir com a de Frege: “fazer sentido” seria diferente de “referir”.

Ao dispensarem uma maior atenção à linguagem, a lingüística estruturalista e a semântica formal o fizeram recorrendo ambas a alguma forma de reducionismo, embora por motivos distintos e de formas diferentes. A nosso ver, o caráter normativo desta última, que seleciona o que se pode dizer a partir de critérios lógico-formais, torna-a talvez ainda mais distante da visão pragmático-discursiva. Enquanto o recorte empreendido por Saussure teve por objetivo apenas inscrever a lingüística no rol das ciências²⁶, os lógicos tentaram estabelecer normas para corrigir o uso da linguagem, separando o formalizável do não-formalizável. Sob essa perspectiva, deveria haver uma depuração, por meio da análise lógica das sentenças, para que assim se determinasse o que poderia ser dito – apenas o que se configurasse como lógico.

Quanto à concepção de referência, podemos considerá-la ainda muito distante da noção processual que se postula atualmente. Isso é explicável, se considerarmos que a linguagem é vista como expressão do pensamento²⁷.

1.1.1.3 A referência como uso da linguagem

O terceiro patamar proposto por Araújo (2004) pode ser compreendido como resultante de uma mudança de paradigma que envolve, além da extensão e da natureza do objeto de estudo, a visão de como funciona a linguagem e de que tipo de relação os sujeitos teriam com esse objeto. Corresponderia, então, à passagem do nível do signo estruturalista para o dos enunciados; do nível das sentenças lógicas para o dos “jogos de linguagem”, dos “atos de fala” no universo da linguagem ordinária; do nível da idéia de linguagem como expressão do pensamento ou como representação formal do mundo para a de linguagem como

²⁶ Como sabemos, Saussure não negou nem condenou os aspectos ligados ao uso da linguagem, apenas os ignorou, por uma decisão metodológica.

²⁷ Reforçando o que já foi dito, vale lembrar que, nessa perspectiva, pensamento equivaleria a raciocínio lógico, livre de qualquer subjetividade.

ação; do nível da negação completa de qualquer subjetividade para o dos sujeitos como atores que põem a língua para funcionar²⁸.

Ao lado dos filósofos mencionados por Araújo (2004) – Wittgenstein, Austin e Searle – que substituíram o estudo das proposições pelo da linguagem ordinária, situamos também neste grupo Benveniste, que, do ponto de vista da enunciação, tece críticas ao signo saussuriano e traz de volta a *parole*. Reconhecemos que as abordagens apresentam uma grande heterogeneidade, mas consideramos como critério de agrupamento o fato de todas elas se oporem ao tratamento reducionista que tanto estruturalistas quanto lógicos dispensaram à linguagem.

1.1.1.3.1 A enunciação: uma tentativa de resgate da referência

No campo da lingüística, esse novo movimento rumo a uma concepção de referência mais dependente das contingências da enunciação é representada pelos trabalhos de Benveniste²⁹, que propõe uma ampliação à teoria saussuriana do signo para abranger a enunciação e o discurso. Como o único sistema semiótico capaz de se auto-interpretar, observa Benveniste ([1974] 1986), a “língua nos fornece o único modelo de um sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu funcionamento” (p. 63). Nessa perspectiva, explica o autor, haveria na língua a combinação de dois modos de “significância”: o semiótico, na esfera dos signos, e o semântico, no âmbito do discurso.

²⁸ É importante esclarecer que, quando falamos de “sujeitos” atores referimo-nos a um certo caráter “funcional” (se é que assim se pode dizer) assumido pelos estudos da linguagem, isto é, um olhar sobre a linguagem em funcionamento (na lingüística, com Benveniste; na filosofia, com Wittgenstein II e com os teóricos dos atos de fala). Essa noção de linguagem em ação pressuporia, de alguma forma, sujeitos usando a língua em suas práticas sociais, e se oporia à rigidez dos estudos estruturalistas e lógicos, que abordavam as questões da linguagem como objetos fixos, passíveis de manipulação (e de normatização, no caso da análise proposicional).

²⁹ A bem da verdade, Araújo (2004), que, conforme já esclarecemos, adota um ponto de vista mais voltado para os problemas da filosofia, não faz referências a Benveniste como “colaborador” na evolução do conceito de referência. Cardoso (2003), ao contrário, reconhece a contribuição do autor para o deslocamento da questão da referência do patamar estruturalista para a perspectiva da enunciação.

Na defesa da tese de que os limites do signo, impostos por Saussure, deveriam ser ultrapassados, Benveniste mostra que

Todo o estudo semiótico, em sentido estrito, consistirá em identificar as unidades, em descrever suas marcas distintivas e em descobrir os critérios *cada vez mais sutis* da distintividade. [...] Tomado nele mesmo, o signo é puramente idêntico a si mesmo, pura alteridade em relação a qualquer outro, base significante da língua, material necessário da enunciação (1986, p. 65, grifo do autor).

Com essas observações, o autor constata, por um lado, quão restritivo seria um estudo da língua que tomasse como objeto apenas a “distintividade” ou o “valor”, conforme prega a teoria saussuriana (SAUSSURE, 1995). Insinua, por outro lado, que tais elementos devem ser considerados, uma vez que constituem “material necessário da enunciação”. Como afirma Cardoso, não há, por parte de Benveniste, uma rejeição a Saussure. “A lingüística de Saussure [...] poderia dar perfeitamente conta do modo de significação semiótico, mas não do semântico” (CARDOSO, 2003, p. 68). Assim é que, conforme declara Benveniste,

Quando Saussure definiu a língua como sistema de signos, estabeleceu o fundamento da semiologia lingüística. Mas vemos agora que se o signo corresponde às unidades significantes da língua, não se pode erigi-lo em princípio único da língua em seu funcionamento discursivo (BENVENISTE, 1986, p. 66).

Se o signo não pode ser erigido como “princípio único”, há que se buscarem outras explicações para o funcionamento da linguagem. A questão da abrangência³⁰ é justamente o que preocupa Benveniste, e é por isso que ele acrescenta ao “modo de significância semiótico”, já proposto por Saussure, o “modo de significância semântico”, que preencheria a lacuna deixada por Saussure: cuidaria do sentido produzido na língua em uso e, nesse processo, resgataria a questão da referência (que fora ignorada pelo estruturalismo) como um dos elementos importantes na produção desse sentido.

³⁰ Convém esclarecer que, quando falamos de abrangência, não nos referimos somente à dimensão física do material lingüístico, mas principalmente à extensão do objeto de estudo enquanto fenômeno humano, levado a efeito pelo uso da linguagem.

Com o semântico entramos no modo específico de significância engendrado pelo DISCURSO. Os problemas que aqui se colocam são função da língua como produtora de mensagens. Ora, a mensagem não se reduz a uma sucessão de unidades que devem ser identificadas separadamente; não é uma adição de signos que produz o sentido, é, ao contrário, o sentido (o ‘intencionado’), concebido globalmente, que se realiza e se divide em ‘signos’. [...] o semântico toma necessariamente a seu encargo o conjunto dos referentes, enquanto que o semiótico é, por princípio, separado e independente de toda referência. A ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação e ao universo do discurso. (BENVENISTE, 1986, p. 65).

A importância da noção de referência, na teoria de Benveniste, fica muito clara quando ele explica o processo de enunciação: a língua, que antes da enunciação “não é senão possibilidades” (1986, p. 83), é acionada por um locutor, que se apropria do “aparelho formal” que lhe é oferecido e “enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, por outro” (p. 84). Esse ato instaura de imediato um “co-locutor”: visto que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário”. Mas, explica o autor, o que move tal ato enunciativo é, “para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor”. A referência é, assim, “parte integrante da enunciação” (p. 84).

Cardoso (2003) reconhece na obra de Benveniste uma evolução do conceito de referência. Tal evolução ocorreria com o abandono da idéia da oposição “pessoa/não pessoa”, que separa os “signos plenos” (que poderiam remeter a uma mesma referência) dos signos “vazios” (que instaurariam uma referência mais incidental, remetendo apenas à ‘realidade do discurso’), em função do alargamento das noções de discurso e enunciação. De fato, podemos dizer que, quando o autor admite a presença - quer explícita, quer implícita - de um alocutário nos atos enunciativos, está, na prática, rompendo com a dicotomia “plano do discurso / plano da história” ([1966] 1995, p. 262) e se afastando, de certa maneira, da idéia de que haveria dois tipos de referência, um dos quais (o dos signos “plenos”) remeteria aos “objetos ‘reais’, ‘aos tempos e lugares ‘históricos’”. Como explica Cardoso (2003, p. 79), a noção de signos plenos, cumprindo “uma função representacional, simbólica, constativa, [...] provém da concepção clássica de referência” e, logicamente, não condiz com a visão enunciativa da linguagem.

Um dos problemas comuns apontados na proposta de Benveniste, e ao qual Cardoso (2003) faz referência, é o da subjetividade. O sujeito idealizado por Benveniste (1986, p. 84) é alguém que “se apropria”, individualmente, “do aparelho formal da língua” e o utiliza em função de seus propósitos comunicativos, em cada ato enunciativo singular. O “alocutário” ao qual o autor se refere é “implantado” por esse sujeito, que assume a posição de locutor.

A crítica de Cardoso recai sobre o que ela chama de “a pragmática [...] do aqui e agora do acontecimento discursivo”. Voltada para as questões da análise do discurso, a autora critica a “fugacidade da enunciação”: o ato enunciativo seria concebido sem levar em conta “os lugares sociais de onde falam os interlocutores” (CARDOSO, 2003, p. 81). Poderia então ser tida como “elementar” essa visão imediatista da enunciação (p. 83), em que “A referência, tão circunstancial quanto o discurso, acaba sendo apenas um acontecimento, pode-se dizer, um acontecimento que desaparece”(p. 81).

É importante ressaltar que os motivos pelos quais a autora critica a subjetividade são diferentes dos que seriam alegados por autores de tendência mais pragmatista, como Mondada (1999, 2000, 2002, 2003), Apothéloz (2003), Marcuschi (2002a, 2002b, 2004, 2007) e Koch (1995, 2002, 2003), por exemplo. Embora reconhecendo a influência do contexto social mais amplo na produção do discurso, esses autores têm como foco maior de sua atenção os aspectos mais circunstanciais da interação. Para a corrente de estudos do texto/discurso representada por eles, a autonomia e o individualismo do sujeito proposto por Benveniste contrariariam o caráter intersubjetivo dos atos referenciais, por meio dos quais os referentes se constroem e se reconstroem, emergindo da dinâmica natural das práticas sociais. Nessa perspectiva, não haveria lugar para esse sujeito que, senhor do ‘aparelho formal da língua’, numa atitude cartesiana, “sacaria” de lá as formas adequadas à consecução de seus propósitos comunicativos.

De qualquer forma, há que se reconhecer em Benveniste uma grande contribuição para o avanço das teorias que estudam os fenômenos da linguagem e, em particular, a questão da referência, sejam elas mais voltadas para “situar o discurso num eixo histórico mais amplo do que o eixo histórico do acontecimento” (CARDOSO, 2003, p. 83), sejam elas voltadas para o uso da língua como ação conjunta, por sujeitos sociais que se instituem enquanto produzem

discurso em suas práticas cotidianas. O olhar sobre o funcionamento da língua, promovido pelo autor, mesmo com suas limitações, não deixa de ser um passo importante para levar a qualquer um desses dois caminhos.

1.1.1.3.2 Os consensos de formas de vida nos jogos de linguagem

Wittgenstein, em sua segunda fase, é responsável por iniciar a chamada “virada pragmática”. Abandonando a idéia de que a realidade deveria ser “afigurada” pela linguagem e assumindo uma atitude diferente da que adotara à época do *Tractatus*, o autor passa a compreender que

A Filosofia não deve, de forma alguma, tocar o uso real da linguagem; o que pode, enfim, é apenas descrevê-lo.
 Pois ela também não pode fundamentá-lo.
 Ela deixa tudo como é (WITGENSTEIN [1952] 1996, p. 74, § 124).

E, ao abandonar a idéia de logicizar a linguagem e se voltar para a descrição, propõe que o sentido das palavras está no uso da língua, isto é, nos “jogos” que os falantes desenvolvem ao porem a linguagem em funcionamento. Não há, segundo ele explica, uma característica comum a todos os jogos, que possa distinguir, de modo preciso, a essência do que seria um jogo: “[...] quando olhá-los, você não verá algo que seja comum a todos, mas verá semelhanças, parentescos, aliás, uma boa quantidade deles” (WITGENSTEIN, 1996, p. 51, § 66). Quando se comparam diversas modalidades de jogos, percebe-se que semelhanças “aparecem e desaparecem”, sobrepõem-se “umas às outras e se entrecruzam”, numa intrincada rede (p. 51, § 66).

Segundo o autor, os jogos de linguagem, assim como os demais jogos, também não guardam uma característica que os congregue a todos. Os usos que se fazem da língua, nas diversas situações de interação, constituem “formas de viver”, são famílias de jogos.

– Ao invés de indicar algo que seja comum a tudo o que chamamos de linguagem, digo que não há uma coisa sequer que seja comum a essas

manifestações, motivo pelo qual empregamos a mesma palavra para todas, – mas são *aparentadas* entre si de muitas maneiras diferentes. Por causa destes parentescos, chamamos a todas de ‘linguagens’ (WITGENSTEIN 1996, p. 51, § 65, grifo do autor).

Ainda de forma semelhante aos outros tipos de jogo, os jogos de linguagem, segundo o autor, também dependem de regras. Sobre essa questão, Martins (2000, p. 36) observa que, na visão wittgensteiniana, não é dado ao falante “um poder individual de deliberação” sobre a língua, a ponto de lhe permitir escolher qualquer uso que lhe aprouver. De fato, como diz o próprio Wittgenstein, “Se sigo a regra, não escolho” (1996, p. 119, § 219).

Um outro esclarecimento de Martins é quanto ao risco de se associar a visão wittgensteiniana “a uma imagem *contratualista* da linguagem, sugestiva de que suas regras estão sujeitas, não à vontade individual, mas antes à deliberação comunitária” (2000, p. 36-37). Martins rechaça também essa hipótese, explicando que ela supõe a possibilidade de se “*parar de jogar* e observar o jogo de um ponto de vista exterior”. Isso corresponderia a algo como deixar de usar a linguagem para analisar o seu uso, o que também “não nos é facultado” (p. 37, grifo da autora). Nessa perspectiva, Rorty (2006, p. 2) observa que

[...] Wittgenstein está incitando-nos a parar de tentar conseguir o que John McDowell chama de ‘uma perspectiva externa’ à linguagem – uma perspectiva que capacita a se ‘enxergar a linguagem de modo lateral’. Caso nós pudéssemos vê-la desse ângulo, poderíamos iluminar os lugares onde ela engancha no mundo.

A comunidade também não tem poder de deliberar sobre as regras para a língua. Inspirada em Cavell (1979), Martins esclarece que,

Em qualquer atividade regulada [...], o que determina o sentido das regras é a sua prática, seja nos casos em que este consenso se torna, ele mesmo, um objeto de discussão explícita, seja nos casos – como é tipicamente o que se dá nos jogos de linguagem – em que ele se traduz em costumes sobre os quais normalmente não paramos para pensar, sobre os quais ‘não há consensos de opiniões, mas de formas de vida’ (2000, p. 38).

Reforça ainda essa idéia a explicação de Shotter (1999), para quem o uso da linguagem faz parte de “um grande número de práticas sociais diárias”, que realizamos “espontaneamente”. Durante tais práticas, segundo o autor,

nós entrelaçamos nossas atividades com outras das outras pessoas sem, aparentemente, ter nenhuma forma para ‘dar conta’ de como fazer isso. São práticas bem estabelecidas, formas regulares de ação, aspectos do tipo de pessoa que somos em nossa cultura (SHOTTER, 1999, p. 129).³¹

Podemos assim entender que as regras não são formuladas e verbalizadas; elas emergem a partir do entrelaçamento de nossas práticas sociais. Nós as incorporamos implicitamente, em forma de rotinas. Esse tipo de saber, segundo Shotter (1999, p. 129), corresponde à noção aristotélica de *phronesis*, o conjunto das “nossas formas prático-morais cotidianas de nos relacionarmos reponsivamente com os outros e com tudo o mais em nosso entorno”³².

Discutindo a noção de jogos de linguagem, Marcuschi (2007, p. 45) levanta uma dúvida sobre o sentido que Wittgenstein teria atribuído ao termo “regras”: não estaria claro se, com esse termo, o filósofo estaria falando de “*regras de uso*” ou de “*regularidade no uso*” (grifos do autor). Esta é uma questão que, na opinião do próprio Marcuschi, mereceria uma “análise minuciosa”, uma vez que “‘Regra’ é um termo técnico [...] e muito discutido na filosofia analítica da linguagem” (MARCUSCHI, 1997, p. 45).

A julgar, porém, pela interpretação de Martins e de Shotter, podemos entender que as “regras” teriam mais a feição de “regularidades”. Elas poderiam ser vistas como ‘consensos de formas de vida’, em oposição a ‘consensos de opinião’; estes últimos corresponderiam ao que Martins chama de ‘super-regras’. Na perspectiva wittgensteiniana, segundo nos faz ver a autora, o que não se admite é que a linguagem seja governada por essas ‘super-regras’, isto é, não é válido pensar que, anexados às palavras, estão seus significados, algo como

³¹. (we interlace our activities with those of others without, seemingly, having in any way to ‘work out’ how to do it. They are well established practices, regular ways of acting, aspects of the kind of people in our culture we are).

³² our everyday practical-moral ways of reponsively relating ourselves spontaneously, both to the others around us and to the rest of our surroundings

‘superconceitos’, restringindo-lhes o uso por antecipação (MARTINS, 2000, p. 38) Nessa mesma linha de interpretação, Davidson (2006, p. 4) considera que “as expectativas em comum e a possibilidade de sua frustração dão substância à idéia da diferença entre estar certo e estar errado”. Tais expectativas, segundo o autor, “provêm uma resposta a Wittgenstein sobre ‘seguir uma regra’”. De acordo com Araújo (2005, p. 126), “As regras são feitas no e pelo uso”.

A teoria dos “jogos de linguagem”, como afirma Araújo (2004), teve um efeito revolucionário, tanto para a lingüística como para a filosofia. No que tange ao objeto de estudo, ao se mudar o foco das proposições assertivas para os proferimentos “reais”, criou-se a necessidade de atentar para os aspectos pragmáticos da linguagem. A semântica passou a necessitar da “ajuda” da pragmática para dar conta dos fenômenos lingüísticos.

Mas a mudança mais profunda diz respeito à concepção de linguagem que fundamenta a proposta dos jogos: mais do que dispensar atenção aos contextos de uso, Wittgenstein propõe que se abandonem o essencialismo e o representacionismo que caracterizavam os estudos lógicos. Com “o salto pragmático da lógica para a linguagem ordinária”, observa Araújo (2005, p. 124), Wittgenstein nos livra “de qualquer dualismo (empírico/transcendental, universal/particular)”. Nessa perspectiva, podemos entender, com Martins (2000, p. 39), que linguagem e realidade não são mais “dois domínios discretos, auto-contidos”, que devam ser interligados por algum tipo de “ponte”, algo como uma representação mental. Ao contrário, entre as formas de viver e a linguagem, existem “laços mutuamente constitutivos”. Poderíamos mesmo dizer que a linguagem é parte da própria realidade, não apenas uma ferramenta usada para projetar essa realidade.

Os efeitos dessa “revolução wittgensteiniana” (ARAÚJO, 2004, p. 99) para a evolução da noção de referência são, naturalmente, muito importantes. Se a função da linguagem não é, como se pensava antes, unicamente a de nomear (a função nomeadora constituiria apenas um dos inúmeros jogos de linguagem); se a estabilidade dos usos lingüísticos se instaura durante as práticas sociais, “a referência bem-sucedida”, diz Araújo (2004), dependerá, em grande parte, das relações entre os falantes, imersos em sua cultura. A referência, longe de ser um fenômeno dependente das condições de verdade das proposições,

passa, assim, a ser compreendida como emergindo dos consensos que se estabelecem entre os falantes.

1.1.1.3.3 Os atos de fala – uma tentativa de “dar conta” da referência

A partir do caminho aberto por Wittgenstein, Austin também volta sua atenção para a linguagem ordinária. Ao longo das doze conferências, que estão reunidas em Austin (1990), o autor desenvolve reflexões acerca dos tipos de ato que se produzem com a linguagem. Classifica, inicialmente, os proferimentos em constatativos (declarações factuais, cuja função é constatar a realidade), e performativos (sentenças aparentemente declarativas, mas cuja enunciação realiza algum tipo de ato, em vez de apenas constatar algo).

O aprofundamento da discussão em torno dos performativos, envolvendo as condições de “felicidade” e “infelicidade”, leva o autor a ir, aos poucos, reformulando sua teoria. Assim é que, diante da dificuldade de “distinguir proferimentos performativos de constatativos” (p.84), ele compreende que tal distinção somente ocorre no próprio ato de fala.

Propõe, então, a teoria dos atos de fala, que funcionaria como uma teoria geral em relação à “doutrina da distinção performativo/constatativo” (p. 121): quando alguém fala, desenvolve simultaneamente três atos distintos: o locucionário, o ilocucionário e o perlocucionário. O ato locucionário consistiria na utilização dos elementos lingüísticos, pelo falante, para produzir enunciados gramaticalmente aceitáveis, com sentido e referência. O ato ilocucionário seria consequência do locucionário e corresponderia à ação que, de fato, o locutor deseja praticar (em termos interacionais) com o enunciado: perguntar, informar, responder etc. O ato perlocucionário constituiria, por fim, no efeito que é produzido, por esse enunciado, no interlocutor.

Algo que chama a atenção sobre os estudos de Austin é o caráter “provisório” que ele imprime a suas conclusões. Diferentemente de Wittgenstein, que, como esclarece Martins (2000, p. 22), “não toma a linguagem como objeto de uma *teoria geral*” (grifo da autora), Austin, segundo nota essa autora, busca descobrir as regras que estariam subjacentes aos usos

diversos da linguagem. E, nessa empreitada, que revelaria uma concepção essencialista da linguagem, vai refinando as explicações e revendo seus posicionamentos a cada nova conferência que apresenta. Na última delas, o autor, ao listar as conclusões tiradas de seus estudos, reconhece, entre outras coisas, a necessidade de rever “a teoria do ‘significado’ como equivalente a ‘sentido e referência’”, que ele teria adotado “por influência dos pontos de vista correntes” (AUSTIN, 1990, p. 122). Isso daria razão a Cardoso (2003, p. 102), para quem “o *fazer austiniano* [...] consiste, ao que tudo indica, num incessante recomeçar, em colocar seus próprios modelos sob suspeita, num processo de reconstrução sem fim” (grifo da autora).

Interpretamos como positiva a “autocrítica” de Austin, na medida em que a consideramos um passo à frente rumo a uma concepção de linguagem menos representacionista, mais direcionada para o discurso. Reforça essa nossa interpretação a opinião de Araújo (2005, p. 121) a respeito da teoria dos atos de fala. Apesar de questionar a idéia de uma estrutura tripartida para qualquer ato de fala, Araújo reconhece que Austin assume uma postura anti-representacionista, quando ele propõe que os atos de fala se estruturam por seus aspectos locucionários, ilocucionários e perlocucionários, considerados de forma simultânea. Por questionar o “modelo representacionista, mostrando que a linguagem ordinária não cabe na estreiteza do juízo veritativo”, afirma a autora, Austin poderia ser visto como “ligado à tradição de Wittgenstein”.

Esse pensamento de Araújo sobre a teoria austiniana se aproxima, de certa maneira, da opinião de Ottoni (2002) acerca da mesma questão. Esse autor vê como um “salto” conceitual o momento em que, segundo sua interpretação, Austin abandonou a preocupação com a distinção rígida entre atos constatativos e performativos e atribuiu à performatividade da linguagem um lugar central.

Ottoni se refere ao fato de Austin ter reconhecido, no curso de seus estudos sobre constatividade-performatividade, ser problemática a manutenção de tal dicotomia. Nas palavras de Austin ([1963] 1998, p. 119), “Temos talvez necessidade de uma teoria mais geral dos atos de fala e nesta teoria nossa antítese constativo-performativo terá dificuldade para sobreviver”.

A visão performativa da linguagem³³ produz, conforme nota Ottoni (2002, p. 130), “uma virada brutal na questão da referência”, na medida em que enfraquece as fronteiras entre o ‘eu’ e o ‘não eu’. Como explica o autor, a “fusão” entre sujeito e objeto relativiza as noções de verdade e falsidade. Tais noções

não terão mais um papel relevante nem prioritário [...]. A partir deste momento podemos falar de uma visão performativa, na qual o sujeito não pode se desvincular de seu objeto fala e, conseqüentemente, não é possível analisar este objeto fala desvinculado do sujeito (OTTONI, 2002, p. 130).

A teoria dos atos de fala proposta por Austin é retomada por Searle (1984), a nosso ver, numa outra perspectiva. Austin (1990), conforme vimos, encerra suas reflexões reconhecendo a necessidade de avançar na transição de uma visão ligada à lógica para um ponto de vista mais voltado para os fenômenos da linguagem ordinária (revendo dicotomias, por exemplo). Para Cardoso (2003), a “visão totalizante” que ele demonstra ter da linguagem afasta sua abordagem do “modelo antigo de análise”, em que, na busca do significado, reduz-se a linguagem à descrição das partes constituintes das sentenças.

O mesmo não se pode dizer quanto à teoria desenvolvida por Searle (1986), que, embora admitindo os atos de fala, analisa-os a partir de critérios lógico-formais. O autor demonstra, por exemplo, por meio da análise de proposições, as condições necessárias para que se desempenhe “com sucesso e sem defeito” um ato de referência (p. 125). Cardoso (2003, p. 98) resume assim a tese de Searle:

em qualquer uso referencial, ainda que a expressão efetivamente usada possa ser falsa com relação ao objeto a que se refere, assim, o objeto não satisfaça o aspecto sob o qual foi referido, deve haver algum outro aspecto no qual o falante pode ter-se referido ao objeto e que seja satisfeito pelo objeto.

Como vemos, a noção de referência de Searle se aproxima ainda muito da visão clássica, na medida em que depende de critérios veritativos. Sob essa perspectiva, há uma busca por tornar a língua transparente, o que permitiria um consenso absoluto, pautado na

³³ A partir do momento em que percebe a impossibilidade de distinguir, de forma dicotômica, os proferimentos constatativos dos performativos, Austin amplia a visão performativa da linguagem, na medida em que admite a performatividade também nas declarações.

verdade objetiva. A esse respeito, é importante conhecer a opinião de Ottoni (2002, p. 19), para quem Searle, embora com a pretensão de ser ‘fiel’ a Austin, ignora “a contribuição” austiniana mais importante, que consistiria na mudança de foco da abordagem “formalista ou positiva” para “um novo campo de reflexão”. Segundo o crítico,

O papel de Searle é ambíguo: se, por um lado, ele tem o mérito de ter introduzido as idéias de Austin no interior das discussões da ciência lingüística, por outro, podemos dizer que ele descaracterizou demasiadamente estas idéias, desvirtuando-as de maneira definitiva. (OTTONI, 2002, p. 19).

Um problema que é comum aos teóricos dos atos de fala é ainda a limitação das unidades de estudo. A materialidade dos atos de fala confunde-se quase sempre com as próprias sentenças. Na verdade, o que os autores tomam como objeto de análise são exemplos hipotéticos, não trechos de discursos verdadeiramente proferidos. É o que se vê no trecho seguinte, extraído de Austin (1990, p. 117), em que o autor discute a questão da relatividade do valor-verdade das declarações, hipotetizando situações que tornariam uma determinada sentença verdadeira:

Suponhamos que antes do descobrimento da Austrália X dissesse: ‘Todos os cisnes são brancos’. Se mais tarde se descobre um cisne negro na Austrália, pode-se dizer que X foi refutado? Sua declaração passou a ser falsa? Não necessariamente; X pode retificá-la, como também poderia dizer ‘Não estava falando a respeito de todos os cisnes, em termos absolutos [...]; por exemplo, minha declaração não se referia a possíveis cisnes de Marte’. A referência depende do conhecimento que se tem ao emitir o proferimento.

Além de comprovar que a noção de referência, na teoria dos atos de fala, é ainda dependente do valor-verdade das sentenças, o trecho acima demonstra também o que afirmamos em relação ao tipo de objeto de análise: são situações hipotéticas, dados criados aprioristicamente para comprovar uma teoria. Apesar de sua visão performativa da linguagem ter-se tornado um ‘destrutor’ da filosofia e da lingüística tradicionais, conforme entende Ottoni (2002, p. 121), Austin não chega a extrapolar os limites da sentença hipotética em sua análise.

E, se tal nível de comprometimento com os modelos lógicos ainda pode ser verificado em Austin, um grau de rigidez bem maior é certamente encontrado em Searle, que, nas palavras de Ottoni (2002, p. 19), “produz uma descrição lógica do *ato de fala*” (grifo do autor). Para produzir tal descrição lógica, Searle, assim como Austin, recorre às sentenças hipotéticas e, mais do que isso, estabelece princípios que são expressos por meio de fórmulas lógicas.

Grice ([1987] 1983), embora aproximando-se mais da linha da Teoria dos Atos de fala que da abordagem dos jogos de linguagem, criou uma proposta geral de tratamento da significação nas línguas naturais, com base na idéia de que o engajamento das pessoas nas trocas lingüísticas acontece mediante um propósito de intercompreensão. Como nota Marcondes (2003, p. 29), esse modelo “tornou-se o ponto de partida para a análise dos aspectos intencionais na constituição da força ilocucionária dos atos de fala”, na medida em que propõe “mecanismos de explicitação das intenções, o que era considerado desde o início uma dificuldade a ser superada”.

Discutindo as condições gerais que, independentemente do tópico, governariam a conversação, Grice introduz os termos técnicos *implicitar*, *implicatura* e *implicitado* para se reportar aos significados do discurso que vão além do sentido literal das sentenças. Para ele, os interlocutores, durante um diálogo, lançam mão de um conjunto de regras tácitas que lhes permitem produzir e compreender efeitos de sentido que o discurso pode adquirir em função do “jogo” interacional que se estabelece entre eles.

Esse esforço mútuo em prol da comunicação constituiria o Princípio da Cooperação: “Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (p. 86). A partir desse princípio geral, Grice distingue quatro categorias que, por sua vez, suportam as conhecidas máximas e submáximas da conversação.

A categoria da QUANTIDADE daria conta do quanto de informação o falante teria de oferecer para que seu discurso fosse compreendido. A ela o autor associa as seguintes máximas: 1) Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o

propósito corrente da conversação); 2) Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido. Esta segunda máxima é posta em questionamento pelo próprio autor que, mesmo reconhecendo que a “super-informatividade” pode gerar efeitos de sentido não desejados, admite que esse aspecto da comunicação deve ser considerado um problema de relevância.

À categoria da QUALIDADE Grice relaciona uma “supermáxima” – ‘Trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira’. Essa supermáxima seria especificada por meio de duas máximas: 1) “Não diga o que você acredita ser falso”; 2) “Não diga senão aquilo para o qual você possa fornecer evidência adequada” (p. 87).

À categoria da RELAÇÃO o autor liga apenas a máxima ‘Seja relevante’. Essa máxima, segundo ele, apesar da concisão, “oculta vários problemas” que seriam difíceis de solucionar, tais como “que tipos e focos de relevância” são possíveis, “como se modificam no curso da conversação” etc. (p. 87).

À categoria MODO, que, conforme o autor, está voltada para a maneira como aquilo “que *é dito* deve ser dito”, estão relacionadas a “supermáxima – ‘Seja claro’ – e várias máximas”: 1) “Evite obscuridade de expressão”; 2) “Evite ambigüidades”; 3) “Seja breve”; 4) “Seja ordenado”. (p. 87-88, grifo do autor).

Um problema do modelo retórico de Grice é que ele é se pauta pela lógica formal e remonta à idéia de que a linguagem deve submeter-se às condições de verdade. Dizer apenas aquilo para o qual se pode “fornecer evidência adequada” seria condicionar o discurso a uma análise lógica antecipada. A idéia é a mesma de Frege e Wittgenstein I, por exemplo, cujo objetivo maior era tornar a linguagem precisa, livre de ambigüidades, eficiente, enfim, capaz de retratar fielmente a realidade.

Levinson³⁴ ([1983]2007) mostra com clareza o caráter racional das máximas, ao levantar a hipótese de que estas corresponderiam a “regras convencionais”. Segundo ele, o que Grice sugere é que “as máximas [...] não são convenções arbitrárias, mas, antes, descrevem

³⁴ Ao longo deste trabalho, consultamos a obra original em inglês, com data de publicação 1983. A partir da publicação da tradução brasileira, em 2007, atualizamos as citações.

meios racionais para conduzir intercâmbios cooperativos” (LEVINSON, 2007, p. 128). Surgindo de “considerações racionais básicas”, elas poderiam “ser formuladas como diretrizes para o uso eficiente e eficaz da língua” (p. 126), o que demonstraria a tentativa de normatizar o uso da linguagem. Reforça essa idéia de controle do funcionamento da língua por meio de regras o fato de Grice ver como problemas algumas possibilidades de variação ligadas ao princípio da relevância. Os problemas parecem estar ligados a uma certa resistência que o autor encontrou ao tentar prever os “passos” de uma conversação bem-sucedida. Essa reclamação denunciaria sua visão de linguagem como algo passível de ser conhecido em sua “essência”, isto é, como uma atividade que funciona sob o comando das super-regras de que fala Martins (2004).

Entendemos que faz parte também dessa concepção de linguagem a tentativa de separar, de forma absoluta, o significado literal, como sendo invariável, do significado do falante, tido como variando de acordo com o contexto. Essa proposta evidencia a idéia de língua como código, que pode ser manipulado por sujeitos racionais, os quais, ora limitam as palavras a uma significação puramente lingüística, livre da interferência de fatores de outra natureza, ora recorrem, deliberadamente, a outros elementos.

Essa visão seria criticada por Marcuschi (2002, p. 2), para quem o trabalho de Grice, assim como o de Austin e Searle, não levou “a quase nada de relevante” quanto ao tratamento das interações verbais. Marcuschi (2007, p. 99) observa que Grice “produz um sistema de interpretação normativa e deixa aberta a questão: de onde vêm essas normas e quando uma violação é uma violação?” Tal pergunta, a nosso ver, encontraria resposta na tese de que os falantes agem sempre como sujeitos racionais, que, conhecendo teoricamente as regras lingüísticas, assim como as máximas conversacionais, fazem uso deliberado de tais ferramentas, cumprindo, na comunicação, um plano previamente traçado.

De qualquer modo, o Princípio da Cooperação, de Grice, assume importância, principalmente por servir de ponto de partida para novas interpretações acerca do processo de interação, algumas mais voltadas para os aspectos sociais, outras para os cognitivos.

Uma dessas interpretações é dada pela proposta cognitivista de Sperber e Wilson (1986), que se desenvolve a partir das máximas gricianas. De acordo com esses autores, apenas o princípio da relevância seria suficiente para explicar a comunicação humana. Para eles, o fato de o falante declarar algo a alguém, por si só, já garante a relevância da declaração: o falante espera que o ouvinte perceba justamente os aspectos mais salientes do que foi dito. Não haveria, de um modo geral, a intenção de comunicar uma proposição única, mas um pensamento complexo, formado por várias proposições, algumas delas mais salientes que outras. Caberia ao destinatário selecionar, a partir de um enunciado, considerando o nível de acessibilidade, as implicações que seriam mais relevantes para si.

Para Silveira e Feltes (1999, p.102), a Teoria da Relevância se torna avançada, em relação à proposta inferencial de Grice, por não ter caráter normativo. “Não se trata mais de ‘obedecer’, ‘violar’, enfim, ‘transgredir’ um princípio de máximas, mas de submeter-se a um *a priori* do funcionamento cognitivo”.

Não nos deteremos nessa discussão, visto não ser o foco de nosso interesse. Citamos a Teoria da Relevância, apenas como um dos desdobramentos do Princípio da Cooperação. De qualquer modo, é importante compreender que as propostas de abordagem da referência têm em sua base essas duas teorias, que representam tentativas de pôr em prática a idéia de linguagem como ação, inaugurada por Wittgenstein e discutida, embora sob uma perspectiva diferente, por Austin e Searle.

1.1.1.4 A perspectiva pragmático-discursiva da referência: do centro para a periferia, da verdade proposicional para a fluidez do discurso

Quando atentamos para as características específicas de cada uma das abordagens comentadas no segmento anterior, percebemos que elas divergem entre si em muitos aspectos, principalmente quanto à distância que cada uma percorreu rumo à virada pragmática. Não há como negar que a teoria dos jogos de linguagem está à frente das demais.

Benveniste, com uma abordagem do ponto de vista da lingüística, ainda se mantém distante da dimensão pragmatista inaugurada por Wittgenstein. O sujeito de Benveniste, como já vimos, é alguém que, de modo absoluto, manipula o aparelho formal da língua como instrumento para atingir seus objetivos comunicativos. Em Benveniste (1995), ao comentar a teoria dos atos de fala, o autor critica a diluição das distinções entre atos constatativos e performativos, proposta por Austin, o que demonstra sua visão dualista da linguagem. Admitir a fusão entre declarar e fazer seria entender que a linguagem desempenha outras funções além da de referir; seria assumir a não-separação absoluta entre sujeito e objeto, entre semântica e pragmática. Seu posicionamento, no entanto, contrário a tudo isso, afasta-o de Austin e o aproxima de Searle, o que significa que o distancia também da perspectiva wittgensteiniana.

Austin, conforme já mostramos, evolui de uma visão dicotômica sobre os atos de fala – constatativos *versus* performativos³⁵ – para uma concepção performativa de linguagem, o que, de acordo com a opinião de autores como Ottoni (1996, 2002), Cardoso (2003) e Macondes (1996)³⁶, constitui uma importante mudança na concepção de linguagem do filósofo. Por outro lado, a idéia de traçar um arcabouço teórico capaz de dar conta, *a priori*, dos possíveis atos de fala situa o autor, a nosso ver, num ponto ainda não tão avançado, no caminho aberto por Wittgenstein, para a perspectiva pragmática. Searle, por sua vez, como já sabemos, leva, de certa forma, a teoria dos atos de fala de volta para o paradigma da lógica proposicional, o que o afasta naturalmente desse novo paradigma.

O fato é que o “salto” conceitual dado por Wittgenstein, que, como observa Fabrício (2006, p. 56), abala “a tradição representacionista em seu próprio território, sem a pretensão de apresentar um modelo alternativo”, não parece ter sido alcançado pelos filósofos de Oxford. Araújo (2004, p. 196) admite que os autores da teoria dos atos de fala “representaram um retrocesso com relação a Wittgenstein II”. Para a autora, esses filósofos, apesar de terem avançado em relação aos lógicos quando consideraram “o falante e o uso em situação”,

³⁵ Essa é uma das dicotomias que, no entender de Martins (2004), caracterizam a perspectiva essencialista: a possibilidade de se produzirem sentenças puramente constatativas pressupõe um sujeito de fora dos atos lingüísticos, manipulando a linguagem de forma absoluta, de acordo com regras predefinidas, como um simples instrumento de comunicação.

³⁶ Cf. Ottoni (1996). Ao prefaciar essa obra de Ottoni, Marcondes demonstra concordância com o autor quanto às críticas que este faz aos “desenvolvimentos propostos por outros autores, dentre eles sobretudo John Searle” (MARCONDES, D., In: OTTONI, 1996, p. 9).

enveredaram pelo mesmo caminho que estes últimos quando adotaram a “concepção causal de referência”, que é baseada na “relação entre sentenças ou proposições e os estados de coisa” (p. 197). Diferentemente do que fez Wittgenstein II, eles “não dispensaram o próprio PROBLEMA da referência” (p. 197, grifo da autora).

A teoria wittgensteiniana é, aliás, considerada avançada, mesmo quando se comparam as idéias do autor de *Investigações Filosóficas* com as de outros nomes que, reconhecidamente, adotam uma visão não-positivista da realidade. Um exemplo interessante é visto em Araújo (2005), que rebate as críticas de Habermas ao que este chama de ‘paroquialidade dos jogos particulares de linguagem’ (HABERMAS, 1990, p.79), e, ainda, à suposta “insuficiência” que o autor em questão vê na “concepção de significado como uso”. Araújo tece sua argumentação, mostrando que tais críticas não teriam razão de ser, simplesmente por se fundarem em pressupostos outros, que não os assumidos por Wittgenstein. O “*pragmatismo formal*” de Habermas (grifo da autora), preso aos critérios de validade e intenção, estaria na base do julgamento desse autor sobre a teoria wittgensteiniana. Ao contrário do que afirma Habermas, Wittgenstein, por seu “antifundacionalismo”, seria “o representante legítimo da virada pragmática”, conclui Araújo (2005, p. 116).

A atualidade do pensamento de Wittgenstein é também reconhecida por Fabrício (2006), quando a autora coteja a concepção de linguagem desse filósofo com as de Nietzsche e de Foucault. Admitindo uma aproximação entre os três, no que diz respeito ao caráter destabilizador “de certa metafísica que ainda nos ronda” (FABRÍCIO, 2006, p. 53), a autora considera que Wittgenstein, além de conferir à linguagem “um lugar central na experiência humana e no desenvolvimento da cultura”, “elaborou uma crítica mais incisiva e radical [do que o fizeram Nietzsche e Foucault³⁷] ao essencialismo” (p. 56), o que o colocaria em acordo com as tendências mais atuais nos estudos da linguagem.

Voltando à questão da dispensa do problema da referência, é compreensível que, ao abandonar a idéia de “afigurar” o mundo pela linguagem, Wittgenstein tenha relegado a referência à condição de problema periférico. “Com a mudança de paradigma, com a virada

³⁷ A autora destaca a contribuição do pensamento dos três filósofos – Nietzsche, Foucault e Wittgenstein – para a destabilização do que ela chama de “‘torre’ sólida da ciência moderna” (FABRÍCIO, 2006, p. 53).

pragmática, a função expositiva da linguagem é um tipo de gramática dos jogos de linguagem, não tem nenhum privilégio transcendental”, esclarece Araújo (2007, p. 21).

Se considerarmos o falar como uma atividade que desenvolvemos de forma imbricada com outros tipos de comportamento próprios do nosso cotidiano, em colaboração com as pessoas que nos rodeiam, não há por que pensarmos que cada ato de nomeação será realizado mediante operações lógicas, que garantirão o acesso a uma e somente uma **mesma** entidade mundana (grifo nosso). Segundo explica Davidson (2006, p. 4), a “verdade” e a “objetividade” na comunicação humana dependem tão somente de que as pessoas, na condição de membros de uma “comunidade de entendimento”, compartilhem “expectativas”, o que, acrescentamos, acontece normal e freqüentemente em nossas trocas diárias, como parte de nossa rotina de falantes.

Chegamos assim a uma dimensão mais ampla no percurso conceitual da referência, que é a do discurso, em substituição ao nível dos atos de fala, que certamente não abarcaria um contexto tão complexo.

Araújo (2004, p. 200) observa que Wittgenstein, apesar de “sua crítica à linguagem privada e sua noção bastante elástica da linguagem [...], não se ocupa do discurso entendido como dimensão por detrás dos jogos”. A nosso ver, a dimensão discursiva não poderia estar “por detrás” dos jogos, mas, como possibilidade de emergir, é parte do próprio processo de jogar. O que a autora parece ter querido dizer é que falta o desenvolvimento das possibilidades abertas por essa teoria. Sob esse novo ponto de vista, referir seria produzir discurso, fabricar realidades fluidas, que se configuram e reconfiguram a todo instante. E, nesse terreno movente, constituir-se e reconstituir-se como sujeito social, no curso das interações.

Araújo (2004) sugere três abordagens que, segundo ela, alcançariam a dimensão discursiva: a teoria do discurso de Foucault, a teoria da ação comunicativa de Habermas e, em um nível bem mais específico, a abordagem da referenciação, proposta por Mondada e Dubois ([1995] 2003).

Sob esta última perspectiva, Mondada e Dubois nos convidam a deixar de lado a referência tal qual é vista pelas abordagens ditas informacionais e voltar nossa atenção para os processos sociocognitivos de construção conjunta dos referentes – os “objetos de discurso” – no curso de nossas práticas sociais. Essa abordagem, que será explicitada de forma mais detalhada no capítulo 2, insere-se, a nosso ver, no coral de vozes desestabilizadoras da hegemonia essencialista de que fala Martins (2004).

CAPÍTULO 2

Cognição, discurso e referenciação

Apesar de as “viradas” de que tratamos no capítulo anterior serem reconhecidas tanto no âmbito da filosofia como no da lingüística, as concepções surgidas a partir desses deslocamentos não representam homogeneidade. Como adverte Martins (2004, p. 442), os três modos básicos de ver a linguagem – realismo, mentalismo e pragmatismo – são “ângulos não propriamente excludentes” a partir dos quais podemos olhar a “questão do sentido”. Assim,

em qualquer desses modos de ver a linguagem, entram de alguma forma em cena, ainda que diferentemente entendidas, as dimensões do ‘real’, do ‘mental’ e do ‘histórico-cultural’. A diferença entre os ângulos parece se dar não pela exclusão de quaisquer dimensões, mas antes pela tendência alternada de eleger-se uma delas como condição mais nuclear para o sentido (MARTINS, 2004, p. 442).

Além do mais, há também o que a autora vê como uma “explícita hibridização”: conforme já foi anteriormente explicitado, as visões realista e mentalista se fundem naturalmente, numa dimensão conceitual maior, a do essencialismo, que tem suas raízes na filosofia platônico-aristotélica. Essas duas maneiras de ver a linguagem se oporiam ao pragmatismo³⁸, considerado aqui um modo de ver os usos lingüísticos como ações discursivas que proporcionariam a emergência do mundo do discurso.

Quando se trata de discutir, de forma mais específica, a interface entre discurso e cognição, podemos entender que o cognitivismo clássico, com sua visão modularista, estaria mais próximo da concepção essencialista; podemos perceber, por outro lado, que a perspectiva da cognição incorporada e situada se aproxima mais da concepção pragmatista. Lidar, portanto, com essa oposição (essencialismo *versus* pragmatismo), no âmbito das relações entre discurso e cognição, implica tratar também da oposição planejamento *versus* emergência.

³⁸ Como vimos nas explicações de Martins (2004), o relativismo sofisticado foi precursor da atual visão pragmatista.

Assumindo, com Mondada (2003), a idéia de discurso como uma realidade que emerge continuamente no curso das interações, dedicamos a primeira parte deste capítulo a uma breve discussão sobre cognição situada e incorporada. Na segunda parte, abordamos mais diretamente o fenômeno da referenciação: em primeiro lugar, examinamos, à luz das idéias de Blikstein (1983), a localização do referente no processo perceptivo/cognitivo do discurso; em segundo lugar, tratamos, com Mondada (1995, 2003), da dicotomia instabilidade *versus* estabilidade desse referente como uma característica constitutiva das atividades languageiras.

2.1 A realidade discursiva: planejamento ou emergência?

É considerando essa dimensão epistemológica – essencialismo *versus* pragmatismo³⁹ (a qual constitui um dos muitos aspectos que tornam a noção de discurso naturalmente polissêmica⁴⁰) – que Mondada (2003) demarca as fronteiras do que entende por discurso. Ao tratar do discurso científico, a autora estabelece uma diferenciação entre uma forma de abordagem que ela entende como “representacional ou informacional” (*représentationnelle ou informationnelle*) (2003, p. 2) e a sua própria abordagem, que, como reconhece Araújo (2004), insere-se no paradigma pragmatista.

Enquanto na primeira perspectiva o discurso corresponde a “um modelo cartográfico que estabelece um vínculo de ligação entre um mundo dado e sua representação”⁴¹, na segunda, que é assumida pela autora, ele (o discurso) constitui “uma eficácia performativa –

³⁹ Há que se distinguir entre o chamado pragmatismo lógico e o pragmatismo discursivo. O primeiro, representado principalmente por Searle e, em menos intensidade, por Austin, não ultrapassa o patamar dos atos de fala e também não se liberta dos limites da análise lógica de proposições. O segundo nega uma separação entre dizer e fazer; vê o uso da linguagem como uma das ações que se praticam em coordenação com outras pessoas e em conjunto com outros atos não-lingüísticos.

⁴⁰ Para Possenti (2003, p. 253), “Se houvesse disposição para uma análise das ocorrências da palavra ‘discurso’ nos campos das ciências humanas, aí incluída, evidentemente, a lingüística, concluir-se-ia que ela denota, na absoluta maior parte dos casos, algum tipo de ingrediente ‘extra’ que seria necessário considerar para compreender como uma língua funciona. Esse ingrediente pode dizer respeito a aspectos históricos, antropológicos, sociológicos, cognitivos etc., entrelaçados com a língua.”

⁴¹ (*un modèle cartographique qui établit un lien de correspondance entre un monde donné et sa représentation*)

que se exprime notadamente na sua capacidade de reificar o que é dito”⁴² (MONDADA, 2003, p. 2).

Aliada à concepção representacionista de discurso estaria uma concepção de saber fundada na “autonomia do saber, do mundo e da linguagem”⁴³; bem como na suposta relação de correspondência entre saber e mundo, estabelecida pela linguagem enquanto meio transparente. No que se refere aos aspectos cognitivos envolvidos na própria produção do discurso (a interface constitutiva entre cognição e linguagem⁴⁴), essa visão se insere no chamado cognitivismo ou simbolismo. Vinculado à visão performativa de discurso estaria, então, o paradigma da cognição situada. Cabe aqui uma discussão breve sobre as concepções de cognição a fim de que compreendamos melhor a noção de discurso como “eficácia performativa”.

2.1.1 Do representacionismo à cognição situada

Segundo observa Teixeira (2004), se compararmos o desenvolvimento da ciência cognitiva com o da filosofia, vamos constatar um fenômeno curioso. Enquanto a filosofia, a partir da virada lingüística, começou a se afastar das teses representacionistas, “a ciência da cognição tentou se consolidar fundamentando-se na noção de representação” (p. 37). O autor demonstra estranhamento, principalmente porque, conforme ele argumenta, a própria filosofia analítica – que ofereceu “os fundamentos e as ferramentas conceituais” para que se criasse a nova ciência (“definições de conhecimento, representação, inferência etc.”) (p. 38) – reconheceu muito cedo a necessidade de rever a noção de representação. O autor cita o que chama de “a derrocada” de empreendimentos como o *‘Tractatus’* como um dos motivos que empurraram a filosofia analítica para uma revisão da tese representacionista. “A ciência cognitiva” afirma Teixeira, “ao ignorar a evolução da própria filosofia que lhe serviria de

⁴² (a une efficace performative - qui s'exprime notamment dans sa capacité à réifier ce qu'il dit)

⁴³ l'autonomie du savoir, du monde et du langage

⁴⁴ De acordo com Magro (Cf. MATURANA, 2001, p. 13), na Biologia do Conhecer, “linguagem e cognição são (...) entendidas como inextricavelmente entrelaçadas, indelevelmente presentes em todas as nossas atividades”.

fundamento, parece ter incorrido na ilusão ingênua de que a consolidação de uma disciplina como científica implica numa recusa positivista em discutir seus fundamentos filosóficos” (2004, p. 39).

A questão é que optar pela tese representacionista significa assumir alguns princípios bastante questionados atualmente, como a idéia de um mundo dado *a priori*, estável (que se deixa representar pela linguagem). É admitir, a partir daí, a existência de um sujeito totalmente separado da realidade que é objeto de seu conhecer, capaz de olhá-la e desenhá-la em sua mente. Seguindo a metáfora do computador, podemos entender que os *inputs* seriam processados por esse sujeito e transformados em *outputs*, mediante a presença de um conjunto de símbolos e regras armazenados na memória.

De acordo com essa analogia, a mente corresponderia a um *software*, instalado no *hardware* que seria o cérebro. Haveria, desse modo, uma completa separação entre mente, corpo e mundo, o que leva à idéia de que “o nível cognitivo é autônomo”, puramente intelectual, baseado em crenças verdadeiras justificadas, independente de possíveis interferências de processos corporais e ambientais. Se considerarmos, ainda, que o que há na memória dos computadores é puramente sintaxe, uma vez que, de acordo com a observação de Varela (1998a), os programadores transformam em código as distinções semânticas relevantes e as expressam sintaticamente, vamos compreender o quão restritiva é a noção de cognição baseada nessa analogia. Ela nos leva a assumir que pensar é manipular símbolos físicos ou, negando a virada pragmática, tratar com a descrição lógica do discurso, não com o próprio discurso.

Uma tentativa de tornar a simulação computacional mais compatível com o pensamento humano é o conexionismo. No lugar de um processador central atuando sobre descrições simbólicas abstratas, sob regras seqüenciais, os modelos conexionistas propõem redes neurais, formadas por componentes interconectados e funcionando de forma paralela. Desse processamento complexo, que atua sob regras locais e gerais, surgiriam padrões globais relativamente estáveis. Uma grande vantagem desse modelo é que ele admite a hipótese de o sistema aprender, uma vez que lida com probabilidades, não com regras seqüenciais. Como explica Varela (1998a), o funcionamento adequado de um sistema conexionista é dado a

conhecer conforme as propriedades emergentes se relacionem a uma atitude cognitiva específica, gerando uma solução coerente para uma dada tarefa.

Não resta dúvida de que a visão conexionista, com seu processamento em paralelo, resolve alguns dos problemas criados pelos modelos simbólicos, cujo processamento se faz de forma seqüencial. Além de contar com a emergência de estados não determinados *a priori*, assume que tais estados, que são globais, surgem de interconexões várias, o que nega a idéia de uma mente modular⁴⁵. Quando pensamos, por exemplo, na linguagem em uso, compreendemos que a abordagem conexionista, por sua flexibilidade, proporcionaria, em tese, explicações mais adequadas para nossas escolhas lingüísticas que a visão simbólica.

No que pesem, de um lado, a reconhecida flexibilidade dos modelos conexionistas e, de outro lado, os progressos que se têm verificado nas abordagens ditas simbólicas⁴⁶, Varela (1998b) prevê que os estudos da cognição se desenvolverão com base numa visão ‘dinâmica’ que se oporá à “visão computacional” (p. 109). Essa nova visão, como reconhece o autor, assume nomes diversos – “cognição situada”, “cognição incorporada”, ou mesmo “enação”, o neologismo criado por ele próprio.

2. 1.1.1 A cognição situada/incorporada segundo a visão atuacionista

As noções de situacionalidade e corporeidade vêm adquirindo muita importância nos diferentes ramos da ciência cognitiva, como bem reconhece Ziemke (2002). Nas diversas áreas de pesquisa, é crescente o interesse pelos aspectos da interação entre a “atividade sensório-motora” dos agentes (quer biológicos, quer mecânicos) e o meio (envolvendo tanto outros agentes, com suas ações, como objetos e ferramentas que interferem de alguma forma nesse processo). Mas, como nota o autor, apesar de haver um certo consenso em torno da idéia de

⁴⁵ Cf. Pinker (1998), que concebe a mente como uma estrutura organizada em módulos ou órgãos mentais. Cada módulo particular, afirma o autor, apresenta um *design* especializado que o torna um perito em uma determinada área de interação. Todos os módulos funcionam segundo uma lógica especificada pelas leis genéticas.

⁴⁶ Modelos simbólicos mais atuais, explica Varela (1998a), postulam que a cognição ocorre em três níveis: um primeiro – no plano físico ou neurobiológico, um segundo – no plano dos símbolos e um terceiro – no plano da semântica ou da representação.

que “a visão tradicional da cognição como computação é falha, ou pelo menos incompleta”⁴⁷ (p. 271), não há, até o momento, a mesma concordância em torno de quais seriam os fundamentos dessa nova ciência. Além da recentidade das discussões em torno dessa nova abordagem, a grande abrangência do campo de estudos, o qual combina aspectos de disciplinas aparentemente muito díspares⁴⁸, contribui, certamente, para que os conceitos básicos – “situacionalidade e corporeidade” – tenham diferentes usos.

Haselager (2004) encontra na “teoria da auto-organização (TAO)” e na “teoria dos sistemas dinâmicos (TSD)” fundamentos para pôr em questão a idéia de que tenhamos de recorrer sempre ao “conhecimento” e à “razão comuns, tradicionalmente concebidos”, e postula que “a interação entre corpo, cérebro e ambiente pode resultar em padrões comportamentais relativamente estáveis no tempo para a compreensão de *comportamentos comuns*⁴⁹” (p. 213, grifo do autor).

A explicação desse autor para a questão da corporeidade é que, em princípio, qualquer sistema cognitivo tem um corpo que interage com a mente, servindo de meio para os processos mentais e, por sua vez, influenciando tais processos. Haveria uma “dinâmica intrínseca”⁵⁰ ao corpo, algo como certas “tendências espontâneas de coordenação”, as quais funcionariam “como ganchos para pendurar nossos pensamentos e intenções (nossos processos cognitivos em geral)” (p. 221). Uma das ilustrações do autor para tornar mais compreensível esse conceito é a hipótese de alguém acostumado a usar a bicicleta como transporte passar, de repente, a dirigir um carro. Como são duas dinâmicas corporais distintas, a do ‘corpo-bicicleta’ e a do ‘corpo-carro’, haveria, nessa mudança, a necessidade de “uma adaptação cognitiva” (p. 222) que levaria algum tempo para se consolidar.

Também em relação à situacionalidade, que diz respeito às “possibilidades de ação” de um sujeito na interação com o meio, Haselager (2004, p. 223) tece alguns comentários

⁴⁷ (*the view of cognition as computation is flawed, or at least incomplete*)

⁴⁸ Entre as ciências cognitivas estão, por exemplo, a psicologia, a lingüística e a robótica, áreas de estudo cujos interesses são, supostamente, bastante distintos.

⁴⁹ Entre esses comportamentos considerados comuns, especificamos, estaria o uso da linguagem.

⁵⁰ Haselager toma de empréstimo essa noção a Kelso (1995),

esclarecedores. O termo “andaimés”, (*scaffolding*), conforme ele explica, é usado por Clark (1997) para dar ênfase à forma como costumamos recorrer à “estrutura do ambiente” a fim de evitarmos “pensar profundamente”⁵¹. Os sistemas cognitivos funcionaríamos como “o ‘princípio do 007’ de James Bond” (CLARK, 1997, apud HASELAGER, 2004, p. 223). Nessa mesma linha de raciocínio, isto é, segundo um raciocínio que se aproxima da abdução⁵². Haselager conclui, reforçando a idéia de que “não é função de nossos sistemas cognitivos criar modelagens internas do mundo, para delas derivar conseqüências e depois decidir se são apropriadas”; ao contrário, “a cognição envolvida nas tarefas cotidianas é principalmente voltada para a “ação” (p. 224).

Um esclarecimento importante é que o fato de agirmos freqüentemente de forma mais automática não nos impede de mudar, de repente, para uma atitude mais reflexiva, se algo inesperado interfere no fluxo de nossas ações. Não há, segundo o autor, uma oposição entre essas duas modalidades de pensamento. Ao contrário, elas são complementares.

Uma explicação também compatível com o pensamento antipositivista das correntes dos estudos da linguagem pós- virada pragmática é a que nos oferece o enacionismo ou atuacionismo⁵³. A noção de cognição postulada por essa vertente é motivada pelo que Varela (1998a) reconhece como uma “insatisfação mais profunda que a busca do paralelismo distribuído e mais relacionada às bases dos sistemas representacionais” (p. 88).

⁵¹ A esse respeito, ver Wilson (1997), que discute vários dos princípios ligados à questão da cognição incorporada. Segundo a explicação da autora, “Por causa dos limites de nossas habilidades de processamento de informação, (e. g., limites da atenção e da memória de trabalho), nós exploramos o suporte do ambiente para reduzir a carga de trabalho cognitivo. Nós nos apoderamos do ambiente ou mesmo manipulamos a informação, e colhemos dessa informação somente o necessário à base de conhecimento” (p. 626).

Because of limits on our informatio-processing abilities (e.g., limits on our information-processing memory), we exploit the environment hold ou even manipulate information for us, and we harvest that information only on a need-to-know basis.

⁵² Cf. Andreewsky e Bourciera (2000), que estabelecem uma relação entre os novos paradigmas da ciência cognitiva e o raciocínio abduutivo. Como notam as autoras, “uma variedade de paradigmas cognitivos [...] (auto-organização, autopoiese, etc) – que rejeitam a hipótese de uma ‘realidade externa objetiva’ oferecendo informação ao sistema cognitivo – pode ser associada à **abdução**” (p. 837, grifo das autoras). (*a variety of cognitive paradigms (auto-organization, autopoiese, etc.) - which reject the hypothesis of any “objective external reality” providing information to the cognitive system - may be linked with abduction*). Comparando os três tipos de raciocínio lógico, elas explicam que a compreensão da linguagem, como um fenômeno altamente inventivo e contingente, constitui um processo que se aproxima do raciocínio abduutivo, o qual leva em conta a dimensão criativa dos fenômenos. Para saber mais a respeito da inferência abduitiva, consultar Peirce (2003).

⁵³ Cf. Varela (1998a; 1998b); Varela, Thompson; Rosch (2003).

Entre os motivos dessa insatisfação, afirma o autor, está a não-consideração, pelas teorias simbolista e conexionista, do senso comum como parte de nossa cognição. Afirmar que a mente capta elementos informativos ou mesmo que resolve problemas é dar ao estudo da cognição um enfoque incompleto, uma vez que grande parte da capacidade cognitiva está voltada para as questões que vão surgindo, de forma contingente, a cada momento de nossa vida. Tais questões não são predefinidas, planejadas, mas “enatuadas”.

Uma analogia que ilustra bem a diferença entre esses dois enfoques é a que contrasta os mundos do jogador de xadrez e do guiador de automóveis, mencionada em Varela (1998a) e discutida de forma mais detalhada em Varela, Thompson e Rosch (2003).

No domínio do jogo de xadrez, explicam os autores, temos um espaço cujos constituintes são definidos com relativa facilidade. As peças do jogo, as regras que determinam as possibilidades de movimentação dessas peças no tabuleiro, assim como a alternância entre os participantes, tudo isso pode ser definido previamente. Daí por que se desenvolvem programas de xadrez, pelo computador, tão perfeitos. Esse é um domínio em que a cognição parece consistir, de fato, na resolução de problemas. O sucesso depende do nível de antecipação que o jogador é capaz de fazer, isto é, do grau de eficiência de seu planejamento, dentro desse “mundo quase cristalino” (VARELA; ROSCH, 2003, p. 155).

O que ocorre no mundo do guiador de automóveis é diferente. Como afirmam os autores, este constitui um dos domínios “menos circunscritos ou mais indefinidos”, para os quais a abordagem de resolução de problemas se revela “menos produtiva” (p. 155). Embora possamos contar com elementos previamente definidos (dispositivos do próprio carro, outros veículos, sinais de trânsito etc.), não há uma predefinição exata quanto aos limites da movimentação possível entre esses elementos. Seria difícil, por exemplo, equipar um robô para dirigir um carro numa cidade, porque ficaria sempre a dúvida sobre a multiplicidade de variáveis que teriam de ser controladas: a movimentação do pedestre, as condições do tempo, os hábitos particulares dos habitantes dessa comunidade no trânsito etc. O domínio das tarefas do motorista, segundo explicam os autores,

não termina em determinado ponto; ele tem a estrutura de níveis regressivos de detalhamento que se misturam em um *background* não-específico. De fato, movimentos direcionados bem-sucedidos, tais como dirigir, dependem de habilidades motoras adquiridas e do contínuo uso do senso comum ou conhecimento de *background* (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 2003, p. 155).

O relevante é, então, aquilo que nosso senso comum julga como tal, sempre em um contexto específico, ao longo de nosso agir no mundo. Será impossível uma compreensão adequada dos fenômenos cognitivos, sem contarmos com o senso comum, que constitui, na verdade, nossa história de experiências sensório-motoras e sociais.

Nessa perspectiva, conclui Varela, há uma determinação mútua entre o sujeito cognoscitivo e o objeto cognoscível. Ao negar a dissociação entre mente, corpo e ambiente, o atuacionismo rejeita a idéia de cognição como representação da realidade. “O cérebro existe no corpo, o corpo existe no mundo e o organismo age, se mexe, caça, reproduz-se, sonha, imagina. E é dessa atividade permanente que emergem seu sentido do mundo e as coisas” (VARELA, 1998b, p. 109). E, se sujeito e objeto se determinam mutuamente, não podemos contar com um observador que “sai” do mundo onde se encontra para verificar se o está representando corretamente.

A explicação atuacionista para os fenômenos da cognição funda-se no pressuposto de que os seres vivos são sistemas “autopoiéticos”, (“máquinas” que se autoproduzem) e, como tal, estruturalmente determinados⁵⁴. Sua percepção da realidade depende de correlações internas ao sistema nervoso em um dado momento, isto é, depende de sua estrutura nesse momento. Como bem explica Maturana (2001, p. 127), eles “não admitem interações instrutivas”, isto é, não “captam” informações do meio para serem processadas, tal qual é proposto pela visão simbolista. Na atuação, no curso do viver, vão estabelecendo a cada momento os passos a serem seguidos, ou seja, vão “fazendo o caminho no caminhar”.

Afirmar que os seres vivos não recebem instruções não significa, porém, dizer que eles são organismos independentes do meio e que, por essa razão, funcionam de forma isolada.

⁵⁴ “Os sistemas determinados estruturalmente são sistemas nos quais as interações *desencadeiam* mudanças que estão determinadas neles mesmos” (Cf. MATURANA 2001, p. 74, grifo do autor).

Pelo contrário, eles estão em permanente interação com seu entorno: nesse contato, sofrem constantes “perturbações” estruturais e, de forma recíproca, também provocam perturbações nesse meio com o qual interagem. Nas palavras de Maturana, (2001, p. 80), “organismo e meio vão mudando juntos, uma vez que se desliza na vida em congruência com o meio”.

Um exemplo citado por Maturana (2001) para ilustrar esse tipo de relação é o da adaptação entre o pé e o sapato novo. Os calos constituem uma reação do organismo ao incômodo causado pelo sapato. Este, por sua vez, sofrerá deformações para se adaptar ao formato do pé. Apesar de haver mudanças dos dois lados, tais mudanças ocorrem sem que pé e sapato percam sua estrutura organizacional, porque as mudanças sofridas por ambos já existiam enquanto potencialidades.

Mariotti (1999) esclarece que o determinismo estrutural não implica previsibilidade: Se as mudanças estruturais ocorrem de forma constante “e em congruência com as modificações aleatórias do meio, não é possível falar em predeterminação e sim em circularidade” (p. 2)⁵⁵. E é essa circularidade ou recursividade, como prefere Magro⁵⁶, que, nos seres humanos, de acordo com a teoria atuacionista, faz surgir a linguagem, ou seja, “o operar sob condições de recursão e conservação da recursão nas coordenações consensuais de comportamento” (MATURANA, 2001, p. 97).

Esse novo modo de conceber a linguagem causa certo estranhamento, uma vez que põe por terra a idéia comum no pensamento ocidental de que, ao produzirmos discurso, utilizamos um sistema de símbolos que nos são consensuais. Tal pensamento nos situaria no que Maturana chama de “caminho explicativo da objetividade sem parênteses”, um ponto de vista a partir do qual “não se pergunta pelo observador” (MATURANA, 2001, p. 44-45). Nessa perspectiva, assumimos que podemos ter “acesso a uma realidade independente” e operamos “como se fosse assim, sem qualquer dúvida” (p. 101).

Decorreria daí a ausência de explicações fenomenológicas que o autor vê na história

⁵⁵ Maturana (2001) e Varela (1998b) usam o termo “deriva” para nomearem o processo.

⁵⁶ Para a autora, “o modo de operar” dos organismos humanos “invariavelmente dá origem a fenomenologias que não são repetitivas nem circulares, mas recursivas” (Cf. MAGRO 1996, p. 8).

da lingüística. Essa história, que, de acordo com sua crítica, “está associada à descrição de regularidades“ (p. 45), não explica como acontecem tais regularidades enquanto fenômeno. Não levaria em conta que

[...] a linguagem é uma recursão das coordenações de ação, as palavras são nós no fluir das coordenações de ação. Nela não há símbolos – os símbolos não entram nisso. O símbolo é uma reflexão que um observador faz sobre relações no curso do funcionamento na linguagem. A linguagem tem a ver com as coordenações de ação. Ela ocorre no espaço de interações, e por isso as palavras têm a ver com as ações (MATURANA, 2001, p. 88).

O fenômeno da recursão é o que nos permite entender melhor essa visão biológica da linguagem. Atentando para a explicação de Magro (1996a), compreendemos como a teoria assegura a estabilidade da linguagem. “Pela recorrência de um modo particular de viver na linguagem”, diz a autora, “torna-se possível tomar fragmentos dessa atividade consensual como objeto dessa mesma atividade”. Em outras palavras, podemos agir pela linguagem sobre a própria linguagem, fazendo “emergir o que costumamos chamar de *sentido, significado*”, ou seja, o discurso (p. 8, grifos da autora).

Voltando, então, à questão levantada em (2.1), podemos entender o que quis dizer Mondada ao considerar o discurso uma ‘eficácia performativa’. A idéia de que o discurso pode ser algo que se desenvolve a partir de um plano que prevê todos os usos lingüísticos e que antecipa todos os efeitos de sentido decorrentes desses usos fica descartada quando entendemos a linguagem como uma atividade recorrente de coordenação de ações consensuais, no desenvolvimento dos diferentes “jogos”. Nas palavras de Wittgenstein, “falar uma língua”, ou seja, produzir discurso “é parte de uma atividade ou de uma forma de vida” (1996, p. 27, § 23). O discurso se instaura no curso do desenvolvimento das atividades sociais conjuntas e emerge das negociações de sentido que acontecem naturalmente, no desenrolar dessas atividades, “no fluir na recursão de coordenações consensuais de comportamento”. É nesse fluir que “surgem os objetos”, “as entidades que podemos apontar e manejar” (MATURANA, 2001, p. 99), que podemos referir. E, nesse processo, são envolvidas muitas outras dimensões além da verbal, que são parte do que Varela, Thompson e Rosch (2003) chamam de “senso comum ou conhecimento de *background*” e as quais, segundo Mondada (2003), são quase sempre ignoradas ou marginalizadas.

Eis o problema com o qual sempre estamos envolvidos quando tentamos compreender a referência como um processo discursivo. Como considerar essas dimensões não-verbais na análise dos fenômenos lingüísticos? Ou, dizendo melhor, até que ponto somos mesmo capazes de separar o verbal do não-verbal? Essa discussão será retomada mais adiante, quando tratarmos das propostas de abordagem dos processos referenciais.

2.2 A referenciação – uma noção discursiva.

Conforme vimos no capítulo anterior, as concepções tradicionais de linguagem, – simbólica e referencialista, segundo a terminologia de Rodrigues (1996) – com sua boa dose de objetivismo, levam sempre a uma noção estática de referência. Quer vejamos a linguagem como “um *constructum*, o resultado da própria elaboração lingüística” (RODRIGUES, p. 15), por meio do qual categorizamos a realidade e a expressamos em palavras; quer a concebamos como “um sistema de correspondências” um a um, que desempenha uma “função predominantemente instrumental” (p. 14), ignoramos o caráter dinâmico e interacional da linguagem. A noção de referência é, assim, reduzida à nomeação de entidades estáticas, predefinidas, que podem estar localizadas na mente do falante ou no mundo exterior, mas sempre fora do discurso.

Já quando vemos a linguagem a partir da perspectiva pragmático-discursiva – ou interlocutiva, de acordo com a classificação de Rodrigues (1996) – consideramos que ela se constrói nas atividades sociais, isto é, na “relação de troca de discursos entre homens situados no espaço específico da interlocução” (RODRIGUES, 1996, p. 15). A língua, segundo essa hipótese, seria, como afirma Koch (2002, p. 15), “um lugar de interação” entre sujeitos ativos. Nessa perspectiva, a referência poderia ser considerada o próprio ato de designar ou sugerir os referentes. As chamadas expressões referenciais constituiriam os nós, no dizer de Maturana (2001), que contribuiriam para tecer a rede de relações que é o discurso.

2.2.1 Localizando o referente

Cabe perguntar, a partir da idéia de que haveria, segundo as duas perspectivas anteriores – simbolista e referencialista – uma localização “espacial” para o referente (a mente do falante ou o mundo exterior), onde estaria esse referente, de acordo com a hipótese interlocutiva. Se não temos uma representação, deveríamos, então, concordar com a tese de que o referente é inescrutável?

Blikstein (1983), partindo do triângulo de Ogden e Richards⁵⁷, analisa várias tentativas de explicação do funcionamento do signo lingüístico e constata que, mesmo quando os lingüistas criticam e reformulam a proposta desses autores, incorrem na mesma falha que os dois: priorizam o lado esquerdo do triângulo (ou os dois primeiros lados do trapézio de Heger⁵⁸). “O referente continua fora da semântica e da semiologia, embora se verifique sempre sua incômoda presença nos bem-arranjados modelos e esquemas dos lingüistas” (p. 31).

O autor dedica, então, um capítulo de sua obra à tentativa de explicar como se dá a “captura do referente” (p. 43). Criticando o discurso de Umberto Eco e de Buysens, vê nos pontos de vista assumidos pelos dois em relação ao referente o que seria uma “flutuação teórica” e propõe que o referente (a) é produto da dimensão perceptivo-cognitiva; (b) constitui uma entidade cognoscível; (c) apresenta “vinculação direta com a significação lingüística”.

A partir daí, Blikstein (1983) observa que a lingüística

acaba por confessar a necessidade de incluir a percepção/cognição no aparelho teórico da semântica, pois é evidente que a significação lingüística é tributária do referente e que este, por sua vez, é construído pela dimensão perceptivo/cognitiva (p. 45).

⁵⁷ Ogden e Richards propõem um triângulo em cujos vértices estão representados os elementos que comporiam o signo lingüístico. O significante, que ocupa o vértice esquerdo da base desse triângulo, relaciona-se diretamente com o significado, representado no topo, mas não mantém ligação com o referente que ocupa o ângulo direito da base. Esse modelo é criticado por considerar o referente um elemento fora da língua.

⁵⁸ Blikstein mostra como Heger representa as “etapas de estruturação do conteúdo do signo” através de um trapézio que contempla desde a “substância fônica”, passando pelas fases sucessivas de “monema”, significado e semema, até chegar ao vértice do “conteúdo”, mas, apesar de citar no final a “coisa” (ou “realidade”), deixa ainda “vazia a passarela que ligaria a ‘coisa/realidade/referente ao signo lingüístico” (BLIKSTEIN, 1983, p. 31).

Caberia, então, concluir o autor, reformular as teses ‘humboldtianas’, segundo as quais a língua é ‘o órgão construtor do pensamento’, “uma vez que o universo e o próprio pensamento já começam a se organizar na percepção/cognição, antes, portanto, da própria linguagem” (45).

Buscando ainda apoio para sua tese de “fabricação do referente” em Greimas, Coseriu, Saussure e até mesmo em Platão, Blikstein (1983) amplia o triângulo de Ogden e Richards, que passa a incluir de fato o referente “na relação triádica” (p. 46). Considera que, embora usando nomenclaturas diferentes (Greimas: *percepção*; Coseriu: *interpretação*; Saussure: *ponto de vista*), esses autores estariam todos supondo uma realidade “fabricada” onde se localizaria o referente ou o ‘objeto’, o qual, de acordo com Saussure, seria criado pelo ‘ponto de vista’ do falante (grifos do autor).

Admitindo que nossa percepção “filtra” a realidade, caberia ainda perguntar de onde viria esse “filtro”, isto é, por que vemos o mundo como vemos. Como afirma o autor, “Esse avanço epistemológico (a idéia de fabricação da realidade) não explica tudo. A semiologia deveria ir mais longe, procurando compreender os mecanismos de transformação da realidade em referente”. (p. 49). Ao reivindicar a explicação desse processo, Blikstein cita Pottier e Chomsky como autores que ensaiaram “uma descrição do trajeto *realidade-referente-significado*” (p. 49, grifos do autor). A proposta de Pottier é a de que a percepção estaria vinculada a uma “*conceitualização*” ou a uma “*redução da realidade*”. Blikstein considera-a “confusa e ineficiente”, primeiro, por não distinguir as noções de estímulo, referente e referência; segundo, por não definir com clareza o termo *conceitualização*. Quanto ao modelo de Chomsky, que supõe ‘um sistema de crenças e *estratégias inatas*’ a mediar a percepção humana, Blikstein considera-o “mais satisfatório”, por explicitar os mecanismos que tornariam “seletiva a nossa percepção”, mas questiona seu pressuposto inatista (p. 51, grifos do autor).

Ao se posicionar contra a tese inatista, Blikstein ilustra sua argumentação citando o caso de Kaspar Hauser, que, tendo sido criado no isolamento, aprende a falar já adulto. Apesar de dominar o sistema lingüístico, essa personagem não conseguia “filtrar” a realidade como o faziam as pessoas ao seu redor. Faltava-lhe a prática social. Como nota o autor, “Kaspar Hause [...] nos levaria a questionar o *inatismo*, pois os seus ‘enigmas’ de cognição e compreensão do

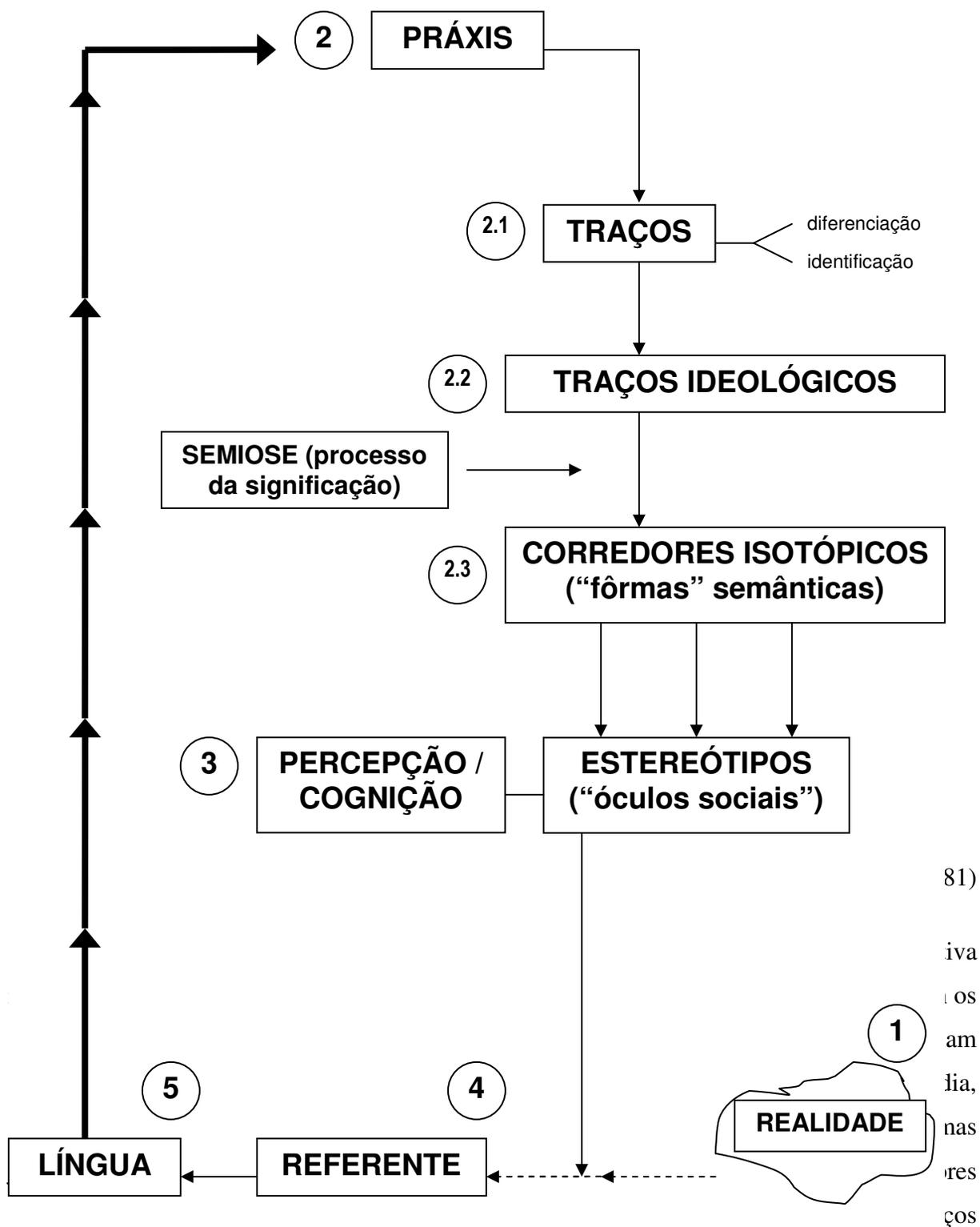
mundo estão a indicar que a percepção depende sobretudo de uma *construção* e de uma *prática social*” (BLIKSTEIN, 1983, p. 52, grifos do autor). Esse exemplo demonstraria que é na práxis, não no sistema lingüístico isolado, que reside “o mecanismo gerador do sistema perceptual que, a seu turno, vai ‘fabricar’ o referente” (p. 53).

Nessa perspectiva, o fato de, por exemplo, os esquimós perceberem diversas categorias de neve e não a neve de forma genérica não provaria a suposta prioridade da língua como sistema sobre o pensamento. Os esquimós veriam a neve desse modo porque já não lhes seria dado ver de outra maneira, uma vez que estariam submetidos aos “estereótipos” culturais. Nossa práxis nos impõe, segundo o autor, “óculos sociais”.

Por outro lado, como o próprio Blikstein reconhece, a língua é o sistema semiótico mais abrangente. É somente por meio desse sistema, segundo Varela (1998b, p. 111), que se induz a capacidade reflexiva. É a linguagem que nos permite passar do conteúdo ao ato de consciência que gera esse conteúdo. O “ponto crucial”, diz Varela, “é a capacidade de desdobramento” que a linguagem faz surgir. Com isso, somos capazes, por exemplo, de “descrever uma descrição”. A “capacidade reflexiva foi certamente introduzida pela capacidade de linguagem, proveniente ela própria das interações sociais”, arremata o autor. Essa capacidade de reflexão que nos proporciona a linguagem é reconhecida por Blikstein:

Embora a significação dos códigos verbais seja tributária, em primeira instância, da semiose não-verbal, é praticamente só por meio desses mesmos códigos verbais que podemos nos conscientizar da significação escondida na dimensão da práxis: anterior à língua, a semiose não-verbal só pode ser explicada pela língua (1983, p. 80).

De volta à questão da localização do referente, podemos dizer, a partir das reflexões de Blikstein, que de fato ele não estaria nem na realidade objetiva, nem na mente dos falantes, considerados individualmente. Como explica o autor, na interação entre o uso individual da linguagem e as práticas sociais, “instala-se uma reiteração circular que a princípio não pode ser rompida: a práxis cria a estereotipia de que depende a língua e esta, por sua vez, materializa a práxis”.(p. 80). Esse movimento circular é ilustrado pelo autor no fluxograma seguinte.



ideológicos desencadeariam o processo semiótico que criaria os "corredores isotópicos", os quais, por sua vez, levariam aos "estereótipos perceptuais". Estes, finalmente, "filtrariam" a

realidade ou configurariam o referente. Esse percurso seria, então, ofuscado pela língua, que fecharia o circuito atuando sobre a práxis.

Nesse “processo ininterrupto de estereotipia”, quanto mais nos envolvermos nas interações sociais, tanto maior será a dificuldade para separarmos os dois domínios. É na tensão entre língua e práxis que “a língua ‘amarra’ a percepção/cognição”, impedindo-nos, assim, de “*ver* a realidade de um modo ainda não-programado pelos corredores isotópicos”, é ainda nessa tensão que surge o referente ou o “o real fabricado”. E esse “real”, sendo algo que emerge da circularidade **práxis – estereótipos – língua**, tem como marca a instabilidade.

2.2.2 A referenciação e a construção do mundo do discurso

Como podemos ver, a descrição de Blikstein acerca do fenômeno referencial, guardadas as devidas proporções, aproxima-se da explicação biológica de Maturana (2001) para a linguagem, na medida em que leva em conta a percepção e apela para a dinâmica da recursividade. Podemos considerar ainda tal descrição compatível com a noção de “referenciação”, concebida por Mondada e Dubois (1995)⁵⁹, tendo em vista o apelo a uma realidade fabricada, o mundo fluido do discurso, durante os atos referenciais⁶⁰.

Mondada e Dubois (2003), adotando uma perspectiva “construtivista”⁶¹ do fenômeno, propõem uma revisão nos estudos da referência, a começar pelo foco: sugerem o uso do termo “referenciação” em lugar de “referência”, o que implica abandonar o pressuposto de uma correspondência dada, preexistente e perdida entre palavras e coisas do mundo e atentar para os processos sócio-cognitivos envolvidos na construção das entidades discursivas.

⁵⁹ No início desta pesquisa, consultamos o artigo original, publicado em 1995. Após a publicação desse artigo traduzido para o português, como o primeiro capítulo de CAVALCANTE, M. C., RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A., passamos a usar esta nova fonte.

⁶⁰ Essa é também a visão de outros pesquisadores franco-suíços que, conforme informa Koch (2003), participavam com as autoras do Projeto *Cognisciences*: Apothéloz, Kleiber, Charolles, Berrendonner, Reichler-Béguelin, Chanêt. É ainda o posicionamento de pesquisadores brasileiros como a própria Koch e Marcuschi .

⁶¹ Cf. Apothéloz & Reicher-Béguelin apud Koch (2003, p. 2).

Com efeito, Mondada e Dubois (2003) assumem, citando Rastier, que a referenciação estabelece relações entre o texto e o sistema cognitivo dos sujeitos durante as práticas enunciativas. Esclarecem que tais práticas “não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário, face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo” (2003, p. 20). As entidades discursivas, assim como as formas lingüísticas através das quais elas são designadas ou sugeridas, por serem elaboradas na dinâmica discursiva, variam a cada prática enunciativa; são “dependentes da pragmática da enunciação, mais que da semântica dos objetos” (2003, p. 23).

Pode-se dizer que a referenciação constitui uma espécie de “jogo” que extrapola os limites sonoros ou gráficos do texto, isto é, que se realiza na esfera das relações entre sujeitos historicamente situados. As formas que os sujeitos escolhem para relacionar os referentes, que seriam as peças do jogo, criam, em relação com os outros elementos do jogo, o mundo do discurso, uma realidade “fabricada”, no dizer de Blikstein.

2.2.3 A instabilidade constitutiva

Se o mundo do discurso está sempre em construção e se, ao construí-lo, os sujeitos também se constituem, há na experiência humana uma “instabilidade generalizada”, que é reconhecida por Mondada e Dubois (2003, p. 21). E, se os sujeitos jamais chegam a perceber a realidade sem seus “óculos sociais”, também essa realidade pretensamente objetiva torna-se instável. As autoras criticam a visão idealista de uma “cartografia” entre palavras e coisas, que consideraria negligentes, imprecisas ou erradas certas formas lingüísticas escolhidas pelos sujeitos para designar a realidade.

A instabilidade se verifica, de acordo com Mondada e Dubois (2003), tanto nas relações entre palavras e coisas como entre categorias, dentro das práticas lingüísticas e cognitivas. No primeiro caso, das variações entre as palavras e as coisas por estas designadas, pode ocorrer instabilidade tanto no eixo sincrônico como no diacrônico. Como observam as

autoras, os falantes de uma língua encontram sempre, num determinado momento da história, múltiplas categorias para identificar alguém ou algo; a decisão por uma delas fica a cargo de quem produz e compreende (co-produz, neste último caso) o discurso.

Por outro lado, certas categorias podem dar lugar a outras, ao longo da história cultural. Fenômenos podem ser recategorizados, por exemplo, em razão do desenvolvimento das ciências, que passam a interpretá-los sob novos pontos de vista. Mondada e Dubois observam que costuma haver polêmicas em torno da categorização do que seria o “mesmo” fenômeno do mundo natural. Segundo as autoras, essas controvérsias “são provocadas pelos julgamentos divergentes de dependência ou tipicidade” frente a diversas “possibilidades de categorização”. As controvérsias são resolvidas quando “uma destas possibilidades é selecionada [...] e é marcada paradigmática e normativamente. É esta seleção que será legitimada e reificada pela história das ciências” (Mondada e Dubois, 2003, p.28).

Considerando a instabilidade da categorização “dentro das práticas lingüísticas e cognitivas”, Mondada e Dubois (2003, p. 29) observam que pode haver transformações na seqüência das atividades discursivas. Isso ocorre com freqüência na linguagem oral, em que, por exemplo, o falante vai, progressivamente, tornando a referência mais precisa por meio de recategorizações sucessivas. Ao analisar esse discurso, flagramos o processo de planejamento, que, na linguagem oral (pelo menos na fala espontânea), ocorre simultaneamente à produção.

Mas esse “refazer” das categorias no curso da enunciação não é exclusivo da fala, embora, obviamente, ocorra com maior freqüência (ou, talvez possamos dizer, talvez apenas com maior visibilidade) nessa modalidade. As autoras apresentam trechos escritos em que, segundo elas, “Os locutores marcam, eles mesmos, os deslizos entre referencialidade e negociação intersubjetiva dos processos de referenciação, pelos comentários metalingüísticos que pontuam seu discurso” (p. 32).

Mondada e Dubois (2003, p. 30-31) citam alguns trechos escritos que demonstram essa preocupação do locutor em “aperfeiçoar” a categoria. É o caso do exemplo seguinte:

(1) Fidèle à ma coutume, je me suis dirigée vers le port. Le port!... hélas! c'est un mur haut de trente pieds, sur lequel des soldats ou des bateliers affrontent seuls

les vertiges; il fallait, pour grimper là, une fermeté que je n'ai point, et, retournant sur mes pas, j'ai quitté ces faux semblans de quais, pour me renfermer avec mes souvenirs dans l'appartement... c'est-à-dire, dans la salle voûtée, obscure, large et longue, à ne pas y reconnaître son père, qu'on m'a donnée en guise de chambre à coucher. (Gasparin, Voyage d'une ignorante dans le midi de la France et l'Italie, Paris: Paulin, 1835, v 1. p. 147.)

- (1) Fiel ao meu hábito, eu me dirigi para *o porto*. O porto!...nossa! *É um muro alto de trinta pés*, sobre o qual soldados ou barqueiros afrontam sozinhos suas vertigens: é necessário, para subir lá, uma firmeza que eu não tenho, e, voltando por onde vim, eu deixei o *faz de conta do cais*, para me fechar com as minhas lembranças *no apartamento...* quer dizer, *na sala de teto arredondado, obscura, e tão ampla* que não reconheceríamos o próprio pai se ele estivesse na outra extremidade, que me foi dada como quarto de dormir. (Gasparin, *Voyage d'une ignorante dans le midi de la France et l'Italie*, Paris: Paulin, 1835, v 1. p. 147.)

(MONDADA e DUBOIS, 2003, p.30-31).

Como se vê, no exemplo (1), apresentado pelas autoras, o texto narrativo-descritivo progride, muito em função de duas cadeias coesivas. Observam elas que o ato de referenciação se desenvolve a partir do uso de uma categoria inicial mais prototípica ou estereotípica, sobre a qual vão sendo operadas mudanças, que levam a entidade a “passar de um ponto central de seu domínio semântico para um ponto periférico ou sofrer “uma recategorização radical” (p. 32). A primeira das duas hipóteses (a “fuga” do ponto central do domínio semântico para a “periferia”) é o que se verifica no trecho em questão: as entidades *porto* e *apartamento* sofrem recategorizações sucessivas que expressam a seqüência de impressões que a personagem vai experimentando face ao contato com o ambiente.

Mondada e Dubois (2003) nos dão conta de uma série de outros exemplos que, como os dois que estão aqui mostrados, também comprovam a não-correspondência entre as palavras e as coisas e que nos levam a compreender que estudar a referenciação não se trata de avaliar o “grau de correção” no uso dos termos lingüísticos para nomear objetos, mas de descrever as estratégias lingüísticas e sociocognitivas dos sujeitos ao construírem uma categoria em vez de outra.

Nessa perspectiva, podemos entender, com Marcuschi (2002), que a língua não é **espelho**, mas **lâmpada**,

pois ela não é uma representação especular do mundo e sim uma apresentação; a língua não é um **retrato** e sim um **trato** do mundo, isto é, uma forma de agir sobre ele. Mais do que **capital**, a língua é uma **moeda**, servindo para trocas; mais do que um **almoxarifado** de mercadorias disponíveis (num estoque de itens lexicais) a língua é uma **carpintaria** (uma espécie de heurística). A língua não é uma dupla de **trilhos** a ligar dois pólos – o mundo e a mente –, mas um conjunto de **trilhas** que decidimos seguir mesmo que dê em aporias. Com isto perguntamos muito mais pelos processos de construção de sentido na interlocução e muito menos pelos sentidos eventualmente construídos nessa interlocução (p. 4, grifos do autor).

2.2.4.5 Os processos de estabilização: o outro lado da moeda

Admitir a proposta de se passar a estudar a referenciação em lugar da referência é também considerar que os referentes, conforme já concluímos, se instauram no curso de nossa interação, na tensão entre nossas práticas sociais e nosso sistema cognitivo. Se, por um lado, as categorias são continuamente criadas e recriadas, por outro lado, elas o são, dentro de um limite que nos é imposto socialmente. Blikstein (1983) reconhece que a língua exerce uma “função interpretante e modelante na percepção/cognição e no pensamento”. Como ele explica, “A impossibilidade de capturar a semiose não-verbal compele o indivíduo a recorrer ao sistema verbal para materializar e compreender a significação escondida” (p.79).

De forma circular, a práxis criaria os “estereótipos” através dos quais a língua passaria a “atuar sobre a práxis”, condicionando nossa percepção/cognição e nos impedindo de ver “a realidade ainda não-programada” (p. 81-82). O uso criaria “corredores isotópicos”, as “trilhas” a que se refere Marcuschi (2002), que regulariam de certa forma a atuação dos sujeitos e garantiriam um mínimo de estabilidade à língua.

Mondada e Dubois (1995) discutem alguns mecanismos que contribuiriam para imprimir à língua o caráter estável, isto é, que a fariam, nas palavras de Blikstein (1983), “amarrar” nossa “percepção/cognição”. Um desses mecanismos seria o processo de formação de protótipos.

Para Rosch (1978), as categorias se formam a partir de julgamentos dos falantes sobre o grau de prototipicidade. Tais julgamentos seriam guiados por princípios como o da “economia cognitiva” e o das “restrições perceptuais”. Mondada e Dubois (1995, 2003) criticam esses princípios, porque, segundo argumentam, eles acentuam “o estatuto das representações estruturadas e estabilizadas”, construídas individualmente, numa perspectiva psicológica.

Mondada e Dubois vêem, na proposta de Rosch, dois problemas básicos. Um deles é a concepção de língua que, segundo elas, está subjacente à visão de protótipo, tal qual é postulada pela autora. A seqüência evolutiva por que passariam os nomes (de unidades discretas da língua, usadas individualmente, evoluindo, em seguida, ao nível de objeto socialmente distribuído, e atingindo, finalmente, o *status* de estereótipo) reduziria a língua a “uma nomenclatura, e a nomeação a uma cartografia direta dos nomes (rótulos) para as coisas” (Mondada e Dubois, 2003, p. 42).

Um segundo problema que as autoras apontam na proposta de Rosch é o da subespecificação. Se se considera produtiva a interpretação dos processos de transformação dos protótipos em estereótipos por meio da lexicalização, argumentam as autoras, há que se dar mais atenção à passagem “de um nível puramente subjetivo para um nível intersubjetivo” (Mondada e Dubois, 2003, p. 42).

O que podemos entender, a partir da crítica das Mondada e Dubois à Teoria dos Protótipos, é que elas reconhecem o papel da lexicalização na estabilização da língua. O que essas autoras condenam são, na verdade, as explicações baseadas em pressupostos da lingüística cognitiva. Conforme afirmam, “Numerosos lingüistas já observaram que as unidades lexicais estabilizam convencionalmente os significados das palavras numa comunidade lingüística” (2003, p. 43). Apenas previnem que “a evolução dos protótipos e das significações das palavras para estereótipos não se baseia mais em propriedades realistas ou de valores de verdade, mas na codificação social dos modos de falar e de representar o mundo” (p. 43).

A anáfora é também, para Mondada e Dubois (2003), um mecanismo que interfere na estabilização da língua. As autoras justificam a inclusão desse fenômeno discursivo entre os fatores estabilizadores, prevenindo que, “No âmbito da temporalidade discursiva, as inscrições textuais podem ter igualmente um efeito estabilizador ou desestabilizador” (p. 43). Assim, não haveria incoerência entre, por exemplo, o que se observou no trecho reproduzido por nós em (1), e o que se pode concluir a partir da análise de (2):

(2) *On trouve une voûte isolée, en plein centre, qu'on dit être le tombeau d'Agrippine. Cette voûte... (Cochin, Voyage d'Italie, Paris, 1758, v 1, 213)*

(2) Encontra-se uma abóbada isolada, em pleno centro, que se diz ser o túmulo de Agrippine. Esta abóbada...(Cochin, Voyage d'Italie, Paris, 1758, v 1, 213).
(MONDADA e DUBOIS, 2003, p. 44).

Conforme análise das autoras, verifica-se, no trecho acima, a dúvida entre dois descritores. A anáfora, como elas explicam, desfaz a oposição inicial, excluindo o segundo e fixando o primeiro. Podemos, aqui, verificar a circularidade de que fala Blikstein: a língua condiciona os usos individuais, ao mesmo tempo em que é influenciada por esses usos.

Um último mecanismo estabilizador da língua seria, conforme Mondada e Dubois (2003), a “materialização das categorias cognitivas e lingüísticas” (p. 46). Essa materialização não dependeria apenas de “artefatos psíquicos, resultantes de atividades cognitivas”, mas principalmente das tecnologias de inscrição, como a escrita, a imprensa e a imagem. Na mesma linha de Smith (1982), que vê na escrita a vantagem de tornar o texto um objeto tangível, as autoras consideram que, entre os muitos benefícios advindos da escrita, por exemplo, estaria o fato de ela nos permitir “dispor e fixar, dentro das relações espaciais, o fluxo temporal das palavras do discurso oral” (p. 46).

Sem negar o papel importante desses elementos “externos” para o uso da linguagem, questionamos apenas a “separação” que as autoras fazem entre eles e o que chamam de “artefatos psíquicos, resultantes de atividades cognitivas”. Afinal, como podemos depreender das idéias dos teóricos da cognição incorporada e situada, paradigma ao qual Mondada se

filia⁶², é a nossa percepção desses elementos que condiciona nosso comportamento. Admitir que nem todas as nossas ações dependem de um planejamento prévio, no nível do raciocínio lógico, não significa, a nosso ver, negar a cognição. Afinal, de acordo com o pensamento de Maturana (2004), Varela (1998a; 1998b) e Varela, Thompson e Rosch (2003), somos seres autopoieticos, o que implica dizer que estamos sempre em acoplamento estrutural com o meio. Nessa perspectiva, viver, isto é, agir no mundo, é conhecer; conhecer é viver haveria “perturbações” mútuas entre os seres e seu entorno, e as estabilizações aconteceriam, como emergindo de tais perturbações.

Poderíamos dizer, então, que essa materialidade do texto, ao gerar implicações de ordem cognitiva, contribuiria para os processos de estabilização⁶³. Os fatos da língua, “uma vez estabilizados pelos textos e pelas inscrições visuais” (p. 48), resistiriam às desestabilizações e passariam a atuar como modelos consensuais. Constituiriam “regras”, no sentido wittgensteiniano, ou a “base comum” sobre a qual os falantes atuariam na coordenação de novas ações.

⁶² Cf. Mondada, 2002.

⁶³ A respeito do papel da escrita sobre a cognição humana, é válido aqui lembrar Olson (1997, p. 10). Para esse autor, “Em um sentido importante, nossa literatura, nossa ciência, nosso direito e nossa religião constituem artefatos da escrita. Vemos a nós mesmos, vemos nossas idéias e nosso mundo em termos desses artefatos”.

CAPÍTULO 3

A estabilidade relativa das formas referenciais e os modelos explicativos

Para Marcuschi (2002), “Explicar como conseguimos referir e como sabemos que referimos determinadas entidades com enunciados lingüísticos é uma tarefa bastante árdua e ainda aberta à discussão” (p. 6). Com efeito, toda a discussão que desenvolvemos até aqui vem demonstrar a dificuldade dessa empresa, assim como a pertinência de desenvolvermos reflexões sobre o assunto. Idéias como as de que, por exemplo, a) o sentido das palavras é seu próprio uso nos jogos de linguagem (WITTGENSTEIN, 1996); b) as palavras constituem “nós” no fluxo das “recursões de coordenação de ações” (MATURANA, 2001); c) o referente se fabrica na circularidade **práxis – estereótipos – língua** (BLIKSTEIN, 1983) ou nas negociações de sentido, durante as práticas discursivas (MONDADA e DUBOIS, 2003), mostram que não há uma relação necessária entre as formas lingüísticas e as entidades mundanas e expõem o caráter dinâmico e instável dos atos referenciais. E é justamente esse feito dinâmico, instável e impreciso da referência que torna complexa a tarefa explicativa⁶⁴.

Por outro lado, conforme também vimos na revisão teórica dos capítulos anteriores, a língua não é apenas instabilidade. Até em nome da intercompreensão, não é dado a cada falante/escritor optar pelo uso de expressões aleatoriamente. Podemos contar com uma certa estabilidade, que nasce com os estereótipos ou com as isotopias que se criam a partir da história das interações. “Os jogos”, conforme explica Araújo (2004, p. 113), “são guiados por regras”, muito embora essas regras jamais digam “o que exatamente é o jogo”, não sejam exaustivas, nem cheguem a determinar os “contornos” do jogo; somente indiquem “direções”.

Brown e Yule (1983, p. 188-189), referindo-se à interpretação do *status* **dado** ou **novo** dos referentes, reconhecem essa estabilidade relativa da linguagem. Os autores chamam

⁶⁴ Como explica Marcondes (2005, p. 10), “a pragmática consiste na nossa experiência concreta da linguagem”, que envolve uma grande diversidade de usos. O “estudo da linguagem”, segundo o autor, supõe um tratamento sistemático desses múltiplos usos, o que levaria a uma abstração. Daí por que, diz ele, citando Carnap, a pragmática consistiria em “um domínio de linguagem de difícil análise”.

de “regularidades” o que, para Wittgenstein, seriam “regras”. Para eles, no uso da linguagem não há “regras”⁶⁵, mas “regularidades”, como o uso freqüente de formas indefinidas e de entonação proeminente para se introduzirem entidades no discurso. A “exploração dessas regularidades em contextos de discurso”, segundo eles afirmam, permite-nos acessar o *status* informacional atribuído pelos falantes e escritores aos referentes.

A tarefa explicativa a que alude Marcuschi consistiria em propor um modelo que fosse capaz de dar conta da complexidade do processo de referenciação, isto é, que de fato explicitasse de que modo refazemos continuamente, na interação, as “trilhas” que foram delineadas nas trocas sociais anteriores.

Vários são os modelos que se propõem a oferecer alguma explicação para o fenômeno, ainda que tal explicação não corresponda à resposta reclamada por Marcuschi. Esta requer que se considerem, de um lado, as regularidades socialmente estabelecidas pelo uso da língua até então; de outro lado, as especificidades de cada novo ato referencial, em cada nova interação. Requer, como reconhece o autor, considerar que, apesar de as palavras não serem “vazias de sentido”, é a “atividade cognitiva situada” que provê o sentido que nós efetivamente lhes atribuímos (MARCUSCHI, 2002, p. 51).

Neste capítulo, tecemos considerações sobre algumas das propostas de abordagem mais conhecidas para os fenômenos referenciais. Discutimos até que ponto essas propostas vêem os fenômenos referenciais como mais sujeitos a propriedades essenciais ou mais dependentes das contingências do uso da linguagem. Em outras palavras, refletimos sobre o valor que teriam as idéias lançadas pelos autores de tais abordagens como ferramentas capazes de nos ajudar a compreender os processos referenciais sob a perspectiva discursivo-pragmática, que constitui, como vimos no primeiro capítulo, o ponto de chegada da “viagem” que empreendemos em torno do conceito de referência.

⁶⁵ O termo “regras”, no sentido em que é empregado por Brown e Yule (1983), poderia, talvez, ser entendido como se referindo a algo equivalente às “super-regras” de que fala Martins (2004), autora citada em (1.1.3.2), neste trabalho. Seriam regras apriorísticas, explícitas, às quais os falantes recorreriam, deliberadamente, para estruturar seu discurso.

A verdade é que estamos sempre às voltas com uma grande contradição. Compreender a linguagem como um processo contínuo de recursões, em que a estabilidade tem caráter apenas provisório, é praticamente negar a possibilidade de se criarem modelos explicativos. Como fixar em um quadro de categorias algo que está sempre em movimento?

Ao revisitar essas propostas, não temos a pretensão de encontrar o modelo ideal, que dará conta dos processos complexos da referenciação. Sabemos, de antemão, que esse modelo não existe, pelo menos não, se tomarmos por base essa visão fenomenológica da linguagem. Parafrazeando Faraco (2003, p. 114)⁶⁶, diríamos que supor a existência de uma explicação definitiva para os fenômenos referenciais seria, erroneamente, tentar “estabelecer limites claros para aquilo que é necessariamente impreciso, já que intrinsecamente vinculado à contingência das atividades humanas”. Afinal, como afirma Wittgenstein (1996, p. 76, § 132), a questão é “construir uma ordem no nosso conhecimento da linguagem [...]; uma das muitas ordens possíveis; não a ordem”. Objetivamos, assim, apenas refletir sobre o que poderá aproximar ou distanciar tais propostas de uma visão mais dinâmica dos fenômenos referenciais, embora considerando o “paradoxo permanente” que, segundo Raúl Zurita⁶⁷, estamos sempre vivendo, em nossas experiências diárias, “frente à linguagem”.

Para falar dessas tentativas de explicação, buscamos estabelecer comparações entre as propostas por nós consideradas ligadas à orientação de tendência mais determinista, as quais, a nosso ver, distanciam-se da idéia de referente como um objeto instável que emerge no processo discursivo, e as abordagens que, em alguma medida, parecem contemplar os aspectos pragmáticos dos atos referenciais e que, assim, podem ser consideradas mais próximas da perspectiva situada da atividade languageira. Esclarecemos que, em maior ou menor grau, todas essas abordagens estão, reconhecidamente, inseridas no chamado paradigma simbólico ou, usando a terminologia de Mondada (2003) e de Apothéloz, e Pekarek-Doehler (2003), no quadro das “modelizações clássicas, cognitivo-informacionais da referência”.

⁶⁶ Embora o autor se refira, especificamente, à noção bakhtiniana de gênero (Bakhtin, segundo ele, “não se propõe a fixar o que se move, a estancar o que flui [...]” (2003, p. 114)), entendemos que a observação é válida para todos os fenômenos da linguagem.

⁶⁷ Cf. Maturana (2001, p. 98).

Concordando com Cuenca e Hilferty (199, p. 29), que assumem o pressuposto da lingüística cognitiva segundo o qual “muitas das características da forma lingüística nem são arbitrárias nem tampouco são sempre predizíveis a partir do significado”⁶⁸, apreciamos, neste capítulo, as propostas de Clark (1992; 1996), Chafe (1978), Prince (1981; 1992), Gundel et al. (1996), Givón (1983; 2001) e Ariel (1996; 2001). Nossa intenção, conforme já dissemos antes, é tentar, no pareamento entre os características destas propostas, encontrar as ferramentas que podem ser consideradas mais adequadas para estudar os fenômenos referenciais, tomados do ponto de vista pragmático-discursivo.

3.1 Clark e os tipos de conhecimento

Clark (1992; 1996) propõe que se aborde o uso da linguagem em seus aspectos cognitivos e sociais. Em Clark (1992), o autor admite a existência de duas perspectivas básicas segundo as quais a linguagem pode ser vista: a “tradição produto”, que investiga de que maneira a estrutura da língua se manifesta nos atos lingüísticos, e a “tradição ação”, que parte dos próprios atos de falar e ouvir para investigar de que maneira estes acontecem. Clark se declara filiado à “tradição ação”, a qual, conforme ele explica, congrega em sua base diversas orientações teóricas: a teoria dos atos de fala (AUSTIN, GRICE E SEARLE); a análise sociolingüística (Labov); a análise de interações conversacionais (SACKS, SCEGLOFF E JEFFERSON) e os estudos sociológicos de linguagem em cenários interacionais (GOFFMAN). Para integrar essas diferentes perspectivas, Clark apóia-se na pesquisa empírica que realiza em parceria com um grupo de alunos, com quem também divide a autoria dos diversos artigos que compõem a obra.

Nesse mesmo volume, em Clark e Marshall (1992), por exemplo, os autores tentam explicar como se processa a referência definida, recorrendo, para isso, a uma longa e intrincada série de proposições lógicas em torno do conhecimento mútuo. Com essas proposições eles estariam mostrando o que chamam de “o paradoxo do conhecimento mútuo” (*the mutual knowledge paradox*).

⁶⁸ (*muchas características de la forma lingüística ni son arbitrarias ni tampoco son siempre predecibles.*)

Os autores partem da seguinte situação geral hipotética: no Cine Roxy está acontecendo um festival de filmes dos Irmãos Max. Durante uma semana, será exibido um filme a cada noite. A partir daí, tomando Ann e Bob como personagens de sua “história”, eles criam diversas situações específicas em que Ann lançaria para Bob a seguinte pergunta: “Você já viu o filme que está passando no Roxy esta noite?”. O interesse dos autores recai sobre quais as condições que assegurariam a Ann que a descrição definida “o filme que está passando no Roxy esta noite” (*the movie showing at the Roxy tonight*) – termo t – seria interpretada por Bob como se referindo a *Monkey Business* – referente R .

O primeiro contexto é o seguinte: na quarta-feira, pela manhã, Ann vê no jornal do dia anterior a informação de que o filme a ser exibido naquela noite (de quarta) seria *Monkey Business*. Lança, então, a pergunta a Bob. Nessas circunstâncias, constatam os autores, Ann não teria como garantir que Bob saberia que “ t é R ”. Apenas a proposição “Ann sabe que t é R ” poderia ser justificada.

Uma segunda situação é, então, descrita por Clark e Marsal: na quarta, pela manhã, os dois, Ann e Bob lêem a edição matutina e comentam o fato de o jornal estar indicando *A Day at the Races* como o filme que será exibido naquela noite. Depois, Ann lê a última edição do jornal e percebe que houve uma correção: o filme que será exibido à noite, segundo a nova edição, é *Monkey Business*. Ao se encontrar, depois, com Bob, ela lhe dirige a mesma pergunta: “Você já viu o filme que está passando no Roxy esta noite?” Como observam os autores, esse contexto garantiria a condição óbvia de que “Ann sabe que t é R ”, mas não a condição “Ann sabe que Bob sabe que t é R ”.

E, diante disso, Clark e Marshal propõem mais uma situação: na manhã de quarta, Ann e Bob vêem, juntos, na edição da manhã do jornal, a informação de que *A Day at the Races* é o filme a ser exibido à noite. Quando sai a última edição, Bob vê, na seção de cinema, que o nome do filme foi corrigido, que *Monkey Business* é a informação correta. Ele, então, circula o nome *Monkey Business* de vermelho. Ann pega essa edição mais nova, nota a correção e vê a marca feita por Bob. Ela imagina que Bob não tem como saber que ela tomou conhecimento da correção. Depois, ela encontra Bob e lança para ele a célebre pergunta: “Você já viu o filme que está passando no Roxy esta noite?”

Os autores observam que esse último cenário satisfaz a primeira e a segunda condição, quais sejam, Ann sabe que o filme é *Monkey Business* e sabe que Bob também sabe, mas acredita que ele pode pensar que ela acha que é *A Day at the Races*. A referência poderia, então não ser bem-sucedida por não satisfazer mais esta condição:

Ann sabe que Bob sabe que Ann sabe que t é R .

À proporção que vão analisando as situações, Clark e Marshal demonstram que surge sempre mais uma condição, num processo infinito, o que constituiria, de fato, um paradoxo. Mas, explicam eles, o paradoxo é ilusório. A idéia que eles defendem é a de que as pessoas “acessam o conhecimento mútuo pela heurística da copresença”, isto é, elas buscam na memória evidências de que elas próprias, assim como seus interlocutores e os objetos aos quais se referem, estão conjuntamente presentes, quer fisicamente, quer lingüisticamente, quer, ainda, indiretamente, através do conhecimento cultural.

Em Clark (1996), o autor detalha e aprofunda as questões mais gerais discutidas em Clark (1992). A tese central defendida por ele nessas duas obras gira em torno da idéia de que o uso da linguagem constitui uma forma de “ação conjunta” associada a outros tipos de ação coletiva. Para ele, as pessoas usam a linguagem para fazer coisas. Mas uma ação conjunta, previne ele, não envolve simplesmente a soma de atividades individuais; ela emerge dessas atividades, quando coordenadas em conjunto. Quando, por exemplo, os bailarinos Fred Astaire e Ginger Rogers dançavam juntos, cada um deles se movimentava de forma especial, em coordenação com os movimentos do outro. Era dessa coordenação que emergia a conhecida dança sincronizada da dupla. Se, por acaso, eles estivessem desenvolvendo esses mesmos movimentos em salas separadas, explica Clark, o resultado certamente não seria o mesmo.

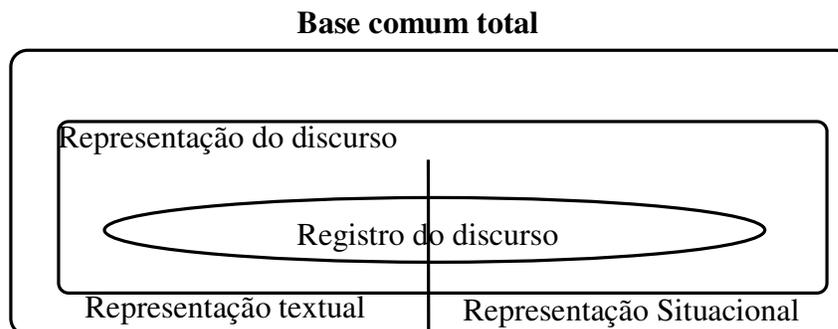
Essa analogia serve para explicar como Clark concebe o uso da linguagem, quando admite que se trata de uma ação conjunta. Se, ao usar a linguagem, os falantes/escritores e os ouvintes/leitores desenvolvem processos individuais e sociais, argumenta o autor, o estudo dessa ação conjunta deve contemplar, naturalmente, aspectos cognitivos e sociais.

Clark condiciona os atos lingüísticos ao desenvolvimento de outras atividades. Para o autor, “o uso da linguagem não acontece no vácuo, mas em arenas de ações altamente estruturadas” (1992, p. xvii), que são os “lugares onde as pessoas fazem coisas com a linguagem”. No centro das arenas estão os interlocutores, que geralmente partilham uma grande massa de conhecimentos, crenças e suposições a que o autor chama de “base comum”. Essa base comum, esclarece ele, é muito vasta, isto é, envolve crenças de diversas naturezas. Como membros de uma comunidade cultural, as pessoas podem tomar como base comum conhecimentos mais gerais, como a idéia de que os objetos caem quando são largados; a imagem de cenas que presenciaram e de sons que ouviram conjuntamente no passado ou que no momento estão acessíveis; ou ainda as informações surgidas na conversação da qual elas participaram em um determinado momento. É somente a consideração dessa base comum que torna possível ao falante/escritor e ao ouvinte/leitor coordenarem conjuntamente, em todos os momentos, o que o primeiro significa (quer dizer) e o que o segundo compreende. Nas palavras de Clark, “

A base comum é uma forma de consciência da própria consciência. Duas pessoas, Susan e Bill, estão conscientes de certas informações que cada uma delas tem. Para ser base comum sua consciência tem de ser reflexiva – ela deve incluir essa consciência em si mesma (1996, p. 120)⁶⁹.

A partir do pressuposto de que o discurso é uma atividade em que “a linguagem convencional desempenha um papel proeminente” (p. 50), o autor entende que as pessoas acumulam essa base comum nas atividades discursivas, por meio da representação da base comum inicial, do estado corrente de atividade e dos eventos públicos até então. “Os participantes de um discurso” seguem as “trilhas”, as quais são formadas pela representação textual e pela “representação situacional”. Uma parte da representação do discurso, segundo ele explica, tem “um *status* privilegiado” (*a privileged status*) (CLARK, 1996, p. 54), porque funciona como um registro do estágio oficial das atividades conjuntas. O quadro a seguir, adaptado de Clark (1996, p. 53), ilustra a descrição do autor:

⁶⁹ (*Common ground is a form of self-awareness. Two people, Susan and Bill, are aware of certain information they each have. To be common ground, their awareness must be reflexive – it must include that very awareness it self.*)



Shotter (1999) critica a concepção de ação conjunta como algo que as pessoas coordenam entre si, deliberadamente, em função de suas intenções. Para ele, subjacente à idéia de que “todas as nossas ações se originam em nossas crenças (ou em nosso conhecimento como crença considerada verdadeira)” (1999, p. 1), está a visão cartesiana, tradicional nos meios acadêmicos. Apoiando-se numa visão que ele mesmo denomina “aristotélico-wittgensteiniana”, Shotter afirma que “todas as práticas sociais significativas se originam em e se desenvolvem como refinamentos de reações responsivas espontâneas entre nós, no mundo” (p. 6-7). Embora elogie a tentativa de Clark de colocar “no centro de atenção o tópico da ação conjunta”, reconhecendo ser este “o problema do momento”, Shotter classifica como “ingênuos” (p. 9) o detalhismo e a rigidez da descrição de Clark (1996).

A crítica de Shotter dá ênfase à oposição entre o ponto de vista simbólico, computacional, assumido por Clark, e a perspectiva situada da cognição. Clark, embora reconhecendo a complexidade que envolve o uso da linguagem, não abandona a idéia da predeterminação.

É interessante observar que os comentários de Jackendoff à teoria de Clark, embora numa perspectiva completamente diferente da que é assumida por Shortter, acabam reforçando as afirmações deste último. Para Jackendoff (2003), um autor reconhecidamente cognitivista⁷⁰, o trabalho de Clark constitui uma descrição da competência lingüística. Nas palavras do autor,

⁷⁰ Para conhecer uma crítica do ponto de vista do atuaçãoismo ao pensamento cognitivista de Jackendoff, consultar Varela, Thompson e Rosch (2003).

“esse tipo de pesquisa [desenvolvido por Clark] é uma ponte entre a competência estritamente lingüística e a competência social mais geral” (p. 35)⁷¹.

Considerando as observações dos dois resenhistas e observando a descrição da referência definida, por Clark e Marshal, podemos dizer que há, na abordagem de Clark, uma certa discrepância entre o que ele diz, em linhas gerais, e o que demonstra na prática. Noções como as de “ação conjunta” e “base comum”, que inclusive já mencionamos neste trabalho, são sem dúvida importantes para nos ajudar a compreender os processos referenciais de um ponto de vista mais situado. Atreladas, porém, ao detalhismo exacerbado que acompanha cada explicação, parecem contradizer a visão de uso da linguagem como um fenômeno dinâmico e não-predeterminado.

A ação conjunta a que se referem os autores mais parece um ato de peça teatral, em que todos os passos estão predeterminados, todas as falas acontecem no momento preciso, porque tudo já foi ensaiado antes. Voltando à analogia presente em Varela (1998) e em Varela, Thompson e Rosch (2003), aqui já citada, podemos dizer que, nessa perspectiva, usar a linguagem seria mais próximo de jogar xadrez do que de guiar automóvel.

3.2 Chafe e os estados de ativação mental

A idéia de que as informações são dadas ou novas, que já esteve associada à relação tópico-comentário e que foi depois ampliada para os limites do texto (visto este em sua materialidade), vem sofrendo mais e mais alterações, à medida que se amplia o conceito de texto. Chafe (1987) leva a questão para o terreno da mente e considera que fenômenos como informações novas e dadas, tópicos e comentários etc. constituem manifestações de processos psicológicos. Em razão disso, tais fenômenos, na opinião do autor, não poderão ser entendidos sem que se compreendam também esses processos subjacentes.

⁷¹ (*This kind of research is a bridge between strictly linguistic competence and more general social competence*).

Numa perspectiva cognitivista e tomando por base a linguagem oral⁷², esse autor redefine as categorias **dado** e **novo** e propõe uma terceira, intermediária entre as duas. Para ele, quando alguém fala, expressa, por meio de sintagmas nominais, verbais e adjetivais, idéias sobre “objetos, eventos e propriedades” (*objects, events and properties*), ou seja, ‘conceitos’ (*concepts*). Esses conceitos podem estar ‘ativados’ (*active*), ‘semi-ativados’ (*semi-active*) e ‘não-ativados’ (*inactive*) (CHAFE, 1987, p. 25).

Essa classificação está intimamente ligada à noção de “unidades de idéia” (*Idea units*). De acordo com Chafe (1985, p. 106), a fala espontânea se desenvolve como uma seqüência de impulsos, “jorros” (*spurts*) de palavras que apresentam uma “única curva de entonação coerente” (*single coherent intonation contour*). Tais momentos de fala, que são intercalados com algum tipo de hesitação, constituem as “unidades de idéia”, as quais corresponderiam ao volume de informações que um falante é capaz de operar em um único foco de consciência.

Chafe (1987) explica sua teoria sobre estados de ativação por meio de uma narrativa oral. Trata-se, segundo ele informa, de uma história contada no contexto de um jantar informal, num momento em que as pessoas discutiam a importância de os professores, na universidade, terem contato pessoal com os alunos. Para melhor compreendermos a proposta, reproduzimos em (3) parte dessa narrativa, transcrita pelo autor. Conforme ele esclarece, a transcrição está dividida em unidades de entonação, numeradas de acordo com a seqüência narrativa. Os pontos indicam as pausas; os hífens, o alongamento do segmento anterior; já os acentos marcam os picos de entonação.

- (3) 1. ... *It's funny thoug.*
 ... Mas é engraçado
2. ... *I dó think that makes a difference.. but.*
 ... Eu acho que faz diferença.. mas.
3. ... *Í can recall ... uh-- ... a big undergraduate class that Í had,*
 ... Eu consigo lembrar ... ah ... de uma turma que eu tive,
4. ... *where.,éverybody lóved the intrúctor,*
 ... onde., todo mundo adorava o professor,

⁷² Neste trabalho, Chafe analisa uma narrativa oral espontânea.

5. ... *a--nd he was a ... real .. uh óld world ... Swiss-- ... guy,*
 ... e-e ele era um... verdadeiro... ah sujeito... do velho mundo... suíço--,
6. ... *this was uh.. a biólogy course.*
 ... Era uma ah.. disciplina de biologia.
7. ... *a--nd he left áll the--sort of uh-- ... real cóntact with stúdents.. up to .. his assístants.*
 ... E-e ele deixava todo--tipo de ah--...contato real com os alunos.. para.. seus monitores.
- (8. ... *Mhm,*)
 (... Ahã,)
9. ... *A--nd .. he would come into cláss,*
 ... E-e.. ele vinha para a aula,
10. ...*a--t .. uh—you know three or f*
 ... a-a.mm - sabe três ou q
11. ... *precísely one minute after the hóur,*
 .. precisamente um minuto depois da hora,
12. *or something like thát,*
 ou algo do tipo,
13. ... *a--nd he--.. wou-ld .. immédiately open his ... nótes ap,*
 ... e-e ele--(... imediatamente abria suas.. notas,
14. ... *in the front of the róom,*
 ... na frente da sala,
15. ... *and he st,*
 .. e ele co,
16. ... *and évery... évery lécture,*
 .. e toda...toda aula,
17. ... *áfter the fírst,*
 ... depois da primeira,
18. ... *stárted the same wáy.*
 .. começava do mesmo jeito.

(CHAFE, 1985, p. 23).

Conforme esclarece o autor, “em condições ideais” (*under ideal conditions*) (CHAFE, 1987, p. 26), todos os conceitos que fazem parte de uma determinada unidade de idéia que está sendo verbalizada estão ativos para o falante. De seu ponto de vista, o falante

pode também avaliar o estado de ativação de tais conceitos para o ouvinte e, assim, marcá-los, lingüisticamente, em termos de informação dada ou nova.

Um conceito ativado é, segundo o autor, aquele que está no foco da consciência de uma pessoa. Seria considerada dada uma informação que estivesse ativa na mente do falante e tida, por este, como ativa também na mente do ouvinte. O uso de formas atenuadas⁷³ tais como os pronomes átonos como *I* (linha 2); e *he* (linha 5), por exemplo, indicaria que o narrador teria considerado os referentes por estas designados já ativados na consciência dos ouvintes. No primeiro caso, a justificativa seria o fato de tratar-se de uma referência a um participante do discurso. A saliência do referente seria algo natural⁷⁴. No segundo caso, a explicação seria a de que o pronome remete à entidade *instructor*, recentemente citada no discurso anterior (linha 4) e, portanto, presente na consciência do ouvinte⁷⁵.

Já o conceito semi-ativado, apesar de fazer parte de um conhecimento básico, estaria na consciência periférica, podendo passar facilmente ao nível de ativação. Segundo o autor, o estado de semi-ativação pode ocorrer em duas circunstâncias: (1) pode resultar de um processo de desativação – nesse caso, uma informação que antes estava no foco da consciência não passaria imediatamente para o estado de completa desativação, mas ficaria durante algum tempo na memória periférica; (2) pode surgir da evocação de um esquema conceitual – ou seja, de um conjunto de expectativas inter-relacionadas. Em ambos os casos, essa informação poderia ser considerada acessível, o que significa dizer que haveria uma demanda cognitiva menor para recuperá-la do que, por exemplo, quando se tratasse de uma informação totalmente inativa.

⁷³ Para o autor, “A atenuação envolve, pelo menos, baixa acentuação. Tipicamente, embora nem sempre, também envolve a pronominalização e a omissão de verbalização (o máximo grau de atenuação)” (CHAFE, 1987, P. 26). (*The attenuation involves, at the very least, weak stress. Typically, though not always, it also involves either pronominalization or omission from verbalization altogether (the maximum degree of attenuation)*).

⁷⁴ Segundo explica o autor, os referentes de primeira e segunda pessoas assumem naturalmente, no contexto da conversação, o *status* dado.

⁷⁵ Cf., a esse respeito, Ariel (1996; 2001), que considera a recentidade um dos fatores de acessibilidade dos referentes.

No texto em apreço, o autor cita como exemplo de conceito semi-ativado que passa novamente ao estado de ativado a propriedade *old world*, que é primeiro citada na linha 5

5. ...*a--nd he was a ... real .. uh óld world ... Swiss-- ... guy*

e é relembrada muito depois, na linha 34, que não faz parte do trecho que tomamos de empréstimo, mas que reproduzimos aqui:

34. ...*II guess that ís the ..old world stýle,*

Como observa o autor, a propriedade *old world stýle* (estilo velho mundo) estaria semi-ativada. Pela distância temporal que ocorreu entre a primeira menção e a segunda, tal informação, apesar de não ter sido desativada, deve ter sido retomada a partir do estado de semi-ativação.

Como exemplo de conceitos que teriam atingido o *status* de semi-ativação a partir da evocação de um esquema conceitual, Chafe cita as entidades que teriam sido “chamadas” da memória a partir da introdução, na narrativa, da entidade *a big class that I had*. O autor lembra que tal referente já é tratado como ativo, porque a conversação anterior já versava sobre o tema sala de aula. Daí, então, elementos como *the instructor* (unidade 4), *his assistants* (unidade 7), *class* (unidade 9), que estão naturalmente relacionados ao esquema em questão, assumem todos o estado de semi-ativação.

Por fim, o conceito não-ativado, de acordo com Chafe, faz parte do conhecimento arquivado na memória de longo termo. Para que uma determinada informação passe desse estado para o estado “ativado” há, segundo o autor, uma grande demanda cognitiva. Esse esforço seria comprovado, primeiro, pela existência das pausas intercaladas entre os momentos de verbalização das unidades de entonação; segundo, pelo fato de apenas um conceito poder mudar do estado “não-ativado” para o “ativado” durante uma pausa. No exemplo citado pelo autor, a forma de expressão foi marcada por pronúncia acentuada e por uma maior extensão dos sintagmas, como ocorre em *uh óld world ... Swiss-- ... guy* (unidade 5).

Uma crítica que se costuma fazer à proposta de Chafe é que esta se insere numa visão psicologizante do fenômeno lingüístico, na medida em que considera as expressões lingüísticas como simples manifestações dos fenômenos da mente. De fato, as categorias postuladas pelo autor, apenas três, dizem respeito aos estados da mente.

Ariel (2001) reclama dessa divisão tripartida, que para ela não dá conta dos múltiplos aspectos que o autor considera relacionados ao nível de ativação. Entre esses aspectos estariam a “identificabilidade” e a “contrastividade” dos referentes. Como ela observa, o próprio Chafe chega a apresentar um contra-exemplo à teoria, quando mostra o caso de “pronomes acentuados” que, fugindo à regra, não seriam “contrastivos” e que, portanto, fariam parte de uma categoria intermediária.

Com efeito, ao postular a existência de apenas três estados da mente, o autor minimiza a complexidade do fenômeno, o que constitui um reducionismo criticável. Sobre essa questão, vale a pena conhecer a opinião de Davidson (2006, p. 1), que, mesmo reconhecendo a existência de estados mentais, compreende que não há “leis conectando eventos mentais [...] com eventos físicos”. Como adverte esse autor, o “mental” é “holístico”, o que significa dizer que

As crenças individuais, as intenções, as dúvidas e os desejos devem suas identidades em parte a sua posição em uma ampla rede de disposições adicionais: o caráter de uma dada crença depende continuamente de outras crenças; as crenças têm o papel que desempenham por causa de suas relações com os desejos e intenções e percepções (DAVIDSON, 2006, p. 2).

Isso explica por que o autor postula a não-reducibilidade do mental ao físico. No caso em foco, não haveria a garantia de correspondência biunívoca entre o estado de ativação de um referente e a expressão desse estado por meio de uma forma lingüística predeterminada.

Cavalcante e Koch (2007, no prelo), assumindo o ponto de vista da cognição incorporada, tecem à abordagem de Chafe uma crítica que, de certa maneira, endossa as idéias de Davidson. As autoras questionam o uso do termo “consciência” para expressar os graus de ativação. Afinal, dizem elas, essa “‘consciência’ do outro”, que nos permite ajustar a

linguagem às necessidades da intercompreensão, “parece ser algo natural, culturalmente adquirido, constitutivo do próprio funcionamento da língua”.

As duas se insurgem, na verdade, contra o que constitui uma característica própria do chamado paradigma simbolista, comum às abordagens lógico-retóricas e às cognitivistas. Em ambos os casos, há um sujeito cartesiano, capaz de “desenhar” os atos comunicativos e de decidir, reflexivamente, sobre o uso das formas lingüísticas. Não haveria aí a “rede de disposições adicionais”, nem as relações entre as crenças, nem as ligações entre estas e os “desejos, intenções e percepções”, elementos aos quais se refere Davidson (2006), mas apenas um conhecimento reflexivo (crenças isoladas), que proporcionaria a identificação inequívoca do estado de ativação correspondente a uma determinada forma lingüística.

Retomando o que já dissemos anteriormente, sabemos que esse “espírito” está presente, de certa forma, em maior ou menor grau, em todas as abordagens que selecionamos para comentar. O que queremos mostrar é que o fato de um modelo se assentar numa visão mais fraca ou mais forte desse paradigma pode, respectivamente, aproximá-lo ou distanciá-lo de uma concepção de linguagem na perspectiva situada. A proposta de Chafe, com seu pareamento rígido entre estados mentais e formas lingüísticas, está, para nós, distante de tal perspectiva.

3.3 Prince e os graus de familiaridade assumida

Um outro estudo que também amplia a teoria do **dado/novo** é o de Prince (1981, p. 235). Usando como critério o grau de familiaridade assumida, a autora parte da concepção de texto como “um conjunto de instruções” (*a set of instructions*) de um falante/escritor dirigidas a um ouvinte/leitor, para que este construa “um MODELO PARTICULAR de discurso” (*a particular DISCOURSE-MODEL*). Segundo ela, tal modelo contém, “ENTIDADES, ATRIBUTOS, e RELAÇÕES entre entidades”⁷⁶, sendo que uma entidade “pode representar um indivíduo (existente ou não no mundo real), uma classe de indivíduos, um exemplar, uma

⁷⁶ (*DISCOURSE ENTITIES, ATTRIBUTES, and LINKS between entities*)

substância, um conceito etc.”⁷⁷. As entidades do discurso são marcadas no texto por meio de SN (sintagmas nominais).

Uma noção importante, que ajuda a compreender a abordagem em questão, é a de definitude. Em Prince (1992), a autora expõe dois modos de entender a definitude: como uma propriedade formal dos SN ou como uma propriedade conceitual do discurso⁷⁸. Ela opta por considerar o ponto de vista formal, explicando ser esta uma maneira apropriada de distinguir SN definidos de indefinidos. A autora lista, a partir daí, as formas de marcação da definitude em inglês:

o artigo definido (*the*), os demonstrativos (*this, that so forth*), os adjetivos possessivos (*e.g. my house, her work*), os pronomes pessoais (*e.g. I, they*) e os nomes próprios (não modificados) (*e.g. Sandy, Bill, Italy*) e alguns quantificadores (*some, any, six*). Além disso, certos quantificadores (*e.g. all, every*) têm sido considerados definidos. A marcação dos SNs indefinidos em Inglês pode ser feita pelos artigos indefinidos (*a*, artigo zero) e por outros quantificadores, incluindo os numerais (*some, any, one, six*)⁷⁹ (PRINCE, 1992, p. 299).

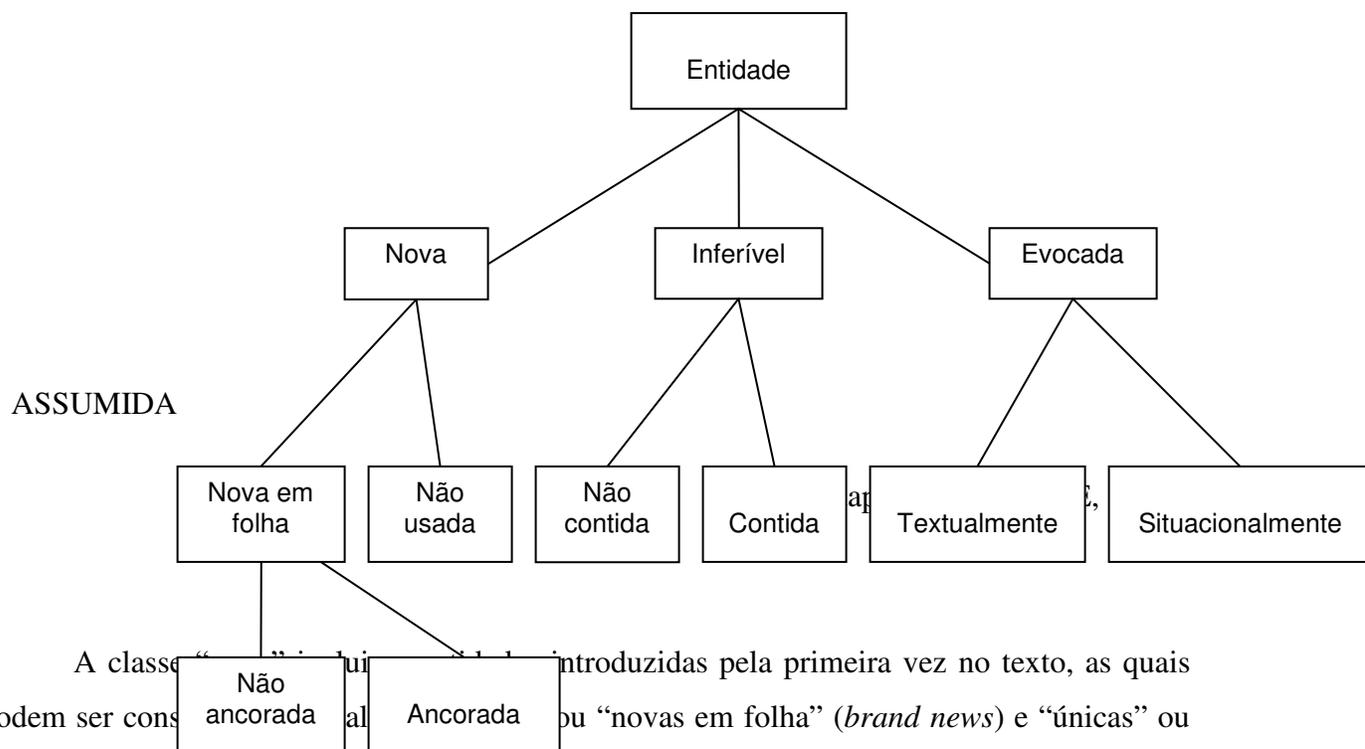
Segundo Prince (1981, p. 233-236), o falante/ouvinte escolhe a forma de introduzir as entidades no discurso de acordo com o grau de “familiaridade assumida” (*assumed familiarity*). Para ela, as entidades do discurso podem ocupar três níveis gerais de familiaridade e, assim, estão distribuídas em três categorias maiores “novas”, “inferíveis” e “evocadas”. Dentro de cada classe, a autora ainda reconhece subdivisões, postulando, daí, vários graus de familiaridade para categorizar os referentes no discurso, conforme podemos ver no fluxograma abaixo.

⁷⁷ (*may represent an individual (existent in the real world or not), a class of individuals, an exemplar, a substance, a concept, etc.*)

⁷⁸ Para uma compreensão maior acerca da distinção definitude/indefinitude, ver Abbott (2004).

⁷⁹ (*The definite article (the), demonstrative articles (this, that and so forth), possessive adjectives (e.g. my house, her work), personal pronouns (e.g. I, they), (unmodified) proper nouns (e.g. Sandy, Bill Mann, Italy). In addition, certain quantifiers (e.g. all, every) have been argued to be definite. Marking of indefinite NPs in English may be done by the indefinite articles (a, the zero) and by other quantifiers, including the numerals (e.g. some, any, one, six).*)

FAMILIARIDADE



A classe “nova em folha” inclui entidades introduzidas pela primeira vez no texto, as quais podem ser consideradas “novas em folha” (*brand news*) e “únicas” ou “não usadas” (*unused*) – não mencionadas antes, mas culturalmente disponíveis na memória dos interlocutores. As “novas em folha” ou “totalmente novas” (*brand-new*), por sua vez, dividem-se em “novas não ancoradas” (*brand-new unanchored*) – sem apoio de outro referente, como **um carro** em (4a), e “novas ancoradas” (*brand-new anchored*) – apoiadas em outro referente ou, no plano da sintaxe, em um outro SN, como **Um rapaz que eu conheço**, em (4b). Já as “não usadas” são entidades que já estariam dadas culturalmente, mas ainda não teriam sido mencionadas no texto, como **o Dominginhos** em (5).

(4) Entidades novas em folha

a. Não-ancorada:

Comprei **um carro**.

(PRINCE, 1981)

b. Ancorada

Um rapaz que eu conheço comprou um carro.

(PRINCE, 1981)

(5) Entidade nova não usada

Como diz **o Dominginhos**/ Estou de volta ao sossego
(LUÍS NASSIF).

A classe “evocada” reúne as entidades consideradas velhas ou dadas. Como vemos no fluxograma, essas entidades podem ser evocadas do texto – textualmente evocadas (*textually evoked*), como **O termo** em (6a), ou da própria situação de fala – situacionalmente evocada (*situationally evoked*), como **Essa comunidade virtual**, em (6b).

(6) Entidades evocadas

a. Textualmente:

O construtivismo surgiu influenciado pela ciência e pela máquina. **O termo** liga-se diretamente ao movimento de vanguarda russa.
(Adaptado de UOL – Lição de casa)

b. Situacionalmente:

Essa comunidade virtual não é pequena.
(Mensagem da CVL).

Já a categoria “inferível” (*inferrable*) situa-se para além das “distinções binárias relativamente nítidas” (PRINCE, 1992, p. 304). Essa categoria abriga as entidades que são recuperadas a partir de outros elementos do texto, via raciocínio lógico. Segundo explica Prince (1992), o falante, ao evocar alguma entidade no discurso, pode assumir, com base em suas crenças sobre as crenças e a capacidade de raciocínio do ouvinte, que este pode inferir a existência de outras entidades no discurso.

Também para essa categoria, a autora postula subdivisões: há os referentes “inferíveis” ou “inferíveis não contidos” (*noncontaining inferrables*):, como em (7a), e os “inferíveis contidos” (*containing inferrables*), como em (7b).

(7) Entidades inferíveis

a. Não contida

O Airbus da TAN já havia apresentado problema durante o vôo 3201. **O piloto** reportou dificuldade ao fazer uma manobra.

(FOLHA on line)

b. Contida

Em 10 de julho, **o piloto do vôo 3201** reportou dificuldade ao fazer uma manobra.

(FOLHA on line).

Em ambos os casos, haveria, segundo a autora, uma dedução a partir de elementos textuais e sócio-culturais. No primeiro caso, a entidade **O piloto** é tida como identificável a partir da entidade **o vôo 3201**, que é mencionada antes no texto e que funciona como “gatilho” desencadeador do processo de associação. O autor do enunciado contaria com a crença do leitor de que, tipicamente, vôos têm pilotos (ou são conduzidos por estes), o que levaria esse leitor à identificação do referente pretendido⁸⁰. A interdependência ocorreria em termos semântico-pragmáticos (ambas as entidades fazem parte de um mesmo esquema conceitual), mas não em termos sintáticos (as entidades são designadas por sintagmas independentes).

Já no segundo caso, as duas entidades são expressas por meio de um SN complexo, isto é, o SN **o piloto** é parte do SN complexo **o piloto do vôo 3201**. Há, como podemos perceber, uma grande preocupação em estabelecer uma correspondência entre sintaxe e semântica, fazendo valer o caráter icônico da língua. A identificação do referente em questão aconteceria mais facilmente em construções do tipo (7b) que em estruturas do tipo (7a).

Todas as categorias se distribuem numa escala que vai dos mais altos graus de familiaridade para os mais baixos, conforme o esquema seguinte:

evocado (da situação ou do texto) >não-usado>inferível>

⁸⁰ No exemplo em apreço, retirado de um texto autêntico, vemos que essa relação não ocorre isoladamente. Estão implicadas também as entidades **Airbus** e **TAN**, mencionadas no cotexto anterior, assim como **dificuldade** e **manobra**, no cotexto posterior, que certamente contribuem para a identificação do referente em questão. O que ocorre, de fato, no processo de identificação/criação dos referentes, é uma rede intrincada de inferências, envolvendo não apenas as expressões referenciais, mas também os demais elementos lingüísticos. A esse respeito, ver Paredes Silva (1996), que, na tentativa de aplicar as categorias de Prince à análise de cartas pessoais, mostra como as inferências se fazem não somente a partir de sintagmas nominais, mas também a partir de sintagmas verbais.

>inferível contido>novo ancorado>novo marcado

(Adaptado de PRINCE, 1981, p. 245)

A análise do *status* informacional torna-se problemática, uma vez que, conforme já foi discutido, a estabilidade da língua é apenas relativa, isto é, não há uma relação biunívoca entre tal *status* e a forma lingüística escolhida para “empacotar” a informação⁸¹. Ao criar uma hierarquia de familiaridade para as entidades do discurso – que seriam níveis de *givenness* – e tentar estabelecer uma relação direta entre esses níveis e as formas lingüísticas, a autora está, de certa forma, negando esse relativismo da estabilidade lingüística e assumindo uma visão estática do fenômeno da referência. É como se houvesse uma realidade mental que pudesse ser simplesmente acessada através de “janelas” lingüísticas: os diversos tipos de sintagmas.

Reconhecendo essa rigidez do modelo de Prince, Brown e Yule (1983) argumentam que não há critérios fixos para se determinar o *status* informacional. Os autores mostram, por exemplo, que as expressões referenciais indefinidas não são obrigatoriamente usadas apenas em primeiras menções e que, por sua vez, algumas primeiras menções são expressas por formas definidas. Reconhecem, concordando com Halliday, “que o *status* da informação é determinado, não pela estrutura do discurso, mas pelo falante”⁸² e afirmam, diante disso, que “Devemos supor que é a exploração dessas regularidades *em contextos de discurso* que nos permite acessar o *status* da informação atribuído pelos falantes e escritores a uma entidade”⁸³ (BRAOWN; YULE, 1983, p. 189, grifo dos autores).

Em Prince (1992), a autora tenta resolver os problemas de sua taxonomia, estabelecendo a diferença entre entidades dadas/novas do ponto de vista do discurso e do ponto de vista do ouvinte. Mostra, por exemplo, que uma entidade nova no discurso (*discourse-new*) pode ser considerada velha para o ouvinte (*hearer-old*), se o falante pensar que ela, apesar de não ter sido ainda mencionada na interação corrente, é familiar a esse

⁸¹ Essa ausência de uma correspondência estável entre referentes e formas referenciais está em concordância com a noção de referente como uma realidade continuamente renovada, durante as negociações de sentido.

⁸² *that information status is determined, not by the structure of discourse but by the speaker.*

⁸³ *We must suppose that it is the exploitation of these regularities in contexts of discourse which allows us to assess the information status attributed to an entity by speakers and writers.*

ouvinte. Isso o levaria a mencioná-la pela primeira vez, no texto em curso, por meio de uma expressão definida, como **o Domiguinhos** em (5). As entidades “não usadas” seriam, então, novas para o discurso e velhas para o ouvinte. Já as “novas em folha”, como **um carro** em (4a), seriam velhas para o discurso e velhas para o ouvinte; daí por que marcadas com a indefinidade.

A nosso ver, ao separar o que é novo/velho para o discurso do que é novo/velho para o ouvinte, Prince apenas deixa mais clara uma concepção de discurso que o restringe à materialidade fônica ou gráfica do texto, o que o reduziria a um simples “pacote” que teria as informações como conteúdo. Essa visão contradiz a perspectiva pragmático-discursiva de linguagem que assumimos neste trabalho. Deste último ponto de vista, isto é, da perspectiva pragmático-discursiva, as operações sócio-cognitivas acionadas durante a construção/(re)construção dos referentes também são parte do discurso. O discurso é, na verdade, a rede de relações de sentido que se estabelece em cada interação. Envolve as ações conjuntas entre os participantes, os quais, não apenas se utilizam de elementos estritamente lingüísticos, mas ancoram seu dizer no fazer, gesticulando, manipulando objetos, contando com a colaboração dos interlocutores.

Não há como separar o “dito” do “não-dito”, o lingüístico do cognitivo; não há como distinguir um grau “zero” de inferência, porque o uso da linguagem não pode ser reduzido à manipulação de um código. As palavras não portam, individualmente, o sentido; apenas contribuem, de forma indicial, para a tessitura dessa rede de relações complexas, contingentes, que emerge continuamente das trocas entre os falantes. Devemos lembrar que a oposição semântica x pragmática constitui uma das várias dicotomias, apontadas por Martins (2004) e aqui já mencionadas, que denunciam a visão essencialista sobre a linguagem.

3.4 Gundel et al. e a hierarquia de *givenness*

Partindo da premissa de que “diferentes determinantes e formas pronominais expressam, como parte de seu significado convencional, diferentes informações sobre o estado

da memória e da atenção (*status cognitivo*),”⁸⁴ Gundel et al. (1996, p. 3) propõem a Hierarquia de *Givenness*, (mais uma ampliação da teoria do dado-novo) que se estrutura a partir de seis estados cognitivos “implicacionalmente relacionados” (*implicationally related*), como podemos ver no quadro a seguir.

Hierarquia de *givenness*

Estados de <i>Givenness</i>	Em foco>	Ativado>	Familiar>	Unicamente identificável>	Referencial>	Identificável quanto ao tipo
Expressões referenciais	<i>It</i> <i>It kept me awake</i>	<i>That/this/this N</i> <i>This dog kept me awake</i> Aquele cão	<i>that N</i> <i>That dog next door kept me awake</i> Aquele cão ao lado	<i>the N</i> <i>The dog next door kept me awake</i> O cão ao lado	<i>indefinite this N</i> <i>This dog next door kept me awake</i> Esse cão ao lado	<i>a N</i> <i>a dog kept me awake</i> Um cão

(Adaptado de GUNDEL et al., 1996, p. 3).

A proposta de Gundel et al. é também estruturada a partir dos estados cognitivos que os autores propõem para os referentes (apenas seis) e relaciona a esses estados algumas formas lingüísticas que tipicamente seriam empregadas para codificar essas entidades. Na escala, os estados cognitivos mais baixos são menos restritivos⁸⁵; os mais altos, mais restritivos.

Gundel et al (1996) demonstram essa propriedade de suas categorias através do exemplo que reproduzimos aqui.

(8) *I couldn't sleep last night*

Eu não consegui dormir na noite passada.

⁸⁴ (*different determiners and pronominal forms signal different information about memory and attention state (cognitive status), as part of their conventional meaning*).

⁸⁵ Os autores usam o termo “restritivo” para indicar o grau de identificabilidade do referente: os estados menos restritivos indicariam que o nível em que um dado referente está sendo identificado pelo ouvinte/leitor seria mais baixo, o que significaria que esse falante/leitor teria uma idéia vaga, pouco específica de tal entidade; já os estados mais restritivos indicariam um nível de identificabilidade mais alto, mais preciso.

- a. *A dog next door kept me awake*
Um cão ao lado me manteve acordado
- b. *This dog next door kept me awake*
Este cão ao lado me manteve acordado
- c. *The dog next door kept me awake.*
O cão ao lado me manteve acordado
- d. *That dog next door kept me awake.*
Aquele cão ao lado me manteve acordado
- e. *This dog/that/this kept me awake*
Este cão/aquele/ este ao lado me manteve acordado
- f. *It kept me awake.*
Ele me manteve acordado
 (Extraído de GUNDEL et al., 1996, p. 4).

Relacionando as expressões referenciais, mais especificamente as anáforas indiretas, aos estados de *givenness*, os autores explicam como os diversos graus de restrição são progressivamente marcados pelas formas lingüísticas: em (8a), o artigo indefinido assinala apenas que o falante julga ser o destinatário capaz de identificar o tipo de objeto descrito; em (8b), o determinante indefinido *this* assinala que o falante pretende referir-se a um cão em particular e espera que o destinatário construa uma representação desse cão ao processar a sentença; em (8c), o artigo definido *the* sinaliza que o falante espera do destinatário a construção ou recuperação de uma única representação do referente pretendido; em (8d), o demonstrativo *that* “diz” ao ouvinte que o falante considera que o referente já lhe é previamente familiar e que, portanto, pode ser identificado unicamente; em (8e), o demonstrativo *this* e os pronomes *this* e *that* indicam que o referente está ativado (na memória de trabalho). Os autores esclarecem que essas formas seriam apropriadas somente nos casos de o referente ter sido mencionado recentemente ou estar presente no contexto extralingüístico; finalmente, em (8f), o pronome pessoal *it* indica ao destinatário que o referente não apenas está ativado, mas está no foco de sua atenção.

O mais importante nesse modelo, segundo os próprios autores, é o caráter implicacional. Enquanto as categorias de outros autores funcionam isoladamente, as de

Gundel et al. são cumulativas. Como ficou demonstrado pela análise de (8), para uma determinada posição na hierarquia de *givenness*, o item lexical selecionado para codificar o *status* indicado também envolve a(s) posição(ões) mais baixas, localizadas à sua direita, na escala. Se, por exemplo, o falante supõe que um dado referente ocupa o *status* cognitivo “familiar” e escolhe uma expressão formada pelo demonstrativo “aquele” seguido de um nome (forma que minimamente seria adequada para designar o referente pretendido), os outros estados – “unicamente identificável”, “referencial” e “identificável quanto ao tipo” – são implicados.

Isso significa que o falante poderia, em tese, a seu critério, marcar esse referente com um grau de *givenness* mais baixo, usando uma forma menos restritiva. Um SN formado por um artigo definido mais um nome, por exemplo, identificaria esse referente em um grau de ativação mais baixo.

Gundel et al. relacionam essa interação - entre as expressões referenciais e os estados cognitivos que convencionalmente seriam codificados por elas - às máximas da Quantidade, de Grice:

Q₁ Faça sua contribuição tão informativa quanto for requerido.

Q₂ Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido.

O uso, por exemplo, de um pronome pessoal ou mesmo de uma elipse, para designar um referente que o falante julga estar “em foco” na memória do destinatário (nível máximo de *givenness*), estaria de acordo com essas máximas: o grau de ativação marcado pelas formas em questão seria compatível com o alto grau de *givenness* considerado. Já um SN complexo com um determinante demonstrativo, como “Este cão ao lado”, provavelmente não seria usado para codificar um referente considerado com esse nível de *givenness*. De acordo com a máxima de quantidade 2, que recomenda não fornecer mais informação do que a requerida, tal forma talvez não fosse a preferida pelos falantes, em situações reais de comunicação, para designar um referente que já estivesse em foco.

Essa questão nos parece, porém, bastante complexa, principalmente se atentarmos para o que os proponentes da abordagem entendem por “quantidade de informação”⁸⁶. Para eles, uma expressão indefinida seria menos informativa do que, por exemplo, o pronome **It**, que demonstrou ser adequado para codificar o *status* **Em foco**, no exemplo (8). O problema, segundo eles, é que as expressões indefinidas, em Inglês, são associadas à não-familiaridade, o que tornaria seu uso inadequado em situações que requerem o emprego de formas mais restritivas.

A título de ilustração, vejamos o que acontece com no exemplo (9),

(9) **Um português** entrou numa padaria e comprou uma caixa de leite. A balconista ficou intrigada quando viu que **ele** estava abrindo a caixa ali mesmo.

– O senhor vai consumir o leite aqui?

– Não, senhorita, vou levar para casa, pois não?

– Então, por que já está abrindo a caixa?

– Simplesmente estou seguindo as instruções, moça. Veja o que está escrito na caixa: “Abra aqui!”.

(Piada colhida na Internet)

Tomando por base as categorias de Gundel et al., podemos dizer que a expressão indefinida **Um português**, no início do texto, está marcando o *status* de *givenness* “identificável quanto ao tipo”, o que significaria dizer que o autor do texto quis que o leitor tivesse, de início, apenas a idéia do tipo de personagem: um português. Já o pronome **ele**, que retoma o referente introduzido pela expressão indefinida, estaria marcando o *status* cognitivo “em foco”. Considerando a idéia de que o *status* “em foco” implica todos os outros à direita, na tabela, poderíamos pensar que qualquer um dos tipos de SN aí exemplificados poderia substituir a forma mais restritiva, o pronome **ele**, na retomada de **Um português**. Em tese, poderíamos optar até pela repetição do sintagma indefinido.

⁸⁶ Os autores parecem voltar sua atenção apenas para o tipo de operação que seria realizado pelo determinante, esquecendo o valor semântico do núcleo do sintagma, além, é lógico, do sentido que esses elementos adquirem no discurso. Sobre essa questão, consultar Cunha-Lima (2003), que critica as correntes estruturalistas por essa tentativa de isolar o conteúdo semântico do artigo.

Na prática, porém, conforme podemos ver, esta parece não ser a alternativa mais adequada. Vejamos a substituição:

- (10) **Um português** entrou numa padaria e comprou uma caixa de leite. A balconista ficou intrigada quando viu que **um português** estava abrindo a caixa ali mesmo.

O uso da forma indefinida parece gerar, neste caso, certa ambigüidade. Mesmo a retomada do referente **uma caixa de leite**, por meio do sintagma definido **a caixa**⁸⁷, que de alguma forma ajudaria a desfazer a ambigüidade, ainda não nos livra totalmente do estranhamento. A repetição da expressão **um português**⁸⁸ gera uma quebra de expectativa, dando a impressão momentânea de tratar-se de uma nova personagem que está surgindo na história, e, assim, levando-nos a interpretar a segunda ocorrência como não-correferencial à primeira. Tal ambigüidade se desfaria, certamente, no curso da leitura, no diálogo que o leitor estabelece com o autor, a partir da indicialidade das palavras. Não há, porém, como negar que o uso de uma expressão mais restritiva, como o pronome (que é, aliás, o que ocorre no texto original), constituiria, neste caso específico, uma melhor contribuição do autor para que essa interação leitor *versus* autor fluísse mais naturalmente.

Isso, de certa forma, daria razão a Gundel et al. quanto à não adequação do uso da forma indefinida para referir entidades no estado mental ativado. Com esse exemplo, quisemos, na verdade, apenas enfatizar o caráter contingente das escolhas lingüísticas em função do discurso. Nessa perspectiva, queremos esclarecer que, ao discutirmos a adequação ou não do uso de uma expressão indefinida na retomada anafórica, não o estamos fazendo em termos genéricos. Alguns estudos (KOCH, 2002, 2004a; ZAMPONI, 2003; CUNHA-LIMA, 2004) mostram que, ao contrário do que se afirma tradicionalmente, as expressões indefinidas não apenas são usadas na introdução de referentes no discurso, mas também nas retomadas

⁸⁷ A designação do referente **caixa de leite** por meio da forma **a caixa** marcaria o *status* de ativação “unicamente identificável” e garantiria, no caso, uma relação de correferencialidade. A partir daí, poderíamos inferir que essa mesma relação – de correferencialidade – deveria acontecer entre as duas ocorrências da expressão indefinida **um português**.

⁸⁸ Levantamos ainda a hipótese de esta expressão poder ser interpretada como não-referencial. O leitor, interpretando o uso da expressão como genérico, poderia pensar que o estranhamento da balconista estaria relacionado ao fato de ser um homem de nacionalidade portuguesa que estava praticando a ação, não à ação que este estava praticando.

anafóricas em alguns contextos específicos. Cunha-Lima (2004), que investigou o emprego de expressões nominais indefinidas, identificou duas situações básicas em que tais formas funcionariam como anafóricas. A primeira delas se verificaria nas relações parte-todo, como ocorre em (11), em que a expressão **Um torcedor mais afoito** retoma parcialmente **A multidão**.

- (11) A multidão estava eufórica. **Um torcedor mais afoito** tentou entrar em campo, mas foi detido pelos policiais.

A segunda situação mencionada por Cunha-Lima diz respeito à progressão do discurso. Os exemplos que ela coletou mostram expressões indefinidas com função anafórica sempre em contextos em que o termo anafórico aponta para um antecedente dentro do mesmo evento. Lingüisticamente, essa situação seria marcada pela ausência de verbo ou pela presença de um verbo finito no interior de uma oração relativa ou, ainda, pela repetição do mesmo verbo da oração anterior. Em todos esses casos, o termo anafórico – a expressão indefinida – faria parte do mesmo evento em que se localizaria o anaforizante, como mostram os exemplos (12), (13) e (14).

Contexto 1: frases nominais (ausência de verbo):

- (12) Um homem morreu de fome. **Um homem jovem**, pobremente vestido.
(CUNHA-LIMA, 2004, p. 147)

Contexto 2: verbo finito dentro de uma oração relativa:

- (13) Um homem morreu de fome. **Um homem que esperou horas por socorro**.
(CUNHA-LIMA, 2004, p. 147)

Contexto 3: o mesmo evento da sentença em que ocorre a introdução do referente é expresso pelo verbo finito:

- (14) Um homem morreu de fome. **Um homem jovem** morreu de fome, sem socorro.
(CUNHA-LIMA, 2004, p. 147)

Para a autora, a ocorrência de um novo evento – situação por nós mostrada em (9) – leva ao surgimento de um novo referente, o que explicaria o estranhamento a que aludimos. A

verdade é que, contrastando aquela situação que expusemos em (10) com estas que são mostradas em (12), (13) e (14), percebemos, realmente, uma certa diferença em termos de progressão do discurso. Enquanto em (10) parece ocorrer de fato um novo evento, isto é, a personagem pratica uma nova ação (após comprar a caixa de leite, tenta abri-la); nos casos de (12) a (14), identificamos o uso do discurso voltado mais para a caracterização da personagem, o que dá a impressão de que a forma indefinida continua contribuindo para a introdução do referente, ou seja, parece atuar mais em termos de *background* do que de *foreground*⁸⁹.

Voltando às questões mais gerais em torno da Hierarquia de *Givenness*, temos que o caráter cumulativo das categorias é visto por Cornish (1999) e por Zamponi (2002) como uma vantagem em relação às outras propostas escalares. O fato de um determinado estado de ativação implicar os demais estados mais baixos romperia, de certa maneira, com a relação um a um absoluta que verificamos, por exemplo, na taxonomia de Prince.

Essa vantagem se perde, a nosso ver, em função das próprias categorias que são estabelecidas por Gundel et al. Como esclarece Ariel (2001), a abordagem em questão se propõe a descrever os estados cognitivos, e o faz mapeando as representações relativas a seis estados mentais discretos, embora cumulativos. A crítica de Ariel, embora muito detalhista⁹⁰, gira em torno da questão geral que já vimos discutindo: até que ponto podemos discretizar os estados cognitivos e, a partir dessa discretização, procurar as formas lingüísticas que expressariam tais estados? Lembrando mais uma vez a observação de Davidson (2007) quanto ao holismo dos fenômenos mentais, concordamos com Ariel (2001), que considera que há uma redução drástica da base cognitiva quando se definem de forma disjuntiva os estatutos cognitivos. Repetimos que nem os estados mentais devem ser reduzidos a essas seis categorias, nem a relação entre os estados da mente e as formas lingüísticas deve ser vista em termos de correspondência absoluta, predeterminada. Não há um grau de iconicidade tal entre

⁸⁹ Consultar, a respeito de *background* e *foreground* na narrativa, Gunimarães, (1999).

⁹⁰ A autora discute, entre outras questões, o fato de que algumas categorias (“unicamente identificável”, por exemplo) seriam aparentemente bicognitivas, isto é, abrangeriam duas atividades cognitivas. Põe também em questão a caracterização de categorias como “referencial” e “familiar”, às quais seria atribuído, no modelo, um mesmo estatuto cognitivo.

as palavras e os estados mentais que garanta esse tipo de ligação recíproca entre linguagem e pensamento.

3.5 Givón e a abordagem funcionalista

Sob o pressuposto de que as formas da língua servem para marcar no texto as funções do discurso, Givón (1983)⁹¹ propõe que a “acessibilidade” ou “identificabilidade” de um referente corresponde ao grau de conhecimento que é considerado estar, previamente, estocado na memória do ouvinte, sobre esse referente.

Para o autor, há uma relação inversa entre o grau de *acessibilidade* dos referentes e o nível de complexidade das formas referenciais. Assim, conforme afirmam Li & Zubin (1995, p. 287), baseados em Givón (1983),

Basicamente, quanto menos acessível o referente, mais robusta a expressão referencial anafórica (tanto em sua forma fonológica quanto em seu conteúdo semântico). Em compensação, quanto mais acessível o referente, mais reduzida a expressão referencial anafórica.⁹²

Givón (2002) adota uma visão neurocognitiva do processo de designação de referentes. Nessa perspectiva, o autor revê a noção de contexto comunicativo. Para ele é errado “objetivizar” (*to objectivize*) os elementos da realidade que envolvem a comunicação (texto impresso ou gravado, elementos físicos da situação ou ambiente sócio-cultural no qual se desenvolve o discurso). O contexto, segundo o autor, não pode ser visto como “uma entidade objetiva estável” (*a stable objective entity*); ao contrário, ele constitui “um construto mental” (*mental construct*) (p. 223) que se configura para um determinado momento, sendo,

⁹¹ Apud Li & Zubin.

⁹² *Basically, the less accessible the referent, the more robust the anaphoric referring expression (both its phonological form and semantic content). Conversely, the more accessible the referent, the more reduced the anaphoric referring expression.*

portanto, em princípio, “dependente de avaliação [em termos] de *framing*, perspectiva e relevância”⁹³ (p. 224). Daí, segundo a opinião do autor, não poderemos considerar o contexto algo equivalente à realidade objetiva que envolve a comunicação, um hábito que se teria desenvolvido nos meios científicos.

Conforme explica o autor, durante a comunicação o falante/escritor supõe a presença de uma determinada representação na mente do ouvinte/leitor e, a partir daí, faz as escolhas lingüísticas que julga adequadas para codificar as entidades do discurso. Essas suposições têm por base um *background* proveniente dos três sistemas de memória e atenção identificados tradicionalmente pelos psicólogos: a memória semântica permanente (léxico), a memória episódica (texto) e a memória de trabalho (foco de atenção corrente). Segundo o autor, na comunicação humana, essas três espécies de memória correspondem, respectivamente, às três principais divisões do contexto partilhado: contexto cultural, contexto discursivo e contexto situacional.

A. Acessibilidade baseada no contexto cultural partilhado

Certas entidades são tidas como identificáveis de forma única por todos os membros da comunidade de fala relevante. Por essa razão são codificadas por SN plenos definidos. É o que acontece com entidades como **O sol** em (15), **O presidente** em (16) e **O papai** em (15). O apelo, nesses casos, seria ao contexto de base sócio-cultural.

(15) **O sol** já nasceu.

(16) **O presidente** comemorou a chegada do novo ano com a família.

(17) **O papai** aniversaria na próxima semana.

⁹³ (*dependent on judgements of framing, perspective and relevance*).

(Exemplos adaptados de GIVÓN, 2002)

Givón demonstra, por meio de uma série de exemplos, que a “unidade social relevante” ou, nas palavras de Clark (1996), a “base comum”, pode ser muito ampla, como em (15) – toda a humanidade; pode constituir um universo mais reduzido, como em (16) – um país ou uma nação; ou pode até mesmo estar num âmbito muito restrito como em (17) – uma família.

B. Acessibilidade baseada no contexto cultural e no discursivo

Como explica Givón, um referente definido pode ser acessado em parte pela representação do contexto cultural (memória de longo prazo) e em parte pela representação do texto corrente (memória episódica). Isso aconteceria com “o vendedor” em (18a):

(18) a. Mal entrei na loja, **o vendedor** veio ao meu encontro.

b. Um homem sonhou que estava em uma ponte. De um lado da ponte aparece uma pantera; do outro lado, um leão. O homem tentou pular **no rio**, mas o rio estava cheio de jacarés.

(Trecho de piada).

A base anafórica de “o vendedor” em (19a) seria mista, proveniente, ao mesmo tempo, do elemento textual “(n)a loja” e do conhecimento culturalmente partilhado sobre o *frame* “loja”, que tem o vendedor como um de seus subcomponentes. Algo parecido acontece com a expressão definida “(n)o rio”, em (18b), cuja interpretação estaria ancorada, por um lado, no elemento anterior “(n)a ponte” e, por outro, na associação que se pode fazer culturalmente entre ponte e rio.

C. Acessibilidade baseada no discurso/texto corrente (memória episódica)

O falante pode assumir que determinado referente constitui o foco de atenção na mente de seu interlocutor (está presente na memória de trabalho); pode, por outro lado, supor que o referente está presente como um traço mental na memória episódica do texto em curso. Em ambos os casos, o referente estaria acessível ao ouvinte. Givón (2002) elenca uma série de

recursos lingüísticos usados pelos falantes para indicar os diversos níveis de acessibilidade que estes supõem ter os referentes na mente de seus interlocutores. Os exemplos a seguir, de (19) a (23), ilustram a idéia do autor de que os referentes mais acessíveis são geralmente designados por formas menos complexas e os menos acessíveis, por expressões mais complexas.

Segundo explica o autor, nos casos de anáfora zero e de pronome anafórico, o falante supõe que o referente está em foco na mente do interlocutor. Os exemplos (19) e (20) seriam semelhantes em termos de continuidade referencial. A diferença estaria no grau de continuidade temática, mais alto em (19) (co-referencialidade entre elementos dentro do mesmo período) que em (20) (co-referencialidade entre elementos de períodos diferentes). Já em (21), o uso do pronome tônico teria a função de marcar a mudança do foco de atenção de um referente para outro.

(19) Anáfora zero:

Sou contra as cotas, apesar de saber que [0] são um instrumento de luta em favor de algumas pessoas que são discriminadas.

(Trecho de mensagem da CVL).

(20) Pronome anafórico:

LONDRES (Reuters) - Uma menina britânica de dez anos de idade salvou cem outros turistas de serem arrastados pela tsunami na Ásia. **Ela** foi capaz de alertar sobre a chegada da onda gigante por ter aprendido sobre o fenômeno semanas antes na escola, segundo um jornal britânico.

(Notícia extraída da página do UOL)

(21) Pronome tônico:

Decidiu presentear seus amigos Maria e Carlos. A **ELA**, deu um livro; a **ELE**, um CD.

(Adaptado de GIVÓN, 2002)

Quanto aos sintagmas plenos, Givón afirma que estes costumam ser usados quando o falante assume que o referente não é tido como ativado na memória do interlocutor. Se ele supõe que este não tem nenhum traço do referente acessível na memória episódica, costuma

designar tal referente por meio de um sintagma indefinido, marcando-o como totalmente novo. É o que Prince (1992) classifica como entidade nova para o discurso e para o ouvinte. Isso acontece em (22) com as expressões **um homem, uma ponte, uma pantera e um leão**.

(22) Sintagma indefinido:

Um homem sonhou que estava em **uma ponte**. De um lado da ponte aparece **uma pantera**; do outro lado, **um leão**.

(Trecho de piada)

O falante pode, entretanto, optar pelo uso de um sintagma definido, se assumir que o referente, mesmo não estando citado no discurso corrente, isto é, mesmo tendo cedido lugar aos novos referentes introduzidos, pode ser acessado pelo ouvinte através de um traço na memória episódica que este vem construindo do texto. É o que ocorre em (23), em que a expressão **O homem** re-introduz no discurso o referente que havia sido antes introduzido por um sintagma indefinido e em seguida substituído por outros – **uma ponte, uma pantera e um leão** – introduzidos depois⁹⁴. O sintagma definido indicaria que o falante considerou já haver, na mente do ouvinte, um “endereço” para o referente.

(23) Sintagma definido

Um homem sonhou que estava em uma ponte. De um lado da ponte aparece uma pantera; do outro lado, um leão. **O homem** tentou pular no rio, mas o rio estava cheio de jacarés. O que ele fez?

R.: Acordou.

(Piada colhida na Internet)

⁹⁴ Como explica o autor em Givón (2002), reportando-se a Chafe (1994) e a Givón (1993), a “Ativação – atenção é um recurso limitado. Isso é reforçado pelos fatos da gramática, que parecem sugerir que somente um referente é ativado por vez” (GIVÓN, 2002, p. 259). (*Activation – attention – is a limited resource. This is underscored by the facts of grammar, which seem to suggest the only one referent at a time is activated*).

Brown e Yule (1983) também se pronunciam sobre esse fenômeno, opondo entidades “correntes” a entidades “substituídas”. Uma entidade corrente seria aquela que, após ter sido introduzida como nova no discurso, continua na cadeia coesiva, sem que nenhum outro referente seja introduzido entre as novas menções e a primeira. Uma entidade substituída, ao contrário, após ser introduzida tem a cadeia interrompida pela introdução de novo(s) referente(s).

Uma outra opção que o falante tem é a de designar o referente por meio de uma expressão composta por um sintagma definido mais uma oração relativa restritiva. Givón reconhece que as condições de ativação e busca do referente quando do uso dessa forma referencial são parecidas com a situação em que ocorre o uso do sintagma definido. A busca do traço do referente na memória episódica é, porém, na opinião do autor, mais problemática, por diversas razões: A oração relativa, por codificar um estado ou evento saliente no qual o referente tomou parte antes, funciona, segundo o autor, como um “guia de busca”. Isso, presumivelmente, faz que o ouvinte identifique o referente combinando o evento expresso na oração relativa com o traço em sua memória episódica. É o que podemos ver em (24), com as expressões **As autoridades que cuidam da fauna no Sri Lanka e no maremoto que atingiu o sul da Ásia**.

(24) Sintagma definido + oração relativa restritiva

As autoridades que cuidam da fauna no Sri Lanka anunciaram que, apesar da perda de milhares de vidas humanas **no maremoto que atingiu o sul da Ásia**, não há registro de mortes entre animais.

. (Notícia on line - BBC Brasil)

De nossa parte vemos, entre os dois casos, uma diferença quanto ao grau de saliência. Parece que em **As autoridades que cuidam da fauna no Sri Lanka** a oração restritiva tem um papel mais importante na construção do referente que em **no maremoto que atingiu o sul da Ásia**. Neste último caso a expressão (n)o **maremoto**, em virtude, talvez, mais da situação de recepção do discurso que do conteúdo semântico, parece dispensar qualquer informação adicional.

É interessante perceber por que isso ocorre: **o maremoto** ocupa, **no momento atual**⁹⁵, a mente da maioria das pessoas, e conosco não é diferente. A magnitude da tragédia e

⁹⁵ Vale esclarecer que estamos analisando a notícia em foco no dia vinte e oito de dezembro de 2004, dois dias após o acontecimento a que esta faz referência, o maremoto que ocorreu na Ásia, no dia vinte e seis de dezembro

a proximidade temporal fazem que o leitor relacione a palavra com a imagem que ele construiu. Nas circunstâncias específicas, não haveria necessidade de o leitor recorrer às especificações para identificar o referente de forma adequada, isto é, para que a notícia fosse satisfatoriamente compreendida.

. D. Acessibilidade baseada na situação de fala compartilhada

Givón observa que, na maioria dos casos em que o acesso referencial conta com o modelo mental da situação de fala, verifica-se o uso de formas dêiticas que codificam os interlocutores (eu, tu, nós), outros referentes (isto, isso, aquilo), a localização (aqui, aí, acolá) e o tempo (agora, depois, ontem, hoje, amanhã). O autor demonstra “a mudança constante da representação da situação de fala na memória de trabalho” (p. 234) pela maneira como mudam os referentes de “eu”/ “você”, “aqui”/”aí”, em função da inversão de papéis entre os interlocutores, durante uma interação. No exemplo (25), transcrito de Givón (2002), o autor ilustra a “constante mudança na natureza da representação da situação de fala na memória de trabalho” pela forma como a referência de ‘I’, ‘you’, ‘here’ e ‘there’ se alterna com a mudança do falante/ouvinte:

(25) So Mary Said:

Então Mary disse:

“I told *you* wasn’t going to be *here*”.

“Eu te disse que eu não estaria aqui”

To wich Marvin replied:

Ao que Marvin replicou:

“But I knew *you* were *there*”.

“Mas **eu** sabia que **você** estava **aí**”.

(GIVÓN, 2002, p. 234).

de 2004, o qual, como noticiou a imprensa mundial, matou milhares de pessoas. Embora estejamos tentando assumir o domínio do observador, não há como abandonar o domínio do leitor da notícia. Mais do que nunca, damos razão a Maturana (2001), quando este diz que devemos assumir a “objetividade entre parênteses”. Com o autor, estamos assumindo que ‘não podemos fazer referência a entidades independentes de nós para construir nosso explicar’ (p. 35).

É válido notar que essa mudança também acontece no exemplo (26), que não constitui transcrição de um diálogo falado, mas é composto por trechos de dois *e-mails*. A forma **você** designa referentes diferentes; já os possessivos **meu** e **seu** designam um mesmo referente. Tudo isso ocorre em função da responsividade dos textos e reforça a idéia de Violi (2000) de que as mensagens eletrônicas recriam os turnos conversacionais. Vale observar que, diferente do diálogo canônico, o qual ocorre em tempo real, o *e-mail* é uma forma de comunicação assíncrona. Há, na verdade, um “diálogo retardado” entre os autores dos dois *e-mails*, conforme se pode observar:

(26)

EEm 06

vc recebeu **meu** e-mail falando sobre o MSN??

EEm07

Que bom que **você** fez contato.

.....
Respondendo à **sua** pergunta, só agora estou colhendo os recados e, por isso, não sei se recebi **seu** e-mail sobre o MSN.

(*E-mails* extraídos do *corpus* do PROTEXTO)

A proposta de Givón, se comparada às de Chafe, Prince e Gundel et al., pode ser considerada avançada, no que concerne ao tipo de relação que estabelece entre os estados da mente e as formas lingüísticas. Ao falar de níveis de acessibilidade, Givón não estabelece categorias mentais discretas, como o fazem esses outros autores. Apenas reconhece que os referentes podem ser tidos como mais ou menos acessíveis, e que a consideração de um menor ou maior grau de acessibilidade de um referente é marcada lingüisticamente pelo falante quando este usa, respectivamente, formas referenciais mais ou menos complexas.

Chama-nos particularmente a atenção, na proposta givoniana, o conceito de contexto como um “construto mental”, cuja configuração é dinâmica. Sob esse aspecto, guardadas as devidas proporções⁹⁶, poderíamos aproximar a visão do autor sobre referência da concepção adotada por Mondada e Dubois (1995; 2003), que consideram a instabilidade como uma característica constitutiva dos referentes. Se o contexto está constantemente sendo “refeito”, também os referentes se constroem e reconstroem a cada nova configuração que se estabelece.

Por outro lado, fica clara a rigidez da proposta quando observamos a classificação que o autor faz dos diversos tipos de acessibilidade de referentes em função dos tipos de conhecimento que compõem a base comum necessária para que se estabeleça a interação entre o falante/escritor e o ouvinte/leitor. Essa rigidez nos parece, inclusive, contradizer a tese, defendida de forma tão convincente em Givón (2002), de que o “contexto” é uma configuração mental que surge no curso da interação.

Uma outra crítica dirigida ao modelo givoniano vem de Ariel (2001). Para ela, Givón chega, às vezes, a conclusões “apressadas”, em termos de marcação do grau de acessibilidade, por considerar de forma isolada os fatores de acessibilidade. Para nós, o formalismo⁹⁷ que o autor tenta imprimir à teoria seria o maior responsável por essas lacunas de seu modelo de análise.

3.6 Ariel e a teoria da acessibilidade

⁹⁶ Quando fazemos essa aproximação, estamos considerando apenas o aspecto da dinamicidade, não a concepção de cognição. Sabemos, por exemplo, que Mondada e Dubois vêem a cognição como ação interativa, ressaltando principalmente os aspectos sociais do discurso. Nesse sentido, conhecer não seria, necessariamente, refletir ou produzir um construto mental, mas simplesmente agir no mundo. Por vias distintas, porém, esses autores, pelo menos em tese, atribuem aos usos da linguagem um caráter dinâmico, não apriorístico.

⁹⁷ Não falamos aqui do formalismo lógico. Referimo-nos a uma característica muito própria da teoria givoniana, que é a de organizar as categorias (nos diversos níveis do sistema da língua) em contínuos. Quando se trata da marcação de acessibilidade, como veremos em Ariel (2001), não há uma linearidade absoluta, como postula o autor. O fenômeno é mais complexo, uma vez que os fatores interagem, dependendo da situação de uso da língua.

Ariel (1996)⁹⁸ não apenas aprofunda a idéia givoniana sobre a relação entre nível de acessibilidade de referentes e formas referenciais, mas, do ponto de vista da cognição, introduz nos estudos sobre referência uma discussão importante sobre a noção de contexto. Criticando as visões correntes sobre a recuperação de referentes, a autora põe em questão a relação direta entre as formas referenciais e os tipo de contexto de onde se recuperam os referentes. Em Ariel (2001), a autora apresenta uma importante revisão de sua própria teoria: esclarece pontos que parecem obscuros, comenta pesquisas que corroboram ou negam suas afirmações, critica outras propostas de estudo da referência, em comparação com a sua e, finalmente, aponta caminhos para novas pesquisas na mesma linha.

Conforme declara a autora, a idéia central da teoria da acessibilidade, que está também na base da maioria das propostas aqui já comentadas, é que as formas referenciais constituem instruções ao destinatário de como este deve recuperar da memória certa parte de uma determinada informação, pela indicação de quão acessível está esse pedaço de informação no discurso corrente. Ao lado dessa função procedural, reconhece ela, a maioria das expressões referenciais portam algum conteúdo conceitual, o qual também contribui para a identificação do referente.

Enfatizando os aspectos cognitivos das operações referenciais, Ariel critica as teorias que associam a escolha das formas referenciais aos “lugares” de onde provém a base de conhecimentos relevantes para a identificação dos referentes. Conforme explica, posicionando-se inclusive contra a visão de Clark e Marshal (1981)⁹⁹, não há uma especialização dos nomes próprios na recuperação de informações enciclopédicas, dos demonstrativos na recuperação de objetos fisicamente salientes, nem dos pronomes pessoais na recuperação do contexto lingüístico precedente.

Analisando os diversos tipos de contexto que “colaboram” na identificação de referentes (conhecimento enciclopédico, discurso anterior e atos de fala) e as respectivas

⁹⁸ Esse trabalho retoma parte das discussões desenvolvidas em Ariel (1990).

⁹⁹ Esse artigo constitui um dos capítulos de Clark (1992), *Arenas of language use*, obra citada por nós, aqui, em 3.2.6.

categorias de *givenness* que costumam ser atribuídas a esses contextos (*givenness* de conhecimento, *givenness* física e *givenness* lingüística), Ariel observa que

as variedades de expressões referenciais são mais ricas que o número de tipos de estocagem de informações na memória que os psicólogos cognitivos estão dispostos a reconhecer. O tipo de memória não deve, então, ser usado para caracterizar o uso lingüístico¹⁰⁰ (1996, p. 10).

Os falantes, segundo a visão da autora, não orientam os destinatários para recuperarem os referentes pela alusão à origem “geográfica” da base cognitiva, mas pela “sinalização”, através das formas referenciais, do grau de acessibilidade que atribuem a esses referentes.

A autora apresenta uma série de exemplos que negam, de fato, a especialização das formas lingüísticas com respeito ao tipo de *givenness*. Como ela afirma, “todas as expressões lingüísticas [...] recuperam entidades cujas origens são todos os três contextos”¹⁰¹ (ARIEL, 1996, p. 7). Reproduzindo os exemplos da autora, mostramos a seguir a ocorrência de diferentes tipos de expressões referenciais – descrição definida, nome próprio, pronome demonstrativo, pronome¹⁰² e zero – “recuperando” referentes das três fontes em questão.

Em (27), temos três usos da expressão *THE PARTY*, uma descrição definida, apontando, respectivamente, para três diferentes “endereços”: a memória enciclopédica, a situação de fala e o contexto lingüístico.

(27) a. Contexto do conhecimento enciclopédico:

THE PARTY will convene for a memorial session for Rabin today.
Party: Labor, Likud, Greens.

O PARTIDO se reunirá numa sessão memorial para Rabin hoje.

Partido: Trabalhista, Conservador, Verdes.

¹⁰⁰ *Linguistic varieties of referring expressions are far richer than the number of memory storages cognitive psychologists are willing to assume. Type cannot then be used to characterize linguistic usage*

¹⁰¹ *all linguistic expressions [...] retrieve entities whose sources are all three contexts*

¹⁰² A categoria “pronome” (sem especificação) a que a autora se refere abrange os pronomes de terceira pessoa, que seriam, em tese, anafóricos, em oposição aos de primeira e segunda, que trariam a marca da dêixis.

b. Contexto da situação de fala (em um encontro dos Trabalhistas)

THE PARTY will convene for a memorial session for Rabin today.

c. Contexto lingüístico

Members of the Labor party expressed their deep anger at the assassination of primer minister Rabin. THE PARTY will convene for a memorial session for Rabin today.

Membros do Partido Trabalhista expressaram sua profunda revolta pelo assassinato do Primeiro Ministro Rabin. O PARTIDO se reunirá....

(ARIEL, 1996, p. 8).

Em (28), o mesmo fenômeno ocorre em relação ao nome próprio GANDHI. A autora mostra essa expressão, que tipicamente é vista como especializada na referência a entidades provenientes do conhecimento enciclopédico, fazendo remissão aos três contextos.

(28) a. Contexto do conhecimento enciclopédico

GANDHI was a real man (Mahatma Gandhi, Rajiv Gandhi, Indira Gabdhi Rechavam Zeevi).

GANDHI foi um grande homem.

b. Contexto da situação de fala (apontando para uma foto de Indira Gandhi, alguém faria a declaração a seguir).

GANDHI was a real man.

c. Contexto lingüístico

Whenever they menttioned INDIRA GANDHI in the papers would say: "GANDHI is a real man".

Sempre que eles mencionavam INDIIRA GANDHI nos jornais diziam: "GANDHI é um grande homem".

(ARIEL, 1996, p. 8).

Em (29), o destaque é para a expressão demonstrativa *THAT JUDGE* empregada de acordo com os três tipos de *givenness*. Como já vimos, Ariel observa que os demonstrativos são tidos por alguns teóricos, entre os quais Clark e Marshal, como “especializados” na recuperação de referentes a partir da situação de fala. Mais uma vez a autora apresenta usos de uma mesma expressão remetendo a entidades nos três tipos de contexto, o que reforçaria sua tese da não-especialização das formas lingüísticas em função do tipo de *givenness*.

(29) a. Conhecimento enciclopédico (2 prisioneiros na cadeia):

THAT JUDGE was a disaster
AQUELE JUIZ foi um desastre.

b. Situação de fala (em um tribunal)

THAT JUDGE is nicer than this one.
AQUELE JUIZ é melhor do que este aqui.

c. Contexto lingüístico

A. *O J Simpson has just been acquitted of murder by a Californian judge. B. THAT JUDGE is a disgrace.*

A. O J Simpson acabou de ser inocentado de assassinato por um juiz da Califórnia.

B. ESSE JUIZ¹⁰³ é uma vergonha.

(ARIEL, 1996, p 8).

Uma observação que julgamos importante ser feita aqui diz respeito à forma como traduzimos o determinante demonstrativo. Em função da diferença entre as línguas (em Inglês, como sabemos, os demonstrativos funcionam como um sistema binário e, assim, *THAT* se

¹⁰³ Em português, a forma que remeteria ao discurso anterior seria, conforme a nossa leitura, ESSE, não AQUELE. É importante notar que a tradução de *THAT* por AQUELE, como ocorreu em (27a) e em (27b), resultaria, no caso de (27c), numa remissão ao conhecimento enciclopédico, tal qual acontece em (27^a), ou, até mesmo, ao contexto espacial (a Califórnia). Isso comprometeria, naturalmente, o valor do exemplo, que serve ao propósito da autora de mostrar o mesmo tipo de expressão remetendo aos três tipos de contexto. A intenção era mostrar o pronome apontando especificamente para o contexto lingüístico, o que parece ficar mais claro com o uso de ESSE do que de AQUELE. Como vemos., a diferença entre o sistema demonstrativo do Inglês (binário) e o do Português (ternário) está na base dessa “dificuldade” na tradução.

opõe a *THIS*. Já em português, os demonstrativos formam um sistema ternário, e, em razão disso, quando se trata da tradução de *THAT* - o pronome distante do inglês - há duas opções: *THAT JUDGE* pode ser traduzido por *AQUELE JUIZ* ou *ESSE JUIZ*).

A nosso ver, a primeira tradução negaria o propósito da autora (provar que a mesma forma demonstrativa recupera referentes dos três contextos), porque, ao que nos parece, remeteria ao conhecimento enciclopédico, não ao contexto do discurso anterior, como pretendia ela em (29c). Estaríamos tratando com os chamados dêiticos de memória (sobre esses dêiticos, ver CAVALCANTE, 2000). Seria *ESSE JUIZ* a expressão que, efetivamente, retomaria “um juiz da Califórnia”, numa relação de correferencialidade.

Em (30), mostramos exemplos, apresentados por Ariel (1996), os quais põem em foco a forma pronominal de terceira pessoa (cuja função é considerada tipicamente anafórica) recuperando referentes dos três contextos. Convém atentar para a referência pronominal em (30a), mais precisamente para o emprego de *HIS* e *HE* nos excertos **i** e **ii**, respectivamente¹⁰⁴. Trata-se de um dos usos considerados “insólitos” pelos estudos da referência: o pronome em primeira menção, sem antecedente explícito no contexto anterior. De acordo com a visão tradicional de anáfora, que é adotada por autores como Milner (2003), o pronome, por ser “vazio” de conteúdo semântico, “recebe uma referência do anaforizado” quando funciona como termo “anaforizante” (p. 113). Nessa perspectiva, a ausência do termo anaforizado seria considerada, no mínimo, um fenômeno curioso.

Ariel tenta explicar este e outros casos por meio dos fatores de acessibilidade, conforme mostramos em (30).

(30) a. Contexto do conhecimento enciclopédico

i. Primeira frase de um artigo intitulado ‘Democracia e poder’:

¹⁰⁴ Conforme as indicações da autora, estes são trechos de discurso autêntico. O primeiro, como vemos, constitui o enunciado inicial de um artigo, o que nos garante tratar-se de discurso escrito; já o segundo, como parte introdutória de um discurso político, parece ser proveniente de uma enunciação oral.

And after the shootings there was astonishment. And after HIS death came the fear (HIS = Prime minister Rabin).

E depois dos tiros veio o espanto. E depois da SUA morte veio o medo.

ii. Frase de abertura do discurso de Lea Rabin (11/12/1995)

Here HE stood a week ago. (HE = Prime minister Rabin).

Ele estava aqui há uma semana. (ELE = Primeiro ministro Rabin).

b. Contexto da situação de fala (no funeral de Rabin)

And after HIS death came the fear.

E após SUA morte veio o medo

c. Contexto lingüístico

Primer minister Rabin simbolized Israeli unit. After HIS death came the fear.

O Primeiro ministro Rabin simbolizava a unidade israelense. Após SUA morte veio o medo.

(ARIEL, 1996, p. 9)

Os exemplos agrupados em (31) mostram ocorrências de pronome zero ou elipse também nos três contextos. Mais uma vez nos chama a atenção a diferença entre as duas línguas, neste caso, quanto à questão do sujeito nulo. A nosso ver, em (31a), os falantes de Inglês, buscariam realmente inferir o referente a partir do conhecimento enciclopédico (ativariam o conhecimento, culturalmente adquirido, de que cartões postais trazem, normalmente, mensagens de um eu (*I*) para um tu ou você (*you*)). Não haveria como apelar para a morfologia do verbo, visto que esta não informaria, com certeza, a pessoa do discurso. Já os falantes de Português, embora sendo detentores desse mesmo conhecimento cultural, teriam, além dessa fonte de *givenness*, a informação gramatical dada pela desinência verbal.

Essa diferença não parece negar a validade do exemplo para comprovar a tese da autora, que é a da não-prioridade da “origem geográfica” das informações na recuperação (ou construção) dos referentes. Ao contrário, a idéia de que a acessibilidade seria proveniente de mais de uma fonte só parece reforçar a tese que a autora sustenta: os referentes, como entidades discursivas, não têm “endereço fixo” a determinar, de forma apriorística, a escolha das formas lingüísticas para expressá-los. Nessa perspectiva, ela afirma, citando Numberg

(1993), que ‘não há nada que uma descrição definida possa expressar que uma forma indicial¹⁰⁵ não possa’¹⁰⁶ (Numberg, 1993, apud Ariel, 1996, p. 9).

(31) a. Conhecimento enciclopédico (um cartão postal dizendo);

\emptyset *Love you.*

\emptyset Te amo.

b. Contexto da situação de fala

i. dois namorados conversando

\emptyset *Love you.*

\emptyset Te amo.

ii. Uma instrução médica:

Shake \emptyset before using.

Agite \emptyset antes de usar.

c. Contexto lingüístico

Take syrup twice a day. Shake \emptyset before using.

Tome o xarope duas vezes ao dia. Agite \emptyset antes de usar.

(ARIEL, 1996, p. 9).

Além desses casos em que, aparentemente, as entidades são recuperadas, cada uma, a partir de um único tipo de *givenness*¹⁰⁷, Ariel (1996) apresenta outros que comprovariam a

¹⁰⁵ A autora se refere, nesse caso, às formas tradicionalmente consideradas dêiticas, que desempenhariam a função de situar o referente, com relação às coordenadas espaço-temporais, a partir de uma *origo*. Vale observar que, de acordo com a perspectiva do discurso, a indicialidade não é uma característica exclusiva de determinado tipo de vocábulo. Conforme essa visão, as palavras, de um modo geral, funcionam como índices, não como portadoras de sentido. Para autores como Salomão (1999), elas serviriam de guias para a construção do sentido. Podemos dizer que, de certa forma, Ariel admite essa tese, na medida em que considera que todos os tipos de expressões referenciais podem desempenhar as mesmas funções, dependendo do uso no discurso.

¹⁰⁶ (*there is nothing a description can express that na indexical can't*).

¹⁰⁷ Em 26b, por exemplo, O PARTIDO (*THE PARTY*) seria identificado com base apenas no contexto situacional. Já em 26c, a fonte de *givenness* que proporcionaria a identificação da identidade em questão seria especificamente o contexto lingüístico.

não-existência de um vínculo direto entre as entidades lingüísticas e os objetos mundanos, como podemos ver em (32).

(32) *For the silence of the victims and the shame the binds them to secrecy protects those who inflict the injuries... THIS FAILURE OF JUSTICE... then making undermines the survivors ...by making the offense...*

Porque o silêncio das vítimas e a vergonha que as mantém presas ao segredo protege aqueles que lhes causaram as injúrias... ESTE FRACASSO DA JUSTIÇA ... então enfraquece os sobreviventes... por instituir o insulto.

(ARIEL, 1996, p. 12)

De acordo com a explicação da autora, *THIS FAILURE OF JUSTICE* é uma entidade que surge, nesse ponto do discurso, a partir de uma inferência baseada em ‘*the silence of the victims*’. As “considerações de plausibilidade” (*plausibility consideration*) (ARIEL, 1996, p. 12) se associariam à atenção aos elementos lingüísticos, dando como resultado a identificação ou à criação do referente. Como veremos em (4.2), Conte (2003) refere-se a esse processo de parafraseamento de informações por meio de uma expressão resumitiva, chamando-o de encapsulamento anafórico. Esse é um fenômeno que aparece com muita freqüência em nossos dados e ao qual dedicamos maior atenção

Reforçando essa idéia da “mistura” entre os tipos de *givenness*, Ariel observa que, mesmo na situação clássica em que um pronome recupera um referente a partir de um antecedente lingüístico, uma situação em que, aparentemente, toda a interpretação se resolveria no nível das formas lingüísticas, não ocorre um processo mecânico. Sobre essa questão, a autora lembra a afirmação de Dahl e Hellman, para quem “os antecedentes lingüísticos formam meramente a base para uma operação que cria um novo referente discursivo” (DAHL; HELLMAN, 1995, apud ARIEL, 1996, p 12).

A partir dessa visão de que uma conjunção de informações de diversas fontes atuaria na identificação (ou criação) do referente, Ariel propõe uma hierarquia entre as formas referenciais que deriva da interação entre três critérios de codificação: a informatividade – nível de conteúdo informativo expresso pela forma frente ao referente pretendido; a rigidez – grau de unicidade com que o referente é determinado; e a atenuação – extensão formal da

expressão referencial. Invocando o princípio de acessibilidade cognitiva, segundo o qual entidades mentais mais acessíveis são recuperadas por formas menos informativas, menos rígidas e mais atenuadas e, por sua vez, referentes menos acessíveis, por formas mais informativas, mais rígidas e menos atenuadas, Ariel estabelece a seguinte escala de acessibilidade:

Nome pleno + modificador> nome pleno > descrição definida longa > descrição definida curta> último nome> primeiro nome> demonstrativo distante + modificador> demonstrativo próximo + modificador> demonstrativo distante + SN> demonstrativo próximo + SN> demonstrativo distante - SN> demonstrativo próximo - SN> pronome tônico + gesto> pronome tônico> pronome átono> pronome clítico> flexões de pessoa verbal> zero¹⁰⁸.
(ARIEL, 1996. p. 10).

Assim, o falante optaria, provavelmente, pelo emprego de um sintagma com a forma “Nome pleno + modificador” para referir-se a uma entidade que supostamente estivesse pouco acessível ao seu interlocutor, com o propósito de evitar alguma “incompreensão”. Por outro lado, seria também possível a esse mesmo falante optar pelo uso de uma expressão em princípio menos informativa, como um pronome átono, para referir-se a um objeto que julgasse estar ocupando um alto grau de acessibilidade na mente do ouvinte/leitor.

Como Givón, Ariel também não estabelece categorias discretas para classificar os estados mentais. Essa é, como já vimos, uma vantagem em relação às abordagens de Chafe, Prince e Gundel et al., aqui já comentadas, que adotam tal prática. Em Ariel (2001), fica clara a idéia de que os graus de acessibilidade podem ser avaliados pelo falante como relativamente mais altos ou mais baixos, mas não em correspondência biunívoca com as expressões referenciais¹⁰⁹. Essa “relativização” dos níveis de acessibilidade imprime ao modelo em questão uma maior flexibilidade: se, por um lado, fica clara a idéia de que as expressões

¹⁰⁸ *Full name +modifier>full name>long definie description>short definie description>last name>first name>demonstrative+modifie>proximal demonstrativ+modifiere>distal demonstrative +NP>proximal demonstrative+NP> distal demonstrative (- NP)> distal demonstrative (- NP)>stressed pronoun+gesture> stressed pronoun>unstressed pronoun>cliticized pronoun>verbal person inflections>zero*

¹⁰⁹ A crítica já comentada em (3.2.3), que a autora dirige ao modelo de Gundel et al., demonstra que ela adota um posicionamento teórico que se contrapõe à idéia de disjunção entre os estados de atividade cognitiva.

referenciais não são usadas aleatoriamente; fica afastada também, por outro lado, a noção de que há regras categóricas para a escolha dessas expressões.

Um ponto importante da teoria, que também pode ser notado em Ariel (2001), é a noção de acessibilidade como um “conceito complexo” (p. 34), que envolve quatro fatores relacionados à saliência inerente à entidade (a presença física do objeto, por exemplo) e à unidade entre o antecedente e a anáfora (recentidade, frequência, topicalidade). Reproduzimos, a seguir, o quadro de fatores organizado por Ariel:

FATORES QUE AFETAM O *STATUS* DE ACESSIBILIDADE DE UM ANTECEDENTE:

- a) Distância: A distância entre o antecedente e a anáfora (relevante somente para menções subseqüentes).
- b) Competição: O número de competidores no papel de antecedente.
- c) Saliência: O antecedente ser um referente saliente, principalmente se é tópico ou não-tópico.
- d) Unidade: O antecedente estar ou não no mesmo *frame*/mundo/ponto de vista/segmento ou parágrafo que a anáfora.

(Adaptado de Ariel, 1990, p. 28, apud Arnold, 1998, p. 25).

Os dois primeiros fatores estabelecem uma relação negativa com o nível de acessibilidade, isto é, uma maior distância e um maior número de competidores levariam, em tese, ao uso de marcadores de acessibilidade mais baixa (expressões potencialmente mais informativas, como os nomes plenos e as descrições definidas). Já os dois últimos funcionam numa relação positiva: maiores níveis de saliência e de unidade criariam a possibilidade de uso de marcadores de alta acessibilidade (formas menos informativas, como os pronomes e as elipses).

Em (33), a retomada do referente **Kate O'Beirne**, primeiro por meio do pronome **ela** e, depois, pelo uso da repetição parcial **O'Beirne**, pode ilustrar a consideração dos fatores “distância” e “unidade” na marcação da acessibilidade.

(33) Escritora nos EUA **ataca as feministas**

Eu estava curiosíssima para descobrir quem exatamente **Kate O'Beirne**, editora da “National Review”, identifica como “as mulheres que fazem o mundo pior” no livro que **ela** acaba de publicar. Muito embora conjecturasse acerca de uma exaustiva lista de nomes teria ficado satisfeita se seu novo livro fosse apenas mais uma enumeração aleatória como o best seller de Bernard Goldberg, *100 People who are screwing up America* [100 Pessoas que Estão Estragando os Estados Unidos].

O'Beirne lança seus petardos em alvos específicos (e previsíveis), porém, na maior parte, as mulheres de seu livro são mais uma lição de história do que uma real ameaça ao projeto conservador contemporâneo.

(Ana Marie Cox, do BOOK REVIEW)

Como podemos ver, a forma pronominal **ela**, que é em tese mais atenuada, marca um grau de acessibilidade maior, em função, talvez, da proximidade com a designação inicial, feita por um nome pleno. O contrário ocorre com a retomada por meio da repetição parcial do nome, **O'Beirne**. Neste caso, verificamos um distanciamento, em função do volume de informações que separam, no texto, esta última menção da primeira.

Mas, ao lado do fator “distância”, atua também o critério “unidade” para favorecer o uso do marcador de baixa acessibilidade. A mudança de parágrafo, que introduz um novo tópico local, representaria uma redução da continuidade tópica, isto é, do grau de unidade do discurso. Segundo Ariel, há diferença, quanto ao grau de acessibilidade, dependendo de se a remissão é feita a um referente mencionado dentro do mesmo parágrafo ou em um parágrafo anterior.

Quanto ao fator “competição”, temos em (34) um bom exemplo de como o falante/escritor pode recorrer a marcadores de acessibilidade mais baixa para evitar ambigüidade referencial.

(34) O leão e o mosquito

Um leão ficou com raiva de um mosquito que não parava de zumbir ao redor de sua cabeça, mas **o mosquito** não deu a mínima.

-Você está achando que vou ficar com medo de você só porque você pensa que é rei? – disse **ele** altivo, e em seguida voou para **o leão** e deu uma picada ardida no seu focinho.

Indignado, **o leão** deu uma patada **no mosquito**, mas a única coisa que conseguiu foi arranhar-se com as próprias garras. **O mosquito** continuou picando **o leão**, que começou a urrar como um louco. No fim, exausto, enfurecido e coberto de feridas provocadas por seus próprios dentes e garras, **o leão** se rendeu. **O mosquito** foi embora zumbindo para contar a todo mundo que tinha vencido **o leão**

(Fábulas de Esopo - Companhia das Letrinhas)

Como observamos, os referentes **Um leão** e **um mosquito** são retomados quase exclusivamente por meio da repetição dos nomes plenos, com a mudança apenas do determinante (o artigo indefinido do início é substituído pelo definido). O fator “competição” estaria, possivelmente, influenciando essas escolhas lingüísticas. Em virtude da coincidência de gênero e número entre as entidades, uma possível opção pelo recurso da pronominalização não seria a mais adequada, na medida em que obrigaria o autor a mencionar as duas personagens da história pela mesma forma pronominal, o que poderia gerar ambigüidade. Nessas circunstâncias, a forma **ele** é usada apenas uma vez, no discurso reportado, para introduzir a fala de uma das personagens - o mosquito.

É importante atentar, tanto para a localização da expressão na cadeia coesiva (logo em seguida a uma menção a essa personagem por meio do nome pleno), como para as informações co(n)textuais (o conhecimento enciclopédico sobre mosquito e leão, inclusive o papel que este último costuma representar no mundo das fábulas, de onde é possível inferir quem possivelmente causaria medo a quem). Tudo isso contribui para desambiguar o discurso, o que torna adequado o uso da forma pronominal **ele**, um marcador de alta acessibilidade. Embora essas reflexões que estamos fazendo aqui não sejam, geralmente, feitas *a priori* pelo falante/escritor, não resta dúvida de que este “segue regras”, no sentido wittgensteiniano¹¹⁰, como participantes das diversas “formas de vida”.

¹¹⁰Lembramos aqui, mais uma vez, a observação de Wittgenstein (1996) a respeito do que significa seguir regras. As regras, podemos perceber, são, na verdade, feitas nos usos, estes, por sua vez, são parte das práticas que desempenhamos nas diversas formas de vida. Assim, seguir regras seria diferente de refletir sobre elas.

O exemplo (35), que é o trecho inicial de uma crônica, torna evidente a consideração do critério “saliência” na marcação do grau de acessibilidade.

(35)

Boca aberta

Quando eu era pequeno, não acreditava em beijo de cinema. Achava que **eles** não podiam estar se beijando de verdade, nos filmes de censura livre.

(Luís Fernando Veríssimo)

O uso da forma pronominal **eles** demonstra que a entidade (as personagens que formavam os casais românticos nos filmes) é assumida como saliente no discurso. Do *frame filme de censura livre*, esse antecedente seria facilmente inferido, mesmo sendo mencionado pela primeira vez no texto por meio de uma expressão potencialmente pouco informativa, ou seja, marcadora de um alto grau de acessibilidade. É importante ressaltar que, além do *frame*, muitos outros aspectos do discurso, entre os quais a presença física do objeto referido ou uma menção anterior recente, são elementos potencialmente capazes de tornar saliente uma determinada entidade discursiva.

Como podemos notar, os fatores de acessibilidade não funcionam isoladamente, mas numa forma de interação complexa, como bem explica a autora. De acordo com Ariel (2001), entre esses fatores pode haver convergência para apontar um grau de acessibilidade mais alto ou mais baixo, mas também pode haver o domínio de um sobre outro(s). A autora menciona exemplos em que o critério “topicidade do referente” se sobrepõe a um outro: “distância entre o antecedente e a anáfora” (Ariel, 2001, p. 34). Esse domínio é demonstrado pelo uso de pronomes (marcadores de alta acessibilidade) referindo-se a entidades mencionadas em um parágrafo anterior, o que aparentemente constituiria uma negação do critério da recentidade¹¹¹. Tal uso seria explicado pelo critério da topicidade: segundo a autora, os dados analisados por ela própria e por outros pesquisadores mostram que a maior parte das referências distantes remetem ao tópico global. Reproduzimos aqui um dos exemplos por ela citados que ilustra essa interação entre fatores.

¹¹¹ Conforme explica a autora, a mudança de parágrafo atuaria como uma quebra que, em princípio, tornaria mais “frouxa” a relação entre o antecedente e a anáfora (ARIEL, 2001, p. 33).

- (36) *RICKIE*: *You know like,*
 Sabe como é,
(H) but he was making,
 (H) mas **ele** estava fazendo
I don't know how you describe it,
 Eu não sei como se descreve isso,
you know how you can be like a nuisance to someone?
 Sabe, quando você se sente como se fosse um incômodo para
 alguém?
- **REBECCA*: [*Mhm*].
 [ahã]
- **RICKIE* [*Or*]...*you may smell or some[thi]ng,*
 [Ou] ...você percebe ou alguma coisa assim
- **REBECCA*: [*Yeah*].
 [Sim]
- * *RICKIE* *you know like that you [know,*
 sabe, como que você [sabe
- **REBECCA* [*Yeah*]
 [Sim]
- **RICKIE* *or] moving around*
 ou] ir embora
you know like,
 sabe,
 ... *as he wanted her to move.*
 ... como se **ele** quisesse que ela fosse embora.

(Reproduzido de Ariel, 2001, p. 80)

No trecho acima, Ariel observa especificamente o uso curioso do pronome pessoal *he*, que aparece no início e que, após várias mudanças de turno, é novamente mencionado pela mesma expressão. Por se tratar de um marcador de alta acessibilidade, não seria esperado ocorrer sem uma menção explícita anterior. Para a autora isso se deve ao fato de que algumas entidades, principalmente se são tópicas, são tidas como presentes no discurso, mesmo na ausência de uma menção prévia.

Ainda em relação à complexidade do conceito, vale observar que os fatores levantados pela autora funcionam nos diversos níveis textual-discursivos. De acordo com a proposta¹¹², podemos dizer que, ao optarem pelo uso de uma determinada forma referencial, os falantes o fazem tentando estabelecer um certo grau de unidade entre a menção corrente e uma representação mental/um antecedente (que não seria necessariamente lingüístico. Para isso eles levam em conta desde a situação de fala (se o discurso versa sobre os interlocutores ou não, por exemplo), passando pelos diversos níveis textual-discursivos (se a relação de um verbo com um determinado argumento é mais ou menos estereotipada; se a forma referencial remete a uma informação dentro do mesmo parágrafo ou turno conversacional ou se, ao contrário, remete a uma informação no parágrafo ou turno anterior; se a informação à qual está sendo feita referência constitui o tópico global do discurso ou um tópico local ou se, ao contrário, é não-topical; enfim, se a entidade referida é parte ou não de um *frame* conhecido ou ainda, acrescentamos, faz parte da base cognitiva comum a uma determinada comunidade cultural.

Nessa perspectiva, poderíamos dizer que, no curso dos atos de designação de referentes, ocorre um certo “balanceamento” das informações, para o qual contribuem, de um lado, as formas referenciais com variados graus de informatividade, rigidez e atenuação e, de outro, os diversos contextos, tudo isso em interação, criando o mundo do discurso.

É importante acrescentar ainda que, conforme admite a autora, “as considerações de acessibilidade” (*accessibility considerations*), apesar de constituírem “um aspecto central das escolhas referenciais”¹¹³, podem interagir com “considerações baseadas na relevância” (*relevance based considerations*) (Ariel, 2001, p. 38) e até mesmo ser suplantadas por estas, em função da produção de determinados efeitos de sentido. Para comprovar essa observação, a autora cita como exemplo o uso freqüente de marcadores de alta acessibilidade (primeiros nomes) na referência a mulheres ou a pessoas pertencentes às minorias. Para ela, tais escolhas têm motivação sócio-cultural: o fato de designar essas pessoas por meio de expressões com menor potencial informativo do que o que seria pretensamente reclamado, numa determinada circunstância, revela que o falante/escritor não estaria tendo o cuidado suficiente em fornecer

¹¹² Mais especificamente, a partir da interpretação que a autora faz dos resultados de sua pesquisa e de investigações de outros pesquisadores (cf. Ariel, 2001).

¹¹³ (*a central aspect of referential choices*)

todos os elementos necessários a que o ouvinte/leitor identificasse ou construísse um objeto de discurso socialmente valorizado. A autora parece com isso admitir que tal falta de atenção estaria ligada a uma visão preconceituosa desse falante: pessoas não-importantes poderiam deixar de ser identificadas com maior precisão.

Um outro exemplo citado por Ariel (2001) objetiva demonstrar ainda a consideração de diferenças culturais: a autora alude ao modo como os habitantes de Nayaka, uma comunidade de caçadores da Índia, fazem referência uns aos outros: as crianças são tratadas por termos genéricos (menino/menina), ou por termos relacionais (filho/filha); os adultos, por termos de parentesco; os adolescentes, por apelidos. Esse tipo de tratamento aconteceria motivado pela “extrema proximidade” (*extreme proximity*) (p. 39) entre os membros do grupo.

A abordagem de Ariel, a nosso ver, supera as demais descritas até aqui, quando consideramos o tipo de fenômeno que queremos abordar e os pressupostos mais gerais que adotamos. Trata-se, conforme assumimos no capítulo anterior, do processo discursivo da referenciação, o qual, conforme pensamos ter ficado claro ao longo de nossa discussão, supõe uma concepção de linguagem como prática social. Como veremos no próximo segmento, apesar das lacunas apontadas por Cornish, Apothéloz e Pekarek-Doehler e Zamponi, a teoria da acessibilidade parece ser uma ferramenta útil quando se trata de estudar a referência do ponto de vista discursivo.

3.6.1 Críticas correntes à proposta de Ariel

São várias as restrições que se fazem ao modelo de Ariel. Embora, como frisamos anteriormente, a abordagem em questão possa ser considerada menos restritiva e mais dinâmica, menos consoante com a visão determinista que caracteriza o cognitivismo clássico (TEIXEIRA, 2004), não chegaria a se afastar totalmente desse paradigma, que é atualmente posto em questão pelo ponto de vista da cognição situada¹¹⁴.

¹¹⁴ Ver discussão sobre a cognição situada/incorporada em (2.1.1.1).

Algumas noções ligadas ao cognitivismo, que estão na base da proposta teórica da autora, são negadas de forma veemente pelos adeptos desse novo paradigma. Afirmar, por exemplo, que o falante/escritor dá instruções ao ouvinte/leitor, ou que o ouvinte/leitor identificará um determinado referente é, para os críticos, admitir que ele (o ouvinte/leitor) não terá participação ativa no processo de construção desse referente; é, então, assumir uma concepção estática de referência. Para autores como Mondada e Dubois (2003) e Apothéloz e Pekarek-Doehler (2003), os referentes, que são, conforme já vimos, objetos-de-discurso, emergem no fluxo das relações entre os interactantes; são o produto das ações conjuntas entre falantes e ouvintes e têm como marca a instabilidade.

A partir dessa visão dinâmica dos processos referenciais, Apothéloz e Pekarek-Doehler (2003) criticam o “paradigma cognitivo-informacional” (p. 5), no qual inserem o modelo de Ariel. Para os autores, a ênfase na função referencial, em detrimento do reconhecimento de outras motivações para a escolha das expressões referenciais; a pouca atenção aos aspectos situacionais, sociais e interacionais; e a ancoragem em análises quantitativas baseadas em textos “monologais” constituem características negativas das abordagens fundadas na visão informacional da linguagem.

Zamponi (1993), que se inspira na concepção construtivista adotada por Mondada e Dubois (2003) e Apothéloz e Pekarek-Doehler (2003), também segue essa linha de crítica à abordagem de Ariel. Para ela, a lingüista israelense desconsidera, no estudo da referência, os aspectos interacionais e enfatiza os aspectos cognitivos. Segundo a opinião de Zamponi, os modelos cognitivos (entre os quais constaria a proposta de Ariel) reservam ao interlocutor apenas o papel de “coadjuvante”, na medida em que vêem “o ato referencial” como “realizado a partir de suposições unilaterais do falante a respeito do estado de conhecimento da memória discursiva do interlocutor” (2003, p. 18).

Além dessas críticas mencionadas até aqui, as quais têm como foco questões de ordem conceitual¹¹⁵, há algumas outras, voltadas para questões mais internas ao funcionamento do modelo. Cornish (1999), por exemplo, reclama da não-inclusão, no

¹¹⁵ Na base dessa discussão, estão diferentes noções de cognição e de linguagem.

continuum de formas, dos SN indefinidos, mais especializados na função de introduzir referentes. Outro questionamento do autor diz respeito à noção de antecedente. O problema, segundo afirma, é que “Ariel não distingue consistentemente os ‘antecedentes’ dos anafóricos e seus referentes” (grifo do autor). Esse autor acrescenta ainda que a proposta de Ariel (assim como a de Gundel, Hedberg e Zacharski), por considerar aspectos cognitivos na interpretação das anáforas, estaria sujeita a críticas de lingüistas como Charroles (1992), que priorizam o “mundo tangível do cotexto” (CORNISH, 1999, p. 11).

De nossa parte, discordamos das críticas generalizantes, que põem no mesmo nível propostas tão distintas quanto, por exemplo, a de Prince e a de Ariel, pelo fato de ambas serem vistas como fundadas no “paradigma cognitivo-informacional”. Na próxima seção, comentamos algumas das críticas aqui apresentadas, tendo em vista as peculiaridades do modelo de Ariel.

3.6.2 Considerações sobre as críticas

Entre as críticas que mencionamos no segmento anterior, consideramos mais importantes as duas primeiras, que se voltam para as bases conceituais da abordagem de Ariel. A ênfase na função referencial é um dos problemas apontados no modelo. Trata-se de uma matéria que põe em discussão as concepções de linguagem e de signo, levando, naturalmente, à questão polêmica da representação. De acordo com as teorias clássicas, a linguagem espelha o mundo e, assim, as palavras representam os objetos da realidade. Essa visão realista da linguagem não encontra mais eco nos estudos lingüísticos atuais. Como ressalta Cardoso (2003, p. 115), “A realidade não pode mais ser concebida como um objeto dado, esperando para ser reconhecido e interpretado”.

Por outro lado, também reconhece essa autora que a crítica exacerbada à tese realista pode levar ao outro extremo, isto é, à negação de qualquer tipo de vínculo entre o discurso e a realidade e, portanto, à negação do próprio referente. Contrapondo-se à visão “antiepistemológica” das correntes pós-modernas, que negariam qualquer função

representacional da linguagem por considerarem que “aquilo que chamamos de ‘realidade’ é um construto de nossos discursos” (p. 116), a autora argumenta que,

enquanto esse novo signo [o signo pós-moderno] aboliu o referente, o senso comum não desistiu do conceito de representação, e continua a fazer usos legítimos dele, assegurando que os signos de que se serve representam coisas e fatos do seu dia-a-dia” (p. 118).

Apoiada em Eagleton (1997), Cardoso (2003) admite que, se por um lado é inaceitável a idéia de um significante transparente, que em nada altere o significado, por outro lado é também inadmissível a concepção de significado como “mero produto ou criação do significante”, que pressuponha a não-existência da realidade anterior ao discurso (p. 119).

Longe de tentar abolir a noção de representação e, assim, subvalorizar a função referencial da linguagem, Cardoso (2003) vincula a instabilidade referencial ao próprio processo de representar. Com base na concepção de signo de Voloshinov, que para ela garante ao mesmo tempo a representação e a refração do referente, a autora define o ‘real’ como “um conjunto específico de práticas (não-discursivas e discursivas) que fornecem a razão para o que se diz e que constituem o seu referencial”. Tais práticas, previne, “não são estáveis, fixas, mas estão sujeitas a serem transformadas interpretativamente, a serem moldadas pela prática da própria representação” (p. 121).

Esse modo de ver o fenômeno da representação encontra apoio em Varela (1998), que estabelece a distinção entre as concepções fraca e forte do termo. Numa visão fraca, segundo esse teórico, representar teria mais o sentido de interpretar. Assim, o termo usado com esse sentido não negaria o postulado atuacionista de que a realidade é dinâmica e se constrói no curso de nossas relações fluidas e contínuas no mundo. Conforme reconhece o autor, podemos dizer que representamos a realidade quando tentamos compreendê-la, isto é, quando assumimos o papel de “observador”, nas palavras de Maturana (2001, p. 55). É importante observar que, embora descarte a existência de símbolos na linguagem, Maturana não nega que “há mais dimensões [na linguagem] que a verbalização” (2001, p. 100), o que, de certa maneira, autoriza-nos a usar o termo representação para denotar o falar acerca de algo, o ir além da própria experiência sensório-motora, enfim, o “coordenar ações na convivência”,

estabelecendo consensos, que é, segundo o próprio autor (2001, p. 96), o que fazemos na linguagem.

Teixeira (2004, p. 42) também reforça a mesma tese de Cardoso e de Varela. Apesar de reconhecer que a representação, em seu sentido tradicional, “não pode mais ser a *arché* ou o fundamento da ciência cognitiva”, admite que essa ciência “não pode prescindir de uma (ou alguma) noção de representação”, sem correr o risco de desmoronar “sob o peso do relativismo e do culturalismo”.

A partir das considerações desses três autores, entendemos que a valorização da função referencial não constitui, necessariamente, uma característica negativa. Chamamos a atenção para alguns posicionamentos assumidos por Ariel e aqui já comentados, tais como a não-discretização dos estados mentais, a não-especialização das formas lingüísticas em função da origem “geográfica” dos tipos de conhecimento supostamente partilhados, a possibilidade de interações complexas entre os chamados fatores de acessibilidade e, ainda, a noção de discurso como uma realidade para além da materialidade lingüística. Tudo isso, a nosso ver, mostra uma preocupação com os aspectos pragmáticos do discurso, o que torna a Teoria da Acessibilidade menos determinista, mais flexível e, conseqüentemente, mais condizente com a reflexão sobre os processos referenciais, se comparada às demais abordagens aqui já comentadas.

Por outro lado, com base em Ariel (2001), pensamos ser até certo ponto questionável a afirmação de que a autora descuida de outras funções que não a referencial. Nesse trabalho, conforme já mencionamos, embora dispensando maior atenção aos aspectos epistemológicos do acesso ao referente, ela reconhece, ilustrando inclusive com exemplos, que outros fatores, além dos relacionados à acessibilidade (questões sócio-culturais, por exemplo), podem também condicionar o uso de determinadas formas referenciais em vez de outras¹¹⁶.

¹¹⁶ Compreendemos que o que de fato incomoda os críticos é o papel efetivo desses elementos nos processos referenciais. Do ponto de vista da cognição situada e incorporada, paradigma ao qual se filiam, não há simplesmente um meio influenciando a identificação dos referentes; estes emergem da interação entre as práticas lingüísticas e não lingüísticas que fazem parte da vida cotidiana das pessoas.

A respeito da pouca atenção dispensada aos aspectos interacionais, alegada por Apothéloz e Pekarek-Doehler (2003) e também por Zamponi (2003), diríamos que essa crítica torna-se pertinente, se contarmos que os fatores de acessibilidade dizem mais respeito aos recursos usados pelo falante/escritor para “instruir” o ouvinte/leitor a recuperar da memória determinadas conhecimentos. Falar de instrução e de recuperação de informações é diferente de falar de consensos e de negociação de sentidos, que é na verdade o que visivelmente ocorre na conversação em tempo real.

Por outro lado, quando se trata da linguagem escrita, não há como negar que essas negociações se desenvolvem mais com base em suposições acerca de como reagirá o leitor. Tais suposições, conforme pensa Ariel, estariam sinalizadas no texto pelo uso de determinadas expressões referenciais em vez de outras. Parece ser por isso que Apothéloz e Pekarek-Doehler (2003, p. 10) reclamam do uso de dados “monologais” (referindo-se aos *corpora* escritos¹¹⁷) pelas abordagens ditas “cognitivo-informacionais”.

Entre as críticas de Cornish, merece destaque a observação de que Ariel não distingue com clareza “antecedente” de “referente”. De fato, a noção de antecedente é complexa, mas nos parece compreensível, se recorrermos aos princípios básicos da teoria. Uma idéia chave, que é sempre enfatizada por Ariel, é a de que não importam os “lugares” de onde vêm as informações que nos dão acesso aos referentes. O contexto é uma realidade cognitiva (ou intercognitiva, podemos assim considerar) que se estrutura a partir de diferentes semioses. O antecedente anafórico seria, então, uma entidade discursiva, alguma percepção que aconteceria a partir de uma expressão da superfície textual ou de qualquer outra fonte (saliência física, memória de longo termo, contexto cultural), que levaria à identificação do referente. Esse amálgama de informações de todos os tipos, de todas as origens e em todos os níveis textual-discursivos, conforme já comentamos, constitui, para nós, um dos pontos importantes da abordagem; é um dos aspectos que a diferencia dos demais aqui já comentados e que a credencia como ponto de partida para a análise de dados autênticos, que são naturalmente

¹¹⁷ A respeito do uso do termo “monologais” para aludir aos gêneros escritos, cabe aqui uma crítica. Se considerarmos a concepção bakhtiniana de língua, que é praticamente consensual entre as correntes voltadas para a enunciação e o discurso, temos de assumir que todo e qualquer discurso, independentemente do gênero, é dialógico, porque o dialogismo é constitutivo do discurso. Seria, portanto, inadequado dizer que existem textos “monologais”.

complexos. A nosso ver, essas relações complexas e indeterminadas, não-modularistas, que são postuladas pela autora, aproximam seu discurso da perspectiva da cognição situada.

Uma outra crítica de Cornish, a reclamação de que Ariel não prioriza o cotexto, tem para nós importância secundária na avaliação da teoria. A nosso ver, mostra, na verdade, que a noção de discurso subjacente à proposta da autora extrapola os limites da materialidade textual¹¹⁸, o que, para nós, constituiria uma virtude.

Já para a não-inclusão dos SNs indefinidos no continuum, que é também objeto de crítica de Cornish, uma explicação plausível seria a de que, ao excluir as formas indefinidas da escala de acessibilidade, Ariel estaria considerando que tais expressões, por serem vistas na literatura corrente como especializadas na introdução de referentes, não deveriam ser tidas como marcadoras de algum nível de acessibilidade, porque assinalariam exatamente a ausência de *givenness*. Ao contemplar somente as formas definidas, a escala de acessibilidade daria conta apenas dos referentes que de algum modo, implícita ou explicitamente, fossem vistos como fazendo parte do discurso corrente.

Há que reconhecer que as formas indefinidas não desempenham apenas a função de introduzir referentes novos no discurso. Sobre essa questão, já fizemos uma breve discussão em (3.4). Como vimos, já há estudos que mostram o uso de expressões indefinidas para retomar referentes já mencionados no texto. Sob esse aspecto, não resta dúvida de que a não-alusão a essas formas referenciais na proposta de Ariel constitui uma lacuna.

Ressaltamos mais uma vez, entretanto, que o que consideramos mais importante na teoria (e o que de fato nos interessa) não é o *continuum* de formas, mas o avanço em termos de concepção de discurso. Quando se trata da crítica ao *continuum*, seria, para nós, mais pertinente questionar a proposta em si. Embora admitamos que as formas portam algum conteúdo semântico e, ainda, que algumas delas possam superar outras quanto ao grau de

¹¹⁸ Como já esclarecemos, a origem da informação (cotextual, situacional ou cultural) não é importante para Ariel, visto que para ela o contexto, embora contando com uma mescla desses tipos de informação, é uma realidade discursiva, na qual não se separa o que é lingüístico do que é cognitivo. Dispensar atenção especial às informações cotextuais, em detrimento das demais, seria contradizer esse princípio; seria negar a própria noção de discurso como algo que está além da materialidade fônica ou gráfica.

informatividade, rigidez e atenuação, não vemos como quantificar essas características em termos de escala. Mesmo que a escala tenha sido construída a partir de dados reais, não há garantia de que o resultado seja o mesmo em qualquer contexto de uso. A nosso ver, a escala contradiz, inclusive, as considerações da autora, sobre o chamado significado literal em seus trabalhos mais recentes¹¹⁹.

Apesar das lacunas que apresenta, a maior parte decorrente de suas bases cognitivistas, a proposta de Ariel se diferencia, positivamente, de todas as abordagens anteriormente aqui comentadas. Estas, de uma forma ou de outra, “amarram” as formas lingüísticas à correspondência com estados mentais predeterminados e/ou com “endereços contextuais” fixos.

Mesmo admitindo a distância que ainda separa a perspectiva da Teoria da Acessibilidade de uma abordagem totalmente orientada, em seus fundamentos, pelos paradigmas mais atuais, entendemos que a interação entre os fatores e a não-discretização dos “lugares” fontes de *givenness* quebra a rigidez comum aos modelos clássicos e abre espaço para as incertezas, para as explicações mais contingentes, criadas de forma específica para cada ação discursiva de referir. No próximo capítulo, analisamos alguns processos referenciais, em textos autênticos, tomando como apoio essa teoria.

¹¹⁹ (Cf. nota 21).

Capítulo 4

A acessibilidade discursiva e os usos referenciais na CVL

O percurso que cumrimos até aqui, no desenvolvimento desta pesquisa, já demonstrou, segundo acreditamos, que o foco de nossa atenção são os aspectos conceituais da referência. Com efeito, as reflexões que desenvolvemos ao longo dos três capítulos anteriores foram guiadas pela tentativa de compreender, primeiro, a evolução do conceito de referência; depois, o funcionamento desse fenômeno, que, na perspectiva da cognição incorporada e situada, passa a ser visto como o processo pragmático-discursivo da “referenciação”; finalmente, entre as várias propostas de abordagem que revisitamos, buscamos entender o nível em que estas se aproximariam ou se distanciariam de um perfil mais condizente com o caráter dinâmico e instável dos atos referenciais.

Ao cotejarmos, no capítulo anterior, as seis propostas de abordagem, destacamos a teoria da acessibilidade, de Ariel, como aquela que nos parece oferecer maior poder explicativo para os fenômenos referenciais, dados os motivos já comentados: a concepção de discurso como uma realidade que se instaura para além da materialidade lingüística e a idéia de não-correspondência, tanto entre estados mentais discretos e expressões referenciais, como entre estas e os tipos de *givenness*.

No presente capítulo, passamos a lidar com os dados que nos serviram de base para a pesquisa. Na primeira parte, informamos os procedimentos metodológicos, ao mesmo tempo em que caracterizamos brevemente a lista de discussão. Mostramos, por meio de exemplos retirados do *corpus*, aspectos importantes do funcionamento da lista de discussão Comunidade Virtual da Linguagem (CVL), os quais, segundo a nossa percepção, influenciam de maneira importante os processos referenciais.

Essas informações abrem caminho para a compreensão da segunda parte do capítulo, em que discutimos alguns aspectos da referenciação à luz da teoria da acessibilidade e com o apoio dos dados da CVL.

4.1 Os dados

Os rumos teóricos que tomou esta pesquisa tiveram origem na nossa observação de fenômenos que consideramos curiosos, enquanto acompanhávamos, como membros da CVL, os “debates” que ocorreram, nos primeiros anos de funcionamento dessa comunidade, sobre temas polêmicos. Vale ressaltar que, embora a CVL continue ativa e ainda tratando de temas que despertam uma certa “partidarização”, foi, a nosso ver, em sua primeira fase de funcionamento que se desenvolveram as discussões mais “apaixonadas”, entre elas a que versou sobre as cotas para estudantes negros nas universidades públicas.

Nossas observações resultaram em um *corpus* composto por 223 mensagens, de onde extraímos os exemplos que comentamos neste capítulo. Ao tecermos considerações sobre esses exemplos, não temos a pretensão de descrever, exaustivamente, os fenômenos referenciais no ambiente da CVL; desejamos apenas apoiar as reflexões teóricas que vimos fazendo até aqui.

4.1.1 Coletando e organizando dados da CVL

Ao coletarmos os dados, atentamos para o fato de que as mensagens que circulam na CVL são, basicamente, de dois tipos: as de caráter mais informacional (avisos, textos de divulgação de eventos etc.) e as de cunho mais argumentativo (comentários opinativos sobre temas polêmicos). Selecionamos para fazerem parte do *corpus* que organizamos apenas textos que se enquadram no segundo tipo. São mensagens veiculadas “em cadeia”, as quais, por um dado período de tempo, serviram à troca de idéias em torno de uma mesma temática.

Ao selecionarmos esse tipo de mensagens, atentamos para o que afirma Mondada (1999), referindo-se ao funcionamento dos fóruns e das listas de discussão. Para a autora, o enunciador, nesses ambientes, “põe em cena” o discurso do outro para interpretá-lo e, ao fazer isso, “constrói um espaço de intersubjetividade”, que será sucessivamente modificado por novos interlocutores (p. 3). Sob esse critério, que objetivou garantir a responsividade do discurso, reunimos grupos de mensagens tratando dos seguintes temas: COTAS PARA

ESTUDANTES NEGROS, ENSINO DE LÍNGUA, PRECONCEITO LINGÜÍSTICO, ESTRANGEIRISMO, PUBLICIDADE e O *STATUS* DA FILOLOGIA, alguns dos quais renderam um grande número de mensagens. A discussão sobre cotas, por exemplo, produziu 60 mensagens¹²⁰.

Na coleta, as mensagens de cada série temática foram, de início, enviadas para uma pasta. Em seguida foram abertas, copiadas em um documento do Word e, finalmente, organizadas por ordem cronológica, dentro de cada bloco temático.

Essa idéia de dispor os textos em um documento do Word surgiu como uma tentativa de visualizar a seqüência em que as réplicas haviam acontecido e, a partir daí, recuperar o “diálogo” entre os autores das diversas mensagens. Quando comparamos o funcionamento da lista de discussão com o dos fóruns ou o dos *chats*, por exemplo, vemos que, nestes dois últimos casos, há uma página em que as diversas “falas” ficam expostas. Em alguns tipos de fóruns, que apresentam uma configuração arbórea, o leitor, ao acessar uma única página, toma conhecimento do conteúdo dos comentários, da ordem cronológica em que estes foram produzidos, assim como de quem interagiu com quem. Já nas listas como a CVL, esse fluxo não é tão visível, uma vez que a participação se faz por meio de *e-mails*, mensagens autônomas (do ponto de vista da configuração), que precisam ser abertas uma por uma. A leitura de cada nova mensagem que chega depende, então, de que o leitor, ao verificar sua correspondência, atente para o título e resolva abri-la. Considerando essa não-linearidade do discurso, podemos dizer que a lista funciona como um hipertexto¹²¹. Em função dessas peculiaridades, a nova formatação dada às seqüências de mensagens pareceu-nos de

¹²⁰ Vale esclarecer que esse número se refere à soma das mensagens que lemos, sobre o tema, em nossa caixa de correspondência. Há possibilidade de ele não corresponder exatamente ao somatório das mensagens sobre o tema que de fato circularam na CVL, isto é, esse número pode ser maior. Não descartamos, por exemplo, a hipótese de alguma ter sido apagada involuntariamente.

¹²¹ Koch (2002, p. 63) vê o termo hipertexto designando “uma escritura não seqüencial e não-linear, que se ramifica e permite ao leitor virtual o acesso praticamente ilimitado de outros textos, a partir de escolhas locais e sucessivas em tempo real”. Já Xavier distingue entre os textos que “oferecem caminhos alternativos” que podem levar a uma leitura não-linear (como seria o caso das notas de rodapé) e o discurso que tem a “*deslinearização*” e a “*ausência de foco dominante de leitura*” como regras constitutivas. Segundo o autor, este último tipo seria o verdadeiro hipertexto (2004, p. 175, grifos do autor). A nosso ver, a lista se enquadraria no primeiro grupo, isto é, no grupo dos hipertextos mais “acidentais”.

fundamental importância para a compreensão do discurso, principalmente quando se trata de uma leitura *a posteriori*¹²².

As variáveis **dia**, **hora** e **minuto**, assim como outras informações que aparecem no cabeçalho dos *e-mails* – **remetente**, **destinatário** e **assunto** (*subject*) – revelaram-se necessárias à compreensão das mensagens. Em alguns casos, como veremos mais adiante, são praticamente esses elementos “externos” (não a materialidade lingüística do texto em si) que possibilitam a interpretação coerente do discurso. Em razão disso, mantivemos junto a cada mensagem o cabeçalho, que é gerado automaticamente pelo programa de *e-mails*. Para evitar a identificação dos usuários, apagamos os nomes dos remetentes e dos destinatários, conservando apenas as iniciais.

Além do cabeçalho, mantivemos, no caso das réplicas, a(s) mensagem(s) anterior(es), anexada(s), também de forma automática, pelo programa de *e-mails*. Esse procedimento, em alguns casos, foi o que nos permitiu recuperar a seqüência de “turnos” e, assim, perceber a continuidade do discurso. As mensagens (acompanhadas de seus anexos originais) estão numerada por ordem cronológica, dentro do bloco temático, separadas entre si por quebras de página. Para tornar mais compreensível essa forma de organização que elegemos, apresentamos no Apêndice o bloco temático ESTRANGEIRISMOS, composto por 9 mensagens. Essa seqüência constitui uma amostra dos procedimentos que adotamos em todo o *corpus*.

Durante a organização dos dados, surgiu uma dúvida quanto ao que poderíamos considerar unidades textuais. O fato de algumas mensagens se assemelharem aos turnos conversacionais levou-nos a refletir sobre os limites da materialidade gráfica dos textos. Dada a interdependência entre as mensagens, a pergunta era até que ponto seria válido tratar cada *e-mail* como um texto. Para resolver essa questão, recorreremos à noção bakhtiniana de

¹²² Apesar de a pesquisa nos exigir esse tipo de leitura, isto é, o olhar para os dados como um produto já distanciado da situação enunciativa, participamos, como membro da CVL, do processo discursivo que se desenvolveu durante a troca de *e-mails*. As mensagens foram colhidas da nossa própria caixa de correspondência, não da página da lista na Web. Embora nossa participação tenha sido no papel de leitora, não no de autora, vivemos a experiência “de estar dentro do processo”, concordando com ou discordando dos argumentos que eram apresentados.

enunciado. Segundo Bakhtin “As fronteiras do enunciado concreto, compreendido como uma unidade da comunicação verbal, são determinadas pela *alternância dos sujeitos falantes*, ou seja, pela alternância dos locutores” (2000a, p. 293-294, grifo do autor). Uma vez que, no ambiente da lista, essa alternância é marcada pela troca de mensagens, podemos dizer que cada mensagem constitui um enunciado. E, tendo em vista que, de acordo ainda com Bakhtin, o texto corresponde ao “enunciado na comunicação verbal” (2000b, p. 331), concluímos que as mensagens poderiam ser tidas como unidades textuais¹²³.

Nenhum tratamento estatístico foi dispensado aos dados, de vez que nosso foco de atenção não são os aspectos quantitativos. Partimos, como já dissemos, da observação de fenômenos referenciais – nas mensagens da CVL – e passamos a buscar, nas propostas de abordagem, explicações condizentes com os fatos que observamos. Em um constante transitar entre os dados e as teorias, verificamos, nas mensagens, uma grande incidência do que corresponderia ao fenômeno que Conte (2003) chama de “encapsulamento anafórico”. A forma peculiar como se apresenta tal fenômeno nas mensagens da CVL¹²⁴ nos pareceu encontrar explicação em um dos princípios da teoria da acessibilidade, de Ariel, o que nos orientou a selecionar alguns exemplos que serão discutidos em (4.1.2).

Para uma melhor compreensão dessas questões metodológicas, acrescentamos, a seguir, algumas informações sobre o gênero lista de discussão e, mais especificamente, sobre o funcionamento da CVL.

4.1.2 Conhecendo o funcionamento da CVL

Como um dos tipos de interação inaugurados pelo uso da Internet na comunicação, a lista de discussão apresenta características muito peculiares. Marcuschi (2002a, 2004b)

¹²³ Esclarecemos que, com essa decisão metodológica, não estamos negando a concepção de texto/discurso como uma realidade sócio-cognitiva que extrapola a materialidade lingüística.

¹²⁴ Enquanto a literatura conhecida (CONTE, 2003; FRANCIS, 2003; KOCH, 2002, 2004a, 2004b CAVALCANTE, 2000, 2003, 2004) considera o cotexto como a fonte de onde viriam os elementos parafraseados pela expressão referencial, os exemplos da CVL mostram a sumarização do discurso proveniente de outras unidades textuais.

descreve essa forma de interação como um gênero que se desenvolve entre pessoas de um grupo fechado que contam com a atuação de um mediador. A participação se dá por meio de mensagens eletrônicas, o que confere à comunicação um caráter assíncrono. Essas mensagens podem girar em torno de uma temática comum, mas podem também tratar de informações mais pessoais entre os membros do grupo. As mensagens que circulam no ambiente da lista são abertas a todos os membros do grupo, quer sejam estas dirigidas à comunidade como um todo, quer tenham destinatários individuais, informados no endereço.

Os participantes de uma lista geralmente se reúnem em torno de um saber ou interesse comum. Como observa Marcuschi (2002, p. 30), apesar de não se verificar a exigência de “temas fixos”, “existe algo assim como **um enquadre geral** de temas que podem ser falados pelos participantes [...]. Elas [as listas] são definidas não pelo número de participantes e sim pela natureza da participação e identidade do participante” (grifo do autor). Podemos constatar esses critérios de “aceitação” observando as informações constantes na *homepage* da Comunidade Virtual da Linguagem (CVL

A lista de discussões Comunidade Virtual da Linguagem (CVL) tem por objetivo precípua reunir os estudiosos da Linguagem para interagirem e trocarem informações. Na CVL são amplamente e em tempo divulgados eventos nessa área de estudos, e trabalhos acadêmicos (artigos, livros, resenhas descritivas e críticas, dissertações de mestrado, teses de doutorado, projetos de pesquisa e seus resultados), concursos, etc. A lista de discussões CVL é formada por mais de 3.000 membros (professores, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação e outros interessados no estudo e no ensino da Linguagem) brasileiros e de outras várias nacionalidades, e nos cinco continentes.

Como podemos perceber, o enquadre ao qual se submetem os membros da CVL está aí explicitamente determinado: trata-se de um ambiente que deve ser “freqüentado” por pessoas que partilhem certos saberes muito próprios do campo da lingüística, e esse pressuposto terá, naturalmente, um peso no modo como se constrói o discurso, particularmente na escolha das expressões que designam os referentes.

Em (37), a referência às **quatro habilidades de uma língua estrangeira** parece demonstrar isso. A idéia de que o tema **ensino de línguas estrangeiras** faz parte do universo cultural dos participantes da CVL poderia ter levado o autor da mensagem a usar a forma

genérica, sem nenhum tipo de detalhamento ou explicação. Entre especialistas em linguagem, o conhecimento sobre essas quatro habilidades seria algo natural, inerente à própria condição de pertencimento ao grupo. Poderíamos dizer que a expressão em foco faz parte do “jargão” dos lingüistas. Essa mesma expressão talvez se tornasse pouco informativa, se a mensagem circulasse entre pessoas ligadas a outra área do saber. Quais seriam, afinal, essas “quatro habilidades?”

(37) **De:** C. C.

Para: CVL@yahoogroups.com

Data: 10/11/2002 22:51

Assunto: *CVL* - E os cursos de graduação em língua estrangeira?

Caros amigos,

ao ver toda esta preocupação com a formação dos nossos futuros professores de língua portuguesa, refleti um pouco sobre os cursos de graduação em língua estrangeira. Gostaria de saber se há projetos ou estudos que falem da formação destes. Como os alunos estão recebendo diplomas, será que eles estão realmente capacitados para lecionar **as quatro habilidades de uma língua estrangeira**? Se não estão, como podemos fazer para tentar mudar esta situação?

Agradeço pela atenção C. C.

No que diz respeito às condições de produção, um elemento importante é a forma como se percebem as coordenadas espaço-temporais. Em tese, as mensagens eletrônicas, inclusive as que circulam no ambiente das listas, aproximam-se das cartas, na medida em que, além de constituírem um gênero epistolar, compartilham também com estas o distanciamento espacial e temporal.

Por outro lado, como argumenta Violi (1999), o uso do meio digital reduz drasticamente a distância temporal entre o envio e o recebimento das mensagens (ver também, a esse respeito, COSTA, 2001). Apesar de as listas funcionarem de modo assíncrono, o que as diferencia de outros tipos de comunicação virtual (os *chats*, por exemplo, em que todas as

“falas” são expostas em tempo real para todos os participantes), essa redução da distância temporal, aliada ao fato de que podemos realmente partilhar o mesmo conteúdo das mensagens por meio da tela do computador, cria, a nosso ver, uma certa “ilusão” de partilhamento espaço-temporal. Isso parece ficar demonstrado em (38):

(38) From: "D (NET
 To: <CVL@yahogroups.com>
 Sent: Wednesday, May 19, 2004 3:31 PM
 Subject: [CVL] Re: Re: o assunto das cotas!!!!!!!!!!!!

Já se falou, **aqui mesmo, nesta sala de discussão**, sobre o direito a uma reparação aos negros pelo fato de haverem sido submetidos à condição de escravos.

Como vemos, o remetente alude às coordenadas da cena enunciativa, e o faz como se dividisse com seus interlocutores um espaço físico: “aqui”, “nesta sala”. Sabemos que essa linguagem já é comum entre os “freqüentadores” dos ambientes de comunicação virtual síncrona. De fato, as pessoas “entram nas salas” de bate-papo, como se estas fossem lugares físicos. O que queremos observar, inspirando-nos em Violi (1999), é que esse modo de perceber a situação de produção e recepção das mensagens aproxima o discurso da modalidade oral, criando a possibilidade de se simularem os turnos do diálogo canônico ou, no caso das listas, as múltiplas falas de um debate presencial.

A verdade é que esse múltiplo hibridismo das condições de produção – entre a oralidade e a escrita, entre a conversação um a um e a interação envolvendo múltiplos interlocutores, enfim, entre a comunicação síncrona e a assíncrona – interfere no discurso, gerando, inclusive, uma certa indefinição no que tange aos limites da materialidade textual, conforme já foi visto. Observando a interdependência entre as mensagens, podemos mesmo perguntar onde começam e onde terminam, em termos de materialidade lingüística, determinados textos, numa lista de discussão.

Algumas mensagens funcionam claramente como a continuação das que as precederam. É o que vemos no exemplo (39), em que o uso da expressão contrapositiva **Por**

outro lado, iniciando a mensagem, constitui uma marca lingüística de que esta funciona como uma espécie de tomada de turno, dentro da discussão sobre o sistema de cotas.

(39) From: "A S" <as@terra.com.br>
 To: "cvl" <cvl@yahoogroups.com>
 Sent: Sunday, May 23, 2004 5:49 PM
 Subject: [CVL] RE: Re: O assunto das cotas de DESGOVERNO

Por outro lado, a experiência das cotas fracassou em boa parte dos EUA e estão em extinção. Imitação sem sentido, demagógica e ainda por cima atrasada!

Como dizia a personagem do Jô Soares: "Meu negócio 'é' números"! Os governos brasileiros aprovam, em mais de um sentido.

A.

Fica clara a tentativa do remetente de dar continuidade à discussão veiculada pela mensagem imediatamente anterior, que foi conservada como um “anexo”. Os textos se encadeiam como se fossem trechos de um discurso a “varias vozes”, tal qual aconteceria em um debate em tempo real.

Um outro recurso que os integrantes da lista (assim como os dos *e-mails* pessoais) usam para simular o debate é a inserção de trechos das mensagens de outro nos seus próprios textos. No exemplo (40), vemos parte de uma mensagem em que a autora seleciona fragmentos de uma outra mensagem para comentar. Verificamos aí o que seria uma tentativa de restabelecer os turnos de um pretenso debate.

(40) From: "r ao" <ra@yahoo.com>
 To: <CVL@yahoogroups.com>
 Sent: Monday, May 17, 2004 3:46 PM
 Subject: [CVL] o assunto das cotas!!!!!!!!!!!!

Caros colegas,

Eu não deveria comentar **esta mensagem**, mas não resisti.

A T T_M

<mtt@pop.com.br wrote:

<<<<<< Em pleno século 21, ainda há pessoas acreditando que algumas raças são inferiores que outras. Além de ser ridícula, esse tipo de "teoria" fundamenta o preconceito, sórdido e inaceitável em qualquer circunstância. Sob o argumento de que os negros foram vítimas de inúmeras brutalidades na época da escravatura e tendo como pano de fundo interesses populistas, nossos políticos hoje oferecem reserva de cotas nas faculdades públicas como uma espécie de "compensação" aos afrodescendentes por tudo o que sofreram.>>>>>>

Você já leu sobre a teoria dos bens simbólicos? (Bourdieu) As cotas não são para compensar o sofrimento do negro, mas para compensar o prejuízo econômico que o sistema impôs ao negro ao lhe dar a "liberdade" e deixá-lo à míngua. O negro ao ser libertado não teve nenhuma indenização pelos anos de trabalhos prestados e nem recebeu nenhuma herança em forma de bens materiais. Os alemães e os italianos ganharam terras para cultivar e o negro? recebeu o quê?

.....
<<<<<< Nós entendemos que esse favorecimento só gera mais preconceito. Os negros não precisam de qualquer tipo de facilitação. O que precisa haver é oportunidade para todos, independente de raça e condição social.

“Nós”, Quem? Eu sou negra e não estou autorizando ninguém a falar por mim.

.....

É interessante notar que o tom que a autora imprime ao discurso parece ter influenciado a escolha desse formato. A crítica ácida que ela dirige ao autor da mensagem anterior parece exigir comentários mais pontuais, o que a levou a fragmentar a mensagem para comentar cada afirmação da qual discordava. O meio, nesse caso, que permite o recorte e a colagem, foi fundamental para os propósitos da integrante do grupo. Verifica-se o que diz Mondada (1999), referindo-se ao que acontece nos fóruns de discussão: o enunciador “põe em cena” o discurso do outro para interpretá-lo e, ao fazer isso, “constrói um espaço de intersubjetividade”, que será sucessivamente modificado por novos interlocutores (p. 3).

Ainda considerando a interdependência entre as mensagens, há um tipo que funciona, no ambiente da lista, como um texto mais independente, isto é, que não se configura como uma réplica a uma mensagem anterior como em (41).

(41) From: " <w@yahoo.com.br>
To: <CVL@yahoogroups.com>
Sent: Wednesday, May 19, 2004 12:34 PM
Subject: [CVL] O sistema de cotas...

Prezados cevelistas:

A mim me preocupa sempre o fato de sempre termos cá no Brasil q importar soluções "alienígenas" pros nossos problemas... Se as cotas "funcionam" nos (ou p/ os) EEUU, então devemos tb colocá-las em uso por aqui, como useiros e vezeiros q somos em "macaquear". Tudo sob os olhares e, mais grave ainda, com o financiamento explícito (e/ou implícito) das Fundações Ford da vida... P q não desenvolver algo só nosso, digo, uma solução local, p/ resolver o NOSSO problema -- q é a exclusão social, um problema q é a cara do q somos p/ quem quer q nos veja por fora ou por dentro, um país terceiro-mundista, "em vias de desenvolvimento" etc. Penso q seria assim q a coisa se passaria na cabeça dum Anísio Teixeira, dum Darcy Ribeiro ou dum Paulo Freire, se eles estivessem vivos hoje.

.....

Embora a mensagem em foco trate de uma tentativa de participar da discussão sobre o assunto em pauta, ela não constitui uma réplica típica, formalizada como uma resposta criada a partir do dispositivo que é oferecido pelos programas de *e-mails* para tal finalidade. Esse tipo de réplica, vale lembrar, configura-se automaticamente quando, ao lermos uma mensagem, tentamos escrever uma resposta, clicando no ícone **Responder**. A mensagem a ser respondida passa a acompanhar o novo texto (a resposta), como um anexo. Nos textos da CVL, a maioria das mensagens são réplicas desse tipo, e muitas delas trazem uma cadeia de anexos, resultado das muitas réplicas que se criaram ao longo da discussão do tema em foco. É essa cascata de mensagens, ancoradas umas nas outras de forma arbórea, que nos permite, às vezes, entender uma certa informação que é tida como pressuposta na mensagem mais recente.

É importante ressaltar que estamos, agora, falando a partir do domínio do observador, não mais do ponto de vista “de dentro das discussões”. Ao que nos parece, pela experiência que vivemos como participante da lista, podemos dizer que não recorremos, normalmente, à leitura dos anexos (mensagens já lidas anteriormente) para entender as mensagens mais recentes. Os referentes parecem ainda estar “no ar”, dentro da atmosfera intercognitiva criada pelas trocas anteriores.

Retomando, então, a discussão do exemplo (41), vemos que ele não mostra o tipo canônico de réplica de que falamos. Apesar disso, informações veiculadas no cabeçalho (endereço da CVL, data e assunto), aliadas à referência explícita às cotas, no interior do texto, inserem naturalmente a mensagem em foco no “debate” sobre as cotas. Mesmo que não houvesse uma alusão explícita ao problema das cotas e, mais ainda, mesmo que o título não tratasse tão explicitamente do tema do momento, a interação entre elementos puramente formais como as informações sobre a data e o horário do envio, combinadas ao conteúdo geral do texto, funcionariam como pistas para que os leitores tomassem a mensagem como parte do diálogo que se desenvolvia, à época, entre os participantes, muitos deles exaltados diante da proposta de se instituírem cotas nas universidades.

Acrescentamos, finalmente, o exemplo (42), que ilustra bem esses casos.

(42) From: "D G" <g@terra.com.br>

To: <CVL@yahogroups.com>

Sent: Wednesday, May 19, 2004 8:28 PM

Subject: [CVL] DEBATES

Caros amigos,

creio que todos devem concordar que é deveras gratificante poder participar e ver frutificar o debate sobre um tema de tamanha relevância, especialmente quando mostramos maturidade para fazer e receber críticas. Estamos de parabéns pela demonstração de respeito às opiniões contrárias às nossas, o que se verifica pelo modo como mantemos a SERENIDADE, condição necessária à manutenção de um diálogo CORDIAL.

D de S. G.

Como podemos notar, trata-se de mais uma mensagem que poderíamos classificar como “independente”. Não há um vínculo direto entre ela e uma outra anterior: não se trata de uma réplica típica (marcada com o código **Re**); não se trata também de um *e-mail* dirigido particularmente a um dos participantes da lista (o endereço do destinatário é o da CVL, o que significa que o autor se dirige à comunidade como um todo).

Quanto ao assunto (**DEBATES**), não informa muito a respeito da questão específica que está em foco no momento. Por se tratar de um termo genérico, esse título poderia nomear, praticamente, qualquer tema discutido no ambiente da lista¹²⁵.

No corpo da mensagem, também não há nenhuma informação explícita que a vincule a uma anterior. O(a) autor(a) faz um elogio à atitude do grupo, na discussão de um determinado tema, não apenas já supostamente conhecido, mas também considerado relevante, dada a forma como este é mencionado: **um tema de tamanha relevância**.

O elemento que de fato informa a situação da mensagem, dentro da seqüência real em que a participação ocorreu, é o registro temporal, gerado automaticamente pelo programa de *e-mails*. Vemos que a mensagem foi enviada no dia 19 de maio de 2004, quarta-feira, às 8h 28min da noite. Embora se trate de um detalhe aparentemente sem grande importância, essas informações assumem um papel relevante na interpretação da mensagem em apreço.

A partir daí chegamos a um outro detalhe da mensagem que merece ser comentado, considerando o “lugar” que ela ocupa dentro da seqüência de *e-mails*¹²⁶. Vemos que o que aparece como um elogio pode estar carregado de ironia. As discussões que se desencadearam durante o debate sobre o tema **Cotas para negros** foram, em certos momentos, “acaloradas”. Muitos participantes adotaram o mesmo tom “demolidor” da crítica que foi mostrada no

¹²⁵ Com base nos critérios propostos por Ariel, já comentados no capítulo anterior, podemos dizer que essa é uma forma pouco rígida, na medida em que nomeia o referente de forma genérica.

¹²⁶ Como já informamos, organizamos as mensagens por temas, conservando a seqüência por ordem de envio. A mensagem em foco é a de número 39, entre as 60 geradas pela discussão sobre cotas.

exemplo (40)¹²⁷. Considerando esse clima de disputa que se instalou, à época, na comunidade, pareceu-nos que o(a) autor(a), ao invés de elogiar, pretendeu criticar o comportamento do grupo e, ao mesmo tempo, apelar para que as pessoas mantivessem a serenidade e a cordialidade. O uso das expressões “SERENIDADE” e “diálogo CORDIAL”, em fonte maiúscula, contribui para essa interpretação, que foi a que fizemos quando, no papel de participante da comunidade, lemos a mensagem pela primeira vez.

A breve descrição do funcionamento da CVL que fizemos nesta seção mostrou-nos diversos graus de interdependência dos textos. Essa interligação entre os textos/discursos não é uma propriedade exclusiva do gênero lista de discussão, muito menos da CVL em particular. Afinal, aprendemos com Bakhtin que qualquer ato enunciativo constitui apenas “uma *fração* de uma corrente de comunicação ininterrupta” (2000, p. 123); aprendemos também que nosso processo de compreensão consiste, na verdade, em fazer “corresponder [ao discurso do outro] uma série de palavras nossas, formando uma réplica” (BAKHTIN, [1979] 2002, p. 132). Os textos estão, assim, em um contínuo diálogo.

Conforme vimos nos exemplos comentados, a réplica, nas mensagens da CVL, não é apenas uma propriedade constitutiva, é também manifesta. A compreensão das mensagens faz-se sempre ancorada na realidade discursiva, que se instaura no ambiente da lista, quando se discutem temas capazes de gerar muitas participações. Os textos, de forma mais explícita ou menos explícita, respondem a um interlocutor em particular ou a todo o grupo. Configura-se, assim, o que Koch, Bentes e Cavalcante (2007) chamam de intertextualidade *strito sensu*.

Quando atentamos para os processos referenciais, nesse cenário de alta interatividade e argumentatividade, chama nossa atenção, particularmente, a grande incidência de encapsuladores anafóricos, fenômeno ao qual já nos referimos no início desta seção e que será abordado na próxima seção.

¹²⁷ O trecho que mostramos no exemplo (40) é parte da mensagem de número 2 do tema **Cotas**. Algumas das críticas mais fortes foram desencadeadas a partir do tipo de comentário adotado pelo(a) autor(a) dessa mensagem.

4.2 O encontro entre a teoria e os dados: a teoria da acessibilidade e o encapsulamento anafórico na CVL

Conforme já afirmamos, um fenômeno importante que observamos, quando nos ocupamos da questão da referência nas mensagens da CVL, foi a presença freqüente de encapsuladores anafóricos (CONTE, 2003) ou rótulos (FRANCIS, 2003). Nesta seção, discutimos alguns exemplos retirados de nossos dados, nos quais o encapsulamento anafórico se apresenta de forma curiosa. Analisamos esses exemplos, tomando por base o conceito de acessibilidade referencial, proposto por Ariel (1996, 2001).

A noção de encapsulamento anafórico, proposta por Conte (2003), é já bastante conhecida e usada por autores brasileiros que tratam das questões da referência (KOCH 2004a; 2004b; CAVALCANTE, 2000, 2003, 2004). De acordo com a definição de Conte, trata-se de “um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase de uma porção precedente do texto”, a qual pode variar em extensão e em nível de complexidade. Esse sintagma, segundo ela explica, “é construído com um nome geral como núcleo lexical e tem clara preferência pela determinação demonstrativa” (CONTE, 2003, p. 176). Já a porção de texto sumarizada varia, segundo a autora, em extensão e em nível de complexidade.

Ilustra bem esse fenômeno o exemplo (43)¹²⁸, que constitui um trecho de uma mensagem da CVL, em que a expressão **esses galicismos** resume o comentário do período anterior.

- (43) Os brasileiros já se acostumaram a pedir o menu ao garçom no restaurante. No entanto, antes de se tornarem comuns no vocabulário, **esses galicismos** sofreram no passado severas críticas dos puristas lingüísticos.

Como podemos notar, o exemplo corresponde à caracterização da autora: a porção parafraseada pertence ao próprio texto e o determinante é um demonstrativo. O encapsulamento atua como um recurso avaliativo, principalmente por se tratar de uma mensagem que se insere numa discussão sobre estrangeirismos. Como ela explica, essa

¹²⁸ Ver o mesmo tipo de fenômeno no exemplo (32), extraído de Ariel (1996).

apresentação da informação por meio de uma nova forma, em que se abandonam os detalhes e se usa uma expressão generalizante, constitui uma das características do discurso argumentativo¹²⁹. Koch (2004b), por sua vez, também observa que os rótulos têm, quase sempre, um “valor persuasivo” e são muitas vezes acionados para orientarem o ouvinte/leitor a chegar a uma determinada conclusão.

No exemplo em foco, além do recurso avaliativo da generalização em si, há que considerar também o valor axiológico de que se reveste a própria semântica do termo “galicismo”. O galicismo, um tipo de estrangeirismo, é, como sabemos, considerado erro pela gramática tradicional.

Esse tipo de encapsulamento que envolve segmentos de discurso dentro de uma mesma unidade textual, embora também presente nas mensagens da CVL, não é o que mais nos interessa. Como já foi dito, mais interessante, para nós, é o encapsulamento de porções de discurso provenientes de fora do cotexto. Além de tratar-se de uma questão ainda não abordada em outros trabalhos conhecidos, esse fenômeno põe em evidência aspectos cognitivo-discursivos do processo referencial para os quais a proposta de Ariel (que elegemos como a mais apropriada entre as que foram discutidas no capítulo anterior, tendo em vista a concepção pela qual nos orientamos) parece-nos oferecer algumas respostas. Tomando por base os critérios de acessibilidade propostos por Ariel (1996, 2001), passamos agora a discutir alguns exemplos do que estamos chamando de encapsulamento intertextual.

Conforme já foi mostrado, as mensagens mais recentes, numa lista de discussão, funcionam como réplicas às anteriores. Os participantes quase sempre tomam como tópico de seu comentário um argumento usado em um comentário anterior. Assim é que vemos expressões rotulando, não uma parte do cotexto, mas uma mensagem anterior ou, até mesmo, todo o discurso precedente.

Dado esse tipo de “encapsulamento intertextual”, ou seja, o fenômeno em que uma expressão referencial de um texto mais recente resume o discurso presente em unidade(s)

¹²⁹ A autora postula “um tipo de afinidade eletiva [...] entre determinantes e termos avaliativos (axiológicos)” (CONTE, 2003, p. 183).

textual(is) anterior(es), a idéia mais geral, quando pensamos nos critérios estabelecidos por Ariel, é que o nível de acessibilidade referencial, nessas mensagens, seria baixo. Os fatores **Distância, Competição, Saliência e Unidade**, que já foram explicitados em (3.6), atuariam contribuindo para a consideração de um nível baixo de acessibilidade, dada a separação natural entre os textos. Estes, apesar de interligados pela disposição do discurso no ambiente da lista¹³⁰, guardam algum nível de autonomia.

Como já mostramos no capítulo anterior¹³¹, Ariel considera que o grau de unidade entre uma anáfora e seu antecedente diminui quando estes não estão no mesmo *frame*/mundo/ponto de vista/segmento ou parágrafo. A nosso ver, a unidade fica naturalmente enfraquecida quando a relação ocorre no nível intertextual. Tal enfraquecimento contribuiria para o acionamento de formas marcadoras de baixa acessibilidade, ou seja, para o uso de expressões pretensamente mais informativas, mais rígidas e menos atenuadas.

Há, de fato, várias ocorrências de descrições longas, usadas como expressões resumitivas, conforme ilustra o exemplo (44).

(44) From: A S

To: D P

Cc: M c ; CVL@yahoogroups.com

Sent: Sunday, July 16, 2006 8:38 PM

Subject: Re: [CVL] ENSINO DE PORTUGUÊS LÍNGUA NÃO-MATERNA

Colegas,

Só agora **essa problemática das línguas de sinais** chega publicamente até nós. E felizmente que enfim chegou! O ensino de qualquer língua (que não a

¹³⁰ Consultar o apêndice, para ver a forma como as mensagens precedentes se “penduram” nas réplicas.

¹³¹ Ver a discussão dos fundamentos da teoria, em (6.3). Ao analisarmos os exemplos (33) a (35), tentamos demonstrar como a interação entre os fatores postulados por Ariel pode ser vista como influenciando o uso de determinadas formas referenciais em vez de outras.

de sinais) a surdos com métodos de primeira língua é uma incoerência.
Insistir em oralizá-los é outra.

.....

Como vemos, com a expressão **essa problemática das línguas de sinais** o autor da mensagem parece estar empenhado em caracterizar, de forma inequívoca, o referente. Afinal, esta é uma resposta a alguém que lhe indicara a leitura de uma tese sobre Libras. O assunto **Libras** é apenas um subtópico dentro do tópico geral. O tema em discussão, **Ensino de português língua não-materna**, não informa muito sobre o problema específico da linguagem de sinais, daí por que, avaliamos, haveria a necessidade de especificar.

Um detalhe que observamos é que a mensagem em questão serviu a uma discussão bastante cordial. De fato, o tema parece ter despertado nos participantes mais uma necessidade de trocar informações e construir consensos do que de se engajar em discussões “apaixonadas” como as que ocorreram em torno da questão das **cotas**. Nessas circunstâncias, a função referencial teria assumido grande importância no texto, o que ajudaria a explicar o cuidado de nomear o referente de forma não ambígua.

Um outro caso de uso de um marcador de baixa acessibilidade pode ser visto no exemplo (45). Temos aqui uma expressão ainda mais desenvolvida do que a anterior, o tipo de sintagma que teoricamente marcaria o grau mais baixo de acessibilidade.

(45) De: C. C.

Para: CVL@yahogroups.com

Data: 10/11/2002 22:51

Assunto: *CVL* - E os cursos de graduação em língua estrangeira?

Caros amigos,

ao ver **toda esta preocupação com a formação dos nossos futuros professores de língua portuguesa**, refleti um pouco sobre os cursos de

graduação em língua estrangeira. Gostaria de saber se há projetos ou estudos que falem da formação destes. Como os alunos estão recebendo diplomas, será que eles estão realmente capacitados para lecionar as quatro habilidades de uma língua estrangeira? Se não estão, como podemos fazer para tentar mudar esta situação? Agradeço pela atenção

C

De acordo com a caracterização de Ariel, podemos considerar que a expressão em destaque apresenta, em potencial, um alto nível de informatividade e rigidez, na medida em que descreve com detalhes o referente pretendido. Esse detalhismo, por sua vez, confere à forma referencial um baixo nível de atenuação. É importante perceber que a série de especificações acrescentada ao núcleo do sintagma, assim como o determinante “toda esta” faz parte da estratégia argumentativa adotada pelo remetente da mensagem. A opção pelo rótulo “preocupação”, com um forte conteúdo avaliativo, parece ter obrigado o autor da mensagem a “explicar” aos destinatários (Caros amigos) de qual preocupação ele estaria falando. Podemos pensar que ele (o remetente) não faria tantas especificações se houvesse optado por um rótulo mais “neutro”, em termos axiológicos (**discussão** ou **debate**, por exemplo), o qual, pensamos, seria também mais facilmente inferido do *frame* lista de discussão. O termo “preocupação” como que recategoriza, no nível cognitivo (uma vez que não há uma menção anterior)¹³², o que seria mais naturalmente categorizado como “discussão” ou “debate” .

Com relação ao contexto, convém perceber que as informações encapsuladas pela expressão em apreço não estão localizadas pontualmente numa mensagem anterior. As informações presentes no cabeçalho indicam que a mensagem, além de não ser dirigida a um destinatário em particular, mas ao conjunto dos participantes da CVL, não constitui uma réplica, isto é, o remetente não recorreu ao dispositivo do programa que anexa o *e-mail* respondido à reposta a ser enviada, como aconteceu, por exemplo, em (44). Além disso, o assunto “E os cursos de graduação em língua estrangeira?”, ao invés de manter o que seria o tópico das mensagens que estavam sendo trocadas naquele momento (**Ensino de língua portuguesa**), tem efeito contrário, porque o propósito do remetente é exatamente questionar o

¹³² Cf. Lima (2003) sobre recategorização apenas no nível cognitivo.

fato de a discussão se limitar às questões relacionadas à língua portuguesa e, a partir desse questionamento, introduzir um novo tópico: **O ensino de língua estrangeira.**

Todas essas peculiaridades parecem demonstrar que o SN complexo atua para “estretitar” o que Ariel (2001, p. 33) chama de uma relação “frouxa” entre o antecedente e a anáfora, o que seria fundamental para o remetente convencer os “Caros amigos” a assumirem seu ponto de vista. Essa “frouxidão” quanto ao vínculo entre antecedente (ou gatilho) e anáfora seria explicável pelo simples fato de tratar-se de uma relação intertextual, não intratextual.

No exemplo (46), mostramos mais uma ocorrência de sumarização por meio de um sintagma estendido.

(46) **From:** R A

To: CVL - Comunidade Virtual da Linguagem

Sent: Thursday, June 08, 2006 9:42 AM

Subject: [CVL] Re: Professor, estou sensibilizada com o problema em relação à filologia.

Caros,

Tenho acompanhado, a distância, **a discussão sobre o sepultamento ou ressurreição da Filologia no campo das Letras.** Já li e compreendi o lado da lingüística e o da filologia. Mas, como bem dito pela Prof. L, por que os filólogos não partem do discurso para a ação? É umas das coisas que sempre me incomodou nas Universidades Públicas, esse sentimento de que "alguém deve fazer algo por mim" e, tal Branca de Neve, ficamos deitados aguardando o beijo da salvação (eu me incluo pois me formei em uma e senti ser corrompido por essa letargia). Chorar e clamar para que alguém lhes estenda a mão e tire a filologia da cova é querer demais. É entregar a sua força nas mãos de outros. E, como dito por Stephen Donaldson, "One thing leads to another because it must". Se nada for feito, se os filólogos não começarem a tirar a poeira de si próprios, além de seus próprios estudos, é o que acontecerá.

Em respeito,
R A

Notamos que, com a expressão **a discussão sobre o sepultamento ou ressurreição da Filologia no campo das Letras**, o remetente tenta parafrasear não apenas a mensagem anterior, mas o discurso anterior. O alvo para o qual aponta a expressão anaforizante em questão é, sem dúvida, a série de opiniões manifestadas ao longo da troca de mensagens tratando do problema do *status* da Filologia nos cursos de Letras. A mensagem em foco é a de número 19, de uma série de 29 que compõem o bloco temático.

A discussão que se desenvolve nesse bloco inicia-se com uma CARTA ABERTA EM DEFESA DA FILOLOGIA e envolve algumas participações que se alinham totalmente com o pensamento do autor da carta e outras que divergem dessa linha argumentativa. É interessante perceber que esses dados (tanto a temática como os tipos de argumento) são, de fato, sugeridos pela forma parafraseadora, que apresenta um baixo nível de atenuação¹³³ e um alto grau de informatividade. Este último aspecto, o da informatividade, torna-se, a nosso ver, bastante enriquecido com a antítese **sepultamento versus ressurreição**. Entendemos que, com base nesse par, o leitor pode inferir que houve posicionamentos divergentes nas mensagens que antecederam esta que é objeto de nossa análise.

Um fenômeno que nos pareceu bastante saliente, no texto, é o que Conte (2003) vê como “integração semântica”. Conforme explica a autora, quando o encapsulador anafórico aparece no início de parágrafo, o que acontece com muita frequência na CVL, “funciona como princípio organizador na estrutura discursiva” (p. 184).

Em (46), os termos **sepultamento** e **ressurreição** nos parecem mais diretamente responsáveis pelo desempenho dessa função, com a peculiaridade de que a unidade considerada, como já vimos, é textual, não paragrafíca. Além de desempenhar o papel de resumir a discussão anterior, o uso desses termos, que no contexto podem ser considerados semanticamente opostos, também justifica e orienta o fio argumentativo que se desenvolve ao longo do texto. O autor da mensagem, após prevenir que compreende os dois lados (a perspectiva da lingüística, que representaria o “sepultamento”, e a da filologia, que corresponderia à “ressurreição”), assume um terceiro ponto de vista e o defende até o final.

¹³³ É constituída por um sintagma complexo, extenso.

Critica a atitude passiva dos filólogos, insinuando ser esta a causa da atual desvalorização da disciplina, e os instiga a agir em defesa da Filologia.

Do ponto de vista dos fatores de acessibilidade, o exemplo (46), assim como os dois anteriores, pode ser tido como um caso que se conforma claramente ao que prediz a teoria. O uso de uma descrição definida longa, marcadora de baixo nível de acessibilidade, seria compatível com o acentuado grau de **distância** que supostamente haveria entre tal expressão e o segmento do discurso por ela rotulado, em virtude do que estamos chamando de encapsulamento intertextual. E, nessa relação entre textos, seria também esperado algum nível de **competição**, isto é, algum risco de ambigüidade quanto ao referente nomeado pelo termo **discussão**, que constitui o núcleo da expressão rotuladora em foco¹³⁴. Isso justificaria o acréscimo de tantos elementos especificadores ao núcleo.

Considerando ainda essa lógica da “separação” entre a expressão referencial e o discurso que seria alvo de parafraseamento, teríamos, em (46), um baixo grau de **unidade**, bem como de **saliência** do referente, tudo isso concorrendo para a marcação de baixa acessibilidade por meio da descrição definida longa.

Uma explicação também plausível para o uso de uma expressão longa, em (46), seria a de que, conforme já discutimos, a linha argumentativa desenvolvida na mensagem se apóia na oposição entre **sepultamento** e **ressurreição**. Esse fato demonstraria outras funções discursivas, além da referencial, influenciando a escolha das formas lingüísticas, o que viria respaldar críticas à abordagem de Ariel, como as de Apothéloz e Pekarek-Doehler (2003), já discutidas no capítulo anterior.

Reforçando o que já afirmamos a esse respeito, lembramos, de início, que Ariel não nega a interferência de outras motivações na escolha das expressões referenciais. A autora apresenta vários exemplos, por nós já citados em (3.6), que comprovam a presença de fatores socioculturais condicionando tal escolha, como é o caso do uso do primeiro nome na referência às mulheres e aos membros das minorias sociais.

¹³⁴ Evidentemente, esse risco de ambigüidade praticamente desaparece quando consideramos, no cabeçalho, a data e o assunto da mensagem.

Aprofundando essa discussão, podemos ir mais longe e entender que não é possível separar as funções. Voltando a observar a expressão **a discussão sobre o sepultamento ou ressurreição da Filologia no campo das Letras**, podemos ver que o referente criado com o uso do sintagma estendido não seria o mesmo, se este fosse reduzido, por exemplo, à forma nuclear **a discussão**. Além de servirem à argumentação, os elementos especificadores servem para ajudar a criar uma entidade discursiva bem mais definida e precisa. Comprendemos que a identificação ou a criação desse objeto específico é que proporciona os outros efeitos de sentido.

Ao lado de casos como esses três, em que parece haver uma tentativa de “fazer frente”, por meio de expressões mais informativas, mais rígidas e menos atenuadas, a um possível baixo grau de saliência do referente, encontramos na CVL exemplos de encapsulamento muito diferentes, como o que vemos em (47).

(47) From: "A. S." <as@terra.com.br>
 To: <CVL@yahogroups.com>
 Sent: Tuesday, May 18, 2004 11:01 AM
 Subject: [CVL] Re: o assunto das cotas!!!!!!!!!!!!

Não se poderia dizê-**lo** melhor!

A. S.

De acordo com a escala de acessibilidade, as formas pronominais, que potencialmente são pouco informativas, marcam na superfície textual um alto grau de acessibilidade do referente. Essas formas são geralmente usadas para retomar um referente que foi antes mencionado por um SN pleno, o que constitui um caso de anáfora correferencial.

Em (47) o uso da forma **lo** foge a esse padrão de uso: verifica-se o encapsulamento de um conjunto de informações veiculadas na mensagem anterior, a qual, teoricamente, não faz

parte do contexto, isto é, está fora dos limites da mensagem atual. Considerando os fatores de acessibilidade, poderíamos dizer que este exemplo contraria a teoria. O fato de a forma referencial remeter a uma outra mensagem levaria, pelos critérios distância e unidade, a uma consideração de baixa acessibilidade. Lembrando, porém, a explicação de Ariel (2001) sobre a possibilidade de um critério se sobrepor a outro para determinar o grau de acessibilidade, diríamos que o *frame* lista de discussão¹³⁵, assim como a saliência do tópico (informado no *subject*), são elementos que contribuíram para a consideração de alta acessibilidade.

Algo semelhante ao que acontece em (47) encontramos em (48).

(48)

(a) From: "A. S." <a@terra.com.br>
 To: <CVL@yahoogroups.com>
 Sent: Tuesday, May 18, 2004 1:28 PM
 Subject: [CVL] RE: Ainda o racismo

Concordo plenamente! Ø

Allons y!

A

Como podemos ver, a mensagem em foco, reproduzindo um verdadeiro turno da fala, é constituída apenas de duas palavras, característica que contrasta com o que ocorre na grande maioria dos textos. O interessante é que o argumento do verbo, que no caso seria decisivo para a compreensão do conteúdo do discurso, foi omitido. Considerada de forma isolada, como um texto independente, esta mensagem, assim como a que foi comentada em (47), também negaria o princípio da Teoria da Acessibilidade, representado pela escala de acessibilidade, a

¹³⁵ Um dos elementos desse *frame* é a réplica, à qual é normalmente anexada a mensagem anterior, por um dispositivo do programa de *e-mail*.

qual situa as elipses no pólo extremo entre os marcadores de alta acessibilidade. De onde viriam as informações que tornariam possível ao destinatário (ou aos destinatários) preencher essa lacuna, uma vez que as trocas acontecem potencialmente entre os diversos componentes do grupo?

Observando as informações presentes no cabeçalho, percebemos que, como ocorre em (47), trata-se de uma resposta a uma mensagem anterior (o que é indicado pelo código **RE** - resposta) e, ainda, que essa resposta está relacionada ao tópico **racismo**. Atentando mais uma vez para o funcionamento da lista, vemos que o zero desempenha aqui a mesma função da forma **lo** em (47), isto é, encapsula o discurso de uma mensagem anterior, anexada automaticamente quando o remetente acionou o dispositivo do programa **Responder**. Para possibilitar a compreensão, transcrevemos em (48b) essa mensagem anexada, enviada por A S, que provocou a resposta de A em (48a).

(48)

(b) From: E F [<mailto:elir@ims.uerj.br>]
Sent: Tuesday, May 18, 2004 1:13 PM
To: A. S. CVL@yahoogroups.com
Subject: Re: [CVL] Ainda o racismo

A,

Estamos todos sem a resposta, pois a resposta está em construção. O "sistema" (entendido aqui como "o governo") criou as cotas (e criará sempre) sem uma discussão maior, pois está "cumprindo" seu papel em querer manter o status quo, ou baixar o nível desse status quo para maior conveniência. Poder é poder. A minha proposta é exatamente esta: se o discurso sobre as cotas começou mal, então vamos endireitá-lo. Assim, a resposta virá, mesmo que não seja a que gostaríamos que fosse. A circulação da discussão tem certamente um poder transformador.

S E F

Como notamos, a distância entre o antecedente¹³⁶ e a anáfora, tal qual acontece em (47), é aparente, visto que detalhes como a presença da mensagem anterior no documento atual, a indicação do tópico no *Subject*, a cronologia (data e horário), o destinatário e o remetente, todas essas “fontes informacionais”, que já fazem parte do *frame* lista de discussão, parecem transformar o que seria distância em proximidade, descontinuidade em continuidade, propiciando a construção de sentido.

O exemplo (49) mostra-nos mais um caso curioso, que não se assemelha a nenhum dos que já comentamos até aqui. Merece, portanto, ser também analisado do ponto de vista da Teoria da Acessibilidade.

(49) From: "T" <t@yahoo.com.br>
 To: <CVL@yahoogroups.com>
 Sent: Tuesday, May 18, 2004 5:49 PM
 Subject: [CVL] cotas para negros, índios

olha, estou gostando do **debate**. pela primeira vez, vejo as pessoas assumirem suas opiniões sem nenhum medo de serem censuradas. concordo com a colega d quando ela chama atenção para dois pontos importantes [...].

A forma referencial do **debate**, como as demais comentadas até aqui, também encapsula informações que não estão dadas no cotexto. Poderíamos dizer que este é um tipo de encapsulamento semelhante ao que vimos em (45)¹³⁷, visto que também não remete especificamente a uma mensagem anterior.

Comparando, porém, os dois sintagmas, temos, segundo a terminologia de Ariel (1996), uma descrição curta – **o debate** – contra uma descrição longa – **toda esta preocupação com a formação dos nossos futuros professores de língua portuguesa** – ,

¹³⁶ Usamos o termo “antecedente” no sentido em que é empregado por Ariel (2001), já comentado aqui.

¹³⁷ Olhando para esse aspecto, ou seja, a mesclagem entre diferentes fontes informacionais que contribuiriam para a identificação do referente, poderíamos incluir também, na comparação, o exemplo (46), uma vez que a expressão referencial enfocada tem uma conformação sintática semelhante à da forma analisada em (45).

além da diferença quanto aos tipos de determinante. De acordo com a teoria, a primeira seria menos informativa, menos rígida e mais atenuada e, por isso, marcaria um grau de acessibilidade maior, isto é, no balanceamento das informações, o remetente da mensagem do exemplo (48), mais que o da mensagem do exemplo (45), teria considerado que outras fontes, no discurso, forneceriam as informações necessárias para o leitor (re)construir o referente pretendido.

De fato, o referente **o debate** parece emergir de uma mescla de informações tidas como pertencentes ao domínio comum, a começar pela condição de pertencimento dos interlocutores à comunidade. Ao lado do conteúdo das mensagens, a forma de funcionamento da própria lista e o tópico parecem tornar saliente esse objeto-de-discurso. Essa indefinição, quanto à base cognitiva que daria ao leitor acesso ao referente, parece comprovar a afirmação de Ariel de que o importante não é o lugar de onde provêm as informações, mas o quão acessível esse referente se apresenta, naturalmente em função do conjunto de elementos que compõem a situação de uso da linguagem, em um dado momento.

Em (45), além de não haver uma base comum tão ampla, relacionada ao tópico, a ser considerada para a identificação ou construção do referente, a nomeação, conforme já observamos, parece não ter sido considerada tão óbvia para o leitor, daí o acréscimo das especificações ao núcleo do sintagma.

Finalmente, ainda considerando a idéia de que os falantes “ajustam” suas formas de nomear os referentes ao grau de saliência dessas entidades no discurso, temos em (50a) e em (50b) um exemplo esclarecedor.

(50)

(a) From: "G B" <g2003@yahoo.com>

To: <CVL@yahoogroups.com>

Sent: Wednesday, May 19, 2004 6:59 PM

Subject: [CVL] experimento Jane Elliot

Olá a todos.

aproveitando **a discussão**, envio alguns links sobre Jane Elliot e a experiência "olhos castanhos/olhos azuis". Para quem tem TV a cabo, o canal GNT passou já algumas vezes este documentário - (não tenho certeza, acho que é o Eye of the Storm). Para quem não viu recomendo...e quem sabe surgirão alguns estudos aqui no Brasil sobre linguagem, poder e preconceito?

Um abraço

(b) From: "G B" <g2003@yahoo.com>

To: <CVL@yahoogroups.com>

Sent: Wednesday, May 19, 2004 7:07 PM

Subject: [CVL] experimento e cotas

Olá a todos.

aproveitando **a discussão**, envio alguns links sobre Jane Elliot e a experiência "olhos castanhos/olhos azuis" concebida no final da década de 60. Para quem tem TV a cabo, o canal GNT passou já algumas vezes este documentário - (não tenho certeza, acho que é o Eye of the Storm). Para quem não viu recomendo...e quem sabe surgirão alguns estudos aqui no Brasil sobre linguagem, poder e preconceito?

Um abraço

Quando comparamos (50a) e (50b), vemos que se trata, praticamente, de uma mesma mensagem. Chegamos a ter a impressão de que, talvez por um erro do(a) remetente, essa mensagem tivesse sido enviada duas vezes. Mas, quando atentamos para alguns detalhes, vimos que não se trata disso; que, na verdade, a segunda constitui uma versão "corrigida" da primeira. Em ambos os casos, o(a) autor(a) inicia declarando estar aproveitando **a discussão** para enviar links sobre um experimento de Jane Elliot, certamente relacionado à temática discutida naquele momento na CVL.

Há claramente, na mensagem (50b), uma tentativa do(a) autor(a) de evidenciar para o leitor, por meio de reparos, que a discussão a que ele(a) se refere é a das cotas. A principal providência tomada pelo(a) autor(a) consiste na substituição do assunto – **experimento Jane Elliot** por **experimento e cotas**. Esse novo título “amarra”, mais seguramente, a expressão **a discussão** ao tema tratado no momento, as cotas. Com essa substituição e, ainda, com o acréscimo de uma informação ao corpo do texto **concebida no final da década de 60**, o(a) autor(a) tornou menos “frouxa” a relação entre o termo encapsulador **a discussão** e o referente pretendido, o conteúdo proposicional dos discursos precedentes.

Em termos classificatórios, podemos dizer que o reparo feito ao título demonstra algum tipo de preocupação do(a) remetente com a clareza do discurso. Cooperando com o leitor, ele(a) estabelece uma relação anafórica indireta, que tem como uma das âncoras a expressão **experimento e cotas**. Assim, se atentarmos para as relações que se estabelecem com a expressão **a discussão**, vemos que, enquanto esta encapsula elementos extratextuais, mantém um outro tipo de ligação com os elementos intratextuais, a qual poderíamos chamar de anáfora indireta em relação ao título. O reparo feito ao título parece significar a tentativa do(a) remetente de estreitar o laço, que na primeira versão lhe pareceu frouxo. Esse tipo de “múltiplo relacionamento anafórico” pode ser também visto em (49), com a expressão **o debate**.

As duas últimas mensagens, a nosso ver, têm um grande valor como exemplos, porque nos mostram que as negociações de sentido, na linguagem escrita, acontecem em termos de suposições do autor sobre o modo como seu discurso será recebido. Não estamos dizendo, com essa observação, que quem escreve está sempre recorrendo ao raciocínio lógico-dedutivo, ou seja, está sempre tomando por base crenças justificadas para produzir discurso. O processo de escrever, incluindo, na atualidade, o ato de comunicar-se pela Internet nas diversas modalidades de interação (*chats*, fóruns, listas, blogs etc.), constitui uma série de práticas incorporadas, rotinas que se instauraram e que ajudam a compor o que Varela, Thompson e Rosch (2003) identificam como “conhecimento de *background*”. As suposições a que nos referimos ocorreriam mais como um saber “baseado no acúmulo de experiência a

partir de um grande número de casos” do que como “um conhecimento proposicional explícito” (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 2003, p. 156).

4.3.1 O que nos diz o confronto entre teoria e dados

A partir da análise desses exemplos, que nos mostraram alguns fatos curiosos nos usos de formas referenciais, algumas considerações se fazem necessárias.

Como pudemos notar, o fenômeno que estamos chamando de encapsulamento anafórico, tomando de empréstimo a noção de CONTE (2003), apresenta-se nas mensagens da CVL de forma peculiar, quando consideramos o universo em que isso acontece. Trata-se da operação de nomear, resumir ou encapsular, por meio de um “instrumento lingüístico” (APOTHÉLOZ e CHANET, 2003, p. 134), não uma porção do discurso registrada no contexto precedente, como já foi mostrado pelos diversos estudos conhecidos sobre o tema (APOTHÉLOZ e CHANET, 2003; KOCH 2004a, 2004b; CAVALCANTE, 2000, 2003, 2004), mas uma porção de discurso proveniente de outro texto.

Vemos, por outro lado, que algumas das observações que já foram feitas, em relação ao uso desse mecanismo nos limites intratextuais, são também válidas para o uso no domínio intertextual. Os participantes da lista iniciam muitas vezes seu discurso, categorizando ou recategorizando o discurso do(s) outro(s), veiculado pela(s) mensagem(ns) precedente(s), e pondo em evidência um novo referente. Esse novo referente pode passar a funcionar como tema da nova mensagem, tal qual ocorre em (44). Esse fenômeno é descrito por Koch (2004a, p. 71) no domínio intratextual. Para a autora, a dupla função desempenhada pelas expressões nominais (a de rotular e a de estabelecer um novo referente para ser tematizado nos “enunciados subseqüentes”) explicaria por que tais expressões aparecem com freqüência no início de parágrafos.

Apesar de não termos quantificado as ocorrências de encapsulamento no início de cada uma das mensagens que compõem o *corpus*, constatamos que esse é um fenômeno bastante freqüente. Para nós, isso está ligado ao fato de que o discurso, nas listas, funciona

quase sempre como um metadiscurso¹³⁸, na medida em que a discussão progride através das predicções que se fazem a respeito do discurso precedente. A impressão que sentimos, quando observamos a intrincada superposição das mensagens que versam sobre um tema polêmico como o das cotas, é que os encapsulamentos atuam como um mecanismo de “empacotamento” recursivo. A cada nova participação, haveria a reificação do discurso anterior, o que seria feito de modo mais claro por meio dos mecanismos de sumarização ou parafraseamento.

Mas, paradoxalmente, essa “objetivização” nem sempre precisa ser feita por meio de mecanismos tão rígidos quanto o uso de uma forma nominal demonstrativa, isto é, nem sempre o remetente sente a necessidade de apontar com tanta “precisão” para o alvo de sua referência. Em meio a uma discussão com muitas participações, pensamos, o tópico fica como que “saturado”. Essa saturação tornaria possível o uso de formas menos rígidas, como as descrições curtas, ou até mesmo de algumas consideradas “insólitas”, como um clítico ou o zero.

Todas essas observações que fizemos acerca dos encapsulamentos na CVL levam-nos a reafirmar as vantagens que já vimos na Teoria da Acessibilidade. Segundo nos parece, o nível de saliência discursiva dos referentes, muito embora haja outras motivações, revela-se fundamental para a escolha das formas e, até mesmo, para o não-uso delas (APOTHÉLOZ, 2001). Há uma integração intrincada entre as informações (ou entre as impressões/percepções) que nos leva a ajustar as palavras a cada uso particular que delas fazemos. Podemos dizer, lembrando a metáfora de Maturana (2001), que o discurso funciona como uma rede de relações e que, dentro dessa rede, as palavras são como nós.

Disso decorre que usar a linguagem seria algo como ajustar os nós ao funcionamento da rede. Se a percebemos firme, sustentada pela própria tecitura, os nós, provavelmente, não serão tão justos. Raciocinando em termos de emprego das expressões referenciais, talvez possamos usar um pronome (que seria um nó mais fraco quanto à carga semântica) quando

¹³⁸ É interessante notar que, na lista, a frequência de mensagens parece estar muito ligada ao nível de polemização que se vai instaurando em torno de um determinado tema. Quanto mais intensa a polêmica, mais mensagens; quanto mais mensagens, mais vezes o discurso vai ser criticado e recriticado.

outros elementos, vindos do relacionamento entre as diversas fontes de *givenness*, já sustentarem essa rede. Podemos até pensar que a configuração possa sustentar-se, em um determinado momento, sem a necessidade de mais um nó, como vimos no exemplo (48), porque a entidade que queremos evidenciar já foi “trazida”, reificada pela própria dinâmica do discurso, ou seja, já está na intercognição. Ou podemos, ainda, ao detectar algum problema de funcionamento da rede, reajustar os nós para lhe dar mais firmeza, como o fez o(a) autor(a) das mensagens mostradas em (50a) e (50b).

Ao postular a integração dos tipos de *givenness*, Ariel vê o discurso como uma realidade cognitiva e questiona a dicotomia dêixis *versus* anáfora. As dificuldades quanto à separação dessas duas noções não é nova. Lyons ([1933]1977), por exemplo, já identifica contextos em que uma forma classificada como dêitica desempenha função dêitica e anafórica, ao mesmo tempo.

Em nosso meio, alguns trabalhos voltados para a descrição da dêixis indicam a dificuldade de separar, de forma absoluta, as duas noções. Cavalcante (2000), por exemplo, ao estudar os dêiticos discursivos, propõe a existência de níveis de deiticidade, em lugar de uma categoria fechada. Ciulla (2002, p. 91), desenvolvendo algumas indicações do estudo de Cavalcante (2000), vê uma “*zona de interseção*” entre as duas noções (grifo da autora). Os trabalhos de Cavalcante (2003, 2004), que se encaminharam para um refinamento da classificação dos diversos processos de referenciação, registram, cada vez com maior propriedade, essa transição entre as duas grandes classes¹³⁹.

A novidade que vemos como importante, na proposta de Ariel, reside na crítica ao pensamento que chamaríamos de modularista, o qual separa os processos pela “fonte informacional” ou pelo tipo de memória responsável pela identificação dos referentes. Para a autora, qualquer dado nos diversos níveis do universo textual/discursivo pode atuar em

¹³⁹ Em Cavalcante (2003, p. 10), por exemplo, a autora revê o posicionamento adotado em Cavalcante (2000) e admite ser a forma dêitica “o único divisor de águas entre as anáforas encapsuladoras e os dêiticos discursivos”. Já em Cavalcante (2004), tece críticas à sua visão em Cavalcante (2003) sobre a questão do que seria considerado dado ou novo e, especificamente com relação à distinção entre anáforas indiretas e dêiticos de memória, assume que a diferença se reduz à “marcação formal da dêixis, ausente nas primeiras, e a saliência discursiva, desencadeada pelas últimas” (p. 9).

conjunto com outros para condicionar o falante a selecionar, entre as inúmeras formas possíveis, uma determinada expressão em lugar de outras.

Sob esse aspecto, não se separa o que é textual do que é extratextual. Isso nos autoriza a questionar uma outra dicotomia, a que opõe as introduções puras a anáforas indiretas, mais uma tentativa de sistematizar os diversos usos das formas referenciais.

De acordo com a conceituação de Koch (2004b),

Têm-se as anáforas indiretas toda vez que um novo objeto-de-discurso é introduzido, sob o modo dado, em virtude de algum tipo de relação com elementos presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo, passível de ser estabelecida por associação e/ou inferenciação (p. 253).

Um dos casos mais conhecidos de anáfora indireta é o que vemos em (51).

- (51) Um português entrou numa **padaria** e comprou uma caixa de leite. **A balconista** ficou intrigada quando viu que ele estava abrindo a caixa ali mesmo.

O referente designado pela forma definida **A balconista** é facilmente identificado a partir do *frame* criado pela presença do termo **padaria**. Alguns estudiosos classificam casos como esse, em que ocorre uma relação de ingrediência (balconista seria um ingrediente de padaria), como anáfora associativa, um tipo específico de anáfora indireta¹⁴⁰.

Ocorre que o conceito de anáfora indireta, tal como é visto na definição de Koch, é bem mais amplo. O próximo exemplo, que tomamos de empréstimo à autora, demonstra como pode haver uma espécie de “distância semântica” maior que a que acontece entre os elementos do exemplo anterior.

- (52) Há alguns anos, **as pichações** que passaram a borrar casas, edifícios e monumentos de São Paulo e de outras cidades brasileiras – começaram a ganhar características novas. Pode-se questionar se as políticas apenas

¹⁴⁰ Ver, por exemplo, a esse respeito, Zamponi (2003) e Koch, (2004).

repressivas são a melhor forma de enfrentar o problema – ainda que nesse quesito, elementar, o poder público pareça complacente, já que, conforme a reportagem, **as gangues** reúnem-se semanalmente com hora e local marcados.

.....
(KOCH, 2004b, p. 254).

Segundo a autora, a escolha de “gatilhos mais adequados” é importante para acionar os mecanismos inferenciais que vão permitir a ativação do referente. E, em casos como o do trecho mostrado acima, parece ficar claro que essa adequação depende em grande parte do contexto cultural. Não há, de fato, como negar que um certo saber sobre como se comportam as gangues é o que nos leva a associar elementos como **pichações** e **gangues**. O entrelaçamento entre esses aspectos culturais e as predicções, no interior do texto, reforça essa associação e contribui para que o leitor possa inferir, sem dificuldade e sem estranhamento¹⁴¹, o referente **as gangues**.

Voltando ainda à conceituação da autora, que admite a existência de anáforas indiretas a partir de uma relação entre elementos, tanto do contexto como do **contexto sociocognitivo**, podemos incluir nessa classificação vários dos exemplos que citamos anteriormente. Entre esses casos estariam as situações analisadas em (30a) e em (35), nas quais a maior contribuição para a identificação ou construção dos referentes enfocados na análise parece ser originária do contexto sociocultural. A nosso ver, a consideração de aspectos externos à materialidade textual aproxima, de certa forma, a noção de anáfora indireta da Teoria da Acessibilidade.

Quanto às introduções puras, segundo Cavalcante (2003), estas ocorrem “quando a expressão referencial instituir um objeto no discurso sem que nenhum elemento do contexto discursivo ou da situação imediata de comunicação o tenha evocado” (p. 2).

Uma questão complexa é saber como determinar que alguém, ao optar pelo uso de uma determinada forma, recorreu ou não, por exemplo, ao contexto discursivo da situação

¹⁴¹ O estranhamento poderia ocorrer em função do uso de uma expressão definida (a forma do “dado”) para mencionar um referente pela primeira vez no texto.

imediate. O uso de expressões indefinidas seria uma forma regular de marcar a “novidade” do referente, como afirmam Brown e Yule (1983)¹⁴². Mas, quando a introdução se faz “sob o modo dado”, como distinguir, inequivocamente, uma categoria da outra? Onde terminariam as anáforas indiretas e onde começariam as introduções puras? A opção por uma forma definida já não estaria assinalando que o falante/escritor estaria percebendo o referente como “dado” ou passível de ser inferido?

Sem aludir à questão da definitude ou indefinitude, Cavalcante (2003) ilustra o fenômeno da introdução com o exemplo que reproduzimos em (53).

(53)

Se um homem bate **na mesa** e grita, está impondo controle. Se uma mulher faz o mesmo, está perdendo o controle.

(Piadas da Internet)

A autora considera que as expressões **um homem**, **na mesa** e **uma mulher**, por não desempenharem função de continuidade referencial, “constituem formas não-anafóricas; e, por não pressuporem o tempo/espaco dos interlocutores, são também não-dêiticas” (p. 2). Daí, conclui a autora, estas poderiam fazer parte da classe das “introduções puras”.

De acordo com a orientação de Brown e Yule (1983), que parece coincidir, nessa questão específica, com a visão de Ariel¹⁴³, as formas indefinidas funcionam realmente como introduções referenciais. Nas expressões **um homem** e **uma mulher**, a indefinitude marcaria a “novidade” dos referentes. Em termos de “instrução” para o leitor, o uso dessas expressões parece sinalizar que ele terá de construir objetos-de-discurso verdadeiramente novos.

¹⁴²Prevenimos que não estamos reivindicando uma relação biunívoca entre as formas indefinidas e os referentes “novos”. Em (3.4), citando Cunha-Lima (2004) e outros autores, mostramos que essas formas também são usadas, em alguns contextos, nas retomadas anafóricas. Não há, porém, como negar que, mais regularmente, essas formas marcam a “novidade” informacional.

¹⁴³ Como já explicamos em (3.6.2), Ariel parece considerar que as formas indefinidas são, realmente, especializadas na introdução de referentes. Daí por que, ao discutir o grau de acessibilidade dos referentes, trata apenas com as expressões definidas.

Já quando se trata da expressão n(a) **mesa**, podemos questionar a classificação de Cavalcante. De acordo com a Teoria da Acessibilidade, fatores de todas as naturezas textual-discursivas atuam para aumentar ou diminuir o grau de acessibilidade dos referentes e, assim, influenciam a escolha das formas de designá-los. Ao que nos parece, há uma certa relação estereotipada entre o verbo “bater” e o argumento “na mesa”. Este é, como já vimos, um dos casos em que, segundo Ariel, o grau de acessibilidade do referente torna-se alto. É importante observar que essa estereotipia expressa-se no nível da sintaxe, mas não se reduz ao fato gramatical; constitui um fenômeno discursivo. No contexto discursivo da piada, que explora o machismo, o referente **mesa** seria facilmente inferido, como parte da ação de “bater na mesa”, atitude que seria “própria” do homem, isto é, daquele que se impõe.

Observemos, também, o que ocorre no exemplo (54), com a expressão **A professora de matemática**.

(54) **Joãozinho**

A professora de matemática pergunta ao Joãozinho:

- Joãozinho, tem três passarinhos no galho de uma árvore. Você pega sua espingardinha e mata um. Quantos ficam no galho?

- Nenhum, professora - responde ele.

- Como, Joãozinho? Pense bem... Você tem 3 passarinhos, mata um. Quantos sobram?

- Nenhum, professora. Quando eu acertar o primeiro, os outros dois saem voando e não sobra nenhum no galho.

- Bem, Joãozinho, a resposta não foi correta, mas eu gosto muito do seu jeito de pensar.

Assim, diz o Joãozinho:

- Professora, eu também tenho uma perguntinha. Ali no banco do jardim estão sentadas três moças. Uma está comendo um sorvete, a outra está chupando um sorvete e a outra está mordendo um sorvete. Qual delas é casada? A professora, muito constrangida e vermelha, pensa um pouco e responde:

- Bem, acho que é a que está chupando o sorvete.

E o Joãozinho:

- Errado, professora, é a que está com aliança no dedo, mas eu gosto muito da sua maneira de pensar... (piada veiculada pela Internet)

Podemos notar que o referente **Joãozinho**, expresso no título, já denuncia para o leitor do que tratará a história: mais uma “piada de Joãozinho”, personagem que evoca a

imagem do menino levado, safado, inteligente, que tem sempre uma resposta afiada para tudo. A cena que se desenha, a partir desse título, pressupõe as expectativas do leitor quanto ao desenrolar da piada. Nesse contexto, a expressão definida **A professora de matemática**, iniciando a narrativa, certamente não causará estranhamento ao leitor, da mesma forma como parece natural, no exemplo (52), o surgimento da expressão **as gangues**.

Questionamos, com esses dois exemplos, em que medida podemos afirmar, em tais situações, que as expressões **n(a) mesa** e **A professora de matemática** constituem ocorrências de introdução referencial, não de anáfora indireta. Se o universo textual/discursivo vai muito além da materialidade textual, como podemos determinar até onde vai o limite entre o que já estava presente nesse universo e que, por isso, constitui uma anáfora, e o que está entrando nele pela primeira vez e que, por essa razão, é classificado como introdução pura? Parece-nos um tanto incoerente opor fenômenos como os que mostramos em (53) e (54) aos do tipo que apresentamos em (51) e (52). Fica evidente, na prática, a mudança de critérios: enquanto na identificação das anáforas indiretas são levados em conta outros tipos de *givenness*, além do lingüístico, reconhece-se como discurso apenas o cotexto, quando se analisam os exemplos que se tentam classificar como introduções.

Se considerarmos, com Ariel, que todos os contextos se entrelaçam na recuperação ou na criação dos referentes, podemos entender que será praticamente impossível determinar onde termina a classe das anáforas indiretas e onde começa a das introduções puras. Talvez não possamos mesmo falar em introduções, se as expressões se apresentam com a marca da definitude. Essa marca indicaria a suposição do falante/ouvinte de que, em algum nível, o referente se apresentaria para o ouvinte/leitor como um objeto-de-discurso dado ou inferível, o que, de acordo com a Teoria da Acessibilidade, significa dizer que já estaria no discurso.

Com essas reflexões, não tivemos a intenção de propor uma nova classificação para os processos referenciais. Quisemos apenas chamar a atenção para aspectos importantes dos processos referenciais que, ao que nos parece, apresentam-se, às vezes, “maiores” do que as classificações. As novas conceituações de texto e discurso são, na verdade, um desafio para os lingüistas, na medida em que demandam a criação de mecanismos explicativos para fatos que

não eram antes observados ou que, pelo menos, não eram considerados objeto de estudo dessa ciência.

Como nos alerta Ariel (1996), não há referência direta, isto é, não há um “grau zero” de inferência. Qualquer ato referencial conta com algum trabalho cognitivo, com algum nível de inferência. Como ela nota, citando Quine, há incertezas até mesmo na ostensão direta. A verdade é que, como afirmam Koch e Cunha-Lima (2004, p. 296),

Os textos não são explícitos, não trazem na sua superfície tudo o que é preciso saber para compreendê-los. Não trazem tampouco uma instrução explícita de preenchimento das lacunas que permita chegar a uma conclusão inequívoca do sentido. Todo texto requer uma atividade de “enriquecimento” das formas que estão na superfície, do emprego de conhecimentos prévios e de várias estratégias interpretativas.

Encerrando o capítulo, transcrevemos aqui, a título de ilustração, uma troca de *e-mails* que tivemos com uma amiga, tratando de questões da referenciação. Aproveitando uma mensagem que ela havia enviado há alguns dias, cujo título era **Favor**, enviamos para ela a seguinte réplica, usando a comodidade de clicar no dispositivo oferecido pelo programa de *e-mails Responder*, procedimento que nos livraria do trabalho de preencher o cabeçalho de uma nova mensagem:

(53)

(a) Oi, A, estou até aproveitando o teu título, porque combina com o que quero te pedir. Pois é, um favor.

Sabe nosso livro? Finalmente vai para o prelo.

Tenho um problema: citei um exemplo da Ariel, em inglês, só pra mostrar o uso do pronome pessoal sem uma menção anterior, em um trecho conversacional. Acontece que a M quer, porque quer a tradução. O trecho é muito opaco, porque é descontextualizado. Enfim, tentei traduzir, mas não consegui fazer algo coerente. Estou te pedindo pra dar uma olhadinha. Tem um trecho já traduzido (se é que se pode chamar o que eu faço de tradução).

Na resposta, ela concorda em nos prestar o **favor**, mas faz a seguinte observação:

“fiquei pensando que 'título' seria...”

Após uma sucessão de mensagens em “tempo real”, ficamos nós sabendo que ela pensava que o título a que nos referíamos era o seu, de tradutora:

pois vou te dizer o que pensei primeiro, so para dar mais pano para a manga: quando entendi que querias ajuda na tradução, pensei que o "título" a que te referias era o de "tradutora", mas achei meio esquisito - e pomposo demais... quando disseste, no outro mail, que era o título do e-mail "favor" (que eu nem lembrava mais e nem tinha lido), reli e percebi que ja tinhas dito isso, logo na primeira frase "pois é, um favor". so que essa frase me passou batido da primeira vez que li...
hehehehe!

O detalhe interessante é que, apesar de conhecer-lhe a competência em matéria de tradução, desconhecíamos o fato de ela ser diplomada nesse ofício. Nosso “conhecimento de *background*” (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 2003, p.155) não registrava esse dado e, talvez por isso, tenhamos usado o termo, sem nenhum receio de gerar uma outra interpretação. Se o estranhamento em relação ao uso do termo **título** não tivesse sido manifestado e, principalmente, se os interesses das interlocutoras não estivessem voltados para o estudo da referenciação, o esclarecimento acerca do que nomeamos com a palavra em questão talvez não tivesse acontecido. Por não ser esse o foco principal do discurso¹⁴⁴, o fato de a interpretação dada ao termo, pela destinatária, não coincidir com o sentido que a remetente desejara expressar não invalidaria o ato de fala. A solicitação teria sido compreendida e atendida, independente de ter havido ou não tal esclarecimento.

A partir desse episódio cômico, vemos com clareza que referir é, de fato, conforme afirmam Mondada e Dubois (2003), desenvolver uma operação de negociação de sentidos. Ainda que muitas vezes estejamos empenhados em usar as expressões mais “apropriadas” para dizer o que desejamos que nossos interlocutores entendam, não podemos prever, com exatidão, o modelo de discurso que será construído por estes.

¹⁴⁴ O propósito da mensagem que desencadeou a interação era, como vimos, solicitar ajuda na tradução de um diálogo.

Só nos resta, assim, dar razão ao poeta Raúl Zurita, quando ele afirma que “[...] há um instante em nossa vida em que os dois milhões de anos durante os quais carregamos signos intercambiados parecem se revelar apenas como a história de um mal-entendido”¹⁴⁵. O olhar para as mensagens da CVL, sob a ótica da teoria da acessibilidade, parece tornar-nos mais consciente desse aspecto da referenciação.

Ao que parece, estamos mesmo, de forma recursiva, sempre tentando “coordenar as coordenações de ação”. E, apesar de essa recursividade da linguagem não nos dar a certeza de que nossa percepção coincide exatamente com a percepção de nossos interlocutores, agimos, ao que parece, quase sempre tentando ajustar nossa contribuição, na fabricação dos referentes, àquela que possivelmente será dada por nossos interlocutores.

¹⁴⁵ Ver comentários do poeta, sobre o discurso de Humberto Maturana, em Maturana (2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E voltamos a citar o poeta, que nos diz tanto quando parece que não dissemos nada: “Às vezes penso que as palavras que nós dizemos são como delicadas folhas de relva lançadas ao vento, no meio de um verdadeiro furacão de não ditos [...]” (Raúl Zurita).

É assim mesmo que nos sentimos, ao fim de toda a viagem que fizemos pelas teorias, tentando dialogar com os autores. Ao final desta tese, não temos resultados definitivos para apresentar nem certezas para afirmar. Apenas algumas reflexões que, esperamos, sirvam de semente para elaborações bem mais consistentes.

O objetivo principal deste trabalho foi a busca de uma proposta de abordagem mais adequada para servir de base ao estudo dos fenômenos referenciais. Conforme dissemos no início, chegamos a esse propósito ao discutirmos a evolução da noção de referência para a de referenciação, como parte das mudanças conceituais por que passaram os estudos da linguagem, ao longo das “viradas” que ocorreram no âmbito da filosofia.

Tomando como orientação a tese de Martins (2004) sobre o que estaria na base das correntes de pensamento acerca da linguagem, pusemos em pauta a questão do essencialismo *versus* pragmatismo. Tentamos, a partir daí, construir uma ponte ligando essa dicotomia à oposição entre a visão cognitivista clássica e a perspectiva da cognição situada e incorporada. Não poderíamos fugir a essa discussão, primeiro, porque ela domina, atualmente, os diversos campos de estudo da cognição, entre os quais se encontra a lingüística; depois, porque, conforme mostramos no capítulo 2, ela nos ajuda a entender melhor o significado da proposta de Mondada e Dubois (2003) de deixarmos de lado a noção estática de referência e assumirmos o ponto de vista dinâmico da referenciação.

Tendo em vista que os fenômenos referenciais envolvem inferência, um pressuposto que tomamos como básico foi a atenção aos processos intercognitivos. Além disso, atentamos ainda para o caráter dinâmico, fluido e impreciso dos atos referenciais. Chegamos, daí, à

hipótese de que modelos mais flexíveis, do ponto de vista da relação entre forma e função, constituiriam ferramentas mais adequadas para darem suporte ao estudo dos atos referenciais; logicamente, aqueles mais voltados para o estabelecimento de uma correspondência um a um entre forma referencial e estado mental seriam menos adequados a esse propósito.

Atrevemo-nos a dizer que uma das contribuições trazidas por este trabalho para os estudos da linguagem reside na própria tessitura do diálogo entre diferentes campos de estudo e teorias. Não se trata de reivindicar o ineditismo do que foi dito; trata-se de reconhecer que a tentativa de compreender com maior profundidade o conceito de referenciação levou-nos a construir um quadro teórico importante, mais pelas relações que tentamos estabelecer que pelos conteúdos que resenhamos. Esperamos que as muitas lacunas que ficaram sirvam de motivação para trabalhos futuros.

Uma das contribuições que julgamos mais importantes foi o olhar para as propostas de abordagem com um pouco mais de atenção. Como sabemos, as chamadas abordagens cognitivas estão, atualmente, sendo questionadas, sob a alegação de pertencerem ao paradigma simbólico e, em sendo assim, tratar-se de uma visão que não condiz com perspectiva da cognição incorporada/situada. Vistas por esse ângulo das dicotomias, seriam todas elas descartadas de antemão, porque não dariam conta do fenômeno dinâmico da referenciação.

Conforme foi mostrado, fugimos, de certo modo, a essa visão dicotômica absoluta e selecionamos como mais adequada, entre as seis propostas de abordagem dos fenômenos referenciais que analisamos, a Teoria da Acessibilidade. Tivemos como um dos motivos para essa escolha a interação complexa entre fatores de origens e naturezas diversas, que constitui um dos postulados da teoria. Percebemos que essa interação, que supõe também a não-separação rígida entre elementos textuais e extratextuais, torna a teoria flexível e abrangente, o que, segundo avaliamos, confere-lhe maior poder explicativo.

Um aspecto da teoria que, para nós, deve ser criticado é a proposta de um *continuum* de formas. No tocante a essa questão, Ariel segue a mesma tendência dos demais autores comentados, muito embora, juntamente com Givón, fuja à tentativa de discretizar os estados mentais, tal qual fazem os outros autores aqui resenhados. A nosso ver, a organização das

formas em uma escala não condiz com a idéia de que há uma interação complexa entre os fatores. Como já referimos anteriormente¹⁴⁶, em Ariel (2002ab), a autora postula que mesmo o que costumamos chamar de significado literal sofre a interferência da “interpretação interacional privilegiada”, isto é, somente se define pragmaticamente. De qualquer forma, o que vemos de importante na teoria não é o *continuum*, mas o caráter mais “relativista” da proposta, o qual supõe a possibilidade de os usos lingüísticos serem decididos de forma mais contingente, a partir da interação complexa entre fatores de diversas naturezas.

Quando aplicamos os princípios de acessibilidade aos dados singulares da CVL, percebemos que a flexibilidade e a abrangência que vimos na teoria foram importantes para as interpretações que fizemos. Por um lado, tínhamos o fenômeno do encapsulamento, que é descrito na literatura corrente como um processo de rotulação ou sumarização de proposições do contexto precedente. Por outro lado, tínhamos a realidade dos dados, os quais nos mostraram, repetidas vezes, o uso desse recurso sumarizando um segmento do discurso que estaria fora dos limites restritos da mensagem atual, o que interpretamos como uma tentativa de transformar o intertexto em texto.

Podemos argumentar que esse fenômeno se deve à indefinição natural dos limites do que consideramos a materialidade textual. Podemos até pensar que o verdadeiro corpo do texto seria o conjunto das mensagens relativas a um determinado tema. Mas será que esse fenômeno não ocorre em outros ambientes mais “abertos”, ou seja, em ambientes em que a interligação dos textos não seja tão claramente percebida como na lista de discussão? Um dado que já registramos, quando falamos dos procedimentos metodológicos, foi que tivemos dificuldade para definir o que limitaríamos como a materialidade textual. Como dissemos, foi a noção de enunciado de Bakhtin que nos fez optar por chamar de texto (considerando a materialidade gráfica) cada mensagem individual.

O que entendemos é que os casos de encapsulamento de proposições provenientes de outros textos, um tema que apenas tocamos neste trabalho, poderá ser um caminho para pesquisas, tanto com gêneros considerados híbridos, como o são, em geral, os digitais, como

¹⁴⁶ Cf. nota 21.

com gêneros provenientes de outras instâncias em que os textos não sejam tão nitidamente interdependentes. Esse fenômeno, que está na interface entre os problemas da referenciação e as questões da intertextualidade, é, de certo modo, previsto pela Teoria da Acessibilidade, na medida em que esta propõe ser a saliência discursiva (dada por fatores internos e externos ao texto material) que condiciona a escolha das expressões referenciais.

Ainda a partir da análise das mensagens da CVL, sob a ótica da Teoria da Acessibilidade, percebemos que o postulado de que o uso das formas é resultante da consideração de uma mescla de fatores contribui para que vejamos os processos referenciais funcionando de forma mais interdependente, como parte da teia de relações que compõem o discurso. Na análise das mensagens, chegamos a perceber casos em que uma mesma expressão poderia ser classificada como anáfora indireta e encapsuladora. E ainda mais, no papel de encapsuladora, essa mesma expressão estaria sumarizando um conteúdo mesclado¹⁴⁷.

Uma das grandes vantagens da Teoria da Acessibilidade é que, ao admitir a fusão de todos os domínios (gramatical/textual/discursivo) numa realidade cognitivo-discursiva, sugere a nós, que nos atrevemos a analisar as questões da referenciação, que olhemos em várias direções. Esses usos, que, vistos a partir das classificações atuais, parecem insólitos, podem, a nosso ver, passar a integrar o rol dos fenômenos “naturais” do discurso, se alargarmos as classificações para acolhê-los.

Um problema que parece ter ficado evidente, quando olhamos para as classificações atuais, é o da dicotomia introdução referencial pura *versus* anáfora indireta. Vista pela perspectiva da Teoria da Acessibilidade, conforme já mostramos, essa divisão categórica parece não se sustentar. Embora em nenhum momento da pesquisa tenhamos tido a intenção de propor uma nova classificação, não pudemos deixar de perceber, refletindo do ponto de vista da Teoria da Acessibilidade, que há um problema quanto à uniformidade de critérios nessa separação. Conforme vimos na análise dos dados, o critério para classificar o uso de uma forma referencial como um processo anafórico indireto parece ser o da saliência

¹⁴⁷ É o caso de **o debate**, que parece poder ser interpretado como apontando, tanto para o tema, que está assinalado no título da mensagem, como para o tipo de atitude das pessoas, que, enquanto membros da comunidade, discutem o tema.

discursiva. Já para rotular o uso de uma forma como introdução, o critério, na prática, parece ser o da menção no contexto.

Como podemos opor entre si categorias de naturezas tão distintas? Esta é mais uma questão que trazemos para reflexões futuras. E, nessa esteira, pensamos que, a despeito de tudo o que já se conhece sobre a questão da oposição *definitude versus indefinitude*, há ainda muito a ser discutido nesse campo, se considerarmos a perspectiva cognitivo-discursiva.

Olhando para esse problema classificatório, compreendemos melhor a afirmação de Martins (2004), segundo a qual as tendências que se verificam nos estudos lingüísticos são sempre resultado da oposição essencialismo *versus* relativismo (pragmatismo). Parece ser mesmo uma questão de até onde podemos “relativizar” as classificações, sem correremos o risco de achar que “tudo é a mesma coisa”.

Encerramos este trabalho, lembrando mais uma vez, com Bakhtin, que “Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma *fração* de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta” (BAKHTIN, 2002, p. 123). Estamos acrescentando mais uma fração mínima ao diálogo sobre a referenciação. Ao acoplarmos mais um elo à corrente, estamos afirmando pouco e perguntando muito. Esperamos que nossas indagações sejam capazes de impulsionar novas reflexões acerca desse fenômeno complexo e intrigante que é a fabricação de objetos da realidade discursiva.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, B. (2006). Definite and indefinite. In: Keith Brown, ed., *The Encyclopedia of Language and Linguistics*, 2. ed., v. 3. Oxford: Elsevier, p. 392-399.pdf. Disponível em: <http://www.msu.edu/~abbottb/def&inde.pdf>. Acesso: 20 out. 2006.

ANDREEWSKY, E.; BOURCIER, D. Abduction in language interpretation and law. making. In: *Kybernetes* (2000), v. 29, n. 7/8, 836-845. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/10.1108/03684920010341991>. Acesso: 11 nov. 2005.

APOTHÉLOZ, D. (2001). In: Enikő Németh (ed.), *Pragmatics in 2000: Selected papers from the 7th International Pragmatics Conference*, Vol. 2. Antwerp: International Pragmatics Association. p. 30-38.

_____. (2003). Definido e demonstrativo nas nomeações. (Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante). In: CAVALCANTE, M. C., RODRIGUES, B.B.e CIULLA, A. (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto. p. 131-176.

_____. e PEKAREK-DOEHLER, S. (2003). Novas perspectivas sobre a referência: das abordagens informacionais às abordagens interacionais. *Verbum*. tome XXV, n.2, 2003, p. 109-36.

ARAÚJO, I. L. (2004). *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola.

_____. (2005). Wittgenstein na ótica de Harbemas e Giannotti. *Episteme*. n. 22, p. 115-132, jul/dez. Disponível em: www.ilea.ufrgs.br/episteme/portal/pdf/numero22/episteme22_araujo.pdf. Acesso: 15 mar. 2007.

ARIEL, M. (1996). Linguistic marking of physical givenness. In: *Second Colloquium on Deixis*. Nancy, [online]. Disponível em: <http://www.loria.fr/~romary/Deixis/PapersDeixis>. Acesso: 23 mai. 1999.

_____. (2001). Accessibility theory: an overview. In: SANDERS T; SCHILPEROORD, J. e SPOOREN, W. *Text representation: linguistics and psycholinguistics aspects*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, p. 29-89.

_____. (2002a.). The demise of a unique concept of literal meaning. *Journal of Pragmatics* 34, n. 4, p. 361-402.

_____ (2002b). Privileged interactional interpretations. *Journal of Pragmatics* 34, n. 8, p. 1003-44.

ARISTÓTELES. *Da interpretação*. (Tradução de Emmanuel Carneiro Leão). Revista Eletrônica *OUSIA*. Disponível em: http://www.ifcs.ufrj.br/~fsantoro/ousia/ousia_traducoes.htm. Acesso: 12 fev. 2007.

ARNOLD, J. E. (1998). *Reference form and discourse patterns*. 219p. Ph.D. dissertation. Stanford: University Stanford. Disponível em <http://www.unc.edu/~jarnold/diss/>. Acesso: 04 mai. 2005.

AUSTIN, J. L. (1990). *Quando dizer é fazer*. (Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho). Porto Alegre: Artes Médicas.

_____. (1998). Performativo-constativo. In: OTTONI, P. R. *Visão performativa da linguagem*. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 109-144.

BAKHTIN, M. (2000a). Os gêneros do discurso. In BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. 3. ed. São Paulo, Martins Fontes, p. 277-326.

_____. (2000b). O problema do texto. In BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. 3. ed. São Paulo, Martins Fontes, p. 327-358.

_____. (2002). *Marxismo e filosofia da linguagem* 9. ed. (Tradução de Michel Lahud). São Paulo: Hucitec/Anablume.

BENVENISTE, E. (1995). *Problemas de lingüística geral I*. 4 ed. (Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri). Campinas: Pontes.

_____. (1989). *Problemas de lingüística geral II*. (Tradução de Eduardo Guimarães et al.). Campinas: Pontes.

BIBER, D. (1988). *Variation across speech and writing*. Cambridge. Cambridge University Press.

BLIKSTEIN, I. (1983). *Kaspar Hauser, ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix.

BONINI, A. (2001). Veículo de comunicação e gênero textual: noções conflitantes. *Delta*, São Paulo, v. 19. n. 1, p. 65-89.

BROWN, G. e YULE, G. (1983). *Discourse analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

BUYSENS, I. (1972). *Semiologia e comunicação lingüística*. São Paulo: Cultrix.

CARDOSO, S. H. B. (2003). *A questão da referência: das teorias clássicas à dispersão dos discursos*. São Paulo: Autores Associados.

CAVALCANTE, M. M. (2000). *Expressões indiciais em contextos de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos*. 205p. Tese de Doutorado. Recife: UFPE.

_____. (2003). Expressões referenciais: uma proposta classificatória. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: UNICAMP.

_____. (2004). *Processos de referência- uma revisão classificatória*. /Comunicação em mesa-redonda apresentada por ocasião da XIX ENANPOLL, em Maceió.

_____ e KOCH, I. V. (2007). A acessibilidade de referentes no discurso. In: CAVALCANTE, M. M. et al. (orgas.). *Texto e discurso sob múltiplos olhares: referência e outros domínios discursivos*. Rio de Janeiro: Lucerna.

CHAFE, W. L. (1985). Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In: OLSON, D. R.; TORRANCE, N. e HILDYARD, A. *Literacy, language and learning*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 105-123.

_____. (1987). Cognitive constraints on information flow. In: TOLMIN, R. S. *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, p. 21-51.

_____. (1994). *Discourse, consciousness and temp*: displacement of conscious experience in speaking and writing. Chicago: University of Chicago Press.

CIULLA, A. (20). *A referência anafórica e dêitica – com atenção especial para os dêiticos discursivos*. 104 p. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC.

CLARK, H. H. (1992). *Arenas of language use*. Chicago, The University of Chicago Press.

_____. (1996). *Using Language*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

CLARK, H. H. e MARSHAL, C. R. (1992). Definite reference and mutual knowledge. In: CLARK, H. H. *Arenas of language use*. Chicago: The University of Chicago Press. p. 9-59.

CLARK, A. (1997). *Being there: putting brain, body and world together again*.: Cambridge, Massachusetts: MIT Press.

CONTE, M. E. (2003). Encapsulamento anafórico (Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante). In: CAVALCANTE, M. C.; RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. (orgas.). *Referência*. São Paulo: Contexto. p.177-190.

CORNISH, F. (1999). *Anaphora, discourse, and understanding: evidence from English and French*, New York: Oxford University Press.

COSTA, M. H. A. (2000). *De quadrinhos a narrativas: a recontextualização do discurso na escrita infantil*, 130 p. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC.

_____. (2001). A dêixis na organização discursiva da correspondência eletrônica In: VI *Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada*. - A Linguagem como prática social. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 47 – 48

_____. (2004). *A lista de discussão: um hipergênero?* (mimeo.).

CUENCA, M. J. e HILFERTY, J. (1999). *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Ariel.

CUNHA-LIMA, M. L. (2004). *Indefinido, anáfora e construção textual da referência*. 194p.. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP.

DAVIDSON, D. (2006). O essencial da minha filosofia. (Tradução de Paulo Ghiraldelli Jr.). Disponível em: <http://filosofia.pro.br/modules.php?name=News&file=article&sid=65> . *Portal Brasileiro da Filosofia*. www.filosofia.pro.br. Acesso: 17 mai. 2007.

FABRÍCIO, B. F. (2006). Lingüística aplicada como espaço de “desaprendizagem”. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma lingüística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola. p. 45-65.

FARACO, C. A. (2003). *Linguagem & diálogo: as idéias lingüísticas do Círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar Edições.

_____. (2004). Estudos pré-Saussurianos. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgas.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez. p. 27-52.

FRANCIS, G. (2003). Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. (Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante, Valéria Sampaio Cassan de Deus e Thatiane Paiva de Miranda). In: CAVALCANTE, M. C.; RODRIGUES, B. B.e CIULLA, A. (orgas). *Referenciação*. São Paulo: Contexto. p. 191-228.

FREGE, G. (1972). Sobre o sentido e a referência (Tradução de Paulo Alcoforado). *Littera* – revista para professor de português e de literaturas de língua portuguesa. Ano II, n. 5, maio-agosto de 1972. Rio de Janeiro: Grifo Edições. p. 102-118.

GHIRALDELLI Jr., P. (2006). O que é virada lingüística?. <http://www.filosofia.pro.br/modules.php?name=News&file=article&sid=29>. *Portal Brasileiro da Filosofia*. www.filosofia.pro.br. Acesso: 10 abr. 2007.

GIVÓN, T. (1993). *English grammar: a function-based introduction*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins.

_____. (2002). *Bio-lingüistics: The Santa Barbara Lectures*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins.

GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (org.). *Pragmática*. Unicamp. v. IV, p. 81-103.

GUIMARÃES, A. M. M. (1999). Desenvolvimento de narrativas: introdução de referentes no universo textual. *Linguagem e ensino*. v. 2, n. 6, p. 91-108.

GUNDEL, J. K., HEDBERG, N. e ZACHARSKI, R. (1996). *Cognitive Status and the form of indirect anaphors*. Disponível em <http://www.comp.lancs.ac.uk/computing/users/spb/J.html>. Acesso: 13 mai. 2003.

GUNDEL, J. K., HEGARTY, M. e BORTHEN, K. (2003). Cognitive Status, Information Structure, and Pronominal Reference to Clausally Introduced Entities. *Journal of Logic, Language and Information*, 12 (3), 281-299. Disponível em: <http://portal.acm.org/citation.cfm?id=780113.780121&dl=GUIDE&dl=GUIDE,GUIDE&CFID=33171847&CFTOKEN=85759080>. Acesso: 15 jun. 2006.

HASELAGER, W. F. G. (2004). Auto-organização e comportamento comum: opções e problemas. (Tradução de Maria Cláudia Broens). In: SOUZA, G. M.; D'OTAVIANO, I. M. L. e GONZALES, M. E. Q. (orgs.). *Auto-organização: estudos interdisciplinares*. Coleção CLE. v. 38, p. 213-235.

ILARI, R. (2004). O estruturalismo lingüístico: alguns caminhos. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez. p. 53-92.

JACKENDOFF, R. (2002). *Foundations of language: braian, meaning, grammar, evolution*. New York: Oxford University Press.

KOCH, I. V. (1995). *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Cortez.

_____. (2002). *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez.

_____. (2003). *Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso*.

_____. (2004a). *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2004b) Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J. e OLIVEIRA, R. P.de. (orgs.). *Sentido e significação – em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, p. 244-262.

_____ e CUNHA-LIMA (2004). Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. (orgs.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez. p. 251-300.

_____, BENTES, A. C. e CAVALCANTE, M. M. (2007). *Intertextualidade e diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez.

LEVINSON, S. C. (1983) *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (2007). *Pragmática*. (Tradução de Luís Carlos Borges e Aníbal Mari). São Paulo: Martins Fontes.

LI, N. e ZUBIN, D. A. (1995). Discourse continuity and perspective taking. In: DUCHAN, F. J.; BRUDER, G. A.; HEWIT, L. E. *Deixis in narrative*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, p.287-307.

LIMA, S. M. C. (2003). *(Re)categorização metafórica e humor: trabalhando a construção dos sentidos*. 170p. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

LYONS, J. (1977). *Semantics II*. Cambridge: Cambridge University Press.

MAGRO, C. (1996a). Mamãe faz cem anos. Grupo de Trabalho *Linguagem e Psicanálise*. Anais do I Encontro do CelSul, vol. 1. Florianópolis, S.C. p. 238-249. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/cmagro/Mamãe.rtf>. Acesso: 29 abr. 2007.

_____. (1996b). Languaging language. *Communication and Anti-Communication*. Publicação da American Society for Cybernetics. Washington D. C., dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/cmagro/LanguagingASC.rtf>. Acesso: 29 abr.2007.

_____. (1999). O que é uma teoria da linguagem. In: PINTO, P. R. M. et al. (orgs.) *Filosofia Analítica, Pragmatismo e Ciência*. Belo Horizonte, Editora UFMG. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/cmagro/T%20da%20ling.rtf>. Acesso: 05 mai. 2007.

MARCONDES, D. (2005). *A pragmática na filosofia contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MARCUSCHI, L. A. (2001a). *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez.

_____. (2001b). *Atos de referenciação na interação face a face*. In: Congresso internacional da Abralín. Fortaleza: UFC. Disponível em: sw.npd.ufc.br/abralin/anais_con2int_mr10.pdf. Acesso: 20. nov. 2002.

_____. (2002). Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. *Veredas*, Revista de estudos lingüísticos, 6 (1), 43-62.

_____. (2004a). Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. A. e XAVIER, A. C. (orgs.). *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna.

_____. (2004b). O léxico: lista, rede ou cognição social? In: NEGRI, L. e FOLTRAN, M. J.; OLIVEIRA, R. P. de. (orgs.). *Sentido e significação – em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, p. 263-84.

_____. (2007). *Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas*. Rio de Janeiro: Lucerna.

MARIOTTI, H. (1999). *Autopoiese, cultura e sociedade*. Disponível em: <http://www.geocities.com/pluriversu/autopoies.html>. Acesso: 23 mai. 2007.

MARTINS, H. (2000). Sobre a estabilidade do significado em Wittgenstein. *Veredas, Revista de estudos lingüísticos*, 4 (2), p. 19-42.

_____. (2002). Sobre linguagem e pensamento no paradigma experiencialista. *Veredas, Revista de estudos lingüísticos*, 6 (2), p. 85-100.

_____. (2004). Três caminhos da filosofia da linguagem. In: MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. (orgas.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez. p. 439-473.

MATURANA, H. R. (2001). *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: UFMG.

MILNER, J. C. (2003). Reflexões sobre a referência e a correferência. (Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante). In: CAVALCANTE, M. C., RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. (orgas.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto. p. 85-130.

MOITA LOPES, L. P. (2006). *Por uma lingüística aplicada indisciplinar* (org.). São Paulo: Parábola.

MONDADA, L. e DUBOIS, D. (1995). Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référentiation. *TRANEL (Travaux neuchâtelois de Linguistique)*, n° 23, p. 273-302.

_____. (2003). Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. (Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante). In: CAVALCANTE, M. C., RODRIGUES, B. B. e CIULLA, A. (orgas.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto. p. 17-52.

MONDADA, L. (1999). Formes de séquentialité dans les courriels et les forums de discussion: une approche conversationnelle de l'interaction sur Internet. In: *Recherche*. Vol. 2, N. 1, juin 1999. p. 3 – 25. Disponível em: <http://alsic.u-strasbg.fr>. Acesso: 29 mar. 2004.

_____. (2001). Référent sans expression référentielle : gestion de la référence et opérations de reformulation dans des séquences métalinguistiques produites dans une tâche de rédaction conversationnelle. In: Enikö N. (ed.), *Pragmatics in 2000: Selected papers from the 7th International Pragmatics Conference*, Vol. 2. Antwerp: International Pragmatics Association, p. 30-38.

_____. (2002). Cognition et parole-en-interaction. *Veredas, Revista de estudos lingüísticos*, 6 (1), 11-27.

_____. (2003). Le rôle constitutif de l'organisation discursive et interactionnelle dans la construction du savoir scientifique. *Programme européen MCX Modélisation de la Complexité*. <http://www.mcxapc.org/docs/ateliers/ea3mcx.htm>. Acesso: 03 set. 2005.

NEVES, M. H. M. (2002). *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP.

MUGURUZA, E. M. (2006). Al respecto de lo que existe y de lo que puedo decir que existe: uma leitura ‘onto-logica’ del Tractatus. *Maiêutica Digital*, revista de filosofia e ciências afins, Salvador. v. 1, n. 1, p. 46-63. Disponível em: http://www.fbb.br/downloads/maieutica_marisa.pdf. Acesso: 20 abr. 2007.

OGDEN, C. K. (1956). *The meaning of meaning*. New York. Hartcourt, Brace & Co., Inc.

OLSON, D. R. (1997). *O mundo no papel*. (Tradução de Sérgio Bath). São Paulo: Ática.

OTTONI, P. R. (1998). *Visão performativa da linguagem*. Campinas: UNICAMP.

_____. (2002). John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. *Delta* São Paulo, v. 18. n. 1, p.117-143. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v18n1/a05v18n1.pdf>. Acesso: 12 mar. 2007.

PLATÃO (2003). *O Sofista*. (Tradução: Carlos Alberto Nunes). Créditos de digitalização: Juscelino D. Rodrigues. Fonte digital: “O Dialético”. www.odialetico.hpg.ig.com.br. Criado com eBook Edit Pro. www.eBook.Edit.com. Disponível em: http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/didaticos/o_sofista.htm. Acesso: 07 fev. 2007.

PAREDES SILVA, V. L. (1996). Quando escrita e fala se aproximam: uso do pronome de terceira pessoa em cartas pessoais. In: MACEDO, A. T. et al.. *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

PEIRCE, C. S. (2003). *Semiótica*. 3. ed. (Tradução de José Teixeira Coelho Neto). São Paulo: Perspectiva.

PINKER, S. (1998). *Como a mente funciona*. (Tradução de Laura T. Motta). São Paulo: Companhia das Letras.

- POSSENTI, S. (2004). Teoria do discurso: um caso de muitas rupturas. In: MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. (orgas.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez. p. 353-392.
- POTTIER, B. (1974). *Linguistique générale*. Paris: Kincksieek.
- ROSCH, E. (1978). Principles of categorization. In: ROSCH, E. and LLOYD, B. B. *Cognition and categorization*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, p. 27-48.
- RODRIGUES, A. D. (1996). *Dimensões pragmáticas do sentido*. Lisboa: Cosmos.
- RORTY, R. (2006). Wittgenstein e a virada lingüística. (Tradução de Paulo Ghiraldelli Jr.). Disponível em: <http://filosofia.pro.br/modules.php?name=News&file=article&sid=83>. *Portal Brasileiro da Filosofia*. www.filosofia.pro.br. Acesso: 12 abr. 2007.
- RUBIN, A. (1978). *Theoretical taxonomy of the differences between oral and written language*. Illinois: University of Illinois.
- SALOMÃO, M. M. M. (1999). A questão da construção de sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 4, p. 61-79.
- SANTORO, F. (2007). Revista Eletrônica *OUSIA*. Disponível em: <http://www.ifcs.ufjf.br/~fsantoro/ousia/artigos.htm>. Acesso: 08 fev. 2007.
- SAUSSURE, F. de. (1995). *Curso de lingüística geral*. (Tradução: de Atônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein). São Paulo: Cultrix.
- SCRUTON, R. (1982). *Introdução à Filosofia Moderna*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SHOTTER, J. (1999). Must we 'work out' how to act jointly? *Theory and Psychology*, 9, p. 129-133.
- SILVEIRA, J. R. C. e FELTES, H. P. M. (1999). *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância*. 2 ed. Caxias do Sul: Educs.
- SMITH, F. (1982) *Writing and the writer*. New York: Holt Rinehart and Winston.
- SOARES, M. L. P. C. *Conceito e sentido em Frege*. Porto: Campo das letras, 2000. Disponível em: www.fesh.unl.pt/docentes/luisacs/doc/Conceito%20e%20Sentido%20em%20Frege-Introducao.doc. Acesso: 29 jan. 2007.
- SPERBER, D. e WILSON, D. (1986). *Relevance: communication and cognition*. Cambridge, Mass. Harvard University Press.
- SEARLE, J. R. (1981). *Os atos de fala*. (Tradução de Carlos Vogt et al.) Coimbra: Almedina.

TRAVAGLIA, (1996). L. C. *Gramática e interação*. São Paulo: Cortez.

TRASK, R. L. (2004). *Dicionário de linguagem e lingüística*. (Tradução de Rodolfo Ilari). São Paulo: Contexto.

VAN DIJK, T. (2000). *Cognitive discourse analysis: an introduction*. <http://www.discourse-in-society.org/teun.html>. Acesso: 18/01/2002.

_____. (2002). The discourse-knowledge interface. In: WEISS G. and WODAK R. (eds.). *Critical discourse analysis: theory and interdisciplinarity*. Palgrave: Macmillan.

VARELA, F. J. (1998a). *Conocer*. Barcelona: Gedisa.

_____. (1998b). O cérebro não é um computador: não podemos entender a cognição se a abstrairmos de sua corporificação. *La Recherche*, N.308, abril 1998, p. 109-112. Entrevista com Francisco Varela por Hervé Kempf. (Versão traduzida para o Português). Disponível em: www.ccr.jussieu.fr/varela/welcome.html. Acesso: 16 abr. 2003.

_____, THOMPSON, E. e ROSCH, E. (2003). *A mente incorporada: ciências cognitivas e experiência humana*. (Tradução de Maria Rita Secco Hofmeister). Porto Alegre: Artmed.

VIOLI, P. (1990). Electronic dialogue between orality and literacy: a semiotic approach. - a semiotic approach. In: Cmerjrkova, S. et al. (eds.), *Dialoganalyse VI*, Proceedings of the 6th Conference, Tubingen, Max Niemeyer Verlag, p.263-270. Disponível em: <http://se.unisa.edu.au/vc/9-echat.html>. Acesso: 30 mai. 2001.

WEEDWOOD, B. (2002). *História concisa da Lingüística*. (Tradução de Marcos Bagno). São Paulo: Parábola.

WILSON, M. (2002). Six views of embodied cognition. *Psychonomic Bulletin & Review*, 9 (4), p. 625-636.

WITGENSTEIN, L. (1996). *Investigações filosóficas*. 2. ed. (Tradução de Marcos G.). Montagnoli. Petrópolis, Vozes.

XAVIER, A. C. (2004). Leitura, texto e hipertexto. In: MARCUSCHI, A. M. e XAVIER, A. C. *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna. p. 170-180.

ZAMPONI, G. (2003). *Processos de referenciação: anáforas associativas e nominalizações*. 343p. (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas.

ZIEMKE, T. (2002). Introduction to the special issue on situated and embodied cognition. *Cognitive systems research*. v. 3, p. 271-274.

ZUBIN, D. A. e HEWITT, L. E.(1995). The deitic center: a theory of deixis in narrative. In: DUCHAN, F. J., BRUDER, G. A. e HEWIT, L. E. *Deixis in narrative*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, p. 129-155.

APÊNDICE

Bloco temático: Estrangeirismos

Número de mensagens: 09

Mensagem 01

From: "M. M. M" <mmm@yahoo.de>

To: <CVL@yahooogroups.com>

Sent: Thursday, March 16, 2006 11:02 PM

Subject: CVL - Estrangeirismos: Notícia na Ciência Hoje on-line

É bom saber q alguns veículos de comunicação valorizam a profissão.

Notícia publicada em <http://cienciahoje.uol.com.br/4256>

Intolerância ou estrangeirismo abusivo?

Estudo mostra que críticas puristas não frearam incorporação de palavras estrangeiras ao idioma

Os brasileiros já se acostumaram a pedir o menu ao garçom no restaurante. No entanto, antes de se tornarem comuns no vocabulário, esses galicismos sofreram no passado severas críticas dos puristas lingüísticos. Um deles foi o gramático português Cândido de Figueiredo (1846-1925), extremamente intolerante às influências estrangeiras na língua pátria durante o século 19.

Vitrine de loja em Copacabana (Rio de Janeiro) que recorre a estrangeirismos para anunciar suas promoções
Mais de um século depois da morte do gramático, as palavras afrancesadas que ele combatia foram incorporadas ao vocabulário da língua portuguesa – que não perdeu sua identidade por conta disso. Porém, o tipo de crítica que Figueiredo fazia continua vivo e se atualiza com as novas contribuições, agora de influência inglesa e norte-americana: palavras como download, deletar e software, entre tantas outras, despertam a ira dos defensores contemporâneos da língua. Hoje, essa intolerância é demonstrada não apenas em livros, mas também em jornais e até em um projeto de lei.

Uma dissertação de mestrado recém-defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) mostra como a crítica – às vezes exacerbada – à incorporação de palavras estrangeiras à língua portuguesa não freou esse fenômeno no passado. A lingüista Maria Aparecida Cabañas analisou dois volumes (publicados em 1900 e 1912) do livro Estrangeirismos, de Cândido de Figueiredo, e constatou as marcas de intolerância lingüística no discurso do

gramático. “Para Figueiredo, a língua era norma, tradição que deveria ser preservada, por isso a necessidade de combater os estrangeirismos”, afirma Cabañas no estudo.

Para completar a pesquisa, a lingüista verificou o uso dos termos em francês em diferentes meios de publicação atuais, como jornais, revistas, obras literárias e livros técnicos. “Apesar das severas críticas e do discurso intolerante, muitos dos galicismos rejeitados pelo gramático entraram para a língua portuguesa e continuam em uso e em pleno vigor”, diz ela. “Os resultados mostram que a importação de palavras é um fenômeno lingüístico importante na evolução das línguas.”

Essa conclusão indica que a defesa da língua não deve se fundamentar no preconceito e na intolerância: o papel do estudioso do idioma não deve ser o de engajar-se em uma disputa ideológica, contra ou a favor da incorporação de novos termos, como fez Figueiredo. “Como lingüista, tenho que estudar cientificamente a influência estrangeira e tentar entender por que isso acontece de forma natural entre os brasileiros”, afirma Cabañas.

Resultados de estudos como esse deveriam ser levados em conta pelos parlamentares ao votar o projeto de lei 1676, de 1999, do deputado federal Aldo Rebelo, atualmente em trâmite no Senado, que obriga o uso e a preservação da língua portuguesa em toda e qualquer comunicação dentro do território nacional, incluindo os meios de comunicação, documentos e eventos públicos. Segundo o deputado, hoje presidente da Câmara, esse projeto de lei é uma maneira de o poder público proteger e incentivar o ensino e a aprendizagem da língua pátria, punindo o uso desnecessário, abusivo ou enganoso de palavras ou expressões estrangeiras.

"Admiro a conduta do parlamentar e compreendo os motivos que o levam a rejeitar os americanismos. Porém, tenho convicção de que não impediremos a entrada e o uso dessas palavras e expressões no português do Brasil através de leis ou decretos", avalia Cabañas. Segundo ela, não é por meio de uma lei que o patrimônio nacional – incluindo a língua portuguesa – será protegido, e sim através da educação. “O povo brasileiro não valoriza a própria cultura e, conseqüentemente, a sua língua”, ressalta a pesquisadora. “Se houvesse maior apego ao nosso folclore, por exemplo, essa proteção ao idioma nacional aconteceria de forma espontânea”.

Contudo, a pesquisadora admite que, às vezes, a influência estrangeira parece excessiva e ameaçadora – um exemplo seria o uso abusivo no comércio de americanismos como *sale* ou *off*, que têm equivalentes corriqueiros em português (‘liquidação’ e ‘desconto’). “Esta é uma estratégia comercial que visa a persuadir consumidores”, analisa Cabañas. “Afinal, uma parcela considerável da população brasileira é fortemente influenciada pela cultura norte-americana.”

Mensagem 02

From: "A S" <a.s@gmail.com>

To: "M. M. Mittmann" <mmmittmann@yahoo.de>

Cc: "CVL" <CVL@yahogroups.com>

Sent: Friday, March 17, 2006 11:53 AM

Subject: [CVL] Re: CVL - Estrangeirismos: Notícia na Ciência Hoje on-line

O que me alegra ainda mais é o equilíbrio que marca essa matéria. O engraçado é que a colega entrevistada diz que a língua se manteve apesar dos estrangeirismos mas, em sua atitude, mesmo dizendo que são estratégias de venda etc., julga "abusivos" por haver equivalente. "Liquidação" não tem o mesmo público que "sale"! Logo...

a s

2006/3/16, M. M. M <mmm@yahoo.de>:

> É bom saber q alguns veículos de comunicação valorizam a profissão.

>

>

> Notícia publicada em <http://cienciahoje.uol.com.br/4256>

>

>

>

> Intolerância ou estrangeirismo abusivo?

> Estudo mostra que críticas puristas não frearam incorporação de palavras estrangeiras ao idioma

>

>

> Os brasileiros já se acostumaram a pedir o menu ao garçom no restaurante. No entanto, antes de se tornarem comuns no vocabulário, esses galicismos sofreram no passado severas críticas dos puristas lingüísticos. Um deles foi o gramático português Cândido de Figueiredo (1846-1925), extremamente intolerante às influências estrangeiras na língua pátria durante o século 19.

>

> Vitrine de loja em Copacabana (Rio de Janeiro) que recorre a estrangeirismos para anunciar suas promoções

> Mais de um século depois da morte do gramático, as palavras afrancesadas que ele combatia foram incorporadas ao vocabulário da língua portuguesa

> – que não perdeu sua identidade por conta disso. Porém, o tipo de

> crítica que Figueiredo fazia continua vivo e se atualiza com as novas

> contribuições, agora de influência inglesa e norte-americana: palavras

> como download, deletar e software, entre tantas outras, despertam a ira

> dos defensores contemporâneos da língua. Hoje, essa intolerância é

> demonstrada não apenas em livros, mas também em jornais e até em um projeto de lei.

>

> Uma dissertação de mestrado recém-defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) mostra como a crítica – às vezes exacerbada – à incorporação de palavras estrangeiras à língua portuguesa não freou esse fenômeno no passado. A lingüista Maria Aparecida Cabañas analisou dois volumes (publicados em 1900 e 1912) do livro Estrangeirismos, de Cândido de Figueiredo, e

- > constatou as marcas de intolerância lingüística no discurso do
- > gramático. "Para Figueiredo, a língua era norma, tradição que deveria
- > ser preservada, por isso a necessidade de combater os estrangeirismos",
- > afirma Cabañas no estudo.
- >
- > Para completar a pesquisa, a lingüista verificou o uso dos termos em
- > francês em diferentes meios de publicação atuais, como jornais,
- > revistas, obras literárias e livros técnicos. "Apesar das severas
- > críticas e do discurso intolerante, muitos dos galicismos rejeitados
- > pelo gramático entraram para a língua portuguesa e continuam em uso e em
- > pleno vigor", diz ela. "Os resultados mostram que a importação de
- > palavras é um fenômeno lingüístico importante na evolução das línguas."
- >
- > Essa conclusão indica que a defesa da língua não deve se fundamentar no
- > preconceito e na intolerância: o papel do estudioso do idioma não deve
- > ser o de engajar-se em uma disputa ideológica, contra ou a favor da
- > incorporação de novos termos, como fez Figueiredo. "Como lingüista,
- > tenho que estudar cientificamente a influência estrangeira e tentar
- > entender por que isso acontece de forma natural entre os brasileiros",
- > afirma Cabañas.
- >
- > Resultados de estudos como esse deveriam ser levados em conta pelos
- > parlamentares ao votar o projeto de lei 1676, de 1999, do deputado
- > federal Aldo Rebelo, atualmente em trâmite no Senado, que obriga o uso e
- > a preservação da língua portuguesa em toda e qualquer comunicação dentro
- > do território nacional, incluindo os meios de comunicação, documentos e
- > eventos públicos. Segundo o deputado, hoje presidente da Câmara, esse
- > projeto de lei é uma maneira de o poder público proteger e incentivar o
- > ensino e a aprendizagem da língua pátria, punindo o uso desnecessário,
- > abusivo ou enganoso de palavras ou expressões estrangeiras.
- >
- > "Admiro a conduta do parlamentar e compreendo os motivos que o levam a
- > rejeitar os americanismos. Porém, tenho convicção de que não impediremos
- > a entrada e o uso dessas palavras e expressões no português do Brasil
- > através de leis ou decretos", avalia Cabañas. Segundo ela, não é por
- > meio de uma lei que o patrimônio nacional – incluindo a língua
- > portuguesa – será protegido, e sim através da educação. "O povo
- > brasileiro não valoriza a própria cultura e, conseqüentemente, a sua
- > língua", ressalta a pesquisadora. "Se houvesse maior apego ao nosso
- > folclore, por exemplo, essa proteção ao idioma nacional aconteceria de
- > forma espontânea".
- >
- > Contudo, a pesquisadora admite que, às vezes, a influência estrangeira
- > parece excessiva e ameaçadora – um exemplo seria o uso abusivo no
- > comércio de americanismos como sale ou off, que têm equivalentes
- > corriqueiros em português ('liquidação' e 'desconto'). "Esta é uma
- > estratégia comercial que visa a persuadir consumidores", analisa
- > Cabañas. "Afinal, uma parcela considerável da população brasileira é
- > fortemente influenciada pela cultura norte-americana."
- >
- >
- > M C F
- > Ciência Hoje On-line
- > 15/03/2006

Mensagem 03

From: "L P" <lp@yahoo.com>

To: "CVL" <CVL@yahogroups.com>

Sent: Friday, March 17, 2006 9:07 PM

Subject: [CVL] Re: Estrangeirismos: Notícia na Ciência Hoje on-line

Em tempo:

acho que devemos nos lembrar dos estrangeirismos que também estamos gerando; tais como - FAVELA, CAIPIRINHA, CAPOEIRA etc. O estrangeirismo é uma via de mão dupla, a medida que melhorarmos nossa própria imagem e ampliarmos e fizermos respeitar nossa própria língua, não precisaremos nos preocupar ou estressar com os estrangeirismos. Eles não realizarão ou transmutarão nossa identidade cultural ou cívica.

M P

A S <a.s@gmail.com> wrote:

O que me alegra ainda mais é o equilíbrio que marca essa matéria. O engraçado é que a colega entrevistada diz que a língua se manteve apesar dos estrangeirismos mas, em sua atitude, mesmo dizendo que são estratégias de venda etc., julga "abusivos" por haver equivalente. "Liquidação" não tem o mesmo público que "sale"! Logo...

a s

2006/3/16, M. M. M:

> É bom saber q alguns veículos de comunicação valorizam a profissão.

>

>

> Notícia publicada em <http://cienciahoje.uol.com.br/4256>

>

>

>

> Intolerância ou estrangeirismo abusivo?

> Estudo mostra que críticas puristas não frearam incorporação de palavras estrangeiras ao idioma

>

>

> Os brasileiros já se acostumaram a pedir o menu ao garçom no restaurante. No entanto, antes de se tornarem comuns no vocabulário, esses galicismos sofreram no passado severas críticas dos puristas lingüísticos. Um deles foi o gramático português Cândido de Figueiredo (1846-1925), extremamente intolerante às influências estrangeiras na língua pátria durante o século 19.

>

> Vitrine de loja em Copacabana (Rio de Janeiro) que recorre a estrangeirismos para anunciar suas promoções
> Mais de um século depois da morte do gramático, as palavras afrancesadas que ele combatia foram incorporadas ao vocabulário da língua portuguesa - que não perdeu sua identidade por conta disso. Porém, o tipo de crítica que Figueiredo fazia continua vivo e se atualiza com as novas contribuições, agora de influência inglesa e norte-americana: palavras como download, deletar e software, entre tantas outras, despertam a ira dos defensores contemporâneos da língua. Hoje, essa intolerância é demonstrada não apenas em livros, mas também em jornais e até em um projeto de lei.

- >
- > Uma dissertação de mestrado recém-defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) mostra como
- > a crítica - às vezes exacerbada - à incorporação de palavras estrangeiras à língua portuguesa não freou esse fenômeno no passado. A
- > lingüista Maria Aparecida Cabañas analisou dois volumes (publicados em 1900 e 1912) do livro *Estrangeirismos*, de Cândido de Figueiredo, e
- > constatou as marcas de intolerância lingüística no discurso do gramático. "Para Figueiredo, a língua era norma, tradição que deveria
- > ser preservada, por isso a necessidade de combater os estrangeirismos", afirma Cabañas no estudo.
- >
- > Para completar a pesquisa, a lingüista verificou o uso dos termos em francês em diferentes meios de publicação atuais, como jornais, revistas, obras literárias e livros técnicos. "Apesar das severas
- > críticas e do discurso intolerante, muitos dos galicismos rejeitados pelo gramático entraram para a língua portuguesa e continuam em uso e em
- > pleno vigor", diz ela. "Os resultados mostram que a importação de palavras é um fenômeno lingüístico importante na evolução das línguas."
- >
- > Essa conclusão indica que a defesa da língua não deve se fundamentar no preconceito e na intolerância: o papel do estudioso do idioma não deve
- > ser o de engajar-se em uma disputa ideológica, contra ou a favor da incorporação de novos termos, como fez Figueiredo. "Como lingüista,
- > tenho que estudar cientificamente a influência estrangeira e tentar entender por que isso acontece de forma natural entre os brasileiros",
- > afirma Cabañas.
- >
- > Resultados de estudos como esse deveriam ser levados em conta pelos parlamentares ao votar o projeto de lei 1676, de 1999, do deputado
- > federal Aldo Rebelo, atualmente em trâmite no Senado, que obriga o uso e a preservação da língua portuguesa em toda e qualquer comunicação dentro
- > do território nacional, incluindo os meios de comunicação, documentos e eventos públicos. Segundo o deputado, hoje presidente da Câmara, esse
- > projeto de lei é uma maneira de o poder público proteger e incentivar o ensino e a aprendizagem da língua pátria, punindo o uso desnecessário,
- > abusivo ou enganoso de palavras ou expressões estrangeiras.
- >
- > "Admiro a conduta do parlamentar e compreendo os motivos que o levam a rejeitar os americanismos. Porém, tenho convicção de que não impediremos
- > a entrada e o uso dessas palavras e expressões no português do Brasil através de leis ou decretos", avalia Cabañas. Segundo ela, não é por
- > meio de uma lei que o patrimônio nacional - incluindo a língua portuguesa - será protegido, e sim através da educação. "O povo
- > brasileiro não valoriza a própria cultura e, conseqüentemente, a sua língua", ressalta a pesquisadora. "Se houvesse maior apego ao nosso
- > folclore, por exemplo, essa proteção ao idioma nacional aconteceria de forma espontânea".
- >
- > Contudo, a pesquisadora admite que, às vezes, a influência estrangeira parece excessiva e ameaçadora - um exemplo seria o uso abusivo no
- > comércio de americanismos como *sale* ou *off*, que têm equivalentes corriqueiros em português ('liquidação' e 'desconto'). "Esta é uma
- > estratégia comercial que visa a persuadir consumidores", analisa Cabañas. "Afinal, uma parcela considerável da população brasileira é

- > fortemente influenciada pela cultura norte-americana."
- >
- >
- > M C F
- > Ciência Hoje On-line
- > 15/03/2006

Mensagem 04

From: "M. M. M" <mmm@yahoo.de>

To: <CVL@yahoogleroups.com>

Sent: Friday, March 17, 2006 2:25 PM

Subject: [CVL] Re: Estrangeirismos: IN ou OFF?

Também notei que as opiniões foram meio "cheias de dedos" em relação ao uso dos estrangeirismos. Afinal, o que qualificaria o uso "abusivo" de palavras estrangeiras? Isso daria um estudo sociolinguístico interessante, o que os falantes consideram contribuição e o que consideram abuso?

Em relação aos anúncios de promoções em vitrines de lojas, é claro que a dimensão discursiva não pode ser desconsiderada, como bem disse o Prof. Sírio Possenti na crônica "Partir dos efeitos" do seu "A cor da língua". Ainda assim me coloco fazendo suposições sobre o "sale" e o "off" q não são lingüísticas, no máximo semióticas.

Colocar a palavra OFF em letras grandes em uma vitrine, além de produzir o efeito de sentido de indicar a 'sofistication' do lugar, também pode produzir um efeito visual muito mais efetivo para o público. OFF é curto, simples, direto. Pode ser escrito em letras muito grandes sem ocupar toda a vitrine, o que é importante para o lojista poder mostrar seus produtos, enfim, muito mais econômico. Com uma olhadela rápida o consumidor já consegue apreender o significado. OFF (e mesmo SALE) é muito mais ícone do que "DESCONTO" ou "PROMOÇÃO". Será que não? Além disso, me pergunto se OFF e SALE são realmente utilizados em outros contextos que não o da vitrine. Será q o dono de uma loja faria uma propaganda na televisão dizendo "Aproveitem nossos 30% OFF" ou será que diria "Aproveitem nossos descontos", ou "Temos descontos de 30%"? Nesse caso, porque estas palavras seriam "abuso" se os contextos de uso forem tão limitados?

É a mesma coisa que o "deletar". Eu cresci na era na informática, e nunca ouvi ninguém dizer coisas como "vou deletar os erros da minha lição", ou "deletar o quadro negro para o professor". Além do que esse verbo oferece possibilidades expressivas interessantes, como "quero deletar vc da minha vida", ou "deletei o passado", "deleta essa idéia da sua cabeça"... mas de novo, não me lembro de já ter ouvido esses usos.

M

A S wrote:

- > O que me alegra ainda mais é o equilíbrio que marca essa matéria. O
- > engraçado é que a colega entrevistada diz que a língua se manteve
- > apesar dos estrangeirismos mas, em sua atitude, mesmo dizendo que são
- > estratégias de venda etc., julga "abusivos" por haver equivalente.
- > "Liquidação" não tem o mesmo público que "sale"! Logo...
- > adail sobral
- > 2006/3/16, M. M. M <mmm@yahoo.de>

Mensagem 05

From: "E F" <e@ef.pro.br>
 To: "CVL" <CVL@yahogroups.com>
 Sent: Saturday, March 18, 2006 2:18 PM
 Subject: [CVL] Re: Estrangeirismos: IN ou OFF?

Eu acredito que o uso de estrangeirismo está muito mais profundamente arraigado e muito mais complexo. Depois de ler Monteiro Lobato falando que certos usos lusos no português brasileiro deveriam ser considerados estrangeirismos (O dicionário brasileiro, em: A Onda Verde e o Presidente Negro, São Paulo: Brasiliense, 1951), vejam esse comentário deixado em meu "blog", por um "blogueiro" português (que não é da área de língua/lingüística):

"Boa tarde, Professor E F! Antes de mais, gostaria de lhe dar os parabéns pelo blogue! Muito interessante! Gostaria de lhe colocar uma dúvida, que não tem nada a ver com o texto que escreveu: Sou português e em conversa com uma brasileira, ela confrontou-me com o facto dos portugueses usarem estrangeirismos (tal como acontece no Brasil), mas relativamente a termos estrangeiros que começam com H (Hotmail, Hip Hop, a marca Honda, por exemplo) os portugueses mantêm o H mudo, em vez de dizermos o fonema Rhotmail, tal como é pronunciado em inglês. De facto, isso é uma realidade em Portugal! Os portugueses mantêm esses termos em H mudo quando conversam entre eles, mas se quiserem dizer: "I've got a mail box at Hotmail" para um estrangeiro, pronunciamos Hotmail com R antes do H, tal como é pronunciado em inglês. Afinal, devemos esquecer a regra do H mudo, quando se trata de estrangeirismos e falar tal como se tivéssemos constantemente de nos fazer entender por um estrangeiro?"

Estou preparando a resposta e aceito contribuições. Se quiserem ver o "artigo" (em Portugal) ou "post" (no Brasil) com as observações do gajo, visitem: <http://www.manuaisobrevivencia.blogspot.com/>

[], El

----- Original Message -----

From: "M. M. Mi" <mmm@yahoo.de>
 To: <CVL@yahogroups.com>
 Sent: Friday, March 17, 2006 1:25 PM
 Subject: [CVL] Re: Estrangeirismos: IN ou OFF?

- > Também notei que as opiniões foram meio "cheias de dedos" em relação ao
- > uso dos estrangeirismos. Afinal, o que qualificaria o uso "abusivo" de
- > palavras estrangeiras? Isso daria um estudo sociolingüístico
- > interessante, o que os falantes consideram contribuição e o que
- > consideram abuso?
- > Em relação aos anúncios de promoções em vitrines de lojas, é claro que a
- > dimensão discursiva não pode ser desconsiderada, como bem disse o Prof.
- > Sírio Possenti na crônica "Partir dos efeitos" do seu "A cor da
- > língua". Ainda assim me coloco fazendo suposições sobre o "sale" e o
- > "off" q não são lingüísticas, no máximo semióticas.
- > Colocar a palavra OFF em letras grandes em uma vitrine, além de produzir
- > o efeito de sentido de indicar a 'sophistication' do lugar, também pode
- > produzir um efeito visual muito mais efetivo para o público. OFF é

- > curto, simples, direto. Pode ser escrito em letras muito grandes sem
- > ocupar toda a vitrine, o que é importante para o lojista poder mostrar
- > seus produtos, enfim, muito mais econômico. Com uma olhadela rápida o
- > consumidor já consegue apreender o significado. OFF (e mesmo SALE) é
- > muito mais ícone do que "DESCONTO" ou "PROMOÇÃO". Será que não?
- > Além disso, me pergunto se OFF e SALE são realmente utilizados em outros
- > contextos que não o da vitrine. Será q o dono de uma loja faria uma
- > propaganda na televisão dizendo "Aproveitem nossos 30% OFF" ou será que
- > diria "Aproveitem nossos descontos", ou "Temos descontos de 30%"? Nesse
- > caso, porque estas palavras seriam "abuso" se os contextos de uso forem
- > tão limitados?
- > É a mesma coisa que o "deletar". Eu cresci na era na informática, e
- > nunca ouvi ninguém dizer coisas como "vou deletar os erros da minha
- > lição", ou "deletar o quadro negro para o professor". Além do que esse
- > verbo oferece possibilidades expressivas interessantes, como "quero
- > deletar vc da minha vida", ou "deletei o passado", "deleta essa idéia da
- > sua cabeça" ... mas de novo, não me lembro de já ter ouvido esses usos.
- >
- > M
- >
- > A S wrote:
- >> O que me alegra ainda mais é o equilíbrio que marca essa matéria. O
- >> engraçado é que a colega entrevistada diz que a língua se manteve
- >> apesar dos estrangeirismos mas, em sua atitude, mesmo dizendo que são
- >> estratégias de venda etc., julga "abusivos" por haver equivalente.
- >> "Liquidação" não tem o mesmo público que "sale"! Logo...
- >> adail sobral
- >> 2006/3/16, M. M. Mittmann <mmmittmann@yahoo.de>:

Mensagem 06

From: "A S" <a.s@gmail.com>

To: "CVL" <CVL@yahogroups.com>

Sent: Sunday, March 19, 2006 12:27 PM

Subject: [CVL] Re: Estrangeirismos: IN ou OFF?

De fato, a questão é bem mais complexa e bem mais do que lingüística, como, insistente que sou, repito cansativamente! E não pretendo parar. O exemplo do "Hotmail" é bem interessante, porque é mera incorporação de uma "marca" estrangeira ao português. E o uso do "h" mudo mostra algo em que tenho insistido: o uso de palavras estrangeiras (porque dizer "estrangeirismos" já é uma avaliação negativa, dada a má fama dos "-ismos" e a atitude de quem usou o termo para atacar os usos de que não gosta) tem, como se sabe, suas regras. Há o empréstimo puro e simples (como no caso de "hotmail") que leva a uma transformação no âmbito da português (o "h" mudo em Portugal e um som no Brasil que é mais "r" do que "h" aspirado, a ponto de um norte-americano não reconhecer a palavra pronunciada!) e, em alguns casos, à adaptação ao português: abajur etc.

O que sempre provoca resistências e alarmismos apocalípticos é a primeira fase, do empréstimo. E a resistência, por incrível que pareça, vem mais de um essencialismo da pureza da língua do que da resistência à real influência estrangeira (vide a política econômica). Aliás, o inglês culto é mais latim, por vezes *ipsis verbis*, graças à invasão normanda e ao uso do latim como língua da ciência, o que não impediu os EUA de ser uma potência imperialista.

No Brasil, a questão a merecer preocupação é a estrutura de perpetuação da desigualdade social. O aluno aprende na escola uma variedade que raramente usa em sua vida. De que adianta ensinar a fazer uma carta de pedido de emprego se a linguagem aceita é a que a escola espera, não a que os possíveis empregadores esperam? E como faz o professor, mal pago e sobrecarregado, para ver a real expectativa na prática a fim de ensinar aos alunos gêneros da vida e não gêneros escolares, ou seja, a interpretação que a escola faz do que seria a realidade dos gêneros?

(Aliás, o que é mesmo gênero? Pelo que vejo, é de modo geral uma nova designação dos textos em geral nos quais os alunos têm de identificar os adjuntos adverbiais ou coisa parecida - e nada mais.)

Em suma: "uso abusivo para quem, cara pálida?"

a s

2006/3/18, E F <e@ef.pro.br>:

- > Eu acredito que o uso de estrangeirismo está muito mais profundamente
- > arraigado e muito mais complexo. Depois de ler Monteiro Lobato falando que
- > certos usos lusos no português brasileiro deveriam ser considerados
- > estrangeirismos (O dicionário brasileiro, em: A Onda Verde e o Presidente
- > Negro, São Paulo: Brasiliense, 1951), vejam esse comentário deixado em meu
- > "blog", por um "blogueiro" português (que não é da área de
- > língua/lingüística):
- >
- > "Boa tarde, P E F! Antes de mais, gostaria de lhe dar os
- > parabéns pelo blogue! Muito interessante! Gostaria de lhe colocar uma
- > dúvida, que não tem nada a ver com o texto que escreveu: Sou português e em
- > conversa com uma brasileira, ela confrontou-me com o facto dos portugueses
- > usarem estrangeirismos (tal como acontece no Brasil), mas relativamente a

> termos estrangeiros que começam com H (Hotmail, Hip Hop, a marca Honda, por
 > exemplo) os portugueses mantêm o H mudo, em vez de dizermos o fonema
 > Rhotmail, tal como é pronunciado em inglês. De facto, isso é uma realidade
 > em Portugal! Os portugueses mantêm esses termos em H mudo quando conversam
 > entre eles, mas se quiserem dizer: "I've got a mail box at Hotmail" para um
 > estrangeiro, pronunciamos Hotmail com R antes do H, tal como é pronunciado
 > em inglês. Afinal, devemos esquecer a regra do H mudo, quando se trata de
 > estrangeirismos e falar tal como se tivéssemos constantemente de nos fazer
 > entender por um estrangeiro?"

>
 > Estou preparando a resposta e aceito contribuições. Se quiserem ver o
 > "artigo" (em Portugal) ou "post" (no Brasil) com as observações do gajo,
 > visitem: <http://www.manuaisobrevivencia.blogspot.com/>

>
 > []s, E

>
 > ----- Original Message -----
 > From: "M. M. M" <mmm@yahoo.de>
 > To: <CVL@yahoogroups.com>
 > Sent: Friday, March 17, 2006 1:25 PM
 > Subject: [CVL] Re: Estrangeirismos: IN ou OFF?

>
 >
 >> Também notei que as opiniões foram meio "cheias de dedos" em relação ao
 >> uso dos estrangeirismos. Afinal, o que qualificaria o uso "abusivo" de
 >> palavras estrangeiras? Isso daria um estudo sociolinguístico
 >> interessante, o que os falantes consideram contribuição e o que
 >> consideram abuso?
 >> Em relação aos anúncios de promoções em vitrines de lojas, é claro que a
 >> dimensão discursiva não pode ser desconsiderada, como bem disse o Prof.
 >> Sírio Possenti na crônica "Partir dos efeitos" do seu "A cor da
 >> língua". Ainda assim me coloco fazendo suposições sobre o "sale" e o
 >> "off" q não são lingüísticas, no máximo semióticas.
 >> Colocar a palavra OFF em letras grandes em uma vitrine, além de produzir
 >> o efeito de sentido de indicar a 'sofistication' do lugar, também pode
 >> produzir um efeito visual muito mais efetivo para o público. OFF é
 >> curto, simples, direto. Pode ser escrito em letras muito grandes sem
 >> ocupar toda a vitrine, o que é importante para o lojista poder mostrar
 >> seus produtos, enfim, muito mais econômico. Com uma olhadela rápida o
 >> consumidor já consegue apreender o significado. OFF (e mesmo SALE) é
 >> muito mais ícone do que "DESCONTO" ou "PROMOÇÃO". Será que não?
 >> Além disso, me pergunto se OFF e SALE são realmente utilizados em outros
 >> contextos que não o da vitrine. Será q o dono de uma loja faria uma
 >> propaganda na televisão dizendo "Aproveitem nossos 30% OFF" ou será que
 >> diria "Aproveitem nossos descontos", ou "Temos descontos de 30%"? Nesse
 >> caso, porque estas palavras seriam "abuso" se os contextos de uso forem
 >> tão limitados?
 >> É a mesma coisa que o "deletar". Eu cresci na era na informática, e
 >> nunca ouvi ninguém dizer coisas como "vou deletar os erros da minha
 >> lição", ou "deletar o quadro negro para o professor". Além do que esse
 >> verbo oferece possibilidades expressivas interessantes, como "quero
 >> deletar vc da minha vida", ou "deletei o passado", "deleta essa idéia da
 >> sua cabeça"... mas de novo, não me lembro de já ter ouvido esses usos.
 >>
 >> M

>>

>> A S wrote:

>>> O que me alegra ainda mais é o equilíbrio que marca essa matéria. O

>>> engraçado é que a colega entrevistada diz que a língua se manteve

>>> apesar dos estrangeirismos mas, em sua atitude, mesmo dizendo que são

>>> estratégias de venda etc., julga "abusivos" por haver equivalente.

>>> "Liquidação" não tem o mesmo público que "sale"! Logo...

>>> a s

>>> 2006/3/16, M. M. Mi <mmm@yahoo.de>:

Mensagem 07

From: "A S" <a.s@gmail.com>

To: "CVL" <CVL@yahogroups.com>

Sent: Sunday, March 19, 2006 12:27 PM

Subject: [CVL] Re: Estrangeirismos: IN ou OFF?

De fato, a questão é bem mais complexa e bem mais do que lingüística, como, insistente que sou, repito cansativamente! E não pretendo parar. O exemplo do "Hotmail" é bem interessante, porque é mera incorporação de uma "marca" estrangeira ao português. E o uso do "h" mudo mostra algo em que tenho insistido: o uso de palavras estrangeiras (porque dizer "estrangeirismos" já é uma avaliação negativa, dada a má fama dos "-ismos" e a atitude de quem usou o termo para atacar os usos de que não gosta) tem, como se sabe, suas regras. Há o empréstimo puro e simples (como no caso de "hotmail") que leva a uma transformação no âmbito da português (o "h" mudo em Portugal e um som no Brasil que é mais "r" do que "h" aspirado, a ponto de um norte-americano não reconhecer a palavra pronunciada!) e, em alguns casos, à adaptação ao português: abajur etc.

O que sempre provoca resistências e alarmismos apocalípticos é a primeira fase, do empréstimo. E a resistência, por incrível que pareça, vem mais de um essencialismo da pureza da língua do que da resistência à real influência estrangeira (vide a política econômica). Aliás, o inglês culto é mais latim, por vezes *ipsis verbis*, graças à invasão normanda e ao uso do latim como língua da ciência, o que não impediu os EUA de ser uma potência imperialista.

No Brasil, a questão a merecer preocupação é a estrutura de perpetuação da desigualdade social. O aluno aprende na escola uma variedade que raramente usa em sua vida. De que adianta ensinar a fazer uma carta de pedido de emprego se a linguagem aceita é a que a escola espera, não a que os possíveis empregadores esperam? E como faz o professor, mal pago e sobrecarregado, para ver a real expectativa na prática a fim de ensinar aos alunos gêneros da vida e não gêneros escolares, ou seja, a interpretação que a escola faz do que seria a realidade dos gêneros?

(Aliás, o que é mesmo gênero? Pelo que vejo, é de modo geral uma nova designação dos textos em geral nos quais os alunos têm de identificar os adjuntos adverbiais ou coisa parecida - e nada mais.)

Em suma: "uso abusivo para quem, cara pálida?"

adaíl sobral

2006/3/18, E F <e@ef.pro.br>:

> Eu acredito que o uso de estrangeirismo está muito mais profundamente
> arraigado e muito mais complexo. Depois de ler Monteiro Lobato falando que
> certos usos lusos no português brasileiro deveriam ser considerados
> estrangeirismos (O dicionário brasileiro, em: A Onda Verde e o Presidente
> Negro, São Paulo: Brasiliense, 1951), vejam esse comentário deixado em meu
> "blog", por um "blogueiro" português (que não é da área de
> língua/lingüística):

>

> "Boa tarde, Professor Elir Ferrari! Antes de mais, gostaria de lhe dar os
> parabéns pelo blogue! Muito interessante! Gostaria de lhe colocar uma
> dúvida, que não tem nada a ver com o texto que escreveu: Sou português e em
> conversa com uma brasileira, ela confrontou-me com o facto dos portugueses
> usarem estrangeirismos (tal como acontece no Brasil), mas relativamente a
> termos estrangeiros que começam com H (Hotmail, Hip Hop, a marca Honda, por

> exemplo) os portugueses mantêm o H mudo, em vez de dizermos o fonema
 > Rhotmail, tal como é pronunciado em inglês. De facto, isso é uma realidade
 > em Portugal! Os portugueses mantêm esses termos em H mudo quando conversam
 > entre eles, mas se quiserem dizer: "I've got a mail box at Hotmail" para um
 > estrangeiro, pronunciamos Hotmail com R antes do H, tal como é pronunciado
 > em inglês. Afinal, devemos esquecer a regra do H mudo, quando se trata de
 > estrangeirismos e falar tal como se tivéssemos constantemente de nos fazer
 > entender por um estrangeiro?"

>
 > Estou preparando a resposta e aceito contribuições. Se quiserem ver o
 > "artigo" (em Portugal) ou "post" (no Brasil) com as observações do gajo,
 > visitem: <http://www.manuaisobrevivencia.blogspot.com/>

> []s, Elir

> ----- Original Message -----
 > From: "M. M. M" <mmm@yahoo.de>
 > To: <CVL@yahoogroups.com>
 > Sent: Friday, March 17, 2006 1:25 PM
 > Subject: [CVL] Re: Estrangeirismos: IN ou OFF?

>
 >> Também notei que as opiniões foram meio "cheias de dedos" em relação ao
 >> uso dos estrangeirismos. Afinal, o que qualificaria o uso "abusivo" de
 >> palavras estrangeiras? Isso daria um estudo sociolinguístico
 >> interessante, o que os falantes consideram contribuição e o que
 >> consideram abuso?
 >> Em relação aos anúncios de promoções em vitrines de lojas, é claro que a
 >> dimensão discursiva não pode ser desconsiderada, como bem disse o Prof.
 >> Sírio Possenti na crônica "Partir dos efeitos" do seu "A cor da
 >> língua". Ainda assim me coloco fazendo suposições sobre o "sale" e o
 >> "off" q não são lingüísticas, no máximo semióticas.
 >> Colocar a palavra OFF em letras grandes em uma vitrine, além de produzir
 >> o efeito de sentido de indicar a 'sophistication' do lugar, também pode
 >> produzir um efeito visual muito mais efetivo para o público. OFF é
 >> curto, simples, direto. Pode ser escrito em letras muito grandes sem
 >> ocupar toda a vitrine, o que é importante para o lojista poder mostrar
 >> seus produtos, enfim, muito mais econômico. Com uma olhadela rápida o
 >> consumidor já consegue apreender o significado. OFF (e mesmo SALE) é
 >> muito mais ícone do que "DESCONTO" ou "PROMOÇÃO". Será que não?
 >> Além disso, me pergunto se OFF e SALE são realmente utilizados em outros
 >> contextos que não o da vitrine. Será q o dono de uma loja faria uma
 >> propaganda na televisão dizendo "Aproveitem nossos 30% OFF" ou será que
 >> diria "Aproveitem nossos descontos", ou "Temos descontos de 30%"? Nesse
 >> caso, porque estas palavras seriam "abuso" se os contextos de uso forem
 >> tão limitados?
 >> É a mesma coisa que o "deletar". Eu cresci na era na informática, e
 >> nunca ouvi ninguém dizer coisas como "vou deletar os erros da minha
 >> lição", ou "deletar o quadro negro para o professor". Além do que esse
 >> verbo oferece possibilidades expressivas interessantes, como "quero
 >> deletar vc da minha vida", ou "deletei o passado", "deleta essa idéia da
 >> sua cabeça"... mas de novo, não me lembro de já ter ouvido esses usos.
 >>
 >> M>>
 >> A SI wrote:

>>> O que me alegra ainda mais é o equilíbrio que marca essa matéria. O
>>> engraçado é que a colega entrevistada diz que a língua se manteve
>>> apesar dos estrangeirismos mas, em sua atitude, mesmo dizendo que são
>>> estratégias de venda etc., julga "abusivos" por haver equivalente.
>>> "Liquidação" não tem o mesmo público que "sale"! Logo...
>>> adail sobral
>>> 2006/3/16, M. M. Mittmann <mmmittmann@yahoo.de>:

Mensagem 08

From: "Lucia Q." <lq@superig.com.br>
 To: "CVL" <CVL@yahoogroups.com>; "Adail Sobral" <al.s@gmail.com>
 Sent: Sunday, March 19, 2006 7:52 PM
 Subject: Re: [CVL] Re: Estrangeirismos: IN ou OFF?

Na verdade, quando se usa uma palavra estrangeira com adaptação à fonologia do Português não há alternância de código, que implica uma sinalização maior do que apenas o uso de uma palavra ou outra sem interrupção ou mudança na emissão do falante. Ou seja, há uma apropriação de um recurso lingüístico que vem enriquecer a língua.

Só há alternância de código e, portanto, uso de uma palavra estrangeira em língua estrangeira, quando a pronúncia é a da língua estrangeira. Quando digo Hotmail com pronúncia brasileira ou portuguesa, ou angolana, etc, me parece que é apenas um empréstimo já aportuguesado. Já é português, só que ainda não dicionarizado. O que Ø acham?

Lucia Q.

----- Original Message -----

From: "A S" <a.s@gmail.com>
 To: "CVL" <CVL@yahoogroups.com>
 Sent: Sunday, March 19, 2006 11:27 AM
 Subject: [CVL] Re: Estrangeirismos: IN ou OFF?

De fato, a questão é bem mais complexa e bem mais do que lingüística, como, insistente que sou, repito cansativamente! E não pretendo parar. O exemplo do "Hotmail" é bem interessante, porque é mera incorporação de uma "marca" estrangeira ao português. E o uso do "h" mudo mostra algo em que tenho insistido: o uso de palavras estrangeiras (porque dizer "estrangeirismos" já é uma avaliação negativa, dada a má fama dos "-ismos" e a atitude de quem usou o termo para atacar os usos de que não gosta) tem, como se sabe, suas regras. Há o empréstimo puro e simples (como no caso de "hotmail") que leva a uma transformação no âmbito da português (o "h" mudo em Portugal e um som no Brasil que é mais "r" do que "h" aspirado, a ponto de um norte-americano não reconhecer a palavra pronunciada!) e, em alguns casos, à adaptação ao português: abajur etc.

O que sempre provoca resistências e alarmismos apocalípticos é a primeira fase, do empréstimo. E a resistência, por incrível que pareça, vem mais de um essencialismo da pureza da língua do que da resistência à real influência estrangeira (vide a política econômica). Aliás, o inglês culto é mais latim, por vezes *ipsis verbis*, graças à invasão normanda e ao uso do latim como língua da ciência, o que não impediu os EUA de ser uma potência imperialista.

No Brasil, a questão a merecer preocupação é a estrutura de perpetuação da desigualdade social. O aluno aprende na escola uma variedade que raramente usa em sua vida. De que adianta ensinar a fazer uma carta de pedido de emprego se a linguagem aceita é a que a escola espera, não a que os possíveis empregadores esperam? E como faz o professor, mal pago e sobrecarregado, para ver a real expectativa na prática a fim de ensinar aos alunos gêneros da vida e não gêneros escolares, ou seja, a interpretação que a escola faz do que seria a

realidade dos gêneros?

(Aliás, o que é mesmo gênero? Pelo que vejo, é de modo geral uma nova designação dos textos em geral nos quais os alunos têm de identificar os adjuntos adverbiais ou coisa parecida - e nada mais.)

Em suma: "uso abusivo para quem, cara pálida?"

adaíl sobral

2006/3/18, E F<e@i.pro.br>:

> Eu acredito que o uso de estrangeirismo está muito mais profundamente
> arraigado e muito mais complexo. Depois de ler Monteiro Lobato falando que
> certos usos lusos no português brasileiro deveriam ser considerados
> estrangeirismos (O dicionário brasileiro, em: A Onda Verde e o Presidente
> Negro, São Paulo: Brasiliense, 1951), vejam esse comentário deixado em meu
> "blog", por um "blogueiro" português (que não é da área de
> língua/lingüística):
>
> "Boa tarde, Professor E F! Antes de mais, gostaria de lhe dar os
> parabéns pelo blogue! Muito interessante! Gostaria de lhe colocar uma
> dúvida, que não tem nada a ver com o texto que escreveu: Sou português e
> em
> conversa com uma brasileira, ela confrontou-me com o facto dos portugueses
> usarem estrangeirismos (tal como acontece no Brasil), mas relativamente a
> termos estrangeiros que começam com H (Hotmail, Hip Hop, a marca Honda,
> por
> exemplo) os portugueses mantêm o H mudo, em vez de dizermos o fonema
> Rhotmail, tal como é pronunciado em inglês. De facto, isso é uma realidade
> em Portugal! Os portugueses mantêm esses termos em H mudo quando conversam
> entre eles, mas se quiserem dizer: "I've got a mail box at Hotmail" para
> um
> estrangeiro, pronunciamos Hotmail com R antes do H, tal como é pronunciado
> em inglês. Afinal, devemos esquecer a regra do H mudo, quando se trata de
> estrangeirismos e falar tal como se tivéssemos constantemente de nos fazer
> entender por um estrangeiro?"
>
> Estou preparando a resposta e aceito contribuições. Se quiserem ver o
> "artigo" (em Portugal) ou "post" (no Brasil) com as observações do gajo,
> visitem: <http://www.manuaisobrevivencia.blogspot.com/>
>
> []s, Elir
>
> ----- Original Message -----
> From: "M. M. M" <mmm@yahoo.de>
> To: <CVL@yahoogroups.com>
> Sent: Friday, March 17, 2006 1:25 PM
> Subject: [CVL] Re: Estrangeirismos: IN ou OFF?
>
>
>> Também notei que as opiniões foram meio "cheias de dedos" em relação ao
>> uso dos estrangeirismos. Afinal, o que qualificaria o uso "abusivo" de
>> palavras estrangeiras? Isso daria um estudo sociolinguístico
>> interessante, o que os falantes consideram contribuição e o que
>> consideram abuso?
>> Em relação aos anúncios de promoções em vitrines de lojas, é claro que a
>> dimensão discursiva não pode ser desconsiderada, como bem disse o Prof.
>> Sírio Possenti na crônica "Partir dos efeitos" do seu "A cor da
>> língua". Ainda assim me coloco fazendo suposições sobre o "sale" e o

>> "off" q não são lingüísticas, no máximo semióticas.
>> Colocar a palavra OFF em letras grandes em uma vitrine, além de produzir
>> o efeito de sentido de indicar a 'sofistication' do lugar, também pode
>> produzir um efeito visual muito mais efetivo para o público. OFF é
>> curto, simples, direto. Pode ser escrito em letras muito grandes sem
>> ocupar toda a vitrine, o que é importante para o lojista poder mostrar
>> seus produtos, enfim, muito mais econômico. Com uma olhadela rápida o
>> consumidor já consegue apreender o significado. OFF (e mesmo SALE) é
>> muito mais ícone do que "DESCONTO" ou "PROMOÇÃO". Será que não?
>> Além disso, me pergunto se OFF e SALE são realmente utilizados em outros
>> contextos que não o da vitrine. Será q o dono de uma loja faria uma
>> propaganda na televisão dizendo "Aproveitem nossos 30% OFF" ou será que
>> diria "Aproveitem nossos descontos", ou "Temos descontos de 30%"? Nesse
>> caso, porque estas palavras seriam "abuso" se os contextos de uso forem
>> tão limitados?
>> É a mesma coisa que o "deletar". Eu cresci na era na informática, e
>> nunca ouvi ninguém dizer coisas como "vou deletar os erros da minha
>> lição", ou "deletar o quadro negro para o professor". Além do que esse
>> verbo oferece possibilidades expressivas interessantes, como "quero
>> deletar vc da minha vida", ou "deletei o passado", "deleta essa idéia da
>> sua cabeça"... mas de novo, não me lembro de já ter ouvido esses usos.
>>
>> M
>>
>> A S wrote:
>>> O que me alegra ainda mais é o equilíbrio que marca essa matéria. O
>>> engraçado é que a colega entrevistada diz que a língua se manteve
>>> apesar dos estrangeirismos mas, em sua atitude, mesmo dizendo que são
>>> estratégias de venda etc., julga "abusivos" por haver equivalente.
>>> "Liquidação" não tem o mesmo público que "sale"! Logo...
>>> a s
>>> 2006/3/16, M. M. Mittmann <mmmittmann@yahoo.de>:

Mensagem 09

From: "E F" <e@efro.br>

To: "CVL" <CVL@yahogroups.com>

Sent: Sunday, March 19, 2006 4:24 PM

Subject: [CVL] Re: Estrangeirismos: IN ou OFF?

Fecho com A. É belíssimo o processo de aportuguesamento dos estrangeirismo, como os que aconteceram com o flerte e o metonímico xerox. Como ilustração, abaixo transcrevo a resposta ao gajo.

"Não podemos comparar o uso dos estrangeirismos no Brasil com o uso em Portugal. Assim como não podemos comparar com o uso em qualquer outra língua. O Brasil foi colonizado por Portugal de 1500 a 1822. Depois da independência - e ousou me arriscar a falar besteiras sem um estudo mais aprofundado -, houve entre Brasil e Portugal o que houve no passado entre Roma (Império Romano) e suas colônias mais distantes (atuais falantes das línguas neolatinas): um afastamento, devido à distância e à dificuldade de manutenção da colônia e da imposição da língua.

O Brasil não mede esforços para tentar manter a língua portuguesa, mas o tempo e o espaço, a distância geográfica e a progressão cultural, entre outros fatores, contribuem constantemente para o alargamento da diferença entre as nossas mentalidades. Há muito pouca contribuição da língua portuguesa européia ao Brasil atualmente, ao menos contribuições visíveis. Há uma identidade brasileira e uma identidade portuguesa, que são diferentes, embora muito próximas por estarem ligadas por uma língua comum, por uma história de intersecções (intersecções, em Portugal). Mas os fatores diferenciadores são cada vez mais crescentes, a exemplo do seu comentário acerca do estrangeirismo. Perceba que a questão dos usos apontada em seu comentário parte da identidade cultural: como o português vê esses usos e como o brasileiro os vê.

Não tenho grande conhecimento dos usos da "língua de Portugal" para fazer correlações com os usos da "língua do Brasil", a fim de estabelecer argumentos para tal diferença. Você me diz da pronúncia e não-pronúncia do H. Por especulação, ironizando, eu diria que os brasileiros preferem "tentar" a pronúncia estrangeira para tornar sua origem mais óbvia ao receptor, mas isso nada tem a ver com o fato (facto, em Portugal) verídico. Talvez seja uma característica brasileira por ter sido uma colônia, em que já a língua é uma herança de colonizado. Chamar de "sítio" às páginas na Internet parece-nos estrangeirismo (ao que, no Brasil, chamamos de site com pronúncia aproximada do inglês - desculpe a transcrição adaptada pela falta de caracteres especiais - [saiiti]), assim como "xerocar" - para usar o exemplo no "post" em seu blogue - deva parecer um estrangeirismo aos portugueses.

Xerox entrou no português brasileiro por um processo metonímico e as duas pronúncias [chéroks] ou [cheróks] em nada tem a ver com a original em inglês [ziróks]. Além de "vou tirar uma xérox" ou "vou tirar uma xerox", podemos dizer agora, também, "vou xerocar", dado à larga compreensão do termo. Se analisarmos mais detidamente, trata-se de uma bela incorporação de um estrangeirismo pela metonímia, que está incluído nas leis de criação lexical, compreendido em todo o território nacional brasileiro. Quem aqui estiver, se não souber o que significa, basta perguntar a qualquer pessoa na rua.

Por outro lado, por aqui, se ouvirmos Honda [onda] e não Honda [Ronda], jamais entenderemos o que ouvimos como o nome da empresa. Por que motivo isso se dá? Não há um critério específico, aliás, como não há critério na escolha por uma ou outra palavra ou expressão estrangeira. Muita palavra estrangeira não "pegou" no Brasil e "pegou" em Portugal (como os termos de futebol), e vice-versa. Um pesquisador na área da fonética/fonologia talvez consiga explicar o uso da pronúncia do H nesses seus exemplos, mas não conseguirá explicar o porquê, porque os porquês são sempre muito subjetivos, ainda que seja uma subjetividade coletiva." (em Simplificando a Língua)

[], Elir

----- Original Message -----

From: A S

To: CVL

Sent: Sunday, March 19, 2006 11:27 AM
 Subject: [CVL] Re: Estrangeirismos: IN ou OFF?

De fato, a questão é bem mais complexa e bem mais do que lingüística, como, insistente que sou, repito cansativamente! E não pretendo parar. O exemplo do "Hotmail" é bem interessante, porque é mera incorporação de uma "marca" estrangeira ao português. E o uso do "h" mudo mostra algo em que tenho insistido: o uso de palavras estrangeiras (porque dizer "estrangeirismos" já é uma avaliação negativa, dada a má fama dos "-ismos" e a atitude de quem usou o termo para atacar os usos de que não gosta) tem, como se sabe, suas regras. Há o empréstimo puro e simples (como no caso de "hotmail") que leva a uma transformação no âmbito da português (o "h" mudo em Portugal e um som no Brasil que é mais "r" do que "h" aspirado, a ponto de um norte-americano não reconhecer a palavra pronunciada!) e, em alguns casos, à adaptação ao português: abajur etc.

O que sempre provoca resistências e alarmismos apocalípticos é a primeira fase, do empréstimo. E a resistência, por incrível que pareça, vem mais de um essencialismo da pureza da língua do que da resistência à real influência estrangeira (vide a política econômica). Aliás, o inglês culto é mais latim, por vezes *ipsis verbis*, graças à invasão normanda e ao uso do latim como língua da ciência, o que não impediu os EUA de ser uma potência imperialista.

No Brasil, a questão a merecer preocupação é a estrutura de perpetuação da desigualdade social. O aluno aprende na escola uma variedade que raramente usa em sua vida. De que adianta ensinar a fazer uma carta de pedido de emprego se a linguagem aceita é a que a escola espera, não a que os possíveis empregadores esperam? E como faz o professor, mal pago e sobrecarregado, para ver a real expectativa na prática a fim de ensinar aos alunos gêneros da vida e não gêneros escolares, ou seja, a interpretação que a escola faz do que seria a realidade dos gêneros?

(Aliás, o que é mesmo gênero? Pelo que vejo, é de modo geral uma nova designação dos textos em geral nos quais os alunos têm de identificar os adjuntos adverbiais ou coisa parecida - e nada mais.)

Em suma: "uso abusivo para quem, cara pálida?"

a s

2006/3/18, E F <e@ef.pro.br>:

> Eu acredito que o uso de estrangeirismo está muito mais profundamente
 > arraigado e muito mais complexo. Depois de ler Monteiro Lobato falando que
 > certos usos lusos no português brasileiro deveriam ser considerados
 > estrangeirismos (O dicionário brasileiro, em: A Onda Verde e o Presidente
 > Negro, São Paulo: Brasiliense, 1951), vejam esse comentário deixado em meu
 > "blog", por um "blogueiro" português (que não é da área de
 > língua/lingüística):
 >
 > "Boa tarde, Professor E F! Antes de mais, gostaria de lhe dar os
 > parabéns pelo blogue! Muito interessante! Gostaria de lhe colocar uma
 > dúvida, que não tem nada a ver com o texto que escreveu: Sou português e em
 > conversa com uma brasileira, ela confrontou-me com o facto dos portugueses
 > usarem estrangeirismos (tal como acontece no Brasil), mas relativamente a
 > termos estrangeiros que começam com H (Hotmail, Hip Hop, a marca Honda, por
 > exemplo) os portugueses mantêm o H mudo, em vez de dizermos o fonema

> Rhotmail, tal como é pronunciado em inglês. De facto, isso é uma realidade
> em Portugal! Os portugueses mantêm esses termos em H mudo quando conversam
> entre eles, mas se quiserem dizer: "I've got a mail box at Hotmail" para um
> estrangeiro, pronunciamos Hotmail com R antes do H, tal como é pronunciado
> em inglês. Afinal, devemos esquecer a regra do H mudo, quando se trata de
> estrangeirismos e falar tal como se tivéssemos constantemente de nos fazer
> entender por um estrangeiro?"
>
> Estou preparando a resposta e aceito contribuições. Se quiserem ver o
> "artigo" (em Portugal) ou "post" (no Brasil) com as observações do gajo,
> visitem: <http://www.manualsobrevivencia.blogspot.com/>
>
> []s, E